

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DANIELLA CHRISTINA ACIOLI DO CARMO DE OLIVEIRA

A PERDA NOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO: Vila Operária como
Patrimônio Cultural

Rio de Janeiro

2018

DANIELLA CHRISTINA ACIOLI DO CARMO DE OLIVEIRA

A PERDA NOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO: Vila Operária como
Patrimônio Cultural

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudia Feierabend Baeta Leal

Supervisora: Arq. Ms. Thalianne de Andrade Leal Guerreiro

Rio de Janeiro

2018

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Alagoas. Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

OLIVEIRA, Daniella Christina Acioli do Carmo de

A perda nos processos de patrimonialização: Vila Operária como Patrimônio Cultural / Daniella Christina Acioli do Carmo de Oliveira – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018.

211 f. : il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Claudia Feierabend Baeta Leal

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2018.

1. Vila Operária. 2. Patrimônio Industrial. 3. Habitação Social. 4. Patrimônio Cultural. 5. IPHAN. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Daniella Christina Acioli do Carmo de Oliveira

"A perda nos processos de patrimonialização: Vila Operária como Patrimônio Cultural"

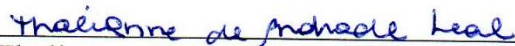
Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2018.

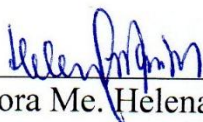
Banca examinadora



Professora Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal (orientadora)



Thalianne de Andrade Leal (supervisora) – Superintendência do IPHAN em Alagoas



Professora Me. Helena Mendes dos Santos – PEP-MP/IPHAN



Professora Dra. Flávia Brito do Nascimento – USP

Para Voinho, Mainha e Marcela, que dedicaram suas vidas na realização dos meus sonhos e hoje dedico este trabalho a eles, com muito amor.

AGRADECIMENTOS

Gratidão, oito letras, que representam tão belo sentimento e neste momento sinto imensa gratidão a Deus, por ter agraciado a minha caminhada com anjos que me auxiliaram das mais diversas formas.

Os anjos, que vêm em forma de família, estão na base de tudo, que me segura nos momentos em que o medo e a insegurança dominam. Minha total gratidão ao meu avô, que mesmo passando, nos últimos anos, por situações difíceis, nunca permitiu que eu desistisse dos meus sonhos, assim como ele fez a minha vida inteira. Um pai no sentido mais amplo da palavra. À minha irmã que mesmo com as nossas diferenças, aprendemos nesses últimos anos que juntas somos mais fortes. Agradeço também à minha mãe, que foi pai e mãe, ao qual me orgulho muito da maneira que ela criou eu e minha irmã. À ela, que fez dos meus sonhos os sonhos dela, que se esforçou junto comigo para realizá-los. Ela que nos momentos de maior dificuldade, angústia e exaustão esteve ao meu lado com palavras de amor e incentivo. Dedico a ela todo meu amor e minha gratidão por tudo. A esses anjos, chamados de família, deixo aqui registrado o meu amor por vocês.

Além destes, fui contemplada com a pequena grande família IPHAN. Uma instituição tão pequena de sonhos e ações de gigantes. A começar pela COPEDOC, com esse fantástico corpo docente, representado pela Lia Motta, que vai além de uma coordenadora, ela é uma verdadeira mãe do Pep. Outra pessoa também faz parte desta família, minha orientadora Claudia, que desde a primeira vez que a vi pensei: “Quero ela como minha orientadora”, e não é que ela aceitou? Foi uma grata surpresa, naquele momento em que ainda tinha sonhos tão tímidos. E com ela pude aflorar a historiadora que existe adormecida dentro de mim, conheci autores que jamais pensei em conhecer e isso foi bastante gratificante. A todos os responsáveis pelo Pep, meu muito obrigada, pois foi através de vocês que conheci um mundo novo e que me fez sair da minha zona de conforto e perceber coisas que jamais pensei.

A família IPHAN, também possui seus anjos locais, formadas pela Superintendência do IPHAN em Alagoas, uma família que me adotou e que hoje faz parte da minha vida de forma tão intensa. Dedico aqui meus agradecimentos a todos que fazem parte desta Superintendência, que de alguma forma me auxiliaram nesta jornada: Rute, Grecie, Naninha, Gardênia, Joelma, Silas, Camila, Paula, Nelson, Maristela, Auremília, Ninha, Elaine e Nívea. Esta pequena grande família, que trabalha com amor à causa do Patrimônio Cultural, que a cada dia me ensina algo, que todos vocês saibam que todos os nossos almoços foram fantásticos! Vocês são muito especiais.

Porém nesta família há um anjo em especial que merece um agradecimento especial, a minha SUPERvisora Thali. À ela agradeço a chance a mim oferecida, quando o que eu só tinha para oferecer era a minha inexperiência e minha vontade de aprender. Assim seguimos, com ela me desafiando a cada dia e sem dúvida alguma o resultado deste trabalho devo muito a ela. Esta dissertação é nossa! Quero registrar aqui o meu muito obrigada a você, que se fez uma pessoa tão especial em minha vida.

Além destes, tem meus amigos pepistas, que foram anjos enviados para amenizar a saudade de casa nos meses longe de casa e para dividir as angústias do mestrado. Nossos módulos de aula no Rio são inesquecíveis, o “apê bombaço”, aquela mistura de sotaques que deu certo, onde encontrei amigas que levarei sempre em minhas lembranças. Obrigada Nathi, Si, Ju e Dea, vocês são incríveis.

Gratidão ao meu amigo, conselheiro e ombro Vini, dividimos tantas angústias à distância, mas que nem essa divergência geográfica foi capaz de impedir o surgimento desta amizade e seguimos assim, sempre nos apoiando e incentivando a seguir nossos sonhos.

Enfim, a todos vocês que fazem parte desta família IPHANICA, obrigada!

Há um anjo especial que gostaria de agradecer, que sempre esteve me incentivando que foi a minha eterna mãe acadêmica, a professora Josy, que me acompanha desde a faculdade e tive a honra de ser orientada por ela em meu TCC. A ela agradeço por nunca ter desistido de mim, pois ela sempre acreditou em mim. A você Josy, obrigada, você é muito especial!

Agradeço também ao Ivo Farias, que além de uma referência bibliográfica, tornou-se uma fonte direta de memórias e vivências da querida Fernão Velho, aguçando minha curiosidade e interesse em estudar a vila operária.

E assim Deus me mostrou que ninguém consegue nada sozinho e sem esforço, e hoje percebo que TUDO valeu a pena. Gratidão a todos esses anjos.

A mem3ria 3 a chave da arquitetura.
Sem ela, n3o temos futuro.

(LIBESKIND, Daniel,)

RESUMO

OLIVEIRA, Daniella Christina Acioli do Carmo de. **A perda nos processos de patrimonialização:** Vila Operária como Patrimônio Cultural. 2018. 211f Dissertação (Mestrado) apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

A partir dos processos em instrução para tombamento na Superintendência do IPHAN em Alagoas, foram identificados três processos com a temática sobre Vilas Operárias brasileiras. Assim, diante da prática institucional atual, surgiram questionamentos acerca da possibilidade de Vilas Operárias serem Patrimônio Cultural. Para investigar mais aprofundadamente o tema, foram analisados os contextos históricos e econômicos dos espaços operários, bem como estudadas as formas como as Vilas Operárias se relacionam com a história da arquitetura e do urbanismo. Além disto, foram analisados processos de tombamento existentes na instituição – incluindo, além dos processos dos bens tombados, processos indeferidos e em instrução –, para compreender de que modo o IPHAN vem lidando com esse tipo de bem em seus 80 anos de existência. Para o melhor entendimento das análises realizadas, foram analisados três processos em instrução para tombamento sobre Vilas Operárias, encontrados na Superintendência do IPHAN em Alagoas. Os processos em questão foram: Vila Operária em Delmiro Gouveia, Vila Operária em Fernão Velho e Destilaria Central de Rio Largo, onde foram analisadas as perdas e aspectos existentes, que ainda possibilitem a atribuição de valor a essa tipologia tão importante para preservação da memória da classe operária brasileira e da história da industrialização nacional.

Palavras-chave: Vila Operária. Patrimônio Industrial. Habitação Social. Patrimônio Cultural. IPHAN

ABSTRACT

OLIVEIRA, Daniella Christina Acioli do Carmo de. **The loss in the processes of patrimonialization:** Working Class Village as Cultural Heritage. 2018. 211f Dissertação (Mestrado) apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

From the analysis of the processes for the acknowledgement of cultural property as heritage at the Superintendence of the Institute of National Historical and Artistic Heritage - IPHAN in Alagoas, three different processes were identified with the theme of Brazilian Working Class Village. Such analysis raised questions about the possibility of recognition of Working Class Villages as Cultural Heritage and prompted this study about the historical and economic contexts of such ensembles and the relations of such buildings to architecture and urbanism history. The analyses encompassed not only processes that resulted in the listing of the properties, but also those that were refused and the ones still being instructed and enabled the understanding of how the IPHAN has dealt with this category of asset during its 80 years. The dissertation focused on the cases of three Working Class Villages under scrutiny of the Superintendence of IPHAN in Alagoas IPHAN: Working Class Village in Delmiro Gouveia, Working Class Village in Fernão Velho e Central Destilary in Rio Largo. The study highlighted the losses and existing aspects that may be mobilized in the valorization of the Villages that play an important role to the memory of industrialization in Brazil and the Brazilian working class.

Keywords: Working Class Village. Industrial Heritage. Social Housing. Cultural Heritage. IPHAN

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Imagem contida no processo do Conjunto Habitacional de Goiana, PE.....	81
Figura 02	Imagem contida no processo do Conjunto Habitacional de Goiana, PE.....	81
Figura 03	Imagem contida no processo do Conjunto Habitacional de Goiana, PE.....	82
Figura 04	Vila Operária de Goiana, PE.....	83
Figura 05	Vila Operária de Goiana, PE.....	83
Figura 06	Vila Operária de Goiana, PE.....	83
Figura 07	Vila Operária de Goiana, PE.....	83
Figura 08	Vila Operária de Goiana, PE.....	83
Figura 09	Vila Operária de Goiana, PE.....	83
Figura 10	Fachada principal Avenida Modelo.....	84
Figura 11	Portão de acesso à Avenida Modelo.....	84
Figura 12	Acesso Avenida Modelo, com escoramentos.....	85
Figura 13	Acesso Avenida Modelo, com escoramentos.....	85
Figura 14	Casario Avenida Modelo.....	85
Figura 15	Casario Avenida Modelo.....	85
Figura 16	Casario Avenida Modelo.....	86
Figura 17	Casario Avenida Modelo.....	86
Figura 18	Área interna Avenida Modelo.....	86
Figura 19	Área interna Avenida Modelo.....	86
Figura 20	Imagem do relatório de visita à Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.....	122
Figura 21	Imagem do relatório de visita à Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.....	122
Figura 22	Remanescentes da antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.....	122
Figura 23	Remanescentes da antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.....	122
Figura 24	Remanescentes da antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.....	123
Figura 25	Remanescentes da antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.....	123
Figura 26	Rua em que se localizava a antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia, hoje está totalmente modificada.....	123
Figura 27	Rua em que se localizava a antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia, hoje está totalmente modificada.....	123
Figura 28	Placas existentes na praça situada entre as casas da antiga Vila Operária.....	123

Figura 29	Placas existentes na praça situada entre as casas da antiga Vila Operária.....	123
Figura 30	Placas existentes na praça situada entre as casas da antiga Vila Operária.....	124
Figura 31	Placas existentes na praça situada entre as casas da antiga Vila Operária.....	124
Figura 32	Núcleo inicial da vila operária.....	125
Figura 33	Imagem atual da cidade de Delmiro Gouveia.....	125
Figura 34	Rua 7 de setembro.....	126
Figura 35	Rua 13 de maio.....	126
Figura 36	Rua Rio Branco.....	126
Figura 37	Rua José de Alencar.....	126
Figura 38	Rua Floriano Peixoto.....	126
Figura 39	Rua Rui Barbosa.....	126
Figura 40	Rua 15 de novembro.....	127
Figura 41	Rua 13 de maio, sem data.....	127
Figura 42	Rua 13 de maio.....	127
Figura 43	Rua Floriano Peixoto.....	128
Figura 44	Rua 7 de setembro.....	128
Figura 45	Vista panorâmica da Vila Operária.....	128
Figura 46	Detalhes da vista panorâmica da Vila Operária.....	129
Figura 47	Detalhes da vista panorâmica da Vila Operária.....	129
Figura 48	Detalhes da vista panorâmica da Vila Operária.....	129
Figura 49	Detalhes da vista panorâmica da Vila Operária.....	129
Figura 50	Planta baixa da casa dos operários da Vila Operária em Delmiro Gouveia, área dos alpendres com circulação comum entre as residências.....	129
Figura 51	Rua 13 de maio.....	130
Figura 52	Antiga senzala do Engenho Coimbras.....	130
Figura 53	Casas com fechamento das colunas com cobogós, em destaque.....	131
Figura 54	Casas com fechamento das colunas com cobogós, em destaque.....	131
Figura 55	Quadras com acréscimos de lote, em destaque.....	131
Figura 56	Quadras com acréscimos de lote, em destaque.....	131
Figura 57	Rua José de Alencar, casas com avanços, em relação ao limite do lote.....	132
Figura 58	Rua José de Alencar, casas com avanços, em relação ao limite do lote.....	132
Figura 59	Rua Rio Branco, casas com acréscimos de pavimento.....	132

Figura 60	Rua Rio Branco, casas com acréscimos de pavimento.....	132
Figura 61	Rua 13 de maio, remanescentes identificados.....	133
Figura 62	Rua 13 de maio, remanescentes identificados.....	133
Figura 63	Rua Rio Branco, remanescentes identificados.....	133
Figura 64	Rua Rio Branco, remanescentes identificados.....	133
Figura 65	Rua José de Alencar, remanescentes identificados.....	133
Figura 66	Rua José de Alencar, remanescentes identificados.....	133
Figura 67	Rua Rio Branco, lote demolido, ainda com a marcação da cumeeira.....	134
Figura 68	Rua Rui Barbosa, imóveis em processo de demolição, antiga área dos alpendres.....	134
Figura 69	Rua Rui Barbosa, imóveis em processo de demolição, antiga área dos alpendres.....	134
Figura 70	Rua Rui Barbosa, imóveis em processo de demolição, com as colunas em evidência.....	135
Figura 71	Rua Rui Barbosa, imóveis em processo de demolição, com as colunas em evidência.....	135
Figura 72	Localização do cinema em 1917.....	135
Figura 73	Localização atual do antigo cinema.....	135
Figura 74	Antigo cinema da Pedra.....	136
Figura 75	Atual feição do antigo cinema.....	136
Figura 76	Em destaque a casa do proprietário do cinema.....	137
Figura 77	Em destaque, antigo cinema da Pedra, em relação à casa do proprietário.....	137
Figura 78	Capela Nossa Senhora do Rosário em 1922.....	137
Figura 79	Capela Nossa Senhora do Rosário em 2017.....	137
Figura 80	Vista lateral da Praça e Capela de Nossa Senhora do Rosário.....	138
Figura 81	Vista posterior da Praça e Capela de Nossa Senhora do Rosário.....	138
Figura 82	Praça e Capela com as placas em seu entorno.....	138
Figura 83	Praça e Capela com as placas em seu entorno.....	138
Figura 84	Localização da Estação da Pedra em 1917.....	139
Figura 85	Localização da antiga Estação da Pedra em 2017.....	139
Figura 86	Antiga Estação Ferroviária de Delmiro Gouveia, atual Museu Regional Delmiro Gouveia.....	139
Figura 87	Antiga Estação Ferroviária de Delmiro Gouveia, atual Museu Regional Delmiro Gouveia.....	139

Figura 88	Locomotiva exposta no Museu Regional Delmiro Gouveia.....	140
Figura 89	Locomotiva exposta no Museu Regional Delmiro Gouveia.....	140
Figura 90	Relógio da antiga RFFSA exposta no Museu Regional Delmiro Gouveia.....	140
Figura 91	Placa da antiga RFFSA exposta no Museu Regional Delmiro Gouveia.....	140
Figura 92	Localização da casa de Delmiro Gouveia em 1917.....	141
Figura 93	Localização da atual Praça Delmiro Gouveia em 2017.....	141
Figura 94	Monumento situado na Praça Delmiro Gouveia, reforçando local de sua morte.....	141
Figura 95	Detalhe da frase existente no monumento.....	141
Figura 96	Praça Delmiro Gouveia.....	142
Figura 97	Placa da obra, com previsão de entrega para novembro de 2017.....	142
Figura 98	Imagens da Vila Operária de Fernão Velho existentes no processo.....	144
Figura 99	Imagens da Vila Operária de Fernão Velho existentes no processo.....	144
Figura 100	Fachada da fábrica, com sua última denominação: “Fábrica Carmen”.....	146
Figura 101	Fachada da fábrica, com sua última denominação: “Fábrica Carmen”.....	146
Figura 102	Mapa de Fernão Velho, arruamentos, edificações importantes e praças da Vila Operária em destaque.....	148
Figura 103	Rua Dr. Manoel Machado em 1983.....	149
Figura 104	Rua Dr. Manoel Machado em 2018.....	149
Figura 105	Vista da fachada voltada para a Rua Dr. Manoel Machado.....	149
Figura 106	Vista da Fábrica a partir da Praça São José.....	149
Figura 107	Vista da Fábrica a partir da fachada voltada para a Avenida Dr. Alberto.....	150
Figura 108	Vista da Fábrica a partir da fachada voltada para a Avenida Dr. Alberto.....	150
Figura 109	Fachadas da fábrica em diferentes momentos, semelhança ainda percebida...	150
Figura 110	Fachadas da fábrica em diferentes momentos, semelhança ainda percebida...	150
Figura 111	Destaque da platibanda em que existia a inscrição do ano “1914”.....	151
Figura 112	Destaque da platibanda em que existia a inscrição do ano “1914”.....	151
Figura 113	Platibanda ainda existente com a inscrição do ano “1914”.....	151
Figura 114	Trechos da edificação da fábrica sem coberta.....	152
Figura 115	Trechos da fachada com platibanda destruída.....	152
Figura 116	Área da antiga fábrica, com aspectos de abandono em meio a lixo e folhas secas.....	152
Figura 117	Área da antiga fábrica, com aspectos de abandono em meio a lixo e folhas secas.....	152

Figura 118 Imagem aérea de Fernão Velho, em destaque a Praça Othon Bezerra de Melo.....	153
Figura 119 Antiga Sede Othon.....	153
Figura 120 Estação Ferroviária de Fernão Velho, 2018.....	154
Figura 121 Estação Ferroviária de Fernão Velho, 2018.....	154
Figura 122 VLT em funcionamento.....	154
Figura 123 Recreio Operário, 1986.....	155
Figura 124 Recreio Operário, 1986.....	155
Figura 125 Praça do Recreio, 2018.....	155
Figura 126 Praça do Recreio, 2018.....	155
Figura 127 Terreno onde foi construído o Recreio Operário.....	156
Figura 128 Casa dos proprietários, na gestão da família Machado, em destaque.....	156
Figura 129 Fachada da antiga casa do proprietário voltada para Praça São José.....	157
Figura 130 Fachada da antiga casa do proprietário voltada para Rua Dr. Manoel Machado.....	157
Figura 131 Fachada da antiga casa do proprietário voltada para Rua Dr. Alberto.....	157
Figura 132 Inscrição com ano da reforma.....	157
Figura 133 Antiga residência do proprietário da fábrica em 1986.....	158
Figura 134 Praça São José em destaque.....	158
Figura 135 Praça São José.....	159
Figura 136 Praça São José.....	159
Figura 137 Mapa de Fernão Velho, em destaque localização do antigo cinema e ambulatório.....	159
Figura 138 Cine Teatro São José.....	160
Figura 139 Cine Teatro São José e Ambulatório.....	160
Figura 140 Antiga localização Cine Teatro São José e Ambulatório.....	160
Figura 141 Praça Eduardo Santos em 1983.....	160
Figura 142 Praça Eduardo Santos em 2018, atualmente há uma imagem de padre Cícero ao centro.....	160
Figura 143 Igreja de São José em 1983.....	161
Figura 144 Igreja de São José em 2018.....	161
Figura 145 Casario ao lado da Igreja.....	161
Figura 146 Casario ao lado da Igreja.....	161

Figura 147	Edificação em primeiro plano (antigo Grupo Escolar), localizada na intersecção da Av. Dr. Alberto com a rua Dr. Artur Machado, e ao fundo visada da Igreja São José, em destaque.....	162
Figura 148	Edificação em primeiro plano (antigo Grupo Escolar), localizada na intersecção da Av. Dr. Alberto com a rua Dr. Artur Machado, e ao fundo visada da Igreja São José, em destaque.....	162
Figura 149	Mapa de Fernão Velho, em destaque edificações destinadas a funcionários de maior qualificação.....	162
Figura 150	Conjunto (a) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.....	163
Figura 151	Conjunto (a) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.....	163
Figura 152	Conjunto (b) destinado a funcionários mais graduados, em 1983.....	163
Figura 153	Conjunto (b) destinado a funcionários mais graduados, em 2018 apenas um trecho não foi demolido.....	163
Figura 154	Único remanescente do conjunto (b) destinado a funcionários mais graduados.....	164
Figura 155	Conjunto (c) destinado a funcionários mais graduados, visto a partir da Rua Dona Maria Machado em 1986.....	164
Figura 156	Conjunto (c) destinado a funcionários mais graduados, visto a partir da Rua Dona Maria Machado em 2018.....	164
Figura 157	Destacando na paisagem de Fernão Velho os trechos (b) e (c).....	164
Figura 158	Alguns remanescentes do conjunto (d) destinado a funcionários mais graduados.....	165
Figura 159	Alguns remanescentes do conjunto (d) destinado a funcionários mais graduados.....	165
Figura 160	Alguns remanescentes do conjunto (d) destinado a funcionários mais graduados.....	165
Figura 161	Alguns remanescentes do conjunto (d) destinado a funcionários mais graduados, detalhe do muro que divide as casas.....	165
Figura 162	Antigo Grupo Escolar e atualmente templo religioso.....	166
Figura 163	Antigo Grupo Escolar e atualmente templo religioso.....	166
Figura 164	Conjunto (e) destinado a funcionários mais graduados, em 1986.....	166
Figura 165	Conjunto (e) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.....	166
Figura 166	Conjunto (e) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.....	167
Figura 167	Conjunto (e) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.....	167

Figura 168 Vista interna de um dos imóveis, que mantém característica original preservada.....	167
Figura 169 Vista interna de um dos imóveis, que mantém característica original preservada.....	167
Figura 170 Detalhe do piso em ladrilho hidráulico original.....	168
Figura 171 Detalhe do piso em ladrilho hidráulico original e da porta em madeira.....	168
Figura 172 Arruamentos de Fernão Velho.....	168
Figura 173 Rua da Lapinha, casas com grades.....	169
Figura 174 Rua da Lapinha, casas com alinhamento diferente da casa original.....	169
Figura 175 Rua Barão de Jaraguá.....	169
Figura 176 Rua Barão de Jaraguá.....	169
Figura 177 Rua Comendador Jacinto Leite.....	170
Figura 178 Rua Dr. Manoel Machado.....	170
Figura 179 Rua Dr. Manoel Machado, mesma rua da Fábrica.....	170
Figura 180 Remanescentes encontrados, na rua Dr. Manoel Machado.....	171
Figura 181 Remanescentes encontrados, na rua Dr. Manoel Machado.....	171
Figura 182 Rua Comendador Vasconcelos.....	171
Figura 183 Rua Comendador Vasconcelos.....	171
Figura 184 Avenida Dr. Alberto.....	171
Figura 185 Avenida Dr. Alberto.....	171
Figura 186 Rua Dr. Artur Machado.....	172
Figura 187 Rua Dona Maria Machado.....	172
Figura 188 Rua da Praia, trecho com alpendre.....	172
Figura 189 Rua da Praia, trecho com alpendre.....	172
Figura 190 Rua da Praia, trecho com formas geométricas na fachada.....	173
Figura 191 Rua da Praia, trecho com formas geométricas na fachada.....	173
Figura 192 Rua da Praia, trecho em que pode ser percebida as formas geométricas das fachadas.....	173
Figura 193 Rua da Praia, trecho em que pode ser percebida as formas geométricas das fachadas.....	173
Figura 194 Vista geral da rua da Praia.....	173
Figura 195 Vista geral da rua da Praia.....	173
Figura 196 Imóveis com porte diferenciado na Rua São José.....	174
Figura 197 Imóveis com porte diferenciado na Rua São José.....	174

Figura 198	Edificação remanescente localizada na praça São José.....	174
Figura 199	Edificação remanescente localizada na praça São José.....	174
Figura 200	Edificação remanescente localizada na praça São José.....	175
Figura 201	Edificação remanescente localizada na praça São José.....	175
Figura 202	Arruamento existente no entorno da Praça Eduardo Santos.....	175
Figura 203	Arruamento existente no entorno da Praça Eduardo Santos.....	175
Figura 204	Arruamento existente no entorno da Praça Eduardo Santos.....	175
Figura 205	Arruamento existente no entorno da Praça Eduardo Santos.....	175
Figura 206	Poligonal de tombamento proposta da Destilaria Central de Alagoas.....	178
Figura 207	Destilaria Central de Alagoas no dia da sua inauguração, 1961.....	179
Figura 208	Destilaria Central de Alagoas em funcionamento.....	179
Figura 209	Escritório Administrativo.....	180
Figura 210	Garagem.....	180
Figura 211	Mapa da Destilaria Central e da sua Vila Residencial.....	180
Figura 212	Divisão da Vila Residencial.....	180
Figura 213	Vila Residencial da Destilaria Central de Alagoas em obra.....	181
Figura 214	Mapa da Destilaria, com escritório administrativo (1) e ambulatório (2), em destaque.....	182
Figura 215	Tipologia do Ambulatório e Escritório administrativo.....	183
Figura 216	Tipologia do antigo Escritório administrativo.....	183
Figura 217	Tipologia do antigo Escritório administrativo.....	183
Figura 218	Tipologia do antigo Ambulatório.....	183
Figura 219	Tipologia do antigo Ambulatório.....	183
Figura 220	Demais edificações que formam a antiga Destilaria Central, sem acesso.....	184
Figura 221	Demais edificações que formam a antiga Destilaria Central, sem acesso.....	184
Figura 222	Demais edificações que formam a antiga Destilaria Central, sem coberta e em arruinamento.....	184
Figura 223	Demais edificações que formam a antiga Destilaria Central, sem coberta e em arruinamento.....	184
Figura 224	Mapa da Vila Residencial.....	185
Figura 225	Vila dos Funcionários, casas tipo (1).....	185
Figura 226	Vila dos Funcionários, casas tipo (1).....	186
Figura 227	Vila dos Funcionários, casas tipo (1).....	186
Figura 228	Vila dos Funcionários, casas tipo (1).....	186

Figura 229	Vila dos Funcionários, casas tipo (2).....	186
Figura 230	Vila dos Funcionários, casas tipo (2).....	187
Figura 231	Vila dos Funcionários, casas tipo (2).....	187
Figura 232	Vila dos Funcionários, casas tipo (2).....	187
Figura 233	Vila dos Funcionários, casas tipo (2).....	187
Figura 234	Vila dos Funcionários, casas tipo (3) – hospedaria.....	188
Figura 235	Vila dos Funcionários, casas tipo (3) – hospedaria.....	188
Figura 236	Vila dos Funcionários, casas tipo (3) – hospedaria.....	188
Figura 237	Aspecto geral da Vila dos Funcionários.....	189
Figura 238	Aspecto geral da Vila dos Funcionários.....	189
Figura 239	Vila Operária, casas tipo (4).....	189
Figura 240	Vila Operária, casas tipo (4).....	190
Figura 241	Vila Operária, casas tipo (4).....	190
Figura 242	Vila Operária, casas tipo (4).....	190
Figura 243	Vila Operária, casas tipo (4).....	190
Figura 244	Vila Operária, casas tipo (5).....	191
Figura 245	Vila Operária, casas tipo (5).....	191
Figura 246	Vila Operária, casas tipo (5).....	191
Figura 247	Vila Operária, casas tipo (5).....	191
Figura 248	Vila Operária, casas tipo (5).....	191
Figura 249	Vila Operária, casas tipo (6).....	192
Figura 250	Vila Operária, casas tipo (6).....	192
Figura 251	Vila Operária, casas tipo (6).....	192
Figura 252	Vila Operária, casas tipo (6).....	193
Figura 253	Vila Operária, casas tipo (6).....	193
Figura 254	Aspecto geral da Vila Operária.....	193
Figura 255	Aspecto geral da Vila Operária.....	193
Figura 256	Equipamentos identificados: Clube, escola e caixa d'água.....	194
Figura 257	Caixa d'água.....	194
Figura 258	Antigo clube, fachada principal.....	194
Figura 259	Antigo clube, fachada lateral.....	194
Figura 260	Antiga Escola.....	195
Figura 261	Antiga Escola.....	195
Figura 262	Antigo Cinema.....	195

Figura 263	Antigo Cinema.....	195
Figura 264	Antiga Fábrica Cachoeira.....	196
Figura 265	Antiga Fábrica Cachoeira.....	196
Figura 266	Remanescentes de edificações da Companhia de Fiação e Tecidos.....	197
Figura 267	Antiga Fábrica Progresso.....	197
Figura 268	Antiga Fábrica Progresso.....	197
Figura 269	Casa do Gustavo Paiva.....	197
Figura 270	Antigo posto médico.....	197
Figura 271	Antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva.....	198
Figura 272	Antigo Cinema.....	198
Figura 273	Estação Ferroviária de Gustavo Paiva.....	198
Figura 274	Estação Ferroviária de Rio Largo.....	198
Figura 275	Vista da lagoa Mundaú a partir de Rio Largo.....	199
Figura 276	Vista da lagoa Mundaú a partir de Rio Largo.....	199

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Mapa de Alagoas com municípios com bens tombados em destaque.....	105
Mapa 02	Municípios alagoanos com Fábricas Têxteis e Usinas de Açúcar.....	108
Mapa 03	Mapa das linhas férreas de Alagoas.....	110
Mapa 04	Trecho da Linha Independente.....	111
Mapa 05	Trecho da Linha Sul.....	112
Mapa 06	Trecho do Ramal de Colégio.....	113
Mapa 07	Mapa do estado de Alagoas, com os municípios de: Maceió, Rio Largo e Delmiro Gouveia.....	114
Mapa 08	Mapa da cidade de Maceió, com os bairros de Fernão Velho e Centro.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Processos localizados na Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento do IPHAN (1938-2017).....	28
Quadro 02	Processos relacionados ao Patrimônio Industrial, abertos antes da década de 1980.....	69
Quadro 03	Demais processos de fábricas e vilas operárias, abertos na década de 1980.....	87
Quadro 04	Processos de fábricas e vilas operárias, abertos a partir dos anos 2000.....	94
Quadro 05	Lista de bens tombados, pelo IPHAN, no estado de Alagoas.....	103
Quadro 06	Lista de bens em instrução, pelo IPHAN, no estado de Alagoas.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
DTC	Departamento de Tombamento e Conservação
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios Ltda.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TICCIH	Comitê Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	26
1 TERRITÓRIOS DE CONTROLE SOCIAL: VILAS OPERÁRIAS A PARTIR DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS, ARQUITETÔNICAS E URBANAS INDUSTRIAIS.....	34
1.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	34
1.2 RELAÇÕES SOCIAIS E COTIDIANO DAS VILAS OPERÁRIAS: DISCIPLINA E CONTROLE DO TRABALHADOR.....	42
1.3 FORMAÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS: ARQUITETURA E URBANISMO INDUSTRIAL COMO INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL.....	48
2 PATRIMONIALIZAÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS NO BRASIL: VILA OPERÁRIA É PATRIMÔNIO CULTURAL?.....	63
2.1 FASES DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO IPHAN: DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL AO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	63
2.2 INSTRUMENTOS DE PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS.....	66
2.3 A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PATRIMÔNIO: PRIMEIROS TOMBAMENTOS DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL.....	68
2.4 VILAS E CONGÊNERES E SEUS PROCESSOS DE TOMBAMENTO NA BUSCA PELA PATRIMONIALIZAÇÃO DE VILAS OPERÁRIAS.....	72
2.5 DEPOIS DO “VILAS E CONGÊNERES”: PROCESSOS DE TOMBAMENTO APÓS DÉCADA DE 1980.....	94
3 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM ALAGOAS: VILAS OPERÁRIAS EM PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO.....	103
3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL EM ALAGOAS: ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM ALAGOAS NOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO.....	103
3.2 REMANESCENTES DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM ALAGOAS: UM PATRIMÔNIO NÃO (RE)CONHECIDO.....	106
3.3 VILAS OPERÁRIAS DE ALAGOAS: ENTRE TOMBAMENTO E PERDA.....	114
3.3.1 Vila Operária de Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia – Alagoas.....	118

3.3.2 Vila Operária de Fernão Velho, Maceió – Alagoas.....	143
3.3.3 Vila Industrial Modernista: Destilaria Central, Rio Largo – Alagoas.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	200
REFERÊNCIAS.....	205
ANEXO A – MODELO DE FICHA UTILIZADO PARA A LEITURA E ANÁLISE DOS PROCESSOS.....	209
ANEXO B – DOCUMENTO CONTIDO NOS PROCESSOS DAS VILAS OPERÁRIAS EM DELMIRO GOUVEIA E FERNÃO VELHO.....	210
ANEXO C – PEDIDO DE TOMBAMENTO DA VILA INDUSTRIAL MODERNISTA DE RIO LARGO/AL, PROCESSO T NÚMERO.....	211

INTRODUÇÃO

A temática para a vaga do Mestrado PEP/IPHAN proposta pela Superintendência de Alagoas abrangia os pedidos de tombamento existentes no estado, que incluem um total de 13 processos, dentre os quais quatro são relacionados a tipologias religiosas, cinco a tipologias industriais e os demais a tipologias diversas. Dentre os processos, foram identificados três a respeito de Vilas Operárias, os quais se encontram com pesquisas inconclusas. Os objetos para tombamento em questão são: Vila Operária em Fernão Velho, Maceió – AL, processo de tombamento nº. 1242-T-87; Vila Operária em Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia – AL, processo de tombamento nº. 1111-T-84 e Vila Industrial Modernista, denominada Destilaria Central, Rio Largo – AL, processo de tombamento nº. 1589-T-10. Essa quantidade de processos de uma mesma tipologia, em um estado aparentemente pouco industrializado, gerou questionamentos e o interesse em investigar o tema.

A escolha por trabalhar com os três processos foi devido à possibilidade de expor três narrativas distintas sobre a mesma tipologia. A primeira, que compreende a Vila Operária em Delmiro Gouveia, que apesar das descaracterizações arquitetônicas em seu conjunto e alterações no uso de suas zonas residenciais, possui diversos elementos artísticos e urbanos que rememoram o passado.

Em seguida, tem-se a Vila Operária em Fernão Velho, que ainda conserva forte relação entre fábrica e operário, com a malha urbana preservada, utilização do transporte ferroviário, bem como o complexo fabril inserido na paisagem das residências da antiga Vila Operária. Além de ainda existirem várias questões e problemáticas entre ex-operários e os atuais herdeiros das fábricas, como questões trabalhistas não resolvidas, tudo isto traz características ímpares para esta.

A terceira e última, a Vila Industrial Modernista Destilaria Central de Rio Largo, em que aparecem contrapostas uma narrativa institucional e uma narrativa histórica local. Na historiografia de Rio Largo, o polo têxtil, foi o grande vetor econômico responsável pelo desenvolvimento desse município. As fábricas têxteis iniciaram suas atividades no final do século XIX e motivaram a emancipação política do município, que até aquele momento era distrito da cidade de Santa Luzia do Norte. Porém, o pedido de tombamento se refere a uma destilaria inaugurada na década de 1960, que teve curto período de funcionamento e que se localiza fora da área central da cidade. A motivação para o tombamento foi baseada, no entanto, nos aspectos estéticos da Vila Industrial. Coloca-se portanto a questão: quais seriam as características de maior relevância para o reconhecimento desses conjuntos? Aspectos

estilísticos teriam mais peso do que a importância memorial e histórica do conjunto urbano formado pelas fábricas têxteis?

Diante dessas diferentes narrativas encontradas nos processos de patrimonialização dos conjuntos, buscou-se alinhar aspectos comuns em torno da categoria que aparentemente aproximava os casos. Nesse sentido, ao aprofundar os estudos sobre as Vilas Operárias, foram identificadas diversas nomenclaturas sobre a tipologia em questão. No livro *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão* (1998), da arquiteta Telma Barros Correia, é destacada a distinção entre “vilas operárias” e “núcleos fabris”. Ela define Vilas Operárias como aquelas que se situam dentro das cidades ou em subúrbios, e Núcleos Fabris como as vilas mais isoladas no campo, onde a fábrica “criaria” uma “cidade”, dando mais autonomia aos industriais sobre o controle local. Em comum entre as duas categorias, está o fato de que se tratam de conjuntos de residências fornecidas pela fábrica a seus operários. Apesar de reconhecer a diferença existente entre os tipos de habitações operárias, neste trabalho será utilizado o termo mais comum no âmbito do patrimônio, o de Vilas Operárias, abrangendo neste sentido ambas categorias.

Partindo da identificação dos processos citados, buscou-se na Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2017) existente na página eletrônica do IPHAN, quais outros processos (em instrução, indeferidos e tombados) existem sobre a temática das vilas operárias e suas fábricas. Outro caminho para identificação desses processos foi através de quadro existente no livro *Blocos de Memórias: Habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural* de Flávia Brito do Nascimento (2016, p. 236), no qual há uma lista dos processos relacionados a habitações operárias, tombadas ou em estudo.

A partir disto, esta lista foi ampliada para outros bens relacionados ao Patrimônio Industrial. A busca consistiu em encontrar os processos que tivessem em seus títulos as seguintes palavras: “fábricas”, “vilas”, “conjuntos habitacionais”, “habitação coletiva”, “vilas operárias” e “vilas”. Na busca realizada, não foram incluídos os bens ferroviários¹, exceto a Vila Ferroviária de Paranapicaba que se trata de uma Vila Operária Ferroviária. Foram encontrados um total de 19 processos relacionados ao tema (Quadro 01), incluindo os três de Alagoas.

¹ O Patrimônio Ferroviário integra o Patrimônio Industrial, tendo sido encontrados trinta e seis processos, entre tombados, em instrução e indeferidos, relacionados ao Patrimônio Ferroviário.

Estado	Município	Nome do Bem	Situação ²	Tipo	Número processo T ³	Ano de abertura do processo ⁴
AL	Delmiro Gouveia	Vila Operária em Delmiro Gouveia	Em instrução	Conjunto Urbano	1111-T-84	1983
AL	Maceió	Vila Operária em Fernão Velho	Em instrução	Conjunto Urbano	1242-T-87	1983
AL	Rio Largo	Vila industrial modernista, denominada destilaria central	Em instrução	Conjunto Urbano	1589-T-10	2009
AP	Serra do Navio	Vila Serra do Navio	Tombado	Conjunto Urbano	1567-T-08	1998
MA	São Luís	Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia localizado na Rua Cândido Ribeiro, 250	Tombado	Edificação	1144-T-85	1984
MG	Morro do Pilar	Ruínas: Real Fábrica de Ferro	Instrução	Ruína	539-T-56	
MG	Ouro Preto	Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas	Tombado	Ruína	31-T-38	1938
MG	Sabará	Vila Marzagão	Em instrução	Conjunto Urbano	1479-T-01	
PB	João Pessoa	Fábrica de Vinho Tito Silva	Tombado	Edificação	1054-T-82	
PE	Goiana	Conjunto Habitacional Operário	Indeferido	Conjunto Urbano	1084-T-83	1983
RJ	Petrópolis	Avenida Koeler: conjunto urbano- paisagístico	Tombado	Conjunto Urbano	662-T-62	1962
RJ	Rio de Janeiro	Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó nº. 55; Vila Na Rua Regente Feijó, 55	Tombado	Conjunto Arquitetônico	1085-T-83	1983
RS	Rio Grande	Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Rheingantz	Indeferido	Conjunto Arquitetônico	1586-T-10	2009
RS	Santa Maria	Vila Belga	Indeferido	Conjunto Urbano	1681-T-13	2013
SP	Iperó	Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema	Tombado	Conjunto Arquitetônico	727-T-64	1963

² Situação: Refere-se a como está o processo de tombamento, que pode-se encontrar das seguintes maneiras: a) Em instrução – quando o processo ainda está em estudo, ou seja, sem uma definição se o tombamento será acatado ou não; b) Tombado – neste caso o processo foi concluído e levado ao Conselho Consultivo do IPHAN, no qual o mesmo foi favorável a tombar o bem; c) Indeferido – o processo pode ser indeferido ou arquivado, tanto pelo Conselho Consultivo que se posicionou não favorável ao tombamento, ou pelas Superintendências do IPHAN quando as mesmas não veem valor patrimonial de relevância nacional do bem; d) Tombamento Provisório – são processos, que por motivos emergenciais, são tombados provisoriamente, antes de serem levados ao Conselho Consultivo, pela procuradoria do IPHAN.

³ “Os processos de tombamento são processos administrativos que, além do número de protocolo, são vinculados à chamada ‘série histórica’ (ou série “T”), que enumera sequencialmente todos os processos de tombamento já abertos pelo IPHAN.” (IPHAN, 2012). Esse controle é feito pelo Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Também vale destacar que os dois últimos algarismos do número do processo T refere-se ao ano de abertura do processo T.

⁴ A data de abertura do processo administrativo (pedido de tombamento), em alguns casos, pode ser distinta da data do ano de abertura do processo T, mas esse fato não impede o início da instrução do processo.

SP	Itu	Fábrica de Tecidos São Luiz	Em instrução	Edificação	1174-T-85	
SP	Jundiaí	Prédio e Terreno da Ex-Fábrica Japy na Vila Arens	Indeferido	Edificação	1657-T-12	
SP	Santo André	Vila Ferroviária de Paranapiacaba	Tombado	Conjunto Urbano	1252-T-87	1985
SP	São Paulo	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Bairro da Luz – Vila Inglesa	Tombado	Conjunto Arquitetônico	1463-T-00	

Quadro 01: Processos localizados na Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento do IPHAN (1938-2017).

Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_2015.pdf

Assim, foi identificada a situação atual dos 19 processos: nove foram deferidos, quatro foram indeferidos e seis estão em instrução. Segundo dados obtidos junto ao Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, do IPHAN, atualmente a instituição possui cerca de 1.200 bens tombados, número que contrasta com a quantidade de bens encontrados nos processos do quadro acima, na qual os nove bens tombados relacionados ao Patrimônio Industrial representam apenas 0,75% do total do patrimônio reconhecido.

Após essa análise, ressalta-se que, dos cinco processos em instrução, três são de bens situados em Alagoas. Apesar de ser, atualmente, um estado com pouca representatividade no setor industrial, observa-se um quantitativo de processos em instrução sobre a temática maior que o estado de São Paulo, este destacado pela sua intensa industrialização. Outro destaque é pela significativa quantidade de processos abertos na década de 1980 (oito processos) e nos anos 2000 (sete processos); que expressam, possivelmente, épocas de busca de reconhecimento dessa tipologia patrimonial.

Em seguida a identificação desses processos, através da Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2017), o conteúdo completo deles foi solicitado ao Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, tendo sido enviado apenas 11 e dois já estavam na Superintendência do IPHAN em Alagoas⁵.

Em sequência, foi realizada a leitura de parte dos processos selecionados, a partir dos quais, elaborou-se um questionário (Anexo A) – para o fichamento dos pontos principais dos processos analisados, a fim de se estabelecerem aspectos comparáveis. Centrou-se, então, em informações como: título e número do processo, quem fez o pedido de tombamento, ano de abertura do processo, motivação do pedido, se o pedido foi aceito ou não e qual a justificativa

⁵ Os processos analisados estão em destaque no Quadro 01.

para decisão, em qual Livro do Tombo o bem foi inserido, tempo que levou para finalização do processo e informações históricas sobre o bem.

Nessas análises, destacou-se o fato de, na década de 1980, ter sido criado um Grupo de Trabalho no IPHAN sobre vilas brasileiras, motivados pelo processo para tombamento do Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó nº. 55, ou, como é conhecida, a Avenida Modelo, Rio de Janeiro/RJ. O grupo intitulado de “Vilas e Congêneres” teve seu primeiro trabalho desenvolvido pelo estudo de caso da Avenida Modelo.

Além do grupo de trabalho, foi identificada, em três dos processos analisados⁶, a menção sobre o interesse do então Secretário de Cultura do MEC – Marcos Vinícios Vilaça – de encontrar novos exemplares patrimoniais, expressa a seguir: “O Secretário de Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça publica no Jornal do Brasil: ‘entrega-se, no momento, à tarefa de procurar, para Tombar uma Vila Operária representativa do início do processo de industrialização do Brasil’.”

No que diz respeito ao outro momento institucional, também foi ressaltada a quantidade de processos abertos nos anos 2000, quando os mesmos apresentam motivações distintas daquelas existentes nos documentos da década de 1980.

Baseando-se nos pareceres técnico e histórico dos objetos para tombamento, foi percebido o destaque e importância da formação urbana dessas Vilas Operárias, não só como entorno de destaque da fábrica, mas como núcleos urbanos que desenvolveram parte das cidades em que estão inseridas, integrando a história da urbanização e de industrialização brasileiras, sendo assim espaço de afirmação e reprodução das memórias, da identidade e da história operárias.

Partindo do que foi exposto, o presente trabalho busca entender as Vilas Operárias no contexto do Patrimônio Cultural e pretende abordar o processo de patrimonialização dessa tipologia, no âmbito do IPHAN. Além disto, pretende entender e analisar esses espaços, não apenas do ponto de vista de suas tipologias arquitetônicas e formações urbanas industriais, mas a partir da ótica de como esses lugares estão e/ou estavam inseridos no cotidiano dos trabalhadores que as utilizavam e nas dos industriais que as controlavam. Para analisar a patrimonialização desta tipologia, serão utilizados os processos de tombamento existentes em Alagoas, buscando compreender as transformações ocorridas nesses conjuntos ao longo do

⁶ Processos:

Nº. 1084-T-83, Conjunto Habitacional Operário, Goiana-PE;

Nº. 1111-T-84, Vila Operária em Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia-AL;

Nº. 1242-T-87, Vila Operária em Fernão Velho, Maceió-AL.

tempo e identificar as possíveis perdas que podem ter sofrido desde os seus pedidos de tombamento.

A partir dos valores, categorias e conceitos que conformam o Patrimônio Cultural, tenciona-se discutir em que medida as Vilas Operárias são patrimônio e para quem o seriam. Por se tratar de uma tipologia que se encaixaria em “obras modestas” (ICOMOS, 1964) e que representaria as classes trabalhadoras, aparentemente sem valor excepcional, então não teriam valor para sua preservação? Nesse caso o tombamento significa de fato preservar? O tombamento seria o único instrumento possível de patrimonialização e reconhecimento desse bem? O tombamento evitaria efetivamente a perda material? E em que medida preserva os sentidos atribuídos aos bens em questão?

Deste modo, o trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro está discutida a tipologia das Vilas Operárias, baseado em suas características arquitetônicas e de sua concepção urbana industrial. Partindo disto, analisou-se como esses espaços foram pensados e criados para servirem como territórios de controle dos industriais, proprietários das fábricas, nos quais a própria disposição das casas, das áreas de lazer e comuns eram organizadas de formas estratégicas a dominar a rotina dos trabalhadores. Além disto, foi estudado como esses lugares foram apropriados pelos trabalhadores, como estavam inseridos no cotidiano dos trabalhadores e em que medida foram testemunhas da história de lutas operárias no país e até se esses espaços podem ser considerados lugares de memória das classes trabalhadoras. Também se pretendeu analisar o momento de desmonte dessas habitações operárias, que, por um lado, teria “libertado” os operários de uma rotina de controle e, por outro, teria acarretado a perda das características materiais das vilas, levando esses espaços a um processo de perda de suas características originais. Nesse sentido, foram postas perguntas sobre os sentidos dessas perdas, ressaltando quem seria afetado e qual a sua natureza – perdas materiais, históricas e simbólicas. As análises realizadas no capítulo em questão foram feitas em diálogo com a Carta de Nizhny Tagil ou Carta do Patrimônio Industrial de 2003, discutindo-se os conceitos e meios de preservação acerca do Patrimônio Industrial e procurando entender em que medida a tipologia das Vilas Operárias se encaixa no patrimônio discutido, além de entender esse tipo de bem no campo do Patrimônio Cultural.

Para o desenvolvimento do capítulo, foi utilizada bibliografia que abarca a temática do urbanismo industrial e sobre a tipologia da habitação operária, através de autores que se especializaram sobre o assunto, como Telma de Barros Correia (1998), Beatriz Kühl (2009), Eva Blay (1985), entre outros. Para pensar nesses espaços como territórios de controle e do

cotidiano, o tema foi discutido em diálogo com E. P. Thompson (1998) e Michel Foucault (1979).

O segundo capítulo trata do processo de patrimonialização das Vilas Operárias no âmbito do IPHAN. Durante as oito décadas de atuação do órgão, foi possível perceber os diversos processos de patrimonialização propostos pela instituição, processos estes que foram se modificando a cada fase. Em paralelo aos procedimentos de identificação e reconhecimento de bens culturais brasileiros, desenvolveram-se meios de preservá-los e protegê-los, sendo o tombamento o instrumento mais longo, mais utilizado e ainda o de maior destaque. Ainda assim, outros instrumentos de acautelamento foram construídos para melhor guarda dos bens, tais como inventários, registros e legislações.

Buscou-se entender, nesse capítulo, como foi desenvolvido o processo de patrimonialização e a busca por instrumentos de reconhecimento das Vilas Operárias do país, tendo como motivações o estudo “Vilas e Congêneres” e a busca feita pelo então Secretário de Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça. Em reflexo ao estudo realizado, foram solicitados três pedidos de tombamentos de Vilas Operárias naquele momento, sendo eles: Conjunto Habitacional Operário, Goiana/PE; Vila Operária em Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia/AL e Vila Operária em Fernão Velho, Maceió/AL.

Estudou-se, então, nesse segundo capítulo, como estes processos iniciados na década de 1980, repercutiram e como são discutidos hoje pelo IPHAN. Para elaborar tais análises, estudou-se a bibliografia publicada pelo órgão com o intuito de compreender as fases da instituição e assim entender como os processos de patrimonialização foram desenvolvidos. Também foram utilizadas publicações referentes aos instrumentos e formas de preservação usados ao longo dos 80 anos de existência da instituição, para desta maneira entender e analisar a produção de conhecimento realizada.

Optou-se, inicialmente, pela identificação e análise de pedidos de tombamento abertos pela motivação da pesquisa “Vilas e Congêneres”, para entender de que forma o estudo foi utilizado como instrumento de identificação das Vilas Operárias. Em seguida, o estudo foi ampliado para os demais processos com pedidos abertos antes, durante e após os anos 1980, destacando o que se buscava preservar desses bens nos anos 2000.

Partindo destas etapas, foi possível analisar como ocorreu o processo de patrimonialização das Vilas Operárias e como essa temática vem sendo tratada na atualidade pelo IPHAN. Além das análises de cunho institucional, foi sentida a necessidade de perceber a situação de “perda” desses conjuntos, que muitos passam cerca de três décadas sem definição

em seu pedido de tombamento, alterando assim possivelmente a motivação inicial de seu acautelamento, expondo o processo de perda pelo qual estão passando as Vilas Operárias e país.

Para o desenvolvimento deste capítulo, foi utilizado o conceito de cidade-monumento e cidade-documento da arquiteta Márcia Sant'Anna (2014), objetivando entender as fases por qual passou a instituição. Além disto, foi realizada a leitura do Decreto-Lei nº. 25/37 e dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, para compreender os instrumentos e formas de acautelamento existentes no Brasil. Também foram utilizadas publicações do IPHAN, processos de tombamento e documentos existentes no Arquivo Central do IPHAN/RJ.

No último capítulo, foi exposto o que está, atualmente, reconhecido como Patrimônio Cultural em Alagoas, partindo do histórico institucional da Superintendência do IPHAN em Alagoas. Também foi estudado o desenvolvimento da industrialização no estado, para assim compreender o que se tem de Patrimônio Industrial e como e quais os elementos resultantes da industrialização ainda persistem nesses espaços. Em seguida, foram analisadas as Vilas Operárias cujos processos de tombamento foram abertos na Superintendência. Pretendeu-se discutir o processo de descaracterização por qual as mesmas passam, entender quem seriam hoje os usuários desses espaços e problematizar os sentidos das possíveis perdas materiais e simbólicas relacionadas a esses bens. Assim, foram utilizados para consulta os processos T – processos de tombamento - das vilas operárias estudadas, assim como idas a campo para realização de registros fotográficos atuais e percepções sobre o estado atual. Para entender os processos de identificação e valorização do Patrimônio Cultural de Alagoas, foi consultado o acervo existente no IPHAN/AL e no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Também foi buscada bibliografia referente à história da industrialização em Alagoas, para desta forma perceber o sentido de se manter viva a memória e a história tanto industrial como dos trabalhadores que formaram Alagoas.

Ao pensar nas Vilas Operárias como espaços dinâmicos que, nos dias de hoje, possuem mais de 100 anos de existência, fariam sentido expectativas de ainda se encontrarem conjuntos homogêneos para tombar? Em que medida homogeneidade e integridade ainda se colocam como valores para o IPHAN? As ações institucionais ainda priorizam as feições arquitetônicas dos conjuntos? Sendo assim, conjuntos heterogêneos, mesmo com reconhecido valor histórico e que ainda mantenham elementos de sua condição preexistente, não seriam passíveis de patrimonialização por tal heterogeneidade? Então, nesses casos, qual o sentido da inscrição no Livro do Tombo Histórico? Em que medida ainda se acionam valores como homogeneidade e integridade para o tombamento?

1 TERRITÓRIOS DE CONTROLE SOCIAL: VILAS OPERÁRIAS A PARTIR DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS, ARQUITETÔNICAS E URBANAS INDUSTRIAIS.

1.1 Industrialização e desenvolvimento.

Sabe-se, a partir da narrativa historiográfica, que a Revolução Industrial foi um fenômeno que viria a mudar de modo permanente a vida da humanidade, como afirma o pensamento do historiador Eric J. Hobsbawm: “A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos.” (HOBBSAWM, 2016, p. 1). Ao refletir sobre como a industrialização repercutiu no campo do Patrimônio Cultural, Françoise Choay, em *A alegoria do Patrimônio* (2006, p. 127), traz uma descrição igualmente impactante:

Com efeito, o advento da era industrial como processo de transformação – mas também de degradação – do meio ambiente contribuiu, ao lado de outros fatores menos importantes, como o romantismo, para inverter a hierarquia dos valores atribuídos aos monumentos históricos e privilegiar, pela primeira vez, os valores da sensibilidade, principalmente estéticos. **A revolução industrial, como ruptura em relação aos modelos tradicionais de produção, abria um fosso intransponível entre dois períodos da criação humana.** Quaisquer que tenham sido as datas, que variam de acordo com cada país, o corte da industrialização continuou sendo, durante toda essa fase, **uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com qual começa a modernidade.** (Grifo nosso)

Aquilo que Hobsbawm define como a “mais radical transformação da vida humana”, Choay descreve como “ruptura em relação aos modelos tradicionais” e como “uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com qual começa a modernidade”, como se lê acima. Além disto, a autora entende a industrialização simultaneamente como uma ameaça ao monumento histórico, mas também como um incentivador às ações de preservação, no sentido de preservar aquilo que a industrialização “degradava”:

A revolução industrial como processo em desenvolvimento planetário dava, virtualmente, uma dimensão universal ao conceito de monumento histórico, aplicável em escala mundial. **Como processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico** e, por outro, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da história da arte. (CHOAY, 2006, p. 127, grifo nosso)

Junto a esse sentimento de ruptura com o passado, causada pela Revolução Industrial, a autora narra o surgimento do sentimento da perda em decorrência de tal ruptura. Em diversos trechos da obra citada, Choay mostra o caráter de transformação permanente pelo qual a sociedade estava passando com a industrialização, motivo pelo qual: “A partir da década de

1820, o monumento histórico inscreve-se sob signo do insubstituível; os danos que ele sofre são irreparáveis, sua perda irremediável.” (CHOAY, 2006, p. 136, grifo nosso).

Escritores, intelectuais e artistas foram mobilizados por uma outra força: pela tomada de consciência de uma mudança de tempo histórico, de uma ruptura traumática do tempo. Sem dúvida, **a entrada na era industrial, a brutalidade com que ela vem dividir a história das sociedades e de seu meio ambiente, o ‘nunca mais será como antes’ que daí resulta estão entre as causas do romantismo**, ao menos na Grã-Bretanha e na França. Contudo, o choque dessa ruptura extravasa amplamente o movimento romântico. (CHOAY, 2006, p. 135)

Desta maneira, todos esses sentimentos descritos por Françoise Choay parecem ter influenciado as discussões acerca da proteção e preservação do Patrimônio Cultural. Para ela, o “mundo acabado do passado perdeu a continuidade a homogeneidade que lhe conferia a permanência do fazer manual dos homens.” (CHOAY, 2006, p. 136). Com isso, o monumento histórico recebia novos contornos: passava a ser marcado por uma “nova determinação temporal” que despertava um sentimento de medo pela perda do passado.

Durante o século XX, diversas reuniões e conferências foram realizadas por entidades ligadas ao Patrimônio Cultural, como Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS⁷ e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO⁸. O resultado foram Cartas, Convenções e Recomendações que deveriam e devem ser seguidas pelos Estados membros para a preservação e conservação do Patrimônio Cultural.

Os primeiros documentos foram elaborados na década de 1930, sendo as Cartas de Atenas de 1931 e 1933. A primeira delas foi elaborada pelo Escritório Internacional de Museus – Carta de Atenas de 1931 que discorreu sobre os monumentos históricos. Já a de 1933, foi concebida no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM⁹, que traziam a cidade moderna como o grande centro de preocupação, de acordo com a exposição trazida por Choay no trecho abaixo:

Só em 1931 se realiza a primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos, em Atenas. Dois anos antes dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que, na mesma cidade, elaborou a célebre Carta de Atenas, ela deu ensejo a que se levantasse a questão das relações entre os monumentos antigos e a cidade, e que se desenvolvessem a esse respeito idéias e propostas discordantes, porém mais avançadas que as da Carta. (CHOAY, 2006, p. 173)

⁷ O ICOMOS foi criado no ano de 1965, durante a Assembleia Constitutiva e a Primeira Assembleia Geral do ICOMOS, na cidade de Varsóvia, Polônia. (Dados encontrados no website do ICOMOS: <https://www.icomos.org/fr/a-propos-de-licomos/2016-11-17-13-50-38/1965-2015-50e-anniversaire-de-l-icomos>)

⁸ A UNESCO foi fundada no ano de 1945, durante uma conferência realizada em Londres, Inglaterra, acerca do da criação de uma organização educacional e cultural. (Dados encontrados no website da UNESCO: <https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>).

⁹ “Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, fundados em 1928, em Sarraz, Suíça.” (CHOAY, 2006, P. 16)

Apesar das temáticas distintas, as Cartas apresentam algo em comum que merece destaque, pois ambas colocam a industrialização ou a “era da máquina” – como assim denominou a Carta de Atenas de 1933 – como fator de risco tanto para a conservação dos monumentos históricos, quanto para as questões relativas à qualidade de vida da população nas cidades modernas.

A Carta de Atenas de 1931, em seu item III, intitulada como “A Valorização dos Monumentos”, tem como uma de suas recomendações “a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, **de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história.**” (Grifo nosso). Nessa Carta, a questão da indústria aparece como elemento contrário à preservação do monumento histórico.

A Carta de Atenas de 1933, por sua vez, está dividida em três partes: a primeira parte compreende a Generalidade, abordando a temática “A cidade e sua região”; a segunda, mais ampla, refere-se a questões relacionadas a Habitação, Lazer, Trabalho, Circulação e Patrimônio Histórico das Cidades; a sua terceira e última parte traz sobre as Conclusões, contendo informações nomeadas como “Pontos de doutrina”. O documento debate acerca da problemática de como a “era da máquina” teria modificado as cidades e interferido na qualidade das mesmas, com destaque para o item abaixo:

h) O **advento da era da máquina** provocou imensas perturbações no comportamento dos homens, em sua distribuição sobre a terra, em seus empreendimentos, movimento desenfreado de concentração nas cidades a favor das velocidades mecânicas, evolução brutal e universal sem precedentes na História. O caos entrou nas cidades.

O emprego da máquina subverteu condições de trabalho. Rompeu um equilíbrio milenar, aplicando um golpe fatal no artesanato, esvaziando o campo, entupindo as cidades e, ao desprezar harmonias seculares, perturbando as relações naturais que existiam entre a casa e os locais de trabalho. Um ritmo furioso associado a uma precariedade desencorajante desorganiza as condições de vida, opondo-se ao ajuste das necessidades fundamentais. As moradias abrigam mal as famílias, corrompem sua vida íntima, e o desconhecimento das necessidades vitais, tanto físicas quanto morais, traz seus frutos envenenados: doença, decadência, revolta. O mal é universal, expresso, nas cidades, por um congestionamento que as encurrala na desordem e, no campo, pelo abandono de numerosas terras. (Grifos nossos)

Além das Cartas de Atenas, vale destacar as orientações elaboradas por outros documentos semelhantes: Recomendação de Paris de 1962, realizada no contexto da UNESCO, sobre Proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios; Normas de Quito de 1967, que foi promovida pela Organização dos Estados Americanos, sobre Conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico; Recomendação de Paris de 1968, também promovida pela UNESCO, mas com destaque para as Obras públicas ou privadas. Alguns anos mais tarde, tem-se a Carta de Washington de 1986, elaborada pelo ICOMOS, sobre

a Salvaguarda das Cidades Históricas. Mas o que tais documentos têm em comum, apesar de discutirem temáticas aparentemente distintas? A partir das análises delas, foi notado como a industrialização, desenvolvimento e urbanização foram expostas como agentes destrutivos, tanto dos monumentos históricos, quanto das cidades tradicionais, como está destacado nos trechos abaixo:

Considerando que, ao cultivar novas terras, desenvolver por vezes desordenadamente os centros urbanos, executar grandes obras e realizar vastos planejamentos físicos territoriais e **instalações de equipamento industrial** e comercial, as civilizações modernas aceleraram esse fenômeno que, até século passado, havia sido relativamente lento. (Recomendação de Paris, 1962, grifo nosso)

Todo **processo de acelerado desenvolvimento** traz consigo a multiplicação de obras de infra-estrutura e a ocupação de extensas áreas por **instalações industriais** e construções imobiliárias que não apenas alteram, **mas deformam por completo a paisagem, apagando as marcas e expressões do passado, testemunhos de uma tradição histórica de inestimável valor.**

Grande número de cidades ibero-americanas que entesouravam, num passado ainda próximo, um rico patrimônio monumental, evidência de sua grandeza passada - templos, praças, fontes e vielas, que, em conjunto, acentuavam sua personalidade e atração -, **têm sofrido tais mutilação e degradações no seu perfil arquitetônico que se tomam irreconhecíveis. Tudo isso em nome de um mal entendido e pior administrado progresso urbano.**

Não é exagerado afirmar que o potencial de riqueza destruída com esses **atos irresponsáveis de vandalismo urbanístico** em numerosas cidades do continente excede em muito os benefícios advindos para a economia nacional através das instalações e melhorias de infra-estrutura com que se pretendem justificar. (Normas de Quito, 1967, grifo nosso)

Considerando, entretanto, que os monumentos, testemunhos e vestígios do passado pré-histórico, proto-histórico e histórico, assim como inúmeras construções recentes que têm uma importância artística, histórica ou científica, **estão cada vez mais ameaçados pelos trabalhos públicos ou privados resultantes do desenvolvimento da indústria e da urbanização.** (Recomendação de Paris, 1968, grifo nosso)

A presente carta diz respeito mais precisamente às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos com seu entorno natural ou construído, que, além de sua condição de documento histórico, exprimem valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. **Atualmente, muitas delas estão ameaçadas de degradação, de deterioração e até mesmo de destruição sob o efeito de um tipo de urbanização nascido na era industrial e que hoje atinge universalmente todas as sociedades.** (Carta de Washington, 1986, grifo nosso)

As Cartas acima apontam a industrialização como algo que pode deteriorar ou destruir as cidades. Ao pensarmos que as Vilas Operárias teriam sido resultantes do que a Carta de Washington se referiu como “um tipo de urbanização nascido na era industrial”, isso poderia levar a crer que a paisagem industrial constituída no século XX ainda não estaria sendo considerada nessas cartas.

Deste modo, a partir do que destacamos na obra de Françoise Choay e nas Cartas Patrimoniais, foi possível perceber de como efeitos do processo de industrialização foram descritos como negativos pela bibliografia relativa à proteção e preservação do Patrimônio

Cultural. Além disto, mostra como a Revolução Industrial foi entendida como provocadora de fenômenos como desenvolvimento e urbanização, que acionaram palavras como “destruição”, “degradação”, “deterioração”, “desordem”, “ruptura”, “perturbação”, “vandalismo urbanístico”, entre outras, utilizadas para expor o modo como as cidades foram afetadas pela industrialização e conseqüentemente pelo desenvolvimento e urbanização.

A industrialização ocorrida intensamente no século XX, que viria a desenvolver e modificar a paisagem das cidades, foi vista como um dos agentes destruidores das cidades coloniais brasileiras, as quais foram em grande parte reconhecidas como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesse sentido, como entender os produtos resultantes da industrialização no âmbito do patrimônio? Mesmo constituindo bens de grande representatividade para narrativas históricas nacionais, com ênfase no desenvolvimento social e econômico do país, na história do surgimento e urbanização das cidades e do espaço de vida e de luta da classe trabalhadora brasileira, hoje, cerca de um século depois, será que tais bens intimamente relacionados aos processos de industrialização não teriam valor patrimonial? Com base nesse questionamento, cabe pensar neste momento, o que define e forma o Patrimônio Industrial.

Para isto, foi consultada a bibliografia vigente, tendo a arquiteta Beatriz Kühl, como referência na área do Patrimônio Industrial. Conforme Kühl (1998, p. 226), a preocupação acerca do Patrimônio Industrial surgiu na Inglaterra na década de 1950. A temática somente despertou maior interesse na década seguinte, com a demolição da Estação Euston em Londres, no ano de 1962. A autora ressalta que o estudo dos bens resultantes da industrialização iniciou como Arqueologia Industrial¹⁰, desenvolvendo-se para Patrimônio Industrial. Destaca-se que os termos – Arqueologia Industrial e Patrimônio Industrial – possuem significados distintos, como se vê: “O interesse e movimentos para a preservação do patrimônio industrial estiveram ligados na Inglaterra, desde seus princípios, ao que se chamou de ‘arqueologia industrial’, que se refere ao levantamento, estudo e preservação desses bens.” (KÜHL, 1998, p. 221).

Outra bibliografia, da mesma autora, revela a distinção entre os termos, mas sugere o entendimento deles como ações complementares. Para Kühl, estudos de arqueologia industrial antecederiam e contribuiriam à pesquisa para identificação do patrimônio industrial:

A **arqueologia industrial** volta-se ao estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado – mesmo quando desapareceram os testemunhos materiais – e, por vezes, quando reconhecido o interesse como bem cultural, à sua preservação. Quando se fala de **patrimônio industrial**, pressupõe-se que tenham sido feitos esses estudos – que devem ser multidisciplinares – e que se tenham identificado os bens que possuem interesse para a preservação; a ‘arqueologia industrial’ volta seus esforços a todo o legado da industrialização, seja ele considerado bem cultural ou não. Na

¹⁰ Sobre arqueologia industrial, Beatriz Kühl diz que: “A expressão *industrial archaeology* foi provavelmente criada por Donald Dudley, da Universidade de Birmingham, nos anos 50.” (KÜHL, 1998, p. 222)

prática, porém, as expressões têm sido usualmente empregadas como sinônimos. (KÜHL, 2008, p. 45, grifo nosso)

Ao que diz respeito aos espaços industriais, estes não seriam formados somente por fábricas ou locais de produção fabril ou industrial. Abrangeria também, espaços de uso social, como moradias, praças, hospitais, entre outros, como deixa claro o trecho abaixo:

No que tange à arquitetura, um ponto a ser notado é que os ‘monumentos da industrialização’ se referem não apenas à arquitetura dos edifícios relacionados com as unidades de produção, mas se volta a todo o complexo de edifícios que pode compor um conjunto industrial – **fábrica, residências, enfermaria, escola etc.** – além de abarcar unidades de produção de energia e meios de transportes; ademais, concerne também a edifícios pré-fabricados (total ou parcialmente), que são fruto do processo de industrialização. (KÜHL, 2008, p. 45, grifo nosso)

A noção ampliada de espaços industriais destacados no trecho acima – “residências, enfermaria, escola” – seriam elementos constituintes do modelo de Vilas Operárias, incluindo assim essa tipologia nos espaços dos complexos industriais.

Além da bibliografia acima exposta, em 2003, foi elaborada a Carta de Nizhny Tagil, que segundo Kühl (2008, p. 50) a mesma foi concebida durante congresso internacional ocorrido na cidade de Nizhny Tagil na Rússia, realizado pelo Comitê Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial – TICCIH, no qual a Carta aborda o Patrimônio Industrial, com orientações e diretrizes sobre como tratar essa nova tipologia patrimonial.

A Carta de Nizhny Tagil¹¹ está dividida em sete partes que compreendem as seguintes questões: Definição de Patrimônio Industrial; Valores do Patrimônio Industrial; A importância da identificação, do inventário e da investigação; Proteção Legal; Manutenção e Conservação; Educação e Formação; Apresentação e Interpretação. Além de determinar o período histórico que compreende o Patrimônio Industrial, a Carta conceitua os termos “arqueologia industrial” e “patrimônio industrial” de maneiras distintas, como assim fez Beatriz Kühl:

O **patrimônio industrial** compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como **habitações, locais de culto ou de educação**.

A **arqueologia industrial** é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos

¹¹ A Carta de Veneza, de 1964, foi utilizada como referência na Carta de Nizhny Tagil, de 2003, no qual em seu preâmbulo diz: “Para além disso, os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro.”

industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

O **período histórico** de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais. Para além disso, apoia-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia. (TICCHI, 2003, grifo nosso)

Com relação ao conceito dado por “Patrimônio Industrial”, nota-se a menção a vestígios como habitações, no entanto não deixando claro que vestígios de fato configuram uma Vila Operária. Não há ênfase ou destaque específico sobre conjuntos destinados à habitação dos trabalhadores fabris, não havendo tampouco orientações claras e específicas de como intervir nos setores de convívio familiar e social existentes nos complexos industriais.

Nas exposições trazidas por Beatriz Kühl (2008), a arquiteta questiona as formas de intervenção nos bens resultantes da industrialização, nas quais ela cita casos de intervenções em fábricas e pátios ferroviários. Contudo, muito pouco se fala das vilas operárias que compõem os complexos industriais, desconsiderando conjuntos de moradias que formam os espaços industriais, conjuntos esses que também deveriam ter parâmetros sobre intervenções a serem feitas sobre eles. A Carta de Nizhny Tagil também coloca a habitação de forma bastante pontual, não descrevendo quais edificações, equipamentos e espaços compõem os espaços industriais. Também aponta para diretrizes muito genéricas para conservação e preservação desses espaços, se levarmos em conta que a conservação e reutilização de uma fábrica não poderia ter os mesmos parâmetros que da casa operária. Deste modo a Carta do Patrimônio Industrial não esgota as discussões sobre reconhecimento e proteção das diversas tipologias industriais, como reforça o trecho adiante: “Isso mostra que o patrimônio industrial, apesar de décadas de discussão sobre o tema, ainda não tem seu valor efetivamente reconhecido, e são constantes as investidas deformadoras e desinformadas ou ainda destruidoras.” (KÜHL, 2008, p. 43)

Cabe reforçar que Kühl procura detalhar o que comporia o espaço industrial além da fábrica: “O espaço de uma indústria abrange não somente o local de produção, mas todo um complexo, que compreende também as **habitações**, escolas, igrejas, etc..” (KÜHL, 1998, p. 230, grifos nosso).

Partindo desses debates a respeito do Patrimônio Industrial, é perceptível que as habitações nos complexos industriais recebem bem menos atenção do que outras tipologias de bens industriais, levantando a questão se Vilas Operárias comporiam efetivamente o Patrimônio Industrial ou seriam objeto de interesse no âmbito da habitação social.

Embora, a princípio, descreva-se o patrimônio resultante da industrialização como composto principalmente por fábricas, estações ferroviárias, chaminés e maquinários, não se pode esquecer que as Vilas Operárias estavam inseridas nesse contexto industrial, conforme esclarece o trecho abaixo:

Uma fábrica é raramente um objeto arquitetônico isolado e tem, normalmente, uma série de construções que a apoiam, a exemplo de: **residências**, ou até **cidades operárias**; escritórios; depósitos; infra-estrutura para a produção de energia. Mas o edifício industrial é o primeiro objeto de estudos, é dele que se parte e é a ele que se retorna constantemente no processo de análises. (KÜHL, 1998, p. 229, grifo nosso)

Vale destacar também que as Vilas Operárias eram influenciadas pelo contexto industrial em que estavam inseridas. Elas tinham regras diferenciadas dos demais tipos de habitações operárias¹² das cidades, o que as coloca como núcleos urbanos originados da industrialização e orientados por esse processo. Por estarem inseridas no contexto da paisagem industrial, que diferencia as Vilas Operárias de outras zonas habitacionais das cidades resididas por trabalhadores, traz-se as Vilas Operárias para o âmbito do Patrimônio Industrial.

Nabil Bonduki (2014) discute Vilas Operárias como o primeiro modelo de habitação social a ser produzido no Brasil, sendo, naquele momento, de responsabilidade do setor privado. No final do século XIX e até as décadas de 1930 e 1940, o Estado não se responsabilizava pelo fornecimento da habitação para as classes de trabalhadores e mais pobres da sociedade, deixando a cargo do setor privado a construção, com incentivos para os empresários. Além disso, as Vilas Operárias serviram de modelos para a construção de conjuntos habitacionais comuns após a década de 1940.

As vilas foram os primeiros conjuntos urbanos de produção seriada de unidades habitacionais. Embora construídas artesanalmente, sem componentes pré-fabricados, elas desenvolveram tipologias arquitetônicas novas, baseadas na economia, racionalidade e salubridade, antecipando a produção moderna e procurando maior sobriedade na composição arquitetônica, sem abandonar completamente a ornamentação acadêmica. (BONDUKI, 2014, p. 23).

O mesmo autor destaca a importância que o modelo de Vila Operária teve para a produção de habitação social no Brasil: “Os núcleos fabris e as vilas operárias de empresa que implantaram equipamentos coletivos são referências fundamentais para entender os conjuntos residenciais produzidos no período seguinte.” (BONDUKI, 2014, p. 23)

Com base nas reflexões acima apresentadas, pode-se afirmar que Vila Operária é um tipo de habitação social, situada em uma paisagem industrial, o que a coloca no campo do

¹² Usa-se o termo habitações operárias e/ou habitações populares para se referir por exemplo a cortiços, que também eram habitados por trabalhadores, mas que não viviam o controle do industrial. Isso será tratado mais adiante, ainda neste capítulo.

Patrimônio Industrial, pois existem outros tipos de habitações sociais que surgiram de forma menos atreladas às rotinas e atividades industriais.

Uma vez conceituada a Vila Operária, surge mais um questionamento: em que medida Vilas Operárias podem ser Patrimônio Cultural? Considerando que patrimônio é uma categoria resultante de um processo de atribuição de valor e reconhecimento por partes interessadas, e que isso implica narrativas, valores e sentidos para atores diversos, faz-se necessário entender o contexto social, urbano e cultural em que esteve inserida essa tipologia no decorrer da história de sua criação e desenvolvimento, assim como perceber as motivações que deram origem a esse modelo de habitar do trabalhador pobre, que será tratado no desenrolar deste capítulo.

1.2 Relações sociais e cotidiano das Vilas Operárias: disciplina e controle do trabalhador.

A reflexão sobre Vilas Operárias remete a um cenário industrial composto, em alguns casos, por fábrica, casas para operários, praças, escolas, cinemas e trem, denominadas por Bonduki (2017, p.55) como “verdadeiras cidadelas”¹³, que viriam a formar bairros e/ou consolidar núcleos urbanos das cidades brasileiras, como afirma Telma de Barros Correia: “Vilas operárias localizadas em subúrbios de cidades foram incorporadas à malha urbana e núcleos fabris em propriedades converteram-se em cidades.” (CORREIA, 1998, p. 20).

O que não é narrado em tais análises é o que precede a criação das Vilas Operárias de onde teria surgido a necessidade de propor esse modelo de habitação, ou até mesmo de urbanização? Assim, na busca pelo entendimento em qual contexto histórico, social e econômico foi criado esse modelo tão reproduzido, tem-se como ponto de partida o processo de industrialização, entendido como agente motivador para a construção de Vilas Operárias. Telma de Barros Correia descreve também como tal processo modificou a paisagem das cidades brasileiras: “Um dos impactos da atividade industrial no cenário urbano brasileiro diz respeito à construção de conjuntos residenciais para abrigar famílias de operários e, eventualmente também, de dirigentes de empresas.” (CORREIA, 2013, p. 183).

Embora Correia (2011) afirme que o surgimento de Vilas Operárias anteceda a Revolução Industrial, a reprodução desse modelo de habitar operário se intensificou a partir das

¹³ Cabe aqui a definição que Raquel Rolnik apresenta de “cidadela” e que remete, em outro contexto, a vários elementos identificáveis nas vilas operárias: “A cidade da realeza é a cidadela: recinto murado e fortificado onde se encontram o palácio, o templo e o silo. É da cidadela que se dirigem os grandes trabalhos de construção, se contabilizam a produção e os tributos, se comanda a guerra. Sua manutenção provém do trabalho de todos os súditos – por isso quem é morador da cidade está ao mesmo tempo protegido e compelido por suas muralhas.” (ROLNIK, 2004, p. 20)

novas relações sociais e econômicas resultantes da formação da sociedade industrial, no qual a burguesia tinha por objetivo o controle da mão de obra livre, de atrair e fixar os trabalhadores próximos ao local de trabalho – nesse caso a fábrica, destacado no trecho em seguida: “A construção destas vilas e núcleos visou superar dificuldades de atração e retenção de mão de obra pelas empresas e possibilitar a ingerência direta no cotidiano operário, solidária com o controle e a produtividade no trabalho.” (CORREIA, 2011, p. 274).

Eva Blay também pontua a problemática enfrentada pelos industriais capitalistas: atrair a mão de obra. A socióloga, porém, vai além e exprime fatos que justificam e reforçam a reprodução do modelo de vilas operárias, como local de armazenamento de mão de obra, deixando claro assim a forma como o espaço da vila operária foi utilizado pela burguesia industrial, como é visto no trecho abaixo:

O primeiro problema com que o novo industrial depara está em atrair a força de trabalho e estabelecer relações de produção que não interrompam o fluxo da produção, ou seja, ajustar desde a extensão da jornada de trabalho até o salário que garanta a sobrevivência e a reprodução de força de trabalho ao menor preço possível. Isto incluía casa, comida, saúde. **A vila operária, é um dos bens em que o capital privado investe para tornar possível armazenar a força de trabalho livre necessária à produção.** (BLAY, 1985, p. 40, grifo nosso e grifo da autora).

Diante da problemática enfrentada pelos industriais, vale destacar que historiadores como Eric J. Hobsbawm (2016) e Edward P. Thompson (1998), apontam o fato de que a Revolução Industrial foi além de uma mudança econômica, mas uma mudança social. Para Hobsbawm (2016, p. 23), “a Revolução Industrial não foi mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social – e através dela.” Thompson (1998, p. 22), por sua vez, já destacara que “A Revolução Industrial e a concomitante revolução demográfica foram pano de fundo da maior transformação da história, ao revolucionar as ‘necessidades’ e destruir a autoridade das expectativas baseadas nos costumes.”

É nessa perspectiva de transformações que Foucault (2014) discute como a industrialização disseminou novas formas na relação de produção – entre industrial e trabalhador. Para o filósofo, “Sob a divisão do processo de produção, ao mesmo tempo que ela, encontramos, no nascimento da grande indústria, a decomposição individualizante da força de trabalho; as repartições do espaço disciplinar muitas vezes efetuaram uma e outra” (FOUCAULT, 2014, p. 143).

Além disto, seguindo pelas transformações citadas, Thompson aponta o surgimento de novos hábitos, originários da recém-criada sociedade industrial, hábitos esses que teriam interferido de maneira mais incisiva na vida da classe trabalhadora, como afirma o autor:

[...] até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores? **Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho** – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente –, até que ponto tudo isso se relaciona com mudança na notação interna do tempo? (THOMPSON, 1998, p. 269, grifo nosso).

Atrelado a esse novo processo de produção e a essas transformações econômicas e sociais trazidas pelos autores aqui destacado, novas relações sociais entre burguesia e proletariado surgem, gerando, deste modo, uma imposição de novos hábitos no cotidiano da vida dos trabalhadores, não apenas no âmbito do trabalho, mas também nos hábitos de vida, como evidencia Sidney Chalhoub nos trechos abaixo:

O controle social numa sociedade capitalista procura abarcar todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano: **este controle se exerce desde a tentativa do estabelecimento da disciplina rígida do espaço e do tempo na situação de trabalho até a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e de família**, passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial. (CHALHOUB, 2012, p. 147 e 148, grifo nosso).

Em todas estas esferas da vida, contudo, o que se tem é a explicitação de um mesmo *tipo* de controle – **aquele necessário à reprodução e perpetuação de relações capitalistas de produção** –, mas que se expressa de diversas formas – **que variam desde o paternalismo da relação patrão-empregado em diversos contextos até a violência explícita da força policial nas ruas da cidade**. (Idem).

Com base nesse novo cotidiano imposto, fato interessante é relatado por E. P. Thompson em *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (1998), quanto ao surgimento e utilização do relógio, ainda no final do século XVIII na Inglaterra. Segundo o historiador inglês, “(como seria de esperar), ocorria uma difusão geral de relógios portáteis e não portáteis no exato momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho.” (THOMPSON, 1998, p. 279). A estratégia da burguesia em utilizar o relógio como instrumento de controle é percebida tanto nos novos hábitos de trabalho, quanto no cotidiano fora do trabalho, como o mesmo autor afirma no trecho em sequência: “O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço.” (THOMPSON, 1998, p. 279).

Ao discutir o modo como o pequeno instrumento, isto é, o relógio foi utilizado pela sociedade industrial, Thompson justifica o incentivo à disseminação do mesmo, dentro da lógica da imposição de novos hábitos. Portanto, o autor reforça o fato de que, no momento da industrialização, tinha-se por objetivo o melhor aproveitamento do tempo, influenciando em todos segmentos da vida da classe trabalhadora: “Sociedades industriais maduras de todos os

tipos são marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’.” (THOMPSON, 1998, p. 300). Sabiamente, uma boa administração do tempo resultaria em maior lucro para os industriais, o que originou uma relação entre poder e tempo, como é afirmado por Foucault: “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização.” (FOUCAULT, 2014, p. 157).

Como consequência do controle do tempo, do trabalho e do cotidiano dos trabalhadores, entende-se que as Vilas Operárias foram utilizadas como espaços para disciplinar o cotidiano do trabalhador ao novo modelo social imposto pela sociedade industrial.

Na leitura da bibliografia existente sobre a rotina das classes trabalhadoras, vale analisar quais os termos foram utilizados para se referir a esses grupos de homens e mulheres. Encontra-se, por exemplo, operariado (BLAY, 1995), operariado urbano-industrial (DECCA, 1991), classes pobres (CHALHOUB, 2012) e trabalhadores pobres (BONDUKI, 2017, HOBSBAWM, 2015 e THOMPSON, 1998).

Porém, dentre as diversas denominações encontradas, “trabalhador pobre” se destaca, revelando a relação que se queria destacar entre trabalhador e pobreza, fato este apontado pela historiadora Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1990). A autora expõe que diversas fontes relacionam os trabalhadores a pessoas pobres:

O operariado paulista foi considerado “gente pobre” em inúmeras fontes, das mais diversas procedências, disponíveis para a época em questão. A avaliação das diferenças encontradas não consegue alterar o fato de que a classe operária, de maneira geral, era pobre e enfrentava duras condições de existência. (DECCA, 1990, p. 13).

Além disto, Decca (1991, p. 16), em outra obra sobre o tema, ainda destaca o fato de que, de modo geral, trabalhadores e pobres tinham estilos de vidas equivalentes, unindo-os assim em uma mesma categoria, com busca de ideais semelhantes. A relação entre os termos vai além, sendo os mesmos colocados diversas vezes como sinônimos, como é mostrado por Eva Blay (1985, p. 64, grifo nosso):

Portanto, as três categorias – o cortiço, o operário e o pobre – são entendidas como sinônimas. O operário, trabalhador livre, não é pensado como um novo segmento social que emerge e que pode vender sua força de trabalho por um preço que o retire da condição de pobreza. Ao contrário, **por ser trabalhador, ele é um pobre** e por isso mora em um cortiço ou numa habitação insalubre.

Partindo da premissa das semelhanças existentes, entre os autores, na forma de ver e denominar as classes trabalhadoras, no decorrer da pesquisa, é ressaltado mais um termo utilizado para descrevê-las: trata-se de “classes perigosas”, indicada pelo historiador Sidney Chalhoub. Segundo ele (CHALHOUB, 2012, p. 76, grifo nosso):

Os legisladores brasileiros utilizam o termo **‘classes perigosas’** como sinônimo de **‘classes pobres’**, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade. Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’.

O historiador argumenta que o termo de “classes perigosas” foi utilizado por deputados, no final do século XIX, em um plano chamado de “O projeto de repressão à ociosidade de 1888”¹⁴. Conforme Chalhoub, tratava-se de enfrentar um problema tido como muito sério pelos deputados naquele momento pós-abolição da escravidão no Brasil:

O problema com que se defrontavam os parlamentares era, em síntese, o de transformar o liberto em trabalhador. Tomava-se como ponto de partida, então, o suposto de que todos os libertos eram ociosos, o que visava garantir, de início, o direito da sociedade civilizada em emendá-los. (CHALHOUB, 2012, p. 69).

Fundamentando-se no fato exposto por Eva Blay (1985), de que trabalhador e pobre eram sinônimos, entende-se que o termo “classes perigosas” também era atribuído às classes trabalhadoras. Percebe-se assim a maneira como o operariado era visto naquele momento, por meio da ênfase aos atributos pejorativos utilizados na descrição dessa parcela da sociedade. Essa forma negativa de ver o proletariado também foi mencionada por Nabil Bonduki (2017, p. 42): “Por fim, concebiam o trabalhador pobre como um ser ignorante que, sem moral, higiene e bons costumes, podia tornar-se um ser politicamente perigoso (...)”

Além disto, vale salientar que “O projeto de repressão à ociosidade de 1888” estava sendo discutido no momento pós-abolição, momento este em que a mão de obra necessária a indústria, estava sendo constituída:

Como ponto de referência mais amplo, sabe-se que a emancipação dos escravos e o movimento migratório foram dois processos que, ao longo de várias décadas, forjaram o homem livre – trabalhador expropriado que deveria se submeter ao assalariamento – ao longo da segunda metade do século XIX. É este homem livre – leia-se, ‘livre’ da propriedade dos meios de produção, isto é, despossuído – que será a figura essencial da formação do mercado capitalista de trabalho assalariado. (CHALHOUB, 2012, p. 46).

E os mesmos trabalhadores pobres, denominados como perigosos, foram quem formou esta mão de obra, como é trazido por Decca abaixo:

No decorrer do século XIX os trabalhadores das poucas fábricas existentes, espalhadas nas diferentes regiões brasileiras, foram basicamente os escravos, homens livres pobres e alguns imigrantes contratados para desempenhar atividades especializadas como operários livres. (DECCA, 1991, p. 10 e 11).

¹⁴ “O projeto de repressão à ociosidade de 1888 – elaborado pelo ministro Ferreira Vianna – começou a ser apreciado na Câmara dos Deputados em julho, a sua discussão foi bastante marcada pelos ânimos ainda exaltados pelas repercussões da lei de 13 de maio. A utilidade do projeto foi votada quase que unanimemente pela Câmara, sendo que muitos deputados o viam como ‘de salvação pública para o Império do Brasil’.” (CHALHOUB, 2012, p. 66).

É sobre figura do trabalhador pobre (ou das “classes perigosas”) e no contexto de novas relações sociais e econômicas (controle do tempo e imposição de novos hábitos, advindas do processo de industrialização) que a burguesia impõe novas formas de disciplina. Foucault (2014, p. 210) define disciplina como: “técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas.” Na busca por ordenar as multiplicidades humanas, Foucault (idem, p.167) expõe que o poder da disciplina tem por escopo adestrar: “‘Adestra’ as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais[...]”. Disciplina e adestramento são para o filósofo ações que “fabricam indivíduos”.

Com a visão que a burguesia tinha do trabalhador, fazia-se necessário enquadrá-lo em novos hábitos impostos pelas classes dominantes. A disciplina disfarçada de hábitos estabelece novos padrões de comportamentos a serem seguidos, resultando em maior rendimento da força de produção. Chalhoub (2012, p. 306) argumenta que a pobreza viria como elemento destruidor dos padrões de comportamento, e reforça: “[...] tenta-se impingir aos populares a camisa-de-força dos padrões de comportamento da classe dominante.” Nesse contexto e dentro de tais constrangimentos, trabalhadores pobres, para se adequarem ao modo de vida imposto pela burguesia no momento da industrialização, teriam de se adaptar a esses novos padrões de comportamento.

Além disso, retomando uma das primeiras problemáticas enfrentadas pelos industriais, de fixar a mão de obra, Foucault reforça que: “É por um lado a grande explosão demográfica do século XVIII: aumento da população flutuante (**fixar é um dos primeiros objetivos da disciplina**; é um processo de antinomadismo)” (FOUCAULT, 2014, p. 211, grifo nosso). Sendo assim, diante do objetivo de disciplinar e de fixar essa mão de obra, Foucault (2014) traz o que ele chamou de instituições disciplinares, afirmando que:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento. (FOUCAULT, 2014, p. 170)

Partindo desta perspectiva, tem-se as Vilas Operárias como instituições disciplinares, utilizadas pelos industriais como espaços para impor disciplinas e, conseqüentemente, novos padrões comportamentais para a classe trabalhadora, resultando em verdadeiros aparelhos de observação, como traz Foucault no trecho supramencionado.

Além do mais, ao voltarmos o olhar para as relações existentes dentro do núcleo fabril, notam-se vínculos peculiares entre proprietários da fábrica e trabalhadores. Eva Blay (1985) relata que a convivência no interior da vila operária ia além de patrão/empregado e passa a ser

também de industrial-locador/morador-operário ou industrial-locatário/operários-inquilinos. Assim a “casa” – dentro do contexto da vila operária – aparece como um mecanismo de controle sobre os operários, no qual o “morador-operário” teria que seguir os padrões de comportamentos impostos pelo “industrial-locador”, para desta forma garantir a permanência na casa. Como afirma Eva Blay (1985, p. 16): “Através dela, a relação de compra da força de trabalho tem um mecanismo a mais de interferência e pressão no conjunto das relações sociais de produção.”

A partir do ponto de vista da imposição de padrões de comportamento, adestrando e disciplinando a classe pobre, Foucault sistematiza formas de intervenção nos comportamentos: “Adestrar corpos vigorosos, imperativos de **saúde**; obter oficiais competentes, imperativo de **qualificação**; formar militares obedientes, imperativo **político**; prevenir a devassidão e a homossexualidade, imperativo de **moralidade**.” (FOUCAULT, 2014, p. 169, grifo nosso). É possível aproximar os pontos destacados por Foucault às bases de formação das Vilas Operárias, sendo elas: saúde – hospital; qualificação – escola; político – emprego; moralidade – casa. Os equipamentos que compunham a maioria das Vilas Operária (escolas, fábricas, casas, enfermarias etc.) parecem estar relacionados às formas de intervir nos modos de viver e de habitar do trabalhador pobre – trabalho, moradia e lazer – originando, assim, o modelo das Vilas Operárias.

1.3 Formação das Vilas Operárias: arquitetura e urbanismo industrial como instrumentos de controle social.

Imbricadamente às relações sociais e econômicas provenientes do processo de industrialização descritas acima, que motivaram a construção e organização de Vilas Operárias, outro fator também viria a contribuir para a reprodução delas, que foi avaliação pelo Poder Público da salubridade e higiene das moradias do trabalhador pobre¹⁵. Consideradas como focos de epidemias, com risco para toda a cidade, tais moradias passaram a representar um grande problema durante a Primeira República (1889-1930), como coloca Nabil Bonduki (2017, p. 28, grifo nosso):

Frente à expansão da cidade, o poder público encontrou dificuldades – além de desinteresse, no caso dos bairros populares – para atender a tantas solicitações. Os problemas que mais preocupavam as autoridades eram os que agravavam as **condições higiênicas das habitações**, dado que no final do século foram inúmeros os

¹⁵ As avaliações sobre as condições higiênicas das moradias populares tiveram, para Nabil Bonduki (2017), um papel importante no registro sobre habitação social. Segundo o autor, “Se as habitações populares não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas, pois as únicas informações sobre as mesmas nos chegaram através dos técnicos preocupados com a saúde pública.” (BONDUKI, 2017, p. 29)

surtos epidêmicos que atingiram as cidades brasileiras. Essa questão passou a receber tratamento prioritário do Estado e pode-se dizer que a ação estatal sobre a habitação popular se origina e permanece na Primeira República voltada quase que apenas para esse problema.

Industrialização, urbanização das cidades e os problemas identificados como falta de higiene do espaço ocupado, somava-se a carência de moradias suficientes para o trabalhador pobre, como discute Decca (1991, p. 47 e 48):

Desde o final do século XIX o operariado urbano-industrial, congregado nos bairros operários, populares e industriais, habitou pobres e exíguas moradias, muitas vezes coletivas, nos vários núcleos e centros urbanos brasileiros. Essas moradias operárias sempre foram consideradas insuficientes e inadequadas: caras para os poucos salários operários, apresentavam, via de regra, um baixo padrão habitacional.

Nesse sentido, Decca (1991) continua e chama atenção para outro fato, além da carência de moradia, deu-se a proliferação, nas cidades brasileiras, de diversos espaços habitados pelas classes trabalhadoras, formados em sua maioria por habitações coletivas, originando bairros com grande número de operários:

As cidades e notadamente as capitais dos estados brasileiros, sempre em expansão com o desenvolvimento da indústria e do comércio, já dispunham de certa infraestrutura urbana nos seus centros comerciais e administrativos e nos bairros residenciais mais ricos. Além dos bairros residenciais ricos e de classe média, **havia os chamados bairros industriais e operários, bairros mistos de residências operárias e fábricas e indústrias: ruas inteiras de casas feitas em série, habitações pobres, habitações coletivas, pequenas oficinas, pequenas ou grandes fábricas, pequeno comércio, sistema deficiente de água e esgotos, etc.** (DECCA, 1991, p. 6, grifo nosso)

Vale ressaltar que os bairros industriais ou bairros operários citados acima pela historiadora não necessariamente eram formados por Vilas Operárias. Havia outros tipos de moradias utilizados pelos operários brasileiros, como: “cortiço”¹⁶, “casinha”¹⁷, “hotel-cortiço”¹⁸, “cabeça de porco”¹⁹ e “casa de cômodo”²⁰ – sendo estas, um dos tipos das denominações

¹⁶ “Esse cortiço, comum no final do século XIX, assemelhava-se bastante às vilas operárias ou casas individuais de operários; estas, no entanto, apresentavam instalações sanitárias e cozinhas independentes, ainda que situadas fora do corpo da casa.” (DECCA, 1990, p. 19)

¹⁷ “As casinhas descritas são semelhantes às existentes nas vilas operárias – sem o controle exercido nestas – que foram consideradas o modelo de habitação para trabalhadores. Sob olhar dos delegados sanitários, entretanto tornavam-se cortiços.” (BONDUKI, 2017, p. 33)

¹⁸ “Ainda era mencionada a existência na cidade do hotel-cortiço (espécie de restaurante onde a população operária sem família dormia à noite em aposentos privativos ou comuns), de vendas que possuíam cômodos de fundo para aluguel e de ‘protótipos’ das favelas contemporâneas, os telheiros de zinco, barracos feitos de tábuas e cobertos de folhas de zinco, em geral instalados nos fundos dos depósitos de materiais de construção.” (DECCA, 1990, p. 20)

¹⁹ Tem-se por “cabeça de porco” a seguinte definição: “Casa de cômodo de mau aspecto. Habitação coletiva. Cortiço. Estalagem.” (CORONA e LEMOS, 2017, p. 91)

²⁰ Tem-se por “casa de cômodo” a seguinte definição: “térreos ou sobrados divididos no maior número possível de compartimentos.” (IPHAN, 1987)

habitações coletivas existentes – conforme mostrado por Nabil Bonduki (2014 e 2017) e Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1990 e 1991) em suas publicações.

A proliferação dos cortiços foi uma das grandes preocupações da Carta de Atenas de 1933, que caracteriza esse tipo de moradia, destacando aspectos de insuficiência, insalubridade e possibilidades de riscos para saúde e para a moralidade:

- a) Insuficiência de superfície habitável por pessoa;
- b) Mediocridade das aberturas para o exterior;
- c) Ausência de sol (orientação para o norte ou consequência da sombra projetada na rua ou no pátio);
- d) Vetustez e presença permanente de germes mórbidos (tuberculose);
- e) Ausência ou insuficiência de instalações sanitárias;
- f) Promiscuidade proveniente das disposições internas da moradia, da má orientação do imóvel, da presença de vizinhanças desagradáveis.

Sobre essas habitações coletivas, não incidiam necessariamente padrões de higiene ou controle industrial. Tratava-se de um contexto diverso daquele das Vilas Operárias, em que o patrão era também o locatário da casa, sendo a relação industrial-locador/morador-operário²¹ um dos diferenciais entre as residências situadas em vilas operárias e as de habitação coletiva, como fica claro abaixo:

Nas vilas operárias, os patrões procuravam garantir as regras da moral burguesa, contando com equipamentos coletivos – escolas, igrejas, enfermarias, clubes, pequenos comércios – administrados e sustentados pela empresa, que procuravam moldar o trabalhador, em geral imigrante recém-chegado ao país, segundo a ideologia dominante, além de manter os funcionários e sua família sob controle da empresa, inclusive nas horas livres. (BONDUKI, 2014, p. 20)

Então, para combater a proliferação das habitações coletivas, tidas como insalubres e fontes de doenças, o poder estatal incentivava a construção de Vilas Operárias, por considerar um padrão mais salutar de moradia para o trabalhador pobre, visto nos trechos em destaques:

Os poderes públicos municipais, estaduais e federais, diante do péssimo quadro da habitação das classes populares, passaram a recomendar desde a primeira década do século XX²² a construção de vilas higiênicas e baratas para o operariado, incentivando a iniciativa privada de várias formas. (DECCA, 1991, p. 49)

Adotados por todos os níveis do governo e regiões do país, os estímulos à iniciativa privada foram sempre muito bem aceitos por todos: higienistas, poder público e empreendedores. Para estes, a vantagem era óbvia, pois aumentariam seus lucros; para o poder público, mesmo que os resultados fossem pífios, era uma forma de mostrar uma iniciativa em favor da melhoria da habitação dos pobres; por fim, para os

²¹Sobre tal relação, o arquiteto ainda salienta de que maneira agia o poder público nessa relação: “No que se refere às relações entre **locador e inquilino**, na primeira República vigoraram as disposições liberais da Constituição e do Código Civil, que garantiam o direito absoluto de propriedade, isto é, o domínio do proprietário sobre o imóvel alugado. O aluguel era fixado pelas partes segundo as regras do mercado, sem interferência do poder público.” (BONDUKI, 2017, p. 49, grifo nosso)

²²Apesar de os incentivos do poder público iniciarem na primeira década século XX, como Decca (1991) explica, Correia (2011 e 2013) relata que a construção de Vilas Operárias no Brasil ocorre desde a primeira metade do século XIX, que será melhor elucidado mais adiante.

higienistas, era a oportunidade de difundir o padrão de habitação recomendável. **Nesse contexto, foram propostas várias leis de estímulo à construção de vilas operárias.** Baseada na casa unifamiliar, **a vila operária era o modelo de habitação econômica e higiênica, o ideal a ser atingido.** Desde o Império surgiram incentivos, inclusive isenção de impostos de importação de materiais, para facilitar sua construção. (BONDUKI, 2017, p. 49, grifo nosso)

Em decorrência das necessidades descritas, é construído o modelo de “Vilas Operárias”, em que se agregava: trabalho, vigilância, disciplina e habitações higiênicas. Nesses locais, seria possível controlar o operário tanto em seu momento de trabalho quanto na sua vida fora fábrica, colocando-o em um padrão de vida e comportamento imposto pela classe burguesa industrial da época, como reforça Bonduki:

Para o higienismo, práticas e **ações de controle das condições sanitárias, morais e de costumes** que prevaleceram nas preocupações do poder público durante a Primeira República²³, **a vila era modelar.** Composta de casas simples, mas higiênicas, salubres e moralmente recomendáveis, as vilas mereciam receber incentivos fiscais, mecanismos que, no discurso, visava facilitar o acesso aos trabalhadores de baixa renda. (BONDUKI, 2014, p. 19, grifo nosso)

Tendo em vista o padrão social imposto ao trabalhador pobre, há uma nova utilização para o campo da arquitetura e urbanismo – essa área de atuação teria sido utilizada como instrumento para o controle, disciplina e vigilância da massa trabalhadora, conforme discutido por Foucault:

O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontraremos no **urbanismo, na construção das cidades operárias**, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou pelo menos o princípio que o sustenta: **o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas. Princípio do ‘encastramento’.** O acampamento foi para a ciência pouco confessável das vigilâncias o que a câmara escura foi para a grande ciência ótica.

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma **arquitetura** que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para **permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los.** (FOUCAULT, 2014, p. 169, grifos nossos)

Tal acampamento trazido por Foucault (2014) refere-se ao acampamento militar, no qual o autor coloca como um “modelo quase ideal” de “observatórios”. Nesse contexto, o modelo urbano aplicado em Vilas Operárias se encaixaria na “vigilância hierarquizada”, assim

²³ Nabil Bonduki esclarece qual o papel do poder público durante a Primeira República, na produção de habitação social, para assim compreender o porquê do incentivo à iniciativa privada da construção dessas habitações: “Construir casas, ‘assumindo o papel do capitalista’, era incompatível com a concepção liberal do Estado vigente até 1930. Assim, durante a Primeira República, privilegiou-se apenas o incentivo aos particulares.” (BONDUKI, 2017, p. 48)

como na utilização da arquitetura como instrumento de “controle interior”. Além disso, Foucault (2014) discute o Panóptico²⁴ como modelo empregado nos espaços industriais, para reforçar as relações de poder: “O Panóptico ao contrário deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; **uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens.**” (FOUCAULT, 2014, p. 198, grifo nosso)

Desta maneira, o modelo Panóptico, sendo utilizado em meios urbanos, torna-se um grande aliado na vigilância do operariado, reforçando a imposição de padrões comportamentais, ao qual era submetida a classe trabalhadora, como Foucault reforçou:

É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, **fiscalizar os operários**, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. **Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado.** (FOUCAULT, 2014, p. 199, grifo nosso)

Foucault (2014, p. 199) também define o panóptico como “intensificador para qualquer aparelho de poder”, possibilitando reforçar as relações de poder entre industriais e operários, como pode ser visto no trecho a seguir:

O Panóptico, ao contrário, tem um papel de amplificação; organiza-se o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: **o que importa é tornar mais forte as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar.** (FOUCAULT, 2014, p. 201, grifo, nosso)

A partir dos conceitos discutidos por Foucault, arrisca-se afirmar que Vilas Operárias funcionaram como um sistema de observatórios, utilizados como aparelho de poder – em que fica claro o uso do sistema panóptico – resultando em um tipo de urbanização industrial difundido na paisagem das vilas operárias.

Diante dessa ótica, cabe reforçar a discussão proposta por Marcia Sant’Anna (2014, p. 44 e 45), em que se apresentam as transformações trazidas pelo processo de industrialização como responsáveis pela formação de um novo modo de ver o homem e a cidade, resultando na utilização do urbanismo com instrumento de controle social. Nesse sentido, a autora acima mostra como o historiador Robert Pechman refere-se a tal fenômeno:

²⁴ No livro *O que é cidade* (2004), Raquel Rolnik define Panóptico como: “No projeto das instituições de confinamento, o mesmo princípio se materializa na construção de uma torre central de onde se pode controlar simultaneamente todos os elementos (celas/quartos), enfileirados radialmente a seu redor. É a ideia presente no Panoptikon, modelo de espaço institucional proposto por Jeremy Bentham no final do século XVIII, aplicável a hospitais, prisões, escolas etc.” (ROLNIK, 2004, p. 66)

O urbanismo emergiu como uma técnica, com pretensões científicas, de intervenção no meio urbano, capaz de identificar e curar as patologias que colocariam em risco sua ordem. Pechman (1991, p. 132) observa que o **urbanismo** e as outras disciplinas que surgem das necessidades de **controle social** “domesticam o urbano” e transformam a cidade de “*habitat* das classes perigosas” em “*locus* do exercício da norma e da ordem”. (SANT’ANNA, 2014, p. 45, grifo nosso)

Destarte, seria então o modelo urbano das Vilas Operárias o padrão ideal de combate às classes perigosas, às epidemias e ao controle do trabalhador pobre. A partir das características descritas, Correia (2011, p. 274) definiu Vilas Operárias, no contexto histórico do urbanismo, como “habitat proletário moderno”, interferindo tanto nos modos de trabalho quanto nas formas de habitar do trabalhador pobre e originando um novo tipo de morar dessa parcela da sociedade:

Nas primeiras décadas do século XX, as ‘vilas operárias’ surgiam como um modelo privilegiado de reforma da habitação do pobre urbano, a qual era apontada como um dos problemas centrais da cidade. As ‘vilas operárias’ eram entendidas como um padrão de moradia popular oposto à favela, ao mocambo²⁵ e ao cortiço. O termo sugeria casas salubres e dotadas de uma divisão funcional interna que se distinguia da falta de higiene, de espaço e de conforto atribuídas às casas dos pobres urbanos. (CORREIA, 2011, p. 276)

Com base no levantamento bibliográfico realizado na presente pesquisa sobre a temática, foi identificado que a produção da arquiteta Telma de Barros Correia²⁶ (2011 e 2013) argumenta que as Vilas Operárias tinham características específicas de acordo com o período de construção e implantação delas, tanto no plano urbanístico quanto no arquitetônico. A autora expõe que o surgimento das Vilas Operárias brasileiras divide-se em três momentos: 1) 1811 a 1880, 2) 1880 a 1930 e 3) 1930 a 1960. A divisão proposta por Correia tem como marcos de início e fim do momento de implantação delas: “[...] 1811 – ano da construção da fábrica de ferro de Ipanema²⁷, que se constituiu em um marco importante da instalação da indústria moderna no país – e 1960 – quando a construção desse tipo de conjunto habitacional no Brasil entra em sensível declínio”. (CORREIA, 2013, p. 183)

²⁵ Tem-se por “mocambo” a seguinte definição: “Hoje em dia, dá-se o nome à casa pobre executada com materiais rústicos como o sapé, a folha de palmeira, etc. Casa pobre. Chopana. Casa de pau a pique revestida de barro.” (CORONA e LEMOS, 2017, p. 323)

²⁶ A referida autora, entre os anos de 1995 e 2005, desenvolveu a pesquisa “Vilas e Núcleos Fabris: Brasil, 1811-2005”, junto com o pesquisador Philip Gun; no qual a pesquisa tinha por objetivo: “A intenção da pesquisa foi investigar a forma (em termos da arquitetura e do desenho urbano) e o significado (em termos de organização do território e da moradia) que a emergência das vilas operárias em áreas urbanas e suburbanas e de núcleos residenciais, no campo, teve no Brasil, no período entre a emergência da indústria moderna na primeira metade do século 19 e o início do século 21. Seu programa foi baseado em duas atividades principais: pesquisa bibliográfica e em fontes primárias e programa de visitas a locais onde existem – ou existiram – vilas e núcleos fabris. **A pesquisa identificou e reuniu informações sobre cerca de 400 vilas operárias e núcleos fabris, dos quais próximo de 200 foram visitados.**” (CORREIA; GHOUBAR; MAUTNER, 2006, grifo nosso)

Tal pesquisa resultou em uma vasta produção bibliográfica, elaborada por Telma de Barros Correia, sobre a temática das Vilas Operárias, tornando-a uma referência na área em questão.

²⁷ Real Fábrica de Ferro de Ipanema, atualmente é tombada pelo IPHAN, referente ao processo T número 727-T-64, que será tratada mais adiante no capítulo 2.

No que concerne a primeira fase, de 1811 a 1880, Correia (2011, p. 283) esclarece que todas as Vilas Operárias, do período, estavam localizadas fora das cidades, para que desta maneira a instalação industrial ficasse perto das fontes de energia e de matéria-prima. Vale destacar, que no período em questão, a mão de obra escrava ainda era utilizada no Brasil, sendo a escravidão abolida apenas em 1888. Especificamente sobre as habitações, Correia (2011, p. 283) diz que eram encontradas, nas Vilas Operárias da referida fase, tanto casas unifamiliares – para trabalhadores libertos – como senzalas – para os escravos:

No Brasil, entre as empresas que construíram moradias para seus empregados entre 1811 e 1880 estão os engenhos de açúcar, as fábricas de ferro, as mineradoras, as indústrias têxteis e as fábricas de pólvora. O tamanho e o programa destes núcleos apresentavam grande diversidade dependendo do porte e do tipo de atividade, embora nesse período, **todos os que identificamos se localizavam fora de cidades**, de modo a se aproximarem de fontes de energia (matas ou cachoeiras) e de matéria-prima (sobretudo no caso dos minérios e da cana-de-açúcar) ou se distanciarem de áreas povoadas (no caso das fábricas de pólvora). No que se refere ao modelo de habitação, observa-se em quase todos os casos estudados, **a presença de casas e alojamentos coletivos (senzalas e/ou dormitórios para solteiros).** Até 1880, embora inovadores em termos de programa – incluindo muitas vezes, além de igreja, casas e moradias coletivas, escola, armazém de consumo e enfermaria – esses núcleos recuperaram muito do cenário de engenhos e fazendas do período colonial. (CORREIA, 2013, p. 185, grifo nosso)

Ainda sobre o primeiro período indicado por Correia, não foram observadas formas de uma arquitetura e urbanismo industriais, sendo o espaço da Vila Operária semelhante às cidades coloniais brasileiras, como se pode perceber abaixo:

Até 1880, não se pode identificar, na arquitetura desses lugares, elementos formais que remetam a uma estética nitidamente industrial. Com raras exceções, as instalações fabris lembram casarões ou conventos, enquanto a arquitetura residencial tende a recuperar a forma e os materiais difundidos no período colonial. (CORREIA, 2013, p. 185)

Assim, é compreendido que foi empregado nas Vilas Operárias o modelo tanto urbano quanto arquitetônico das antigas cidades coloniais brasileiras, sendo para a época, talvez, o único modelo de formação urbana e arquitetônica disponível. Nas descrições feitas por Nestor Goulart Reis Filho, em *Quadro da arquitetura no Brasil* (2014), essa semelhança fica clara, como pode ser visto no trecho em destaque:

Pode-se afirmar com segurança que durante o período colonial a arquitetura residencial urbana estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas. Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. (REIS FILHO, 2014, p. 22)

A descrição de “ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos” reforça uma

relação existente entre arquitetura e lote urbano que pode ser encontrada tanto nas cidades coloniais quanto nas vilas operárias. Descrições semelhantes podem ser facilmente aplicadas na especificação do modelo de habitar operário da fase em questão, como se lê em Correia (2013, p. 186 e 187), que destaca os elementos da nossa herança colonial, reproduzidos nas Vilas Operárias daquele período:

Em uma dessas vertentes, elementos da linguagem clássica são recuperados a partir de modelos disseminados no país durante o período colonial. **Nela, casas de porta e janela surgem em blocos – dotados ou não de alpendre sustentado por sucessão de colunas –, preservando tanto a implantação e os materiais, quanto a simplicidade e desnudamento de ornatos da arquitetura colonial.** Trata-se de uma continuidade da tendência que norteou a construção dos conjuntos arquitetônicos gerados por engenhos, fábricas e mineradoras no país até 1880, no sentido de recuperar muito da forma da arquitetura de engenhos e fazendas anteriores. (CORREIA, 2013, p. 186 e 187, grifo nosso)

Com relação à implantação urbana, a arquiteta identifica dois tipos de disposições urbanas. A primeira teria sido a mais usual naquele momento e foi descrita da seguinte maneira: “Do ponto de vista da disposição urbanística, a inovação em muitos casos revela-se na disposição dos prédios ou parte deles em torno de um pátio retangular que geralmente era dominado pela casa do proprietário ou diretor do estabelecimento” (CORREIA, 2011, p. 283). Tal padrão urbano deixa claro e reforça as relações de controle que havia entre patrão e operário, com a casa do proprietário localizando-se de modo estratégico a fim de vigiar todo o espaço operário.

A respeito do segundo tipo de disposição urbana identificado²⁸, a arquiteta explica que foi utilizado com menor frequência em relação ao primeiro modelo. No segundo modelo urbano, é notada a intenção de aproveitar as características físicas do terreno, além da busca do benefício da proximidade com as matérias-primas e o uso da linha férrea, como elementos norteadores para a implantação:

Um segundo padrão espacial – menos frequente que o primeiro – presente até 1880 diz respeito a forma linear. O traçado linear segue uma via sinuosa definida pela topografia. Quando situada em fundos de vales, o traçado desta via pode seguir uma linha férrea ou leito de rio ao lado do qual se prolonga. (CORREIA, 2011, p. 283)

Esse modelo de disposição urbana iria continuar ao longo do segundo momento: entre 1880 e 1930, Correia (2011, p 292) destaca que, além da forma linear, foi muito usual as Vilas Operárias terem formas ortogonais. A respeito do modelo ortogonal, a autora traz pequenas

²⁸ É válido ressaltar, neste momento, que, de acordo com Correia (2011), esse segundo tipo de disposição urbana foi identificado na implantação da Vila Operária de Fernão Velho, que conforme seu ano de construção – 1857 – podemos situar no primeiro período exposto. Essa Vila terá suas características urbanas e arquitetônicas analisadas no capítulo 3.

variações que pode haver nesse exemplar de malha urbana, como caso das formas parcialmente ortogonais, como mostrado abaixo:

Em outros casos, embora as ruas retilíneas tendem a se disporem paralelas e/ou perpendiculares umas às outras, a forma e o traçado do núcleo acomoda-se ao terreno, seja buscando suas partes mais planas – como em Pedra²⁹ –, seja amoldando-se às suas curvas suáveis – como na Vila da Passagem e em Casa de Pedra. Nestes casos, o resultado é uma malha apenas parcialmente ortogonal. (CORREIA, 2011, p. 292)

Além de tudo o que foi exposto, é salientado pela referida autora que nesse período houve modificações importantes nos espaços industriais, assumindo características próprias:

Por volta de 1880 se difunde uma alteração importante nos espaços ligados à produção industrial no Brasil, os quais assumem cada vez mais claramente uma feição própria. Tal feição é marcada, sobretudo, pelas altas chaminés e por uma alteração da forma dos prédios influenciada por modelos europeus e americanos. Modificações profundas são introduzidas no programa dos espaços ligados às indústrias, que tendem a se tornarem mais complexos, ao mesmo tempo em que suas dimensões também tendem a se ampliar. (CORREIA, 2011, p. 284)

No entanto, simultaneamente a tais mudanças, persistem padrões urbanos das cidades do período colonial, conforme expõe o trecho na sequência: “Nos prédios mais representativos dos complexos industriais, foi frequente até a terceira década do século XX, a persistência de motivos ornamentais associados a estilos do passado e a mobilização do historicismo tipológico nas composições”. (CORREIA, 2013, p. 202). Reis Filho (2014) também reforça esta ideia, sendo mais específico com relação às décadas de 1900 a 1920: “Os edifícios comerciais, as casas com jardins e as **vilas operárias** constituíam inovações mas continuavam a utilizar formas de relacionamento características de épocas anteriores.” (REIS FILHO, 2014, p. 53, grifo nosso)

No campo da arquitetura, as Vilas Operárias deixaram de ter uma feição apenas colonial – com casas de porta e janela e sem ornamentos – e passaram a adotar elementos do estilo

²⁹ A referida “Pedra” é a atual Vila Operária de Delmiro Gouveia, que, de acordo com o exposto, estaria situada no segundo período, pois a antiga Vila da Pedra data de 1912. E assim como a Vila Operária de Fernão Velho, terá suas características urbanas e arquitetônicas analisadas no capítulo 3.

neoclássico³⁰, eclético³¹ e ocorrências, especialmente em igrejas, do estilo românico e neogótico³², como expressado abaixo:

Sobretudo entre 1880 e 1930, disseminam-se componentes vinculados a linguagem clássica – tais como frontão, entablamento, óculo, platibanda, colunas, pilastras e alpendres – em construções diversas ligadas à indústria, tais como fábricas, equipamentos de uso coletivo (hospital, escola, armazém de consumo, etc.) e, especialmente, em casas, sejam elas destinadas a proprietários, a gerentes ou a operários. (CORREIA, 2013, p. 187)

No cenário de vilas operárias e núcleos fabris, o ecletismo encontrou expressão privilegiada na arquitetura de prédios de uso coletivo, como os das escolas e, sobretudo, os das igrejas e os das fábricas. As igrejas construídas por fábricas no período adotaram como referência estilística, sobretudo, o românico e o gótico, em versões despojadas e econômicas. (CORREIA, 2013, p. 189)

De modo geral, Correia (2013, p. 188) explica que o repertório neoclássico e eclético era encontrado na composição das fachadas como elementos decorativos, não alterando o partido de planta dos imóveis – no contexto das casas – que, em sua maioria, até esse período, manteve suas características de implantação colonial. Segundo Reis Filho (2014, p. 66), no período discutido – 1880 a 1930 –, as cidades brasileiras de modo geral ainda conservavam as características de implantação colonial, apesar de adquirir elementos de fachada em estilos como o neoclássico e eclético. Só haveria modificação no partido de planta após 1937: “Até 1937, os esforços do movimento modernista para romper aquelas limitações tiveram resultados apenas superficiais.” (REIS FILHO, 2014, p. 76)

Na transição da segunda fase (1880 a 1930) para a terceira (1930 a 1960), convém ressaltar o período entre as décadas de 1930 e 1940, quando, no campo estilístico, foi visto com frequência a utilização de elementos em *Art Déco*³³, conforme indicado por Correia (2013, p. 195):

³⁰ “A origem do Neoclássico no Brasil é identificada geralmente com a contratação da missão cultural francesa, chefiada por Lebreton, chegada ao Rio de Janeiro no início de 1816, que reunia, entre diversos artistas de renome da Europa, o arquiteto Grandjean de Montigny, acompanhado de dois assistentes e de diversos artífices.” (REIS FILHO, 2014, p. 116)

³¹ Segundo Nestor Goulart Reis Filho, o Ecletismo teve origem na França, na primeira metade do século XIX, com intuito de conciliar as correntes filosófica, político-social e estética. No campo da arquitetura a corrente eclética surge com o mesmo objetivo, de conciliar os estilos históricos. E sobre o ecletismo no Brasil, que viria na segunda metade do século XIX, o arquiteto comenta que: “As condições de desenvolvimento das correntes ecléticas no Brasil são peculiares. A revolução industrial em andamento na Europa apenas repercutia – e de modo indireto – sobre a economia do País. A adoção de elementos construtivos produzidos industrialmente e de padrões formais capazes de assimilá-los, dentro das soluções tradicionais, significava, nessas condições, ao mesmo tempo um avanço da tecnologia e o reforço de laços de tipo colonial.” (REIS FILHO, 2014, p. 183)

³² “Por outro lado, o Neogótico não teve aqui maior repercussão. A não ser algumas manifestações tardias de gosto provinciano, de igrejas ‘góticas’ de alvenaria de tijolo – quase todas já do século XX – os casos foram suficientemente raros para serem ignorados.” (REIS FILHO, 2014, p. 184)

³³ Sobre *Art Déco* no Brasil, Hugo Segawa diz que: “Para efeitos práticos, vou considerar o *Art Déco* no Brasil mais como uma manifestação essencialmente decorativa que propriamente construtiva – embora em certas situações as fronteiras entre a decoração e a tectônica sejam tênues”. (SEGAWA, 2014, p. 60)

Simultaneamente, um número significativo de fábricas – e edificações anexas – ergue no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, construções que incorporam elementos vinculados à *art déco*. A arquitetura fabril atestou a difusão do gosto *déco* no país e sua grande aceitação naquele momento por parte de industriais, muitos dos quais o mobilizaram na construção de instalações fabris, equipamentos de uso coletivo, casas para seus operários e, em casos mais raros, moradias para gerentes e para seu uso particular. Nas construções erguidas por fábricas no Brasil, o gosto *déco* se expressou, sobretudo, através de volumes, platibandas e ornatos de formas escalonadas, coerente com a tendência conhecida com *zig-zag modern*.

Sobre a utilização do *Art Déco* nas habitações operárias, Correia (2011, p. 288) frisa que elementos como frontões escalonados, frisos ou pilastras verticais nos limites das fachadas eram frequentemente utilizados, destacando aqui a Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goyanna³⁴, em Pernambuco, como um exemplar de destaque.

Além do mais, este estilo fazia uso de elementos que reforçavam a temática das máquinas, tendo boa aceitação por parte dos industriais:

Isso pode ser explicado, em parte, pela atualização formal que o *Art déco* operou, vinculando-se ao mundo industrial e à noção de modernização. A tendência à abstração expressa nesta linguagem – com seus volumes e ornamentos geometrizados – remete ao mundo fabril, reportando-se à forma das máquinas que povoam esse universo, seja como produtos, seja como meios de produção. Na sua vertente *streamlined*, o *Art déco* inspirou-se nas formas sinuosas e aerodinâmicas das novas máquinas de velocidade – carros, aviões e transatlânticos. (CORREIA, 2008, p. 55)

Nesse sentido, tem-se a tendência *déco* como importante expressão que marcou o cenário das Vilas Operárias brasileiras, das décadas de 1930 e 1940, colocando-se como expressão de modernidade, posição que seria ocupada na década seguinte pela arquitetura moderna (CORREIA, 2008, p. 52).

Correia (2013), também expôs outro padrão arquitetônico utilizado pelos industriais nas décadas de 1930 e 1940, que foi o dos chalés, bangalôs e *cottages*. Sobre os bangalôs, vale destacar que resultou no chamado “estilo missões”, descrito pela autora no trecho adiante:

Entre as diferentes tendências formais que o bangalô assumiu no Brasil, a mais usual – inclusive em construções ligadas à indústria – foi a vertente do estilo colonial espanhol, aqui conhecida como ‘estilo missões’. Nas décadas de 1930 e 1940, o estilo missões – com seus apliques em pedra, colunas torsas, beirais, terraços com arcos plenos, etc. – alcança grande adesão, sobretudo por parte da classe média e se faz presente, em versões mais despojadas, em casas, escolas, igrejas e clubes de muitas vilas e núcleos fabris. (CORREIA, 2013, p. 194)

Esse modelo de habitação era destinado aos funcionários mais graduados ou diretores das fábricas e até mesmo proprietários: “Às vezes tais construções voltavam-se apenas às famílias dos técnicos especializados, gerentes e proprietários das empresas.” (CORREIA, 2011,

³⁴ A Companhia Industrial de Fiação e Tecidos de Goyanna corresponde ao processo de tombamento número 1084-T-83, que será discutido mais adiante, no capítulo 2.

p. 287). Tal tipologia arquitetônica marcava a hierarquização social existente nos espaços de habitar operário, segregando os operários das demais modalidades de funcionários existentes. Além do mais, este modelo destacava-se no cenário das Vilas Operárias pela presença de recuos, jardins e cobertas mais elaboradas, resultando em moradias que simbolizavam conforto e bem-estar.

As Vilas Operárias somente viriam a ter grandes modificações em suas concepções, tanto arquitetônica quanto urbana, a partir de década de 1950, com a influência dos preceitos do modernismo. Mas vale salientar que o período entre 1930 e 1940 foi de grande transição, havendo pequenas tentativas de mudança, marcando assim o terceiro e último período identificado por Correia – 1930 a 1960³⁵.

[...] nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, tendências ecléticas e pitorescas ganham força nessa arquitetura; nas décadas de 1930 e 1940, o estilo *art déco* encontra nessa arquitetura amplo campo de aplicação, assim como o neocolonial e o ‘estilo missões’; e na década de 1950, esses lugares ofereceram um campo de trabalho importante para arquitetos e urbanistas identificados com o estilo internacional de arquitetura moderna e o urbanismo difundido no âmbito dos CIAMs. (CORREIA, 2013, p. 184)

Conforme tais estudos, o final da década de 1930 viria a marcar um processo transitório, em que os preceitos do modernismo brasileiro estavam em debate, refletindo assim no modo de pensar e conceber os espaços fabris. Vale destacar que: “A partir da segunda metade da década de 1930, a construção de vilas e núcleos de empresas no Brasil passou por uma alteração importante, caracterizada pela crescente participação de urbanistas elaborando planos e projetos de arquitetura para estes locais” (CORREIA, 2011, p. 293).

Sobre esse período, há discussões interessante sobre a inserção de profissionais da arquitetura e urbanismo no planejamento das Vilas Operárias. Até os anos 1930, segundo Correia (2011, p. 293), “a prática de construção de moradias para seus operários por empresas raramente contou com a participação de especialistas – arquitetos ou engenheiros – na elaboração de planos e de projetos de arquitetura”. Eva Blay (1985, p. 225) traz outras informações, segundo esta, a participação de arquitetos e urbanistas pode ser identificada em momentos anteriores, ainda que como exceção, como no caso da Vila Maria Zélia. Blay (1985)

³⁵ Sobre esse período, vale destacar que: “O período que se inicia por volta de 1940, com a Segunda Guerra Mundial, e que nos traz até 1960, com o plano de Brasília, compreende a fase de mais intensa industrialização e urbanização da história do País. Ocorre então um vertiginoso avanço técnico e econômico, acompanhado de profundas transformações sociais. A ele corresponde também a eclosão do movimento contemporâneo de arquitetura, cujas primeiras manifestações poderiam ser recuadas até a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo mas que aguardava as oportunidades adequadas à sua expansão. O marco inicial dessas transformações seria considerado o projeto do edifício-sede do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro.” (REIS FILHO, 2014, p. 88).

destaca que a tal vila fora edificada, na cidade de São Paulo, entre os anos de 1916 e 1920 (compreendendo ao segundo momento) e concebida por um arquiteto francês chamado Paul Pedraurrieux, que projetou igreja, escola, fábrica e casas. Este seria exemplo inovador para a época em que foi implantada.

Ao longo da década de 1930, o envolvimento de arquitetos e urbanistas ainda se dava de maneira bastante tímida; somente em 1937, houve uma tentativa de inserir esses profissionais na concepção dos espaços industriais, com o concurso para proposta de projeto do plano de Monlevade³⁶, no qual um dos concorrentes foi Lúcio Costa: “O ‘Ante-projecto para a Villa de Monlevade³⁷’ concebido pelo arquiteto Lúcio Costa é um marco deste novo momento”. (CORREIA, 2011, p. 293), sendo este concurso também um marco do período.

Porém, apenas na década de 1950³⁸, as Vilas Operárias, viriam a sofrer grandes mudanças em suas concepções: “Na década de 1950, um grupo significativo de projetos de conjuntos residenciais para seus empregados foi encomendado por empresas a arquitetos e urbanistas”. (CORREIA, 2013, p. 199). Tais alterações se deram no plano urbanístico através da difusão de conceitos da arquitetura dos CIAMs: “No Brasil algumas vilas operárias seguiram – com maior ou menor fidelidade – modelos de desenho urbano difundido no âmbito da urbanística das cidades-jardim”. (CORREIA, 2011, p. 290). Correia (2013) também apresenta as soluções viárias utilizadas a partir dos conceitos dos CIAMs como a utilização de *cul-de-sacs*³⁹ na finalização das ruas. Além de compor esses projetos com elementos característicos do modernismo brasileiro, tinham-se boas soluções no âmbito do conforto ambiental para as residências: “Um traço comum entre esses projetos diz respeito à preocupação com a adequação das soluções ao clima, seja através de passarelas interligando prédios de uso coletivo, seja

³⁶ Segundo Correia (2000, in 2011, p. 121 e 122) O Plano de Monlevade, foi proposto pela Companhia Belgo-Mineira, para conceber uma siderúrgica, no interior de Minas Gerais, no qual atualmente a localidade onde foi edificada a siderúrgica transformou-se na cidade de Monlevade.

³⁷ Segundo Correia (2000, in 2011, p. 122) o concurso foi realizado pela Companhia Belgo-Mineira, e das 13 propostas que participaram do concurso, três foram selecionadas, sendo estas: a do engenheiro Lincoln Continentino, do arquiteto Ângelo Murgel e do arquiteto Lúcio Costa; sendo a proposta vencedora a de Lincoln Continentino.

³⁸ A cerca de eventos desse último período – 1930 e 1960 –, é importante frisar que a Destilaria Central de Rio Largo foi inaugurada em 1961, fazendo parte desse momento, e como os demais casos desta dissertação, será trabalhada no capítulo 3.

³⁹ Tem-se por “*cul-de-sac*” a seguinte definição: “Termo de origem francesa que se refere a uma via sem saída. Zona terminal de uma estrada ou arruamento.” (Definição obtida em: <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/cul-de-sac>)

através de elementos como *brises-soleils*⁴⁰, *cobogós*⁴¹, *venezianas*⁴², *varandas*⁴³, *amplos beirais*⁴⁴, etc”. (CORREIA, 2013, p. 201, grifo nosso).

É válido salientar que os projetos, apesar de possuírem elementos urbanos e arquitetônicos inovadores, continuavam a levar em conta o uso das Vilas Operárias como instrumento de controle social, funcionalidade reforçada por Correia: “Os vínculos com a tradição dos núcleos fabris revelam-se na ênfase dada a isolamento e autonomia, na tendência de estabelecer uma divisão social do espaço e, em alguns casos, na busca de isolar e segregar os funcionários solteiros”. (CORREIA, 2013, p. 201)

É nessa época que a moradia operária adquire grande importância para os estudos do urbanismo no Brasil, sendo a Vila Serra do Navio⁴⁵ – construída no estado do Amapá e projetada em 1955 pelo arquiteto Oswaldo Bratke – um ótimo exemplo, como destaca Telma de Barros Correia (2013, p. 201): “Esses planos revelam a importância adquirida na década de 1950 por encomendas de conjuntos residenciais de empresas no âmbito do campo de trabalho de urbanistas no Brasil”.

Diante das motivações expostas e na perspectiva do uso da arquitetura e urbanismo como mecanismo de controle social, é possível concluir que as Vilas Operárias, mesmo passando por diversos momentos em suas concepções, não perdeu suas motivações iniciais que levaram à criação desse modelo de vida:

Sua organização interior é submetida a uma organização funcional dos espaços e perpassada por requisitos de higiene e conforto. Esta habitação tende a reter a família no seu interior sendo, neste sentido, correlata a uma tendência de redução da rua a mero local de circulação. (CORREIA, 2011, p. 274)

O que fica claro em todas as fases é o emprego funcional das estruturas arquitetônicas e urbanas nas Vilas Operárias, com o uso de uma hierarquia funcional, identificado através das disposições urbanas e dos estilos arquitetônicos empregados. Foi também vista a utilização de

⁴⁰ Tem-se por “*brises-soleils*” a seguinte definição: “Elemento arquitetônico de proteção, com a finalidade principal de interceptar os raios solares, quando estes forem inconvenientes.” (CORONA e LEMOS, 2017, p. 81)

⁴¹ Tem-se por “*cobogós*” a seguinte definição: “Nome que se dá, principalmente no Norte do Brasil, ao tijolo furado ou ao elemento vazado feito de cimento empregado na construção de paredes perfuradas, cuja função principal seria a de separar o interior do exterior, sem prejuízo da luz natural e da ventilação.” (CORONA e LEMOS, 2017, p. 138)

⁴² Tem-se por “*venezianas*” a seguinte definição: “Esquadria, porta ou janela, que permite a ventilação permanente no interior dos compartimentos, constituída de palhetas paralelas e inclinadas, de modo a impedir a visibilidade e a entrada de água da chuva. Há também, venezianas de palhetas móveis.” (CORONA e LEMOS, 2017, p. 469)

⁴³ Tem-se por “*varandas*” a seguinte definição: “De uma maneira geral, a palavra designa o alpendre grande e profundo, muito comum nas casas antigas, onde se tomavam as refeições e onde se passava o dia.” (CORONA e LEMOS, 2017, p. 468)

⁴⁴ Tem-se por “*beirais*” a seguinte definição: “Parte do telhado formada por uma ou mais fiadas de telhas, que faz saliência sobre o prumo da parede externa de uma construção.” (CORONA e LEMOS, 2017, p. 75)

⁴⁵ A Vila Serra do Navio, foi tombada pelo IPHAN em 2010, compreende ao processo T número 1567-T-08, será discutido no capítulo 2.

padrões arquitetônicos diferenciados em casas de funcionário mais graduados ou diretores, em todas as fases, assim como o destaque para os lotes de esquina, constituindo uma estética específica: “Na arquitetura de algumas dessas vilas e núcleos fabris, emergiu uma estética tipicamente industrial, fundamentadas em noções de economia, eficiência, utilidade e funcionalidade” (CORREIA, 2013, p. 190).

Após esses períodos de construção intensa de Vilas Operárias, Correia (2011) mostra que o momento da década de 1980 é marcado principalmente pelo desmonte desses espaços:

Tal prática intensifica-se a partir da década de 1880 e persiste até o final do século XX. Entre 1930 e 1950 estas vilas e núcleos surgem em números bastante significativos em diferentes regiões do País. A partir de 1950, este tipo de assentamento continua a ser criado ou ampliado pelas indústrias. **O momento de inflexão da tendência de criação de vilas e núcleos residenciais de empresas no Brasil parece localizado especialmente após 1985, quando a história destes lugares reside, sobretudo, nas diferentes trajetórias de desmonte**”. (CORREIA, 2011, p. 279 e 280)

Destaca-se aqui o fato de que grande volume de pedidos de tombamento que foram realizados nesta década, colocou a Vila Operária no discurso patrimonial do IPHAN. Teriam surgidos tantos pedidos de tombamento a partir da motivação desses desmontes? O momento da tentativa de patrimonializar as Vilas Operárias, será discutido nos capítulos seguintes.

Deste modo, buscou-se no presente capítulo compreender o contexto histórico, social, urbano e arquitetônico em que foram concebidas as Vilas Operárias e a partir deste entendimento, analisar a maneira com a qual as Vilas Operárias foram e vem sendo discutidas no âmbito do Patrimônio Cultural.

2 PATRIMONIALIZAÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS NO BRASIL: VILA OPERÁRIA É PATRIMÔNIO CULTURAL?

2.1 Fases de patrimonialização do IPHAN: do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao Patrimônio Cultural.

Partindo do interesse em afirmar uma identidade brasileira e identificar e proteger o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937 foi fundado o então chamado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, e instituído o Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937. Elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do órgão, este decreto serviria como base jurídica de proteção ao patrimônio e estabelecia que:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Em uma primeira fase na qual foram reconhecidos bens aos quais era atribuído grande valor estilístico, os mesmos eram protegidos por seus aspectos formais. Um bom exemplo disso foi a patrimonialização de conjuntos urbanos tidos como cidades-monumento, como pode ser observado no trecho a seguir:

As cidades-monumento são definidas como aquelas que tiveram “papel primacial em fato histórico de grande importância e significação nacional” ou que possuem “feição arquitetônica ou urbanística característica de um período relevante da vida e da arte brasileira”. Como se vê o conceito pouco difere daquele do Decreto-Lei 25/1937, mantendo a ênfase nos valores históricos e artísticos. (SANT’ANNA, 2014, p. 129).

Rodrigo M. F. de Andrade não apenas participou da fundação do órgão, como também o dirigiu até 1967. Nos primeiros trinta anos de funcionamento do SPHAN, a historiografia indica que se buscava aquilo que pudesse ser identificado como genuinamente brasileiro, para que se encontrasse uma “verdadeira” identidade nacional. Sobre esses primeiros anos de funcionamento, Silvana Rubino (1996) discute sobre o tipo de bem selecionado para compor o acervo patrimonial do país. A autora destaca a preferência pelo imóvel religioso católico e pelo imóvel urbano na sequência; além disto, destaca o predomínio da escolha de bens do século XVIII. Para ela, a partir do mapa formado pelos bens tombados nos primeiros anos de atividade do IPHAN, seria formado o que Rodrigo M. F. de Andrade e seus colaboradores consideravam como identidade nacional:

Somente através dessa marca humana seria possível recompor o caráter nacional do país, e Rodrigo chegou a chamar esse conjunto de documentos de identidade. O conjunto eleito revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes (RUBINO, 1996, p. 98)

Partindo dessas noções, percebe-se que núcleos urbanos coloniais e igrejas barrocas foram escolhidos por serem considerados como a maior representação da memória e da identidade brasileiras, deixando em segundo plano outros valores que representassem a cultura do país.

Rodrigo M. F. de Andrade foi substituído por Renato Soeiro, que comandou o IPHAN por 12 anos, até 1979. A historiografia sobre a instituição federal de patrimônio no Brasil tende a afirmar que a gestão de Renato Soeiro, em muito, seguiu a política de preservação cultural de Rodrigo M. F. de Andrade. Na reedição comentada do livro *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*, de Rodrigo Melo Franco de Andrade (2012), Augusto Carlos da Silva Telles⁴⁶ destaca que Luis Saia⁴⁷ denominou de “heroica” a fase que engloba a gestão de Franco de Andrade e Soeiro. Para arquiteta Márcia Sant’Anna (2014), no período em que este último esteve à frente da instituição, porém, teria havido uma notável modernização na administração do órgão. Para a autora, “A gestão de Renato Soeiro correspondeu ao processo de modernização administrativa do IPHAN e à democratização da questão do patrimônio” Ainda sobre a fase correspondente a de Renato Soeiro, Leal (2016) destaca os seguintes feitos:

A gestão de Renato Soeiro, que corresponde ao período que vai da aposentadoria de Franco de Andrade, em 1967, à entrada de Magalhães, em 1979, é chamada simplesmente de “segunda fase” por uma historiografia oficial da instituição, com ênfase, portanto, no fato de ter-se então um segundo diretor para o órgão. Algumas análises sobre tal período tendem até a entendê-la “como uma extensão dos primeiros trinta anos do IPHAN, sem grande autonomia e mudanças”, homogeneizando, portanto, um período demasiado longo e diverso, apagando mudanças e especificidades do contexto e desconsiderando, em larga medida, a importância do período para “a modernização do aparelho estatal de preservação do patrimônio”. (LEAL, 2016, p. 100)

No entanto, por influência da Carta de Veneza,⁴⁸ de 1964, a gestão de Soeiro foi uma época de ampliações dos polígonos dos sítios tombados⁴⁹ e além disto parece ter havido uma tentativa de diversificação dos tipos de bens a serem protegidos, como é destacado no trecho abaixo da Carta de Veneza:

Art. 1º A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de

⁴⁶ Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto e servidor do IPHAN por várias décadas, diretor da Fundação Nacional Pró-Memória na década de 1980, foi um dos colaboradores da reedição do livro **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos** (2012), de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

⁴⁷ “Luis Saia – arquiteto brasileiro, foi por muitos anos responsável pela política de preservação do IPHAN, nas áreas dos estados do Sul.” (TELLES, 2012).

⁴⁸ Carta internacional resultando do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos, realizado em Veneza no ano de 1964.

⁴⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**/ Rodrigo Melo Franco de Andrade; [com contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles e outros; organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às **obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.** (Grifo nosso)

A Carta de Veneza possibilitou ampliar os tipos de bens a serem reconhecidos, considerando não só os monumentos, mas incluindo no acervo patrimonial os sítios históricos. Além disto, tirou o foco de bens monumentais e estendeu o reconhecimento a “obras modestas” com valor patrimonial a ser preservado, inserindo assim grupos sociais que antes não se reconheciam nas ações de patrimonialização.

Parte da historiografia sobre o campo do patrimônio no Brasil tende a ressaltar que uma efetiva modernização da instituição teria ocorrido de fato na gestão de Aloísio Magalhães, sucessor de Renato Soeiro. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca, em *O Patrimônio em Processo* (1997), após a “segunda fase” de Renato Soeiro, o IPHAN passaria para a denominada “fase moderna” de Aloísio Magalhães.

Para esta dissertação, vale atentar para as mudanças e revisões que se deram nas práticas e nos valores acionados pelo IPHAN. É interessante, por exemplo, entender as mudanças efetivadas a partir do final dos anos 1970 como parte do processo iniciado por Soeiro, e que a historiografia traz como marco a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM): “O processo de modernização administrativa do IPHAN completou-se em 1979, com sua transformação em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM).” (SANT’ANNA, 2014, p. 261).

Já entre os aspectos mais destacados das mudanças dos anos 1980 para o campo do patrimônio, aponta-se uma importante nuance no entendimento sobre o Patrimônio Cultural: deixa de ser visto apenas pelos valores estilísticos ou aspectos formais, mas pelo valor histórico, empregando-se a partir de então o conceito de cidade-documento (SANT’ANNA, 2014). Vale ressaltar também o aumento da participação popular nas escolhas de bens a serem protegidos, como destaca a arquiteta Lia Motta (2000): no período entre 1979 e 1990, de um total de 71 solicitações de tombamento, 37 partiram de pessoas de fora do IPHAN, que foram divididas por ela como originárias de outras instituições públicas, políticos e sociedade civil. Dentre tais solicitações, a maior demanda de pedido foi da sociedade civil, com um total de 22 solicitações. Desta forma, rompia-se com um paradigma prioritariamente técnico dos processos de patrimonialização dos períodos anteriores, a partir de uma apropriação social crescente do tombamento.

Os anos 1980 são marcados inclusive pelo reconhecimento da importância da participação da população, como agentes imprescindíveis para a preservação e conservação dos bens, notadamente em relação à manutenção dos aspectos físicos e simbólicos dos bens:

Logo no início de sua gestão, Aloísio Magalhães afirmou que a solução dos problemas de conservação do patrimônio arquitetônico residiam na conscientização da comunidade: “o melhor guardião de um bem cultural é o seu dono” (MAGALHÃES, 1985, p.186). Com esse enunciado geral, deixava patente sua intenção de dividir com a sociedade os encargos da preservação, transformando-a numa prática também voltada para a promoção social. (SANT’ANNA, 2014. p. 272 e 273)

A visão expressa por Magalhães colocava, portanto, a população como maior guardiã de seu patrimônio. Entretanto para isso era preciso que a sociedade se apropriasse do patrimônio, seus processos e categorias, e tendo por definição de apropriação o que José Reginaldo Santos Gonçalves define como da seguinte maneira: “Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio.” (GONÇALVES, 2002, p. 24)

Faz sentido, portanto, perguntar quais as formas de apropriação possíveis do patrimônio. E mais: em que medida, tais formas dependem dos instrumentos de identificação e reconhecimento de bens culturais como patrimônio? Para tanto, vale deter-se sobre os instrumentos de identificação e reconhecimento acionados pelo IPHAN no processo de patrimonialização de bens culturais.

2.2 Instrumentos de processos de identificação e de reconhecimento dos bens culturais.

Quando os primeiros conceitos a respeito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional começaram a ser discutidos no Brasil, foram buscadas formas de reconhecimento e proteção dos bens. Diante desta necessidade, e com base em discussões que se davam sobre o tema desde os anos 1920 (ANDRADE, 2012, FONSECA, 2005, TELLES, 2009), optou-se pelo instrumento jurídico do tombamento como forma de reconhecimento “oficial” e proteção jurídica do bem. O instrumento do tombamento, foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937 e em seu Artigo 1º, parágrafo 1º determina que só serão considerados patrimônio histórico artístico nacional os bens devidamente “**inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo**, de que trata o art. 4º desta lei”. (Grifo nosso)

Partindo do entendimento de Identificação no sentido de “produção de conhecimento, isto é, produção de determinado conhecimento que possibilite a atribuição de certos valores a

alguns bens selecionados a partir de características relacionadas ao conhecimento produzido”⁵⁰, os inventários seriam instrumentos por excelência de produção de conhecimento. Conforme relatam MOTTA e SILVA (1998), esse instrumento não foi utilizado de forma sistemática até a década de 1980, época na qual foram realizados diversos inventários, sobre bens tombados ou não.

Ao pensar no contexto de grande mudança econômica, política e social em que vivia o Brasil na década de 1980, com maior participação social, democratização das instituições públicas e políticas, nota-se o aumento do apelo para se buscarem patrimônios que representassem uma maior diversidade cultural brasileira. Sendo assim, foram realizados diversos inventários pelas Superintendências regionais, unidades descentralizadas que compunham a então SPHAN/Pró-memória, tentando desse modo ampliar o reconhecimento do patrimônio cultural do país. Além dos trabalhos realizados pelas regionais, foram elaborados estudos pela área central da instituição de temáticas até então não trabalhadas pelo órgão: trata-se de estudos elaborados pelos técnicos do Departamento de Tombamento e Conservação – DTC, que compreenderam quatro assuntos bastante diversos, sendo estes: Teatros, Arquitetura Rural, Caixas d’água e Projeto Vilas e Congêneres (MOTTA e SILVA, 1998, p. 24).

Vale destacar que os temas pesquisados na década de 1980 não necessariamente resultaram em tombamentos, mas não se pode negar a validade das pesquisas, pois destaca-se nesse momento uma grande produção de conhecimento dentro da instituição. O inventário, também nesta época, foi reconhecido pela Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 216, parágrafo 1º, como instrumento para promoção e proteção do patrimônio: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (Grifo nosso) Assim, segundo Motta e Silva (1998, p. 11 e 12), a Constituição Federal de 1988 incluía “os inventários como uma das alternativas de proteção”. Nos anos 2000, houve uma afirmação de outros tipos de instrumentos – de identificação e de reconhecimento – e foram criadas outras ferramentas que ampliassem as formas de identificar os bens culturais brasileiros, sendo eles: o Registro de bens de natureza imaterial, com o Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000 e a Chancela da Paisagem Cultural – como instrumentos de reconhecimento; o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG e o Inventário Nacional de Referências culturais – INRC – como instrumentos de identificação.

⁵⁰ Definição trabalhada na disciplina Instrumentos de Valoração e Identificação do Patrimônio Cultural, ministradas pelos professores Claudia F. Baeta Leal e Luciano S. Teixeira.

Apesar serem instrumentos bastantes distintos em suas concepções e finalidades, ambos se complementam e podem ser entendidos como instrumentos na busca por conhecer e reconhecer a diversidade cultural do acervo patrimonial brasileiro e a ampliação da noção de patrimônio, diversificando metodologias e abordagens de identificação, multiplicando as formas de participação, ampliando os atores envolvidos e não restringindo as ações institucionais apenas ao tombamento.

Com a criação desses instrumentos, voltados para a identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural, se consolidou no Brasil a possibilidade de reconhecimento de bens até então não patrimonializados ou bens pouco privilegiados, como caso das Vilas Operárias. Pois, os instrumentos de identificação podem ser aplicados em bens não tombados, gerando produção de conhecimento, que disseminada nas comunidades resulta em apropriações culturais e maiores chances de preservação.

2.3 A construção de um novo Patrimônio: primeiros tombamentos do Patrimônio Industrial.

Diante do histórico de seleção de bens como patrimônio pelo IPHAN, e a partir da ideia de Vila Operária como integrante do Patrimônio Industrial, cabe-nos pensar de que maneira se deu o reconhecimento institucional dessa tipologia patrimonial. Vale retomar o que já foi apontado no primeiro capítulo desta dissertação sobre a disposição e incentivo do então secretário de cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça a identificar “uma Vila Operária representativa do início do processo de industrialização do Brasil” (identificar) para tombá-la.

Foram analisados os processos contidos na Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2017) do IPHAN, com intuito de entender de qual maneira se deu o início do reconhecimento desses bens, com destaque, neste item, para as primeiras três décadas de atuação da Instituição.

Na Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento do IPHAN (1938-2017) foram encontrados três processos “T” sobre a tipologia industrial. O primeiro deles aparece ainda em 1938, quando foi solicitado o tombamento da ruína da Fábrica de Ferro Patriótica, em Ouro Preto – MG, referente ao processo número 31-T-38. O segundo surge possivelmente na década de 1950, também com o pedido de tombamento de ruína, com título “Ruínas: Real Fábrica de Ferro”, em Morro do Pilar – MG, referente ao processo T número 539-T-56⁵¹. Além destes

⁵¹ Em relação ao processo T número 539-T-56, o mesmo está em instrução e não foi enviado pelo Arquivo Central do Iphan, sede Rio de Janeiro. Então ele não poder ser analisado como os demais. Segundo informações do DEPAM, este processo foi analisado pelo Conselho Consultivo, em 1956, no qual foi solicitado um estudo mais

processos, foi identificado mais um na década de 1960, o processo número 727-T-64 intitulado “Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema”, situada em Iperó – SP.

Estado	Município	Nome do Bem	Situação	Tipo	Número processo T	Livro do Tombo
MG	Ouro Preto	Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas	Tombado	Ruína	31-T-38	Livro do Tombo Histórico
MG	Morro do Pilar	Ruínas: Real Fábrica de Ferro	Em instrução	Ruína	539-T-56	
SP	Iperó	Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema	Tombado	Conjunto Arquitetônico	727-T-64	Livro do Tombo Histórico

Quadro 02: Processos relacionados ao Patrimônio Industrial, abertos antes da década de 1980.

Fonte: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista Bens Tombados pelo Iphan 2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_2015.pdf)

O primeiro processo encontrado refere-se ao da Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas, situada em Ouro Preto – MG com número de processo 31-T-38. O pedido de tombamento foi solicitado pela Liga Mineira de Agricultores T. B., em janeiro de 1938. No pedido enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade – diretor do recém-criado SPHAN – era solicitado o tombamento da primeira fábrica de ferro do Brasil. Nesse pedido, era destacado, pelo diretor da liga, Luiz Kuchenbecker, a seguinte motivação para o tombamento:

É o motivo, que me fez dirigir o requerimento ou relatório anexo a V. Excia., pedindo protecção official para a localidade histórica da Primeira Fábrica de Ferro, que há 125 annos, (12, de Dezembro de 1812) começou a fabricação de ferro em grande escala no Brasil.

Visto que esta localidade histórica esta no imminente perigo de desaparecer, estou certo, que V. Excia. tomará providencias necessárias e apropriadas a protecção da referida localidade “Fabrica”. (IPHAN, 1938)

A partir disto, Rodrigo Melo Franco de Andrade atende o pedido e o encaminha para o Conselho Consultivo. Desta maneira, o tombamento foi acatado em maio de 1938, sob a seguinte justificativa: “Resolve, por unanimidade de votos, preliminarmente conhecer o requerimento do Snr. Luiz Kuchembecker, no sentido de serem tombados a localidade, ruínas e remanescentes da antiga ‘Fabrica Patriotica’, fundada pelo Barão de Eschewege;” (IPHAN, 1938). Neste processo não há uma clara explicitação do motivo pelo qual o Conselho deferiu o tombamento, sendo justificado apenas pelo motivo acima exposto. E, em junho do mesmo ano, o bem foi inscrito no Livro do Tombo Histórico.

O próximo tombamento a respeito do Patrimônio Industrial foi solicitado quase trinta anos depois, em março de 1963, sob o número de 727-T-64, com o título “Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema”. O pedido de tombamento foi requisitado pela Sociedade Amigos de Sorocaba, no qual os diretores José Crespo Gozales e Armando Pannunzio expuseram:

Há tempos, esta entidade dirigiu-se a êsse DEPARTAMENTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO PATRIMÔNIO NACIONAL, expondo a situação de verdadeiro abandono, em que se acham as instalações da antiga Fabrica de Ferro do Ipanema, localizadas na Fazenda Ipanema, do Ministério da Agricultura. Hoje, na esperança de que V.S. possa encontrar melhores condições de recursos, voltamos a pedir o favor das providencias no sentido de ser feito o tombamento respectivo, bem como a execução dos serviços de proteção que são urgentes. (IPHAN, 1963)

Como pode ser visto, a preocupação devia-se à situação de abandono em que se encontrava o bem, e em uma alternativa de tentar preservar os valores ali identificados foi reforçar o pedido do tombamento já feito anteriormente, segundo o documento. É possível ler nessa preocupação a maneira pelo qual o Patrimônio Industrial brasileiro estava sendo tratado naquele momento, sem ênfase ou prioridade.

Após o apelo realizado pela Sociedade Amigos de Sorocaba, Rodrigo Melo Franco de Andrade responde tal requerimento, através do Ofício nº. 444, de abril de 1963, justificando a seguinte situação:

Ocorre esclarecer que o tombamento dos referidos remanescentes já foi desde 1957 recomendado por um dos membros do Conselho Consultivo desta repartição, o Engenheiro Miran de Barros Latif, mas o respetivo processo, por motivo de incluir também os remanescentes da antiga Fábrica do Morro do Pilar, do Intendente Câmara, no Estado de Minas Gerais, ficou a depender de uma diligência dispendiosa, que até hoje não pôde ser completada. (IPHAN, 1963)

Diante dos dados encontrados, fica claro que o processo de tombamento da Real Fábrica de Ferro de Morro do Pilar, em Ouro Preto – MG, além do tombamento desta, incluía o tombamento da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, em Iperó – SP. Diante dos apelos feitos pela sociedade civil, foi aberto um novo processo apenas para tratar do caso de Iperó.

Outro apelo é enviado pouco depois, já em fevereiro de 1964, pelo Arquivo Mineiro “Barão d’Eschwege”, representado pelo diretor Luiz Kuchenbecker⁵², no qual apresentam-se dados históricos da antiga fábrica de ferro: “[...] no ano de 1818 (há 146 anos) foi conseguida a primeira corrida de ferro guza em alto forno, e isso em escala maior e por muitos dezenas de anos, como nos conta o Visconde do Porto Seguro, filho do pioneiro Varnhagem, nascido em

⁵² O mesmo solicitante do processo anterior, referente a Fábrica de Ferro Patriótica.

Ipanema.” (IPHAN, 1964). Posteriormente, o diretor do Arquivo Mineiro relata uma visita realizada à Fazenda Ipanema, e destaca tal situação: “Visivelmente e lamentavelmente, a ação do tempo causa pouco a pouco a inteira destruição dos antigos fornos-altos e da monumental casa da fundição, cujo conjunto representa grandioso testemunho da época pioneira nesse setor da vida econômica do país.” (IPHAN, 1964). E, em ato contínuo ao referido documento acima, o mesmo solicitante reforça o pedido a Rodrigo Melo Franco de Andrade, com a seguinte justificativa: “[...] pedir a inscrição nos Livros do Tombo, a pequena área com edifícios, altos fornos, casa da fundição, ruínas e remanescentes – tudo em decomposição pela ação do tempo –, da antiga ‘Real Fábrica de Ferro de Ipanema’ [...]”. (IPHAN, 1964)

Perante tantas solicitações, o processo foi encaminhado ao Conselho Consultivo na reunião realizada em 1964, em que o tombamento é acatado. No entanto, mais uma vez, na ata da reunião do Conselho não há o apontamento das motivações da aceitação, dando a entender que o Conselho estava de acordo com tudo relatado pelos solicitantes do tombamento. Deste modo, em setembro de 1964, o bem foi inscrito no Livro do Tombo Histórico.

Algo intrigante nos revela a bibliografia do Patrimônio Industrial e de Vilas Operárias sobre o período acima exposto. A arquiteta Beatriz Kühl (2008) destaca o processo da Real Fábrica de Ferro de Ipanema como o primeiro bem industrial a ser tombado e comenta a importância deste tombamento como motivador para outros estudos sobre o Patrimônio Industrial, como está claro nos trechos abaixo:

No Brasil, estudos de arqueologia industrial se têm multiplicado ao longo dos anos. É necessário recordar um fato de grande importância: o pioneiro tombamento federal, em 1964, do conjunto formado pelos remanescentes da **Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema**, no município de Iperó (SP). (KÜHL, 2008, p. 47, grifo nosso)

Esse tombamento poderia fazer antever caminhos incipientes para uma consistente arqueologia industrial no Brasil; no entanto, nos órgãos de preservação não se desenvolveram iniciativas sistemáticas voltadas a esse fim, sendo a tutela oficial de bens vinculados ao processo de industrialização, na verdade, bastante rara. (KÜHL, 2008, p. 48)

Com isto, a autora parece desconsiderar o processo da Fábrica de Ferro Patriótica, que foi tombado cerca de 30 anos antes da Fábrica de Iperó, sendo ele então o primeiro tombamento federal de um bem relacionado ao Patrimônio Industrial.

A também arquiteta Telma de Barros Correia (2011) ressalta informações sobre a fábrica de Iperó. Ela aponta a Real Fábrica de ferro de Ipanema como marco inicial do processo de industrialização do Brasil, bem como destaca algo interessante sobre esta fábrica. A autora indica a existência de lugares de habitação no citado complexo industrial, fato não mencionado entre os remanescentes dela, conforme os trechos destacados: “O limite inicial do período em

estudo, fixado em 1811, visa incluir nele a experiência pioneira da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, fundada em Sorocaba neste ano e que ergueu habitações para abrigar escravos, soldados, dirigentes e artífices”. (CORREIA, 2011, p. 273)

Apesar do aparente desconhecimento das autoras, em relação a narrativa institucional, o fato percebido é que ambos os tombamentos referem-se ao reconhecimento de monumentos históricos – nesses casos, as fábricas – destacando as ações pioneiras realizadas pelas mesmas e atribuindo um valor de caráter excepcional. Desconsiderou-se, porém, qualquer outra edificação existente formadora do complexo industrial, como as áreas de habitação.

Estes fatos são reflexos de uma época, em que a atividade de seleção de bens patrimonializados pouco se debruçava sobre o Patrimônio Industrial e os bens reconhecidos como patrimônio eram-no por motivações que privilegiavam exemplares de representatividade excepcional, por questões de antiguidade do bem ou de atividade pioneira desenvolvida no país. Neste período, esses processos, não citavam ou até mesmo consideravam, as tipologias de vilas operárias nessas áreas, que somente na década de 1980 passaram a aparecer no cenário de tombamentos do IPHAN.

2.4 Vilas e Congêneres e seus processos de tombamento na busca pela patrimonialização de Vilas Operárias.

Após indicar aspectos relevantes da trajetória das políticas de preservação do IPHAN, entende-se a influência das ações realizadas na década de 1980 na ampliação dos tipos de bens a serem reconhecidos. Tal ampliação ocorrida nessa década possibilitou a busca pela inserção de novas tipologias a serem patrimonializadas, como destaca Analucia Thompson (2015, p. 47): “Foi na década de 1980, contudo, que essa diversificação de bens tombados tornou-se mais nítida, com a incorporação de exemplares da **arquitetura industrial, rios, fábricas e vilas operárias**, caixas-d’água, teatros, terreiros de candomblé.” (Grifo nosso)

Ao pesquisar os processos de tombamento do IPHAN, merece destaque aqui o processo n.º 662-T-62, referente ao tombamento do conjunto urbano e paisagístico de Petrópolis – RJ. Apesar de ter origem na década de 1960, o processo passou por ampliações que foram efetivadas nos anos de 1980 e 1981. Em uma das ampliações, foram incluídos quatro bens de origem industrial, abarcando também os espaços de Vilas Operárias, sendo, assim, o primeiro tombamento que inclui e menciona a tipologia.

O primeiro pedido de tombamento de Petrópolis foi feito pelo Instituto Histórico de Petrópolis, através do Presidente Lourenço Luiz Lacombe, em 1962. Foi então solicitado o tombamento de um palacete na Avenida Koeler, o que, no decorrer dos estudos, foi ampliado

para a extensão da avenida, compreendendo um total de oito ruas e quatro praças. E em 1964, foi acatado pelo Conselho Consultivo, com a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Entretanto, em 1978, o Conselho de Cultura da cidade solicitou ao órgão, por meio do Ofício n.º 40/78, que tinha como Presidente Lourenço Luiz Lacombe, a possibilidade de ampliar o tombamento da Avenida Koeler. Além deste pedido, em 1979, foi elaborado um Projeto de Lei pela Deputada Federal Lygia Lessa Bastos, o qual declarava a cidade como “Monumento Nacional”. Diante destas demandas, em 1979, Aloísio Magalhães cria a portaria n.º 13, de 5 de junho, que forma uma comissão com os seguintes objetivos:

[...] irá proceder aos estudos necessários à definição das áreas da cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, convenientes para um tombamento imediato, no âmbito federal, como também emitir parecer, com as devidas recomendações, acerca do Projeto de Lei nº 272/79⁵³, de autoria da Deputada Lygia Lessa Bastos, atribuindo àquela cidade título de “Monumento Nacional”.

Conforme a portaria, a comissão seria composta pelos arquitetos Alcides Áquila da Rocha Miranda, Alfredo Luiz Porto, Dora Monteiro e Silva de Alcântara e Eurico Antônio Calvente. Além destes, a socióloga Ana Maria Amorim foi designada para a elaboração dos estudos. Em um dos produtos elaborados pelo grupo – “Roteiro de Trabalho” de janeiro de 1980 – são expostos critérios utilizados para a seleção do novo estoque patrimonial e, dentre eles, tem como um dos temas: “Conjuntos fabris, que são exemplos da história do desenvolvimento industrial no país”. E assim segue no mesmo documento, como um dos temas a serem trabalhados pela comissão: “Arquitetura Industrial e seus conjuntos residenciais: Fábrica de São Pedro de Alcântara e Conjuntos industriais – Meio da Serra e Cascatinha”. Este foi o primeiro momento do processo – e do IPHAN – a considerar complexos industriais completos (incluindo residências) para tombamento.

Em paralelo às ações da comissão, há um documento elaborado pela Associação Petropolitana de Proteção aos Animais e Defesa Ecológica – APPANDE – que, em seu anexo, contém um abaixo-assinado com mais de cinco mil assinaturas de universitários e operários do Sindicato das Indústrias Têxteis de Petrópolis, enviado à Prefeitura da cidade, em março de 1980, no qual solicitava a preservação do município.

Deste modo, diante do volume da ampliação a ser realizada, os acréscimos no tombamento se deram em dois momentos, sendo o primeiro na 91ª Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo, realizada no dia 22 de abril de 1980, na qual os complexos industriais

⁵³ A divergência no número do Projeto de Lei, parece ter sido um erro de escrita no ofício elaborado por Aloísio Magalhães, pois nos documentos contidos no processo, o Projeto de Lei está registrado pelo número 274/79.

ainda não foram inseridos no tombamento. A inclusão das tipologias industriais e operárias só viria a ocorrer na 95ª Reunião do Conselho Consultivo, no dia 10 de agosto de 1981, tendo os seguintes bens tombados:

- 1) Companhia Petropolitana de Tecidos: Fábrica, Vila Operária e Praça Doutor J. Soares M. Filho com o respectivo coreto e a Igreja Matriz da Cascatinha;
- 2) Conjunto Arquitetônico remanescente da antiga Fábrica Cometa, situada no Meio da Serra;
- 3) Fábrica São Pedro de Alcântara, na Rua Washington Luís;
- 4) Vila Operária da antiga Fábrica Cometa, situada na Rua Padre Feijó, números 107 a 163.

Com este tombamento, o IPHAN marca o pioneirismo desta ação em Petrópolis, sendo este o primeiro processo a incluir Vilas Operárias, conforme diz Nascimento (2016, p. 243). Naquele momento e com esse tombamento, a instituição reconheceu tipologias até então não inscritas nos livros do tombo, apontando para os desafios resultantes deste reconhecimento: “No total foram três vilas operárias que, ao representarem a memória nacional da história do operariado, traziam com elas novos desafios ao mundo do patrimônio.” (NASCIMENTO, 2016, p. 243 e 244).

Outro processo tem grande destaque na história institucional por tratar do tombamento de habitações sociais é o processo de tombamento n.º 1085-T-83, intitulado “Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó n.º 55” ou “Vila Na Rua Regente Feijó, 55”. Neste processo, nota-se o enfoque dado ao tombamento de habitação coletiva, remetendo, portanto, ao tema da habitação social, no que, como exposto no capítulo 1, entende-se estarem inseridas as Vilas Operárias.

O pedido de abertura do processo feito pela 6ª Diretoria Regional, teve como solicitante o arquiteto e técnico do IPHAN Edgard Jacinto da Silva, em abril de 1983, pela seguinte motivação: “[...] configura um exemplar tipológico de expressiva representatividade como testemunho vivo da dinâmica urbana, quando no virar do século caracterizou esta faixa da cidade como área periférica do então núcleo citadino, de dimensão restrita.”. Tal processo representava mais uma novidade para a instituição, como expresso por Edgard Jacinto em sua proposta:

Em se tratando de uma proposta de tombamento de uma categoria de monumento arquitetônico que não conta até agora com similar inscrito no elenco dos bens culturais postos sob a tutela do Poder Público, e por sua significação como referência no contexto da gênese urbana da antiga Capital do País, há que se considerar, sem outros méritos, a conveniência do seu tombamento. (IPHAN, 1983).

A novidade se devia tanto à característica de habitação coletiva do imóvel, assunto não trabalhado anteriormente pela instituição, como pela vinculação a atores pouco privilegiados nas narrativas patrimoniais – operários, trabalhadores autônomos, entre outros.

Partindo da demanda criada pela necessidade de instrução do processo, com vistas a entender esse tipo de formação urbana, suas características formais, assim como também as questões sociais envolvidas, foi formado um grupo de estudo multidisciplinar composto por arquitetos, historiadores e sociólogos⁵⁴. Foi nesse contexto que se criaram grupos de estudos dentro do IPHAN, como o “Vilas e Congêneres”, sendo ele um dos meios utilizados, neste trabalho, para entender a importância dos eventos ocorridos nos anos de 1980. Vale salientar que o estudo “Vilas e Congêneres” tratou de assuntos até então inéditos para o IPHAN, como destaca Helena Mendes dos Santos (2004): “(...) um estudo abrangente e comparativo sobre estes tipos de habitação, a fim de se obter um quadro referencial para fundamentar a instrução da proposta.”

De acordo com o Volume I do estudo⁵⁵, dedicado à instrução do tombamento da Avenida Modelo, o grupo de profissionais que desenvolveu a pesquisa era de técnicos e estagiários do então Departamento de Tombamento e Conservação – DTC. Essa primeira fase da pesquisa elaborada pelo grupo dedicado ao tema “Vilas e Congêneres” dividiu-se em três etapas. Na primeira, teve sua equipe formada pelo arquiteto e coordenador da equipe Antônio Pedro Gomes de Alcântara, e pelos estagiários Roberto Maldos e Márcio Joaquim da Silva Pinto, da história e de arquitetura respectivamente. Nesta fase, foi proposto um roteiro de trabalho e teve “por objetivo e interesse definir, classificar e orientar, no âmbito da SPHAN-MEC, estudos sobre vilas no Brasil, determinando sua evolução histórico-social, enquanto uma resposta a necessidades socioeconômicas a partir da época do surgimento das mesmas.”⁵⁶. Além disto, é apontado que, naquele momento, o órgão vinha recebendo pedidos de tombamento de Vilas Operárias e devido à inexperiência técnica da instituição em relação a essa tipologia, foi vista a necessidade de estudar sobre habitações populares. Essa fase tem como conclusão a Informação n.º 81/83⁵⁷, que consta no processo da Avenida Modelo, e nesse documento são

⁵⁴ Conforme “Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Inventários, Rio de Janeiro – RJ. Avenida Modelo: conjunto de habitação coletiva, Projeto Vilas e Congêneres, Relatório Final sobre o Estudo de Caso: Avenida Modelo”, dezembro de 1986.

⁵⁵ IPHAN, **Vilas Brasileiras, Primeiras Etapas do Trabalho**, Volume I. Outubro de 1984. Rio de Janeiro – RJ, 1984.

⁵⁶ IPHAN, **Vilas Brasileiras, Primeiras Etapas do Trabalho**, Volume I. Outubro de 1984. Rio de Janeiro – RJ, 1984.

⁵⁷ Documento existente no processo N.º 1085-T-83, Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó nº 55. Emitido 24 de agosto de 1983, assinado pelos técnicos e estagiários que trabalharam na primeira etapa do Volume I do Vilas e Congêneres.

elencadas quais foram as motivações destacadas por Edgard Jacinto em sua proposta de tombamento:

- Trata-se de exemplar tipológico de expressiva representatividade da dinâmica urbana do virar do século, portanto, exemplar significativo da gênese da cidade do Rio de Janeiro;
- A edificação apresenta-se praticamente íntegra, preservando a autenticidade exigível como condição de monumento histórico;
- As características estilísticas e a qualidade do material e da mão de obra empregados, principalmente nos serviços de cantaria, serralheria e marcenaria acrescentam à edificação valores que justificam o seu tombamento sob o ponto de vista artístico;
- Quanto à utilidade, o conjunto ainda serve como apoio às atividades comerciais locais. (IPHAN, 1983)

Ademais, ainda na Informação n.º 81/83, são listados quais tipos de habitações foram estudadas pelos Vilas e Congêneres: Vilas, Vilas operárias, Vilas militares, Avenidas, Casas de Cômodo, Cabeça de Porco, Cortiços, Hospedarias, Estalagens e Albergues. Assim, salienta a intenção do grupo em estudar o tombamento de habitação. E, finalizando este documento, é dito que:

Alguns modelos, as vilas por exemplo, tiveram linhas próprias de desenvolvimento que resultaram nos modernos conjuntos habitacionais. Constituem séries históricas na qual, provavelmente, poderão ser identificados valores, a serem retomados e reintegrados à dinâmica cultural atual. (IPHAN, 1983)

A segunda etapa da pesquisa foi composta pela arquiteta Dora Alcântara (coordenadora do DTC) e pelo estagiário de história Roberto Maldos. Nessa fase, focou-se na coleta de dados e levantamento de estudos acadêmicos sobre o tema e a conclusão dessa etapa foi através do “Relatório e Proposta para Levantamento” encaminhado a todas as Diretorias Regionais do IPHAN, para que, deste modo, todas as regionais tivessem ciência do estudo⁵⁸. Elaborou-se então a Informação n.º 86/83⁵⁹, na qual Dora Alcântara comenta sobre as consequências de um tombamento para a classe mais popular da sociedade, discutindo se esse ato teria consequências positivas ou negativas:

Essa preservação encerra, no entanto, complexidades maior porque atinge uma camada da poluição, cuja linguagem cultural não nos é suficiente familiar para que nos sintamos seguros de estarmos criando um benefício para ela, com o tombamento. O ônus que lhe advirá dessa medida de proteção poderá ser excessivamente pesado. O tombamento de vilas insere-se nessa problemática. (IPHAN, 1983).

Com este questionamento de Dora Alcântara, é colocado em discussão se o instrumento do tombamento seria benéfico para os grupos diretamente envolvidos com as Vilas Operárias.

⁵⁸ IPHAN, **Vilas Brasileiras, Primeiras Etapas do Trabalho**, Volume I. Outubro de 1984. Rio de Janeiro – RJ, 1984.

⁵⁹ Documento existente no processo N° 1085-T-83, Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó n° 55. Emitido em 29 de agosto de 1983, assinado por Dora Alcântara.

Nesta dissertação, busca-se aprofundar tal questão: seria o tombamento o instrumento mais indicado a reconhecer a Vilas Operárias como Patrimônio Cultural, ou se haveria a possibilidade de usar outras maneiras protetivas a esse tipo de bem? Esse quesito será visto mais adiante.

A terceira etapa teve como profissionais a arquiteta Helena Mendes dos Santos, Márcia Regina Romeiro Chuva e Roberto Maldos, estagiários de história. Contaram então com a colaboração externa do antropólogo José Sérgio Leite Lopes e da historiadora Maria Eulália L. Lobo. Nessa última etapa, o foco central foi a instrução do tombamento do processo da Avenida Modelo, com busca por dados históricos e arquitetônicos do conjunto. Além dessas informações, também foram procuradas informações sobre os moradores. Esse terceiro momento resultou na Informação n.º 138/84⁶⁰, e discorre sobre a pertinência do tombamento da Avenida Modelo:

Assim, pela expressiva representatividade da edificação como exemplar tipológico da dinâmica urbana da passagem do século XIX para o XX naquela faixa da Cidade, pelo seu estado praticamente íntegro, qualidades estilísticas e apuro técnico conferindo à edificação qualidades históricas e artísticas, o arquiteto considerou a conveniência do seu tombamento. (IPHAN, 1984)

Nessa mesma Informação, foram expostas as conclusões tiradas a partir do estudo realizado, até aquele momento, em que se mostrou como foi dividida a temática trabalhada, sendo analisada a partir dos seguintes critérios: localização, tipologia, lote, descrição do conjunto e situação atual. Em seguida, apresentou-se o histórico do bem, com título “Contexto carioca para o surgimento das ‘Vilas’”, assinado pelos estagiários de história, do DTC, Márcia Regina Romeiro Chuva e Roberto Maldos.

Após a exposição desse vasto estudo, Dora Alcântara elaborou a Informação n.º 147/84⁶¹, em que levanta a seguinte questão sobre a pertinência do tombamento em habitações populares:

Exemplificando, chamaríamos a atenção para o gesto mais frequentemente observado, quando o morador de uma unidade de conjunto habitacional torna-se proprietário da mesma. Ele procura, imediatamente, individualizar a unidade que possui, destacando-a das demais por meio de um novo tratamento. Torna-se, então, difícil opôr-lhe a necessidade da manutenção da homogeneidade do conjunto; fica-nos mesmo a dúvida quanto à validade cultural da medida impeditiva das alterações pretendidas. (IPHAN, 1984)

⁶⁰ Documento existente no processo N° 1085-T-83, Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó nº 55. Emitido em 31 de outubro de 1984, assinado por Helena Mendes dos Santos.

⁶¹ Documento existente no processo N° 1085-T-83, Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó nº 55. Emitido em 20 de novembro de 1984, assinado por Dora Alcântara.

Com isto, cabe pensar se o caráter homogêneo e íntegro das Vilas Operárias seria determinante para tombamento. Esse ponto será discutido melhor a partir dos estudos de caso apresentados no terceiro capítulo desta dissertação.

Após o fim da terceira etapa, o processo da Avenida Modelo foi enviado ao conselheiro Gilberto Ferrez que se posicionou favorável ao tombamento. Em seu parecer, ele destaca a importância da criação do grupo de estudos para a instrução do processo:

A SPHAN teve a brilhante idéia de criar uma equipe encarregada de levantar os conjuntos de habitações coletivas do Rio de Janeiro, isto é, o que se chamou de “hospedarias, albergues, cortiços, estalagens, casa de cômodos, cabeça de porco, vilas, vilas operárias, vilas militares e avenidas”. (IPHAN, 1985)

Na sequência, o conselheiro ressalta o caráter inédito desse tipo de tombamento: “Até o presente, porém, ninguém jamais pediu que se tombasse um destes conjuntos.” (IPHAN, 1985). Ferrez finaliza o seu parecer sugerindo a continuidade do estudo, possibilitando outros tombamentos de habitação. Deste modo, seu parecer foi apresentado na 113ª Reunião do Conselho Consultivo, realizada no dia 22 de janeiro de 1985, na qual todos os conselheiros concordaram com o parecer apresentado. Em sua apresentação final, Gilberto Ferrez “Destacou a importância dos conjuntos de habitação coletiva quanto aos aspectos econômicos, sociais, urbanos e arquitetônicos [...]” sendo assim o bem inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes.⁶²

Diante do exposto, fica perceptível que o desenvolvimento do estudo “Vilas e Congêneres”, além de introduzir a temática no IPHAN, de contribuir para a discussão de novas categorias para o patrimônio, também compôs a instrução do tombamento da Avenida Modelo, pois a sua instrução se deu nas etapas dos estudos desenvolvidos pelo grupo de trabalho. Isso pode ser notado, por exemplo, na conclusão do Volume I de “Vilas e Congêneres”, com o “Relatório final sobre o estudo de caso: Avenida Modelo⁶³”, datado de dezembro de 1986. Nesse relatório, é exposto de forma resumida e sistematizada, quais foram os objetivos e justificativas do estudo, visto abaixo:

A) OBJETIVO

- Estudar as vilas e programas congêneres a fim de formar quadros comparativos de exemplares e estabelecer critérios mais adequados à preservação destes programas que envolvam problema social particularmente delicado; pretende-se ainda estimular os moradores a participarem na preservação do seu patrimônio.
- Obter uma experiência de trabalho multidisciplinar.

⁶² Informações contidas no processo N° 1085-T-83, Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó n° 55.

⁶³ Dados contidos em: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Inventários, Rio de Janeiro – RJ. Avenida Modelo: conjunto de habitação coletiva, Projeto Vilas e Congêneres, Relatório Final sobre o Estudo de Caso: Avenida Modelo, dezembro de 1986.

B) JUSTIFICATIVA

- Necessidade do estudo destes programas que, insuficientemente contemplados pela proteção institucional, não oferecem um quadro referencial para fundamentar a instrução de propostas para tombamento de exemplares significativos. (IPHAN, 1986)

Além disto, especificamente sobre o tema da habitação, é apresentada uma importante definição, que mostra a importância da tipologia trabalhada, não somente por suas características estilísticas, mas também por fazer parte da história da arquitetura e do grupo social: “As habitações coletivas, entre as quais se incluem cortiços e vilas, passam por uma evolução no tempo através da qual podemos remontar parte da história da arquitetura popular no Brasil e até mesmo de sua sociedade.” (IPHAN, 1986).

Os objetivos e justificativas expostos pelo relatório revelam a dificuldade enfrentada então pelo IPHAN em incluir tipologias até então estranhas à sua trajetória, assim como em lidar com temáticas que abarcassem uma parcela mais popular da sociedade. Todavia, pode-se pensar aqui, se essa barreira foi superada hoje pela instituição, dúvida essa que será discutida no capítulo 3, a partir dos estudos de caso.

Apesar de todos os estudos do “Vilas e Congêneres” terem se desenvolvidos de modo multidisciplinar, parece que no caso do processo de tombamento da Avenida Modelo, manteve-se a ênfase na busca pela excepcionalidade estética como o valor atribuído ao conjunto. Este teria sido tombado por sua qualidade estilística, sendo inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes. Acredita-se ser um dos poucos ou único exemplar da tipologia de habitação popular a ser inserido nesse livro.

Para além do estudo de caso da Avenida Modelo, que formou o Volume I do “Vilas e Congêneres”, houve um Volume II que teve como estudo de caso a Vila Operária de Cascatinha. Flávia Brito do Nascimento relata que “O segundo estudo do projeto Vilas e Congêneres foi a Vila Operária da Cascatinha, já tombada pelo Iphan no processo de Petrópolis[...]” (NASCIMENTO, 2016, p. 252). Entretanto, não se teve acesso ao Volume II no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro, não sendo contemplado na análise realizada na presente pesquisa.

No que diz respeito às motivações para realização do estudo “Vilas e Congêneres”, iniciado em 1983⁶⁴, foi publicada no *Jornal do Brasil* do dia 03 de abril de 1983, pelo Secretário de Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, uma busca por Vilas Operárias do país para tomba, como demonstra a publicação: “entrega-se, no momento, à tarefa de procurar, para

⁶⁴ Não tem como precisar o fim do estudo, entretanto Nascimento (2016), relata que em entrevista realizada com Helena Mendes, a mesma diz que o grupo de estudo foi interrompido na crise institucional ocorrida na presidência de Fernando Collor.

Tombar uma Vila Operária representativa do início do processo de industrialização do Brasil.”⁶⁵. Tal postura e incentivo teria motivado outros pedidos de tombamento de vilas operárias, sendo eles reforçados pela pesquisa realizada pelo “Vilas e Congêneres”. A partir disto, e quase que simultaneamente ao pedido de tombamento da Avenida Modelo, foram identificados na lista dos bens tombados pelo IPHAN três processos para tombamento de vilas operárias no período em que o grupo de estudos esteve em atividade: N.º 1084-T-83, Conjunto Habitacional Operário, Goiana – PE; N.º 1111-T-84, Vila Operária em Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia – AL; N.º 1242-T-87, Vila Operária em Fernão Velho⁶⁶. Apesar do ano de abertura dos processos T serem distintos, os pedidos foram realizados em datas próximas, no ano de 1983.

Os processos foram instruídos praticamente em conjunto. Contudo, ressalta-se o fato de que não foram concluídos na década em que foram solicitados, possivelmente por falta de informações suficientes, pois os mesmos nem chegaram a ser avaliados pelo Conselho Consultivo. Diante da redução do quadro técnico do órgão ocorrida em 1990⁶⁷, as instruções permaneceram estacionadas até os anos 2000, resultando em perdas dos conjuntos a serem protegidos.

Atualmente, apenas o processo do Conjunto Habitacional Operário de Goiana em Pernambuco teve conclusão: em 2010 recebeu pedido de arquivamento e/ou indeferimento e indicação para ser anexado ao processo N.º 1483-T-01 sobre Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Goiana-PE. Apesar deste bem se encontrar com tombamento provisório desde 2011, e dessa maneira garantir também a proteção legal do trecho de habitação operária da cidade, destaca-se a alteração do recorte do bem, que passou a integrar um conjunto mais amplo, e também da motivação para o tombamento.

A motivação inicial para reconhecimento da vila operária se perdeu pelo destaque dado ao conjunto da cidade de Goiana, alertando para o fato de que até hoje temáticas com abordagens não “convencionais” ainda não são completamente apropriadas pelo IPHAN no que concerne ao tombamento. Os valores atribuídos às vilas operárias parecem ainda não terem sido totalmente reconhecidos, possivelmente por se tratar de arquitetura modesta, geralmente mais

⁶⁵ Informação contida nos processos:

N.º 1111 – T – 84, Vila Operária em Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia – AL;

N.º 1242 – T – 87, Vila Operária em Fernão Velho, Maceió – AL.

⁶⁶ Vale ressaltar que existem outros processos vilas operárias no Brasil, todavia com outras motivações, quer seja por ser vila operária ferroviária ou pelo fato do processo não ser contemporâneo ao estudo Vilas e Congêneres.

⁶⁷ Segundo TELLES in ANDRADE (2012), Entre os anos de 1990 e 1992, do governo do Presidente Fernando Collor, houve a extinção do SPHAN/Pró-Memória e foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, no qual nessa época ocorreu uma reforma administrativa no órgão, com inspirações neoliberais, com diversas demissões. Porém, no ano de 1994, a instituição foi renomeada de IPHAN e os funcionários readmitidos.

simples e com partidos funcionais; por se tratar também de uma formação urbana brasileira representativa de uma classe trabalhadora e popular do país.

No processo do Conjunto Habitacional Operário de Goiana, não está claro quem foi o autor do pedido de tombamento, mas o primeiro documento contido nele é a resposta do técnico do IPHAN, o arquiteto Edgard Jacinto da Silva, ao Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Marcos Vinícios Vilaça, o mesmo que anteriormente publicara em jornais a busca por Vilas Operárias brasileiras para tomba, sendo este possivelmente o autor da proposta de tombamento. O documento, datado de abril de 1983, é formado por fotos do conjunto, que foram enviadas pelo Secretário ao técnico do IPHAN, para análise. Nas imagens, contidas no processo do Conjunto Habitacional Operário de Goiana, pode ser observado que, na época do pedido de tombamento, em 1983, o conjunto possuía um caráter homogêneo e suas características arquitetônicas encontravam-se preservadas. Percebia-se também o partido funcional utilizado (Figuras 01, 02 e 03). Apesar da simplicidade existente, Telma de Barros Correia pontua o estilo *Art Déco* empregado nessa vila operária, destacando a mesma dentre as demais existentes no país:

As construções que compõem a fábrica e a vila operária criada pela Companhia Industrial de Fiação e Tecidos de Goyanna, em Pernambuco, compuseram o que foi provavelmente um dos mais notáveis conjuntos de arquitetura com tendência *Art Déco* entre os erguidos por fábricas no Brasil. (CORREIA, 2011. p. 288).



Figura 01: Imagem contida no processo do Conjunto Habitacional de Goiana, PE.

Fonte: Processo nº 1084-T-83, IPHAN, 1983.



Figura 02: Imagem contida no processo do Conjunto Habitacional de Goiana, PE.

Fonte: Processo nº 1084-T-83, IPHAN, 1983.



Figura 03: Imagem contida no processo do Conjunto Habitacional de Goiana, PE.

Fonte: Processo nº 1084-T-83, IPHAN, 1983.

Em sua análise o arquiteto e técnico do IPHAN Edgard Jacinto, opina sobre o conjunto da seguinte maneira: “Ocorre acrescentar que, à primeira vista, o conjunto de Goiana, mostra-se destituído de características mais representativas da fase pioneira deste gênero de empreendimento, sem cunho arquitetônico que valorize por sua feição estereotipada de concepção primária.”⁶⁸. Por escapar em muito das tipologias mais consagradas pelo IPHAN até então, tratando-se de temática inédita na instituição, Edgard Jacinto não reconhece razões suficientes para o tombamento do conjunto, opondo-se de forma veemente à avaliação que Correia preferiria anos mais tarde (2008 e 2011), informada por outros padrões, valores e pelo conhecimento produzido dentro e fora do IPHAN sobre a temática. Isso ressalta a importância de estudos tipo como “Vilas e Congêneres”, na instituição, para conhecer esse tipo de bem.

Entre os 185 conjuntos fabris visitados, erguidos entre 1811 e as últimas décadas do século XX, em 29 conjuntos foram identificados um ou mais prédios e/ou conjuntos de moradias de tendências *déco*. Entre os exemplos de arquitetura fabril de tendência *art déco* estudados, a Companhia Industrial Fiação de Tecidos Goyanna, no município de Goiana (PE), destaca-se pelo fato de todos os prédios do conjunto – fábrica, armazéns, sorveteria e casas para empregados, gerentes e patrão – filiarem-se a essa tendência, assim como devido às características peculiares da casa do industrial. (CORREIA, 2008, p. 56)

Ao observar a iconografia mais recente da Vila Operária de Goiana, é notado que, do ano de 1983 para 2009, o conjunto passou por transformações, nas quais a homogeneidade existente em seu casario foi perdida, assim como seu estilo *Art Déco* que predominava em sua paisagem e foi mesclado com edificações dos mais estilos e usos diversos. Tais mudanças expõem a questão das perdas ocorridas nos bens que passam décadas em instrução e, quando o

⁶⁸ Informações contidas no processo nº 1084-T-83, Conjunto Habitacional Operária, Goiana – PE.

tombamento é decretado, as características que motivaram o tombamento já foram modificadas ou mesmo perdidas (Figuras 04, 05, 06, 07, 08 e 09).



Figura 04: Vila Operária de Goiana, PE.
Fonte: IPHAN – PE, 2009.



Figura 05: Vila Operária de Goiana, PE.
Fonte: IPHAN – PE, 2009.



Figura 06: Vila Operária de Goiana, PE.
Fonte: IPHAN – PE, 2009.



Figura 07: Vila Operária de Goiana, PE.
Fonte: IPHAN – PE, 2009.



Figura 08: Vila Operária de Goiana, PE.
Fonte: IPHAN – PE, 2009.



Figura 09: Vila Operária de Goiana, PE.
Fonte: IPHAN – PE, 2009.

Por outro lado, levando em conta os processos de descaracterização pelos quais os bens em instrução para tombamento passam, cabe refletir, neste momento, se o tombamento teria evitado de fato essas descaracterizações. Pois a Avenida Modelo, apesar de ter sido um tombamento fruto de um vasto estudo, o “Vilas e Congêneres”; apesar de seu processo destacar a importância do caráter íntegro e homogêneo do sítio, como disse Dora Alcântara – “A edificação apresenta-se praticamente íntegra, preservando a autenticidade exigível como condição de monumento histórico” – sendo princípios para a definição de monumento histórico; e apesar de sua qualidade estilística ter justificado sua inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes, a integridade do conjunto não foi garantida. Em visita realizada à Avenida Modelo, em outubro de 2016, parece que o bem não teve uma eficiente proteção, pois nesta visita foi observada a situação do estado de conservação. É notável que o bem se encontra em risco, pois, no local, foram colocados escoramentos devido ao perigo de ruir, além do comprometimento dos elementos estéticos, como os lambrequins existentes nas fachadas. Percebe-se praticamente um abandono dos imóveis, que, apesar de ainda possuírem uso residencial, constituem um local simples, com população modesta, que não teria recursos para a manutenção da edificação (Figuras 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19).



Figura 10: Fachada principal Avenida Modelo.
Fonte: Acervo da autora, 2016.



Figura 11: Portão de acesso à Avenida Modelo.
Fonte: Acervo da autora, 2016.



Figura 12: Acesso Avenida Modelo, com escoramentos.

Fonte: Acervo da autora, 2016.



Figura 13: Acesso Avenida Modelo, com escoramentos.

Fonte: Acervo da autora, 2016.



Figura 14: Casario Avenida Modelo.

Fonte: Acervo da autora, 2016.



Figura 15: Casario Avenida Modelo.

Fonte: Acervo da autora, 2016.



Figura 16: Casario Avenida Modelo.
Fonte: Acervo da autora, 2016.



Figura 17: Casario Avenida Modelo.
Fonte: Acervo da autora, 2016.



Figura 18: Área interna Avenida Modelo.
Fonte: Acervo da autora, 2016.

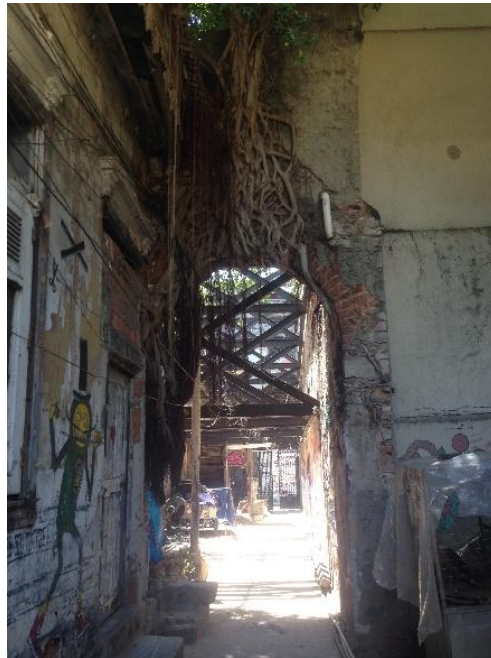


Figura 19: Área interna Avenida Modelo.
Fonte: Acervo da autora, 2016.

Assim, diante disto, pode-se pensar se de fato seria o tombamento o melhor instrumento para tomar bens populares, ou seria uma questão de gestão do IPHAN? Cabe refletir neste momento, se a justificativa, dos efeitos do tombamento, seria suficiente para não tomar, pois atualmente o IPHAN dispõe de políticas de educação patrimonial, para disseminar entre os detentores dos bens, a importância contida nos espaços que eles utilizam. E assim, uma comunidade apropriada do bem patrimonializado, através do conhecimento, seria ela a melhor guardiã.

Para além dos processos motivados pelo Vilas e Congêneres, na década de 1980, há pedidos de tombamento não inseridos neste estudo ou motivados por ele. Na Lista de Bens

Tombados e Processos em Andamento do IPHAN (1938-2017), foram identificados mais quatro processos iniciados na década em questão:

Estado	Município	Nome do Bem	Situação	Tipo	Número processo T	Livro do Tombo
MA	São Luís	Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia localizado na Rua Cândido Ribeiro, 250	Tombado	Edificação	1144-T-85	Livro do Tombo Histórico
PB	João Pessoa	Fábrica de Vinho Tito Silva	Tombado	Edificação	1054-T-82	Livro do Tombo Histórico
SP	Itu	Fábrica de Tecidos São Luiz	Em instrução	Edificação	1174-T-85	
SP	Santo André	Vila Ferroviária de Paranapiacaba	Tombado	Conjunto Urbano	1252-T-87	Livro do Tombo Histórico

Quadro 03: Demais processos de fábricas e vilas operárias, abertos na década de 1980.

Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_2015.pdf

Vale ressaltar que dos quatro processos acima destacados, três deles tratam apenas de uma edificação; somente o processo da Vila Ferroviária de Paranapiacaba abrange o conjunto urbano, sendo este o único a incluir em seu tombamento as Vila Operárias. Um ponto interessante em comum entre os três bens tombados é o fato de todos estarem inscritos no Livro do Tombo Histórico.

Dentre esses processos, o Arquivo Central Seção/ Rio de Janeiro disponibilizou dois deles, o processo do Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia e o da Vila Ferroviária de Paranapiacaba. Não se teve acesso aos demais processos: nem ao referente à Fábrica de Tecidos São Luiz, em Itu – SP, que está ainda em instrução e possivelmente se encontra na Superintendência do Iphan em São Paulo; nem ao processo da Fábrica de Vinho Tito Silva, edificação tombada e localizada na Paraíba. Sobre este processo, buscou-se a ata da reunião do Conselho Consultivo⁶⁹, em que o bem foi colocado em votação. Tal documento compreende a 106ª Reunião do Conselho Consultivo, realizada em março de 1984, que revela algo interessante sobre esse tombamento: de acordo com o conselheiro relator, o tombamento não se referiu exatamente à edificação, ao monumento edificado. Antes, tratou da “preservação de processos industriais tradicionais”:

O Conselheiro esclareceu trata-se de uma inovação em matéria de tombamento, pois visa à preservação de um processo industrial e não de um monumento de interesse histórico ou artístico, destacando que os elementos do processo não deixam dúvida quanto à procedência da proposição (IPHAN, 1984)

⁶⁹ Em <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>, estão disponíveis todas as Atas do Conselho Consultivo do IPHAN, acessado em 18/01/2018.

O processo mostra clara referência à noção de Referência Cultural, conforme desenvolvida pelo Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC⁷⁰ – desde meados dos anos 1970 e incorporado ao IPHAN desde 1979. Fica claro o duplo caráter inovador deste processo: além de abarcar a temática do Patrimônio Industrial, lança bases para ações semelhantes a que hoje se tem no registro. Porém, somente com o documento acessado não foi possível compreender que tipo de processo industrial foi tombado.

Deu-se início, então, à a leitura pelo processo número 1144-T-85, intitulado “Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia localizado na Rua Cândido Ribeiro, 250”, em São Luís, no Maranhão. Refere-se ao pedido de tombamento da edificação que foi utilizada pela extinta Fábrica Santa Amélia que, segundo dados contidos no processo funcionou, entre os anos de 1902 a 1966. O pedido de tombamento da edificação foi feito pela 2ª Diretoria Regional do Maranhão e Piauí, através do Ofício n.º 255/84, enviado ao DTC. Tal ofício envia junto ao pedido de tombamento um “Levantamento Físico Arquitetônico” feito pelos técnicos da regional solicitante, para melhor análise do DTC.

Na Informação n.º 31/85, constante do processo em questão, o então engenheiro do DTC, Carlos Danúzio de Castro e Lima, após analisar o material recebido pela regional, expressa suas impressões para a coordenadoria do setor de tombamento, representada por Dora Alcântara. Neste documento, o engenheiro salienta a motivação do pedido pelos valores históricos e arquitetônicos, destacando:

Seu valor histórico, amplamente descrito no estudo elaborado pela 2ª DR, visto que a Fábrica Santa Amélia se constitui num dos elementos significativos do processo de industrialização do Maranhão iniciado em meados do século XIX com a instalação de inúmeras fábricas de tecelagem e fiação, explorando a cultura algodoeira local. (IPHAN, 1985, fl. 17)

Com relação aos valores arquitetônicos, o prédio onde funcionara a Fábrica Santa Amélia é descrito como “exemplar notável da arquitetura industrial do Maranhão [...] (IPHAN, 1985, fl. 17). Segue-se uma ampla análise arquitetônica da edificação, da qual é válido destacar a identificação de estruturas metálicas vindas da Inglaterra para o interior da edificação e a utilização de azulejos portugueses na fachada principal da antiga Fábrica. Ao final do documento, o engenheiro reforça o pedido de tombamento, diante da situação de risco de descaracterização pelo qual o prédio passava:

Em relação à solicitação de tombamento propriamente dita do imóvel, gostaríamos além das razões já expostas no sentido de sua consideração, insistir sobre sua

⁷⁰ De acordo com Londres (1997), o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, teve início em junho de 1975 e foi dirigido por Aloísio Magalhães e segundo a autora: “Tratava-se não de eleger símbolos da nação ou de conhecer e divulgar as tradições brasileiras, e sim de buscar indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais.” (LONDRES, 1997, p. 163)

necessidade, uma vez que não se achando inserido na área de tombamento de São Luís, o imóvel da fábrica Santa Amélia encontra-se em situação vulnerável, no que diz respeito à sua possível descaracterização. (IPHAN, 1985, fl. 19, grifo do autor)

Em sequência, tem-se a Informação n.º 66/85 da coordenadora do DTC, citada acima, para o diretor do DTC, Augusto C. da Silva Telles, na qual Dora Alcântara reforça, mais uma vez os valores históricos e arquitetônicos atribuídos à edificação. Ao final da referida Informação, a mesma expõe que:

Plenamente de acordo com o parecer do Engenheiro Carlos Danúzio, consideramos justo e necessário este tombamento tendo em vista o mérito arquitetônico e valor histórico, a que se acrescentam fatores de localização (vizinhança da Fonte das Pedras, inserção em zona de interesse histórico). (IPHAN, 1985, fl. 22)

Além desta sugestão destacada acima, Dora Alcântara recomenda, também, uma pesquisa para futuro tombamento do acervo de bens móveis da fábrica – como máquinas, arquivo, mostras de tecidos etc. A instrução segue com a Informação n.º 69/85, em que o Augusto da Silva Telles, então diretor da DTC, expressa concordar com todo o exposto no decorrer do processo e envia a devolutiva para a 2ª DR, sugerindo o envio ao Conselho Consultivo para apreciação.⁷¹

E, deste modo, o relator Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque se colocou favorável ao tombamento e destacou os valores históricos e arquitetônicos da antiga fábrica. Onde, na Ata da centésima vigésima primeira reunião do Conselho Consultivo, ocorrida dia dez de julho de 1986, vale destacar o seguinte trecho:

Prosseguiu dizendo tratar-se de exemplar significativo da arquitetura industrial do Maranhão, representando, com fidelidade, a simbiose que muitas construções industriais do Brasil da época revelam, de construção residencial com a industrial. Citou o parecer da arquiteta Dora Alcântara no qual é destacado o aspecto tipicamente maranhense da construção, com o seu mirante, azulejos portugueses e varandas quase domésticas. Destacou o seu significado histórico, no contexto do processo de industrialização regional, em particular das manufaturas têxteis. (IPHAN, 1986, fl. 65)

A partir destes fatos, o tombamento foi aprovado por unanimidade e inscrito no Livro do Tombo Histórico, em julho de 1987. Mesmo com o reconhecimento do valor dos elementos arquitetônicos encontrados no bem, porém, ele não foi inserido no Livro das Belas Artes.

Diante deste processo, leva-se a pensar se a Fábrica Santa Amélia possuía vila operária, pois, apesar do processo ter surgido na época em que havia busca pelo reconhecimento de Vilas

⁷¹ Após a Informação n.º 69/85, é decretado o tombamento provisório, mas há um problema quanto à propriedade do imóvel. Somente depois de diversos editais publicados é encontrado a proprietária, que pede a impugnação do tombamento, sendo o trecho abaixo uma das alegações apresentadas: “Nem possui o Maranhão parque industrial que justifique a preservação de imóvel de medíocre, se não nenhum interesse histórico.” (IPHAN, 1985, fl. 39)

Operárias, não há nele menção sobre existir, junto à fábrica, qualquer tipo de vila operária, destacando apenas o monumento da fábrica. Além disto, como foi dito anteriormente, houve indicação de estudo dos bens móveis, mas não houve preocupação explicitada em identificar e reconhecer as edificações que compunham o entorno do monumento em questão, mostrando talvez desinteresse pelo tema ou um entendimento de Patrimônio Industrial que não incluía a Vila Operária.

Seguindo cronologicamente os processos de interesse para esta pesquisa, há o processo de tombamento da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, de número 1252-T-87. O pedido de tombamento foi feito pela Comissão Especial Pró-Paranapiacaba⁷², por meio do documento CPP n.º 010/85, enviado à 9ª DR em São Paulo, em setembro de 1985, a partir da seguinte motivação:

[...] da importância que se reveste este Núcleo Histórico, Cultural e Arquitetônico, angariando ao longo desta caminhada de trabalhos uma série de profissionais, que muito tem colaborado nas questões pertinentes a cada área, vem solicitar a essa Sub-Secretaria a abertura de um processo para reconhecimento do valor histórico da Vila de Paranapiacaba, Santo André – SP, a nível Federal. (IPHAN, 1985, fl. 003)

Somente em outubro de 1987, o diretor da então 9ª DR da SPHAN (unidade da SPHAN em São Paulo) encaminha o pedido de abertura de processo de tombamento à Coordenadoria de Proteção da SPHAN, pelo Ofício n.º 329/87. Em um documento sem identificação, que aparenta ser um parecer técnico da instituição, é relatada a história da Vila de Paranapiacaba, em que se sugerem valores a serem considerados para seu tombamento. Vale destacar um trecho do documento que relata a nova perspectiva gerada pela tipologia desse bem, inserindo o trabalhador em uma nova visão de preservação:

Paranapiacaba portanto, deve ser entendida a partir de uma perspectiva moderna de preservação. Não se trata de preservar apenas monumentos isolados e suntuosos mas sim um núcleo urbano que, desde sua implantação até hoje, vive em função da ferrovia – **microcosmo do cotidiano do trabalhador ferroviário** e da trajetória da ferrovia no país. (IPHAN, sem data, fl. 012, grifo nosso)

Através do Ofício n.º 066/87, Dora Alcântara solicita ao CONDEPHAAT as pesquisas que instruíram o tombamento estadual da Vila de Paranapiacaba. Foi então enviado ao IPHAN, em maio de 1987, pela Secretaria de Estado da Cultural do Estado de São Paulo, o estudo solicitado. Apesar dessa busca por informações para instruir o processo, após 1987 não há mais

⁷² De acordo com processo a Comissão Especial Pró-Paranapiacaba foi criada através de portaria municipal, em 1983, que tinha por objetivo “[...] definir diretrizes para a preservação da Vila, integrada pelas seguintes entidades: Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), Associação de Engenheiros e Arquitetos do ABC, Sociedade de Amigos de Bairro, Movimento Pró-Paranapiacaba e Secretarias Municipais.”. Neste caso, refere-se ao município de Santo André.

acréscimos de documentos no processo do IPHAN, mesmo havendo então um grande movimento na instituição para preservar esse tipo de bem, como demonstram tanto o estudo “Vilas e Congêneres” como os processos acima descritos.

O processo foi retomado, apenas em 1993, pelo Ofício Gab/DEPROT/IBPC n.º 133/9, enviado à então 9ª CR, sobre a “Retomada dos processos de tombamentos relativos à 9ª CR” e, dentre a listagem presente no Ofício, é encontrado o da “Vila Ferroviária de Paranapiacaba”. O ofício solicitava que as regionais enviassem quais os processos prioritários, para a continuidade da instrução de tombamento. Em resposta, a 9ª CR, por meio do Ofício n.º 215/93 9ª CR/IBPC/SP, enviou as prioridades de processo, colocando a Paranapiacaba em uma segunda listagem, como última opção. Em maio de 1995, pelo Memorando DEPROT/IPHAN n.º 185/95, Marcus Tadeu emitiu um parecer sobre a situação do processo, no qual foi dito que processo necessitava ser “devidamente instruído”. A partir disto, o conjunto de Paranapiacaba foi colocado como prioridade da regional do IPHAN em São Paulo.

Nesse sentido, seguia o processo e no Memorando DEPROT/IPHAN n.º 333/95, elaborado pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro, enviado para a 9ª CR, onde é dito que:

Podemos adiantar a Il. Sr.ª Coordenadora que, em nossa opinião a **Vila de Paranapiacaba, quando vista isoladamente, dificilmente apresentará as condições necessárias para ser classificada como bem de valor excepcional**, tal como exigido no DL 25/37. Cremos que o acautelamento da **parte do sistema de planos inclinados da Estrada Santos-Jundiaí** (que tiver sido preservado pela RFFSA) corresponderia muito mais ao espírito da lei de proteção do patrimônio. (IPHAN, 1995, fl. 048 e 049, grifo nosso)

O mesmo historiador esteve no local em 1999 e, após a visita, elaborou o Laudo 05/99, onde é concluído que:

Conclusão: a **vila ferroviária de Paranapiacaba apresenta alguns problemas de conservação em suas células individuais, especialmente aquelas referentes às antigas residências dos ferroviários**. O sistema de funcionamento dos planos inclinados apresenta-se razoavelmente conservado, sem contudo permitir seu funcionamento imediato. Apesar destas ressalvas, frisamos que não há elementos que levem-nos a crer que a preservação a longo prazo do bem esteja em risco. (IPHAN, 1995, fl. 098, grifo nosso)

Nos trechos dos documentos acima o historiador do então Departamento de Proteção do IPHAN argumenta inicialmente que a vila operária ferroviária de Paranapiacaba, por si só, não estaria de acordo com os valores do Decreto-Lei n.º 25/37, mas a estrada de ferro – que compreende a “parte do sistema inclinado” – corresponderia aos valores de excepcionalidades do Decreto citado. Sua leitura trazia como motivação principal para o tombamento o sistema ferroviário ali instalado, não destacando a importância histórica e memorial dos espaços de

habitação. No entanto, o IPHAN naquele momento não se dedicava mais sistematicamente a bens da natureza industrial – nesse caso ferroviário – e passaria ainda anos em busca de informação junto a RFFSA e discutindo o que incluir na poligonal de tombamento. Esse processo, apesar de tratar do Patrimônio Industrial, parece se restringir apenas à história da ferrovia, excluindo a história dos operários. A vila acaba sendo incluída na proposta da poligonal de tombamento, sem porém ter sido identificada como motivação inicial para o tombamento.

As concepções acima expostas parecem ter se ampliado durante o processo. Assim, em 2002, pelo Memorando n.º 075/2002 PROTEC/DEPROT, são expostos diversos valores atribuídos à Vila de Paranapiacaba, juntando a vila ao sistema ferroviário:

1. A Vila de Paranapiacaba e a São Paulo Railway Company, atual Santos-Jundiaí, são componentes indissociáveis do mesmo fenômeno cultural, que tem origem na implantação, pioneira no Brasil, de uma estrada de ferro para viabilização e modernização do comércio internacional capitaneado pelo café, sendo, ainda, a única em plano inclinado e tração por sistema funicular no Brasil.

[...]5. O objeto de tombamento é o conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila de Paranapiacaba e da São Paulo Railway Company Ltd., compreendida pelo trecho do Plano inclinado entre as Plataformas IV e V, já no perímetro urbano. **Esse conjunto representa, portanto, tanto o sistema de transporte como a vida urbana à ele associada.** (Grifo nosso)

Diante de todos os valores apresentados, no Parecer n.º 004/02 GAB/PROJUR/IPHAN, a procuradoria do órgão concluiu que:

Pela instrução processual, pela conclusão técnica do Departamento de Proteção e por tudo quanto aqui se expôs é que entendo que a motivação para o tombamento está voltada ao valor histórico do conjunto, contido e delimitado pela referida poligonal, excluídos os bens móveis (máquinas, equipamentos, ‘locobreques’, locomotivas e vagões) e, em razão disto, sugere-se que seja mantida a sua denominação inicial “Vila Ferroviária de Paranapiacaba”, vindo a ser inscrito no Livro do Tombo Histórico.

Em 02 de maio de 2002, o Presidente do IPHAN enviou o processo ao Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho. Este teria afirmado, na 34ª Reunião do Conselho Consultivo, em 2002, precisar de mais informações para colocar em votação, mas se posicionou de forma favorável ao tombamento, já naquele momento. Sendo assim, Nestor Goulart visitou a Vila de Paranapiacaba junto aos técnicos da 9ª SR e teria, então, elucidado as dúvidas pendentes. Tendo por base a visita realizada, é construído o parecer apresentado na 35ª reunião do Conselho Consultivo, ocorrida no dia 22 de agosto de 2002.

Em seu parecer, Nestor Goulart afirmou que precisaria de uma discussão maior sobre o valor artístico e paisagístico da Vila de Paranapiacaba, mas reforçou seu valor histórico. Nesse sentido, escreveu que “Paranapiacaba era uma vila tipicamente construída por empresa, para

solução de seus problemas. Além de ter servido de apoio para obras na serra, consolidou-se como uma vila de operadores, em apoio aos trabalhos de funcionamento da ferrovia.” Com relação ao valor artístico, argumentou não existir excepcionalidade na arquitetura e no traçado urbanístico da vila e explicou:

Acreditamos que essa excepcionalidade não existe. Excepcionalidade existe em termos construtivos, em termos técnicos, por não se tratar de um padrão técnico corrente. Mas não existe excepcionalidade artística, isto é, não existem qualidade de projeto arquitetônico e urbanístico que justifiquem ou que possam justificar um tombamento nestes termos. Para nós, o valor artístico, na Arquitetura e no Urbanismo, está na lógica do projeto e não no estilo. Os projetos em Paranapiacaba são muito simples.

[...]

No caso da Vila de Paranapiacaba, o traçado urbanístico, muito simples, não chega a apresentar características de excepcionalidade. Ao mesmo tempo, não reconhecemos no projeto as preocupações de exploração do valor simbólico, encontradas em geral nas áreas das cidades, que se tornam representativas das comunidades ou de setores sociais significativos dessas comunidades.

Ainda referentemente ao valor histórico, reforçou sua excepcionalidade diante dos vários exemplares de vilas operárias construídas no Brasil, conforme se lê abaixo:

A Vila Ferroviária de Paranapiacaba é um exemplo excepcional entre os numerosíssimos conjuntos residenciais construídos por empresas de vários tipos no Brasil, a partir de meados do século XIX, para abrigar e disciplinar seus trabalhadores em termos de horários, comportamento e dedicação ao trabalho e sua importância não pode ser devidamente reconhecida, sem que se destaque essa relação.

Durante a reunião do Conselho Consultivo que aprovou o tombamento da Vila de Paranapiacaba, após a leitura de seu parecer, o arquiteto tomou a palavra:

Considero muito importante registrar o fato de estarmos aqui tratando de **locais de trabalho**. É o campo de reflexão crítica que me parece importante, mais importante do que simplesmente descrever a moradia dos mais pobres, ou tão importante quanto documentar historicamente a presença de todas as classes sociais. Penso que deveríamos estar mais atentos, e isto, em termos históricos, não tem sido trabalhado pelos órgãos de tombamento do país. (Grifo nosso)

Em suas palavras, Nestor Goulart parece expressar o modo como o IPHAN vem lidando com tipologia das Vilas Operárias, que ele denominou de “locais de trabalho”, pois o órgão parece negligenciar a história contidas nesses locais, em detrimento de análises que abarcam somente os aspectos formais. O Conselheiro também ressaltou a importância desses espaços, não somente por descrições formais, mas de lugares com relevante valor histórico. Reforça também a falta de reconhecimento das Vilas Operárias junto aos órgãos de patrimônio.

Ao fim, Nestor Goulart se coloca favorável ao tombamento pelo valor histórico e por unanimidade dos votos o tombamento foi acatado pelo Conselho Consultivo, sendo

homologado pelo Ministro da Cultural em 2004, através da Portaria n.º 350, de 21 de dezembro de 2004, e inscrito no Livro do Tombo Histórico em setembro de 2008.

Após analisar os processos da década de 1980, fez-se necessário compreender como as ações empreendidas nesta década, refletiram nos pedidos de tombamento dos anos 2000.

2.5 Depois do “Vilas e Congêneres”: Processos de tombamento após década de 1980.

A patrimonialização das Vilas Operárias como uma prática institucional no IPHAN foi iniciada na década de 1980, como foi visto anteriormente. Apesar de todo o esforço institucional realizado nesse momento, não há registro de abertura de nenhum processo “T” com essa tipologia na década de 1990. É apenas nos anos 2000 que a temática abrangendo o Patrimônio Industrial volta a ser discutida pelo IPHAN. Na Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2017), foram identificados sete processos, que abrangiam de fábricas a vilas operárias. Os processos encontrados foram:

Estado	Município	Nome do Bem	Situação	Tipo	Número processo T	Livro do Tombo
AP	Serra do Navio	Vila Serra do Navio	Tombado	Conjunto Urbano	1567-T-08	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico e Belas Artes.
MG	Sabará	Vila Marzagão	Em instrução	Conjunto Urbano	1479-T-01	
RS	Rio Grande	Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Rheingantz	Indeferido	Conjunto Arquitetônico	1586-T-10	
RS	Santa Maria	Vila Belga	Indeferido	Conjunto Urbano	1681-T-13	
SP	Jundiaí	Prédio e Terreno da Ex-Fábrica Japy na Vila Arens	Indeferido	Edificação	1657-T-12	
SP	São Paulo	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Bairro da Luz – Vila Inglesa	Tombado	Conjunto Arquitetônico	1463-T-00	Livro do Tombo Histórico

Quadro 04: Processos de fábricas e vilas operárias, abertos a partir dos anos 2000.

Fonte: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista Bens Tombados pelo Iphan 2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_2015.pdf)

Dos processos acima listados, foi possível acessar três deles, sendo: Vila Serra do Navio, Serra do Navio – AP, processo número 1567-T-08; Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Rheingantz, Rio Grande – RS, processo número 1586-T-10; Vila Belga, Santa Maria – RS, 1681-T-13, processo número 1681-T-13.

Com relação ao processo número 1567-T-08 – Vila Serra do Navio, em Serra do Navio/AP, o pedido de tombamento foi feito por alunos, técnico e funcionários do curso de

Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, por meio de um abaixo-assinado, enviado à 2ª SR do Pará e Amapá no dia 06 de agosto de 1998⁷³, no qual se requeria o tombamento do “Complexo da Icomi⁷⁴” que, de acordo com a solicitação, descrevia o complexo:

[...] constituído pela Cidade – Jardim da Serra do Navio e de todas as demais instalações urbanas, industriais, portuárias, assim como, a ferrovia e seus equipamentos (Galpões, Locomotivas, Vagões de carga e de passageiros seus acessórios), no caso da cidade, sua malha urbana, sua arquitetura e paisagem. (IPHAN, 1998)

Possivelmente, o fato de a Icomi ter encerrado suas atividades em janeiro de 1998 tenha motivado tal pedido de proteção, uma vez que o mesmo documento destaca: “Esta solicitação se deve à significativa importância para a arquitetura e urbanismo nacional e internacional. Sugerimos com o tombamento, o desenvolvimento do potencial turístico, natural, agro-industrial do complexo.” (IPHAN, 1998).

No memorando IPHAN/DEPROT/RJ/N.º 143/99, dirigido à Chefe da Divisão de Estudos de Acautelamento, de março de 1999, há informação de que fora enviada cópia do pedido de tombamento e, em seguida, são postas algumas questões, como a propriedade atual do Complexo da Icomi, que depois do encerramento de suas atividades, ficou em disputa entre a União, o estado do Amapá e a prefeitura de Serra do Navio.

[...] do patrimônio da indústria fazem parte 194 quilômetros de estrada de ferro, mais de 30 vagões de carga de passageiros, locomotivas, mais de 500 casas em Santana e Serra do Navio, um hospital, parte de uma hidrelétrica, linhas de transmissão de energia, prédios de escolas e de ginásio de esportes, um hotel, duas pousadas, uma ponte de concreto de mais de 200 metros de comprimento, dezenas de caminhões importados de grande potência, dragas, duas escavadeiras de 210 toneladas e duas de 110 toneladas, central telefônica e todo tipo de material pesado próprio para extração mineral;
-a história da Icomi confunde-se com a do antigo território do Amapá, criado em 1943; três anos depois, foi concedida a primeira autorização para extração de manganês e em 1953, e indústria iniciou suas atividades;
-a Vila de Serra do Navio foi construída em 1955, dois anos após o início da exploração de manganês pela indústria. Trata-se de um conjunto concebido com a finalidade de alojar os empregados da empresa de mineração. (IPHAN, 1999)

A instrução do processo segue em busca de informações que embasem a instrução do processo e, em 2003, a partir do Ofício n.º 176/2003 – GAB – 2ª SR/IPHAN, o Governado do Amapá é informado sobre a instrução do processo de tombamento da Vila Serra do Navio:

Informamos que, em nossa avaliação, trata-se de um legado histórico, urbano, arquitetônico e paisagístico único de grande valor, com potencial turístico (ecológico,

⁷³ O pedido de abertura do processo T, só foi feito no ano de 2008. Em 1998 foi iniciado um processo administrativo.

⁷⁴ ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios Ltda. Que segundo dados do processo, em 1947, teve concedido o direito a explorar jazidas na região da Serra do Navio.

cultural e de negócios) e científico. Compreendemos, entretanto, que trata-se de uma situação bastante complexa que, entendemos, deveria ser tratada pelas três esferas governamentais, empresariado e comunidade de modo que a permanência, preservação e sustentabilidade do complexo urbano e industrial sejam viabilizados com o empenho e participação de todos os envolvidos. (IPHAN, 2003)

Somente em setembro de 2007, o governo retorna as solicitações do IPHAN e, através do Decreto n.º 3871 de 25 de setembro de 2007, o governo do Amapá cria uma “Comissão Especial” para participar das pesquisas da Vila Serra do Navio.

Contudo, ao se passar cerca de dez anos do pedido de tombamento e do fim das atividades da mineradora – que datam do final dos anos 1990 –, o processo relata o risco de descaracterização do conjunto, pois a instrução do tombamento se estendia devido à falta de definição acerca da propriedade da Vila Serra do Navio, em torno da qual havia uma disputa judicial envolvendo a União e o estado do Amapá.

O processo, contudo, segue os trâmites e, em março de 2010, é enviado ao Conselheiro Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, para elaborar o parecer a ser apresentado ao Conselho Consultivo, para votação. O conselheiro teria visitado a região e expôs suas conclusões em um vasto parecer, do qual vale destacar os seguintes trechos:

Como nos demais exemplares de cidades que já são reconhecidas na lista do nosso patrimônio cultural, este acervo e sua história tem a face do indiscutível valor histórico, urbanístico, arquitetônico e paisagístico, mas a compreensão de sua gênese acaba revelando a presença de um conjunto de forças e interesses expressivos para o entendimento do paradoxo aparentemente inamovível das imensas contradições sociais e econômicas do país. A face mais direta e que vem à tona, é a história de uma pequena cidade, batizada de Vila da Serra do Navio e construída em plena selva amazônica entre os anos 1955 e 1960, projetada pelo renomado arquiteto paulista Oswaldo Bratke, natural de Botucatu, diplomado em engenharia de Arquitetura pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1930, autor de vários projetos de casas na capital e que por seu turno contou com os recursos financeiros de uma grande empresa mineradora. Por outro lado a figura do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes que foi pioneiro na indústria da mineração brasileira. Não se pode negar que, ao garantir condições dignas de trabalho e moradia aos seus funcionários, ele elevou uma atividade vulgarmente conhecida como garimpo, que normalmente reduz os garimpeiros a condição de escravos, ao status de mineradores. (IPHAN, 2010, vol. 03, fl. 367)

O Conselheiro enfatiza a história de concepção da Vila Serra do Navio e destaca o feito do arquiteto Oswaldo Bratke, em trecho do parecer em que são ressaltados mais uma vez os parâmetros arquitetônicos e urbanísticos utilizados pelo arquiteto para o projeto:

Utilizando conceitos modernistas oriundos de uma formação carregada de influências de Walter Gropius, fundador da Bauhaus, com quem conviveu e de quem era amigo pessoal, Oswaldo Bratke imprimiu a marca de um racionalismo objetivo no traçado urbano de sua vila modernista. Na disposição das quadras e na hierarquização das moradias, entremeando as áreas que abrigavam as diferentes estratificações sociais com áreas de convivência, centro cívico, clube, praça de esportes e uma escola que era frequentada pelas crianças dos engenheiros e dos operários, criou as condições

para a aproximação das famílias dos diferentes escalões sociais no cotidiano da vila. (IPHAN, 2010, vol. 03, fl. 368)

Além das características urbanas e arquitetônicas, Luiz Phelipe Andrès destaca a importância deste bem para a história da indústria do país, como se lê abaixo:

Um sistema industrial que sem dúvida é representativo também de um capítulo importante da história da tecnologia em nosso país e também do primeiro momento em que a tecnologia se instalou com êxito na floresta. A vila foi sendo dotada de todos os elementos de infra-estrutura necessários ao conforto da vida em comunidade. (IPHAN, 2010, vol. 03, fl. 368)

Assim, o mesmo ainda salienta que as descaracterizações identificadas durante o processo não teriam comprometido o conjunto e, na sequência, relata as condições dignas de vida que a Vila Serra do Navio oferecia para os seus operários. Destaca ainda a preocupação no período de concepção projetual em entender o modo de vida da população usuária, conforme explicitado em seguida:

Sua gente usufruiu de um raro e efêmero momento da economia local, baseado na exploração de recursos minerais cujo cerne foi a atividade de extração e exportação do manganês, mas pela primeira vez na história, sem o lado abjeto e degradante da escravidão.

O arquiteto Bratke foi capaz de, com humildade profissional, respeitar os costumes e o modo de vida do pessoal da terra e observar sua vocação natural, pesquisando soluções construtivas em suas moradias de palafitas construídas às margens dos rios, para aliar estas observações com eruditos conhecimentos. Desta forma, adaptando materiais e técnicas construtivas, encontrou as soluções capazes de produzir um ambiente de conforto climático sem necessidade de aparelhos de ar condicionado, só aproveitando a ventilação e a posição dos raios solares. (IPHAN, 2010, vol. 03, fl. 369)

Partindo de toda esta análise, o Conselheiro se coloca a favor do tombamento pelos valores: históricos, artísticos e paisagísticos, onde o mesmo finaliza com a seguinte menção:

De tudo que se informa neste dossiê, especialmente por sua importância estratégica no contexto do desenvolvimento da região norte, no papel de se haver constituído como território seguro de integração com o interior da Amazônia, não seria justo pois, que tal acervo de urbanismo e arquitetura urbana, testemunha incontestada da saga de ocupação de vastas extensões do território brasileiro permanecesse à margem das atenções do IPHAN, instituição nacional que visa a preservação da memória e da história do país. (IPHAN, 2010, vol. 03, fl. 3)

O parecer é apresentado ao Conselho Consultivo em sua 63ª Reunião, que aconteceu no dia 15 de abril de 2010 e, por unanimidade dos votos, aprovou o tombamento da Vila Serra do Navio a ser inscrito nos livros do Tombo Histórico, Belas Artes, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Deste modo, seguiu para homologação, sendo efetivado pela Portaria n.º 025, de 15 de março de 2011 e sendo inscrito nos livros dos tombos em janeiro de 2012.

O que se percebe diante este processo é que a Vila Serra do Navio, constituída por uma vila operária, foi tombada pela boa qualidade do projeto de Oswaldo Bratke. O Conselheiro inclusive destaca diversas vezes esses atributos, assim como as relações históricas que a Serra do Navio tem com a industrialização do país. Entretanto, não são mencionados valores relacionados a “locais de trabalho”, como destacou Nestor Goulart no caso de Paranapiacaba, deixando claro que a motivação central do tombamento é norteadas pelas qualidades acima relatadas, como: ter sido projetada por um arquiteto de renome, como Oswaldo Bratke; ter sido empregados conceitos da arquitetura modernista na concepção projetual da vila e importância histórica para a tecnologia do Brasil. Não se somam a elas as questões relacionadas à memória do trabalho e do trabalhador, que também se configuram em importantes narrativas da história de vida e luta de grupos formadores a sociedade brasileira.

Sobre o processo referente ao Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Rheingantz, localizado na cidade do Rio Grande – RS, o pedido de abertura de tombamento foi realizado pela então superintendente da unidade do IPHAN no Rio Grande do Sul, Ana Lúcia Goelzer Meira, através do Memorando n.º 423, de maio de 2009. No decorrer do processo, há várias denúncias em relação ao estado de conservação do conjunto e muitos apelos da sociedade civil por sua preservação. Em alguns recortes de jornais existentes na instrução do processo, há informações sobre a importância das edificações para a história da industrialização do estado. Em uma matéria publicada pelo Jornal Agora, no dia 24 de março de 2006, com o tema “Prédios da Av. Rheingantz”, é posto que:

É lastimável o estado que se encontram os prédios situados na Av. Rheingantz intitulados Cassino dos Mestres e o Grupo Escolar Comendador Rheingantz, sei que há algum tempo foi providenciado o escoramento das estruturas, mas como todo mundo sabe, o tempo não para. Além da importância arquitetônica, os prédios retratam um período de grande importância para economia da cidade, onde a indústria têxtil era uma alavanca para o desenvolvimento. (IPHAN, 2009, fl. 15)

Em outro recorte de jornal, é mencionada a existência de vila operária do antigo complexo industrial, que descreve:

A poderosa indústria também construiu vilas de casas para os operários e chefes. Assim surgiu a **Vila Operária** e as casas-em-fita, estas últimas “caracterizadas pelo aproveitamento da parede divisória para duas economias e pela utilização de tesouras perpendiculares à fachada. O telhado único para todas as residências”. A explicação do engenheiro Antonio Luis Schiffino Valente consta no livro “Desenho das Edificações da Cidade do Rio Grande”. Ele também destaca os casarões construídos para os chefes da Rheingantz, muitos deles com elevada inclinação do telhado, conferindo aparência nórdica às habitações.⁷⁵ (IPHAN, 2009, fl. 19, grifo nosso)

⁷⁵ Não foi possível precisar o título da matéria e identificar a data de sua publicação, pois existia apenas o recorte artigo, com a descrição, que pode ou não fazer referência ao título: “Rheingantz: Arquitetura precisa ser preservada”.

Entretanto, apesar de toda exposição sobre o estado de abandono pelo qual passa o conjunto e pelo consequente risco de perda de sua integridade, o processo permaneceu cerca de quatro anos parado, pois entre 2010 e 2014 não há registro algum de qualquer documentação acrescentada. Mas, ao retomar a instrução do tombamento em 2014, a Superintendência do Rio Grande do Sul – que naquele momento tinha como superintendente Eduardo Hahn – encaminha o pedido de arquivamento do processo, através do Memorando n.º 0403, de abril de 2014, com a seguinte justificativa: “Tal solicitação tem como fundamento a grande quantidade de processo de tombamento aberto nesta Superintendência, cujos imóveis encontram-se em risco de desaparecimento.” (IPHAN, 2014a, fl. 26) Alega-se também, como justificativa do não reconhecimento federal do bem, que conjunto já era tombado pelo estado. Assim, segue com a anuência do DEPAM, através do Memorando n.º 665/2014 – DEPAM, e encerra-se o processo.

Com relação ao processo da Vila Belga, em Santa Maria – RS, o pedido de tombamento foi feito pela prefeitura de Santa Maria, e enviado à sede do IPHAN, em Brasília, em abril de 2012. Na documentação, estava posto que: “Salientamos a importância da preservação e salvaguarda deste patrimônio como parte da história do desenvolvimento da região sul do Brasil que ocorreu com a implantação da malha ferroviária.” (IPHAN, 2012, fl. 01). A partir de tal solicitação, foi aberto o processo em agosto de 2013, pelo DEPAM, através do Memorando n.º 32/13 CGCH/DEPAM, a pedido da Coordenadora Geral do DEPAM, Anna Eliza Finger.

Na sequência, tramitou-se o Ofício n.º 278/EC/11/NB de 11 de abril de 2012, elaborado por uma autarquia da cidade de Santa Maria, denominada de Escritório da Cidade, no qual se discorre sobre a relevância histórica do bem: “Em 1906 a empresa proprietária da rede ferroviária iniciou a construção da vila residencial, para seus funcionários, que, em virtude da nacionalidade dos principais elementos da companhia, ficou conhecida por ‘Vila Belga’.” (IPHAN, 2012, fl. 04). Além disto, no mesmo ofício, é apontada uma das justificativas para proteção federal do bem:

Abrigou a mais importante categoria de trabalhadores da época – os Ferroviários; A representatividade de Patrimônio Cultural Ferroviário nos processos de ocupação do território, na implantação da cidade, na industrialização, nos fluxos migratórios e nas transformações sociais, econômicas e culturais decorrentes da implantação da rede ferroviária e no processo de transmissão de informações; (IPHAN, 2012, fl. 04v e 05)

Após abertura do processo, Anna Finger, através do Memorando n.º 41/13 CGCH/DEPAM, de agosto de 2013, para o diretor do DEPAM Andrey Schlee, recomenda o envio do pedido à Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, no qual a mesma solicitava:

- a) Breve descrição do bem, contendo aspectos histórico, arquitetônicos, paisagísticos ou outros de interesse;
- b) Análise da relevância do bem e indicando preliminarmente a identificação de valores que justifiquem seu tombamento;
- c) Cronograma e estratégia para instrução do processo de tombamento, caso haja manifestação favorável à sua proteção. (IPHAN, 2013, fl. 07)

Após a Superintendência receber o memorando acima, as solicitações feitas nem chegaram a serem elaboradas. Logo no prosseguimento do processo, é emitido um parecer ao diretor do DEPAM, em abril de 2014, por meio do Memorando n.º 0404, em que a Superintendência do Rio Grande do Sul solicita o arquivamento do processo, reproduzindo o mesmo argumento apresentado no caso do Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Rheingantz, em Rio Grande/RS: “Tal solicitação tem como fundamento a grande quantidade de processo de tombamento aberto nesta Superintendência, cujos imóveis encontram-se em risco de desaparecimento.” (IPHAN, 2014b, fl. 10), declarando o fato de o bem já ser tombado pelo município e pelo Estado. Assim como o caso anterior, o requerimento foi acatado pelo DEPAM, sem qualquer contestação, conforme se lê no Memorando n.º 669/2014 – DEPAM, seguindo o processo para arquivamento.

O que se observa em comum nos processos acima, além de serem do mesmo estado (Rio Grande do Sul), é a motivação do pedido de arquivamento de ambos – são idênticas – a data em que ambas foram expedidas: abril de 2014. Em análise mais atenta, foi percebido que são memorandos de numeração sequente – Memorando n.º 0403 e 0404. Contudo, a questão a ser levantada diante de tais arquivamentos seria que, aparentemente, tal decisão foi realizada aparentemente sem nenhuma análise dos bens em questão, para assim descartar a relevância nacional, porque apenas a justificativa do grande volume de processo, acredita-se aqui, não deveria ser suficiente para indeferir um pedido. O motivo do arquivamento talvez resida no fato de a Vila Belga e os antigos edifícios da Fábrica Rheingantz abarcarem uma temática pouco trabalhada pela instituição, de modo que demandariam mais tempo pesquisa; ou simplesmente revele a falta de interesse da Superintendência em relação ao Patrimônio Industrial. Em ambos os processos, existem vastos trabalhos sobre as edificações que compõem os processos, que o IPHAN poderia ter utilizado para auxiliar na instrução dos mesmos. Do mesmo modo, parece que em ambos os casos não houve esforço algum da Superintendência em conhecer o bem para indeferir. O indeferimento foi feito por base de justificativas sem embasamento concreto ou consistente, sublinhando impossibilidade de investimento no assunto e de outras prioridades regionais. Talvez esse ato seja reflexo de como o IPHAN trata o Patrimônio Industrial, porquanto, mesmo após todo o esforço da década de 1980, e com as possibilidades e diretrizes

lançadas pela Carta de Nizhny Tagil, o órgão parece, em 2014, ainda não saber como proceder com as tipologias industriais, como nos casos relatados. O indeferimento dos processos indeferidos parece confirmar a suposição desta pesquisa sobre as dificuldades e resistências institucionais de lidar com temas dessa natureza; o tombamento da Vila Serra do Navio, por sua vez, parece evitar identificar a motivação reconhecimento aos sentidos dos “locais de trabalho”.

Assim, foram identificados um total de 16 processos e dez deles foram analisados, totalizando nove⁷⁶ tombamentos. Dos bens tombados, sete foram as inscrições feitas no Livro do Tombo Histórico, dois no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e um no Belas Artes. Com relação a essa predominância de uso do Livro Histórico, é levantada aqui a questão do porquê da não utilização do Livro das Belas Artes para espaços que contemplam tanto o uso industrial quanto o habitacional. Sobre isso, Nestor Goulart expôs, em seu parecer sobre Vila Ferroviária de Paranapiacaba, quando o arquiteto expõe não haver “excepcionalidade artística”, nesse caso referindo-se a Paranapiacaba, porém o ponto de vista apresentado, possivelmente, pode ser estendido a outros bens da mesma categoria.

Ao pensar em moradias feitas por padrões para seus operários, a simplicidade na solução arquitetônica e o urbanismo funcional eram pré-requisitos em suas concepções. Assim, ressaltando a simplicidade como traço importante desses projetos, como inscrevê-los no livro de Belas Artes?

Ainda no mesmo documento, Nestor Goulart falou em seu parecer para o tombamento da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, a respeito do tombamento de “locais de trabalho”, como por ele definido.

Trata-se, portanto de um aspecto fundamental da vida urbana nas cidades brasileiras há um século e meio, com indiscutível interesse histórico. Entretanto, como reiteradamente tem observado em suas manifestações o Prof. Ulpiano Bezerra de Menezes, da USP, os órgãos de patrimônio cultural do Brasil, sempre empenhados na preservação de edifícios monumentais, pertencentes ao estado, à Igreja, aos grandes proprietários rurais e urbanos, **sempre se mantiveram distantes da responsabilidade de tombamento de edifícios representativos dos locais de trabalho urbanos e da vida dos trabalhadores urbanos e rurais.** Muito numerosas foram as fazendas de açúcar e café tombadas no Brasil, poucos, foram os vestígios das senzalas preservados.

É como se houvesse no Brasil nobreza de sangue e nobreza de locais de trabalho. Nobres seriam os locais de trabalho nas fazendas mas não nos alojamentos dos escravos. Sem nobreza seriam as fábricas e as casas dos trabalhadores urbanos. Tombamos igrejas, palácios e palacetes. Tombamos fazendas de café e engenhos. Agora tombamos cidades e até pensamos em tomar “idéias”, preservar patrimônios abstratos. **Mas não tombamos fábricas, escritórios e exemplos das casas dos trabalhadores,** como não foram tombados, no passado, a não ser raramente, exemplos de alojamentos de escravos.

⁷⁶ Não foram analisados os bens tombados referentes aos processos nº 1463-T-10 e 1054-T-82.

Queria pedir a atenção dos Conselheiros para a **inexistência de tombamentos de locais de trabalho urbano**, como se o Brasil fosse um país rural. Então, não tombamos escritórios ou fábricas, locais de trabalho urbano. É um profundo e inaceitável preconceito do ponto de vista antropológico. (IPHAN, 2002, fls.269 e 270, grifo nosso)

Além de ser “locais de trabalho”, Vilas Operárias também são “locais de habitação”, sendo estas duas temáticas pouco alcançadas nas práticas patrimoniais do IPHAN. Deste modo, vale destacar a análise de Nestor Goulart sobre o que chamou de “preconceito do ponto de vista antropológico”, pois parece que as práticas patrimoniais não são revistas de forma homogênea pela instituição como um todo, havendo discrepância do modo como cada técnico lida com as Vilas Operárias e, a partir dos estudos de casos elaborados no capítulo seguinte, será compreendida a maneira pela qual são tratadas essa tipologia em três narrativas distintas.

3 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM ALAGOAS: VILAS OPERÁRIAS EM PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO.

3.1 Patrimônio Cultural em Alagoas: atuação da Superintendência do IPHAN em Alagoas nos processos de patrimonialização.

A atuação do IPHAN na seleção de bens tombados no estado de Alagoas tem se mostrado de forma pouco diversificada ao longo dos 80 anos da instituição. Há no estado, atualmente, em seu acervo patrimonial, pequeno quantitativo de bens protegidos pelo IPHAN. No total, somam-se 11 bens tombados, como expostos abaixo na Quadro 05, organizado cronologicamente a partir da data de abertura dos processos “T”.

Cidade	Nome do bem	Tipo	Número processo T	Ano de inscrição no Livro do Tombo	Livro do Tombo
Penedo	Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos	Edificação e Acervo	310-T-42	1941	Livro do Tombo Histórico e Belas Artes
Marechal Deodoro	Convento e Igreja de São Francisco	Edificação e Acervo	426-T-50	1964	Livro do Tombo Histórico
Porto Calvo	Vila Colonial de Porto Calvo, AL: remanescentes	Edificação e Acervo	515-T-55	1955	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico
Palmeira dos Índios	Casa de Graciliano Ramos	Edificação	713-T-63	1965	Livro do Tombo Histórico
Penedo	Igreja de Nossa Senhora da Corrente	Edificação e Acervo	740-T-64	1964	Livro do Tombo Histórico
Marechal Deodoro	Casa natal do Marechal Deodoro da Fonseca	Edificação	741-T-64	1964	Livro do Tombo Histórico
União dos Palmares	Serra da Barriga	Patrimônio Natural	1069-T-82	1986	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico e Histórico
Penedo	Penedo, AL: conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanísticos	Conjunto Urbano	1201-T-86	1996	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico e Histórico
Coqueiro Seco	Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens	Edificação e Acervo	1312-T-90	2011 (Tombamento Provisório)	
Marechal Deodoro	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Marechal Deodoro	Conjunto Urbano	1397-T-97	2009	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico e Histórico
Piranhas	Piranhas, AL: Sítio histórico e paisagístico	Conjunto Urbano	1508-T-03	2006	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico e Histórico

Quadro 05: Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento do IPHAN (1938-2017), no estado de Alagoas.
Fonte: IPHAN/AL.

Alagoas aparece no quadro de tombamentos do órgão na década de 1940, com o tombamento do Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos, situada no município de Penedo. É observado que até a década de 1980, apenas monumentos religiosos, coloniais e casas de personalidades Alagoanas foram reconhecidos. Somente em 1982, houve uma ampliação no tipo de patrimônio selecionado, com o tombamento da Serra da Barriga em União dos Palmares. O primeiro conjunto urbano só viria a ser tombado no ano de 1996, com o tombamento do conjunto urbano da cidade de Penedo. Os últimos tombamentos realizados em Alagoas, foram no início dos anos 2000, com o tombamento dos conjuntos dos municípios de Piranhas e Marechal Deodoro⁷⁷ em 2006.

No decorrer das ações do IPHAN no estado, não houve muitas variações nas tipologias reconhecidas e ações protetivas a bens. Analisando os bens tombados no estado, fica perceptível a predominância do tombamento de tipologias religiosas, como: Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos, Penedo/AL; Convento e Igreja de São Francisco, Marechal Deodoro/AL; Vila Colonial de Porto Calvo⁷⁸, AL: remanescentes, Porto Calvo/AL; Igreja de Nossa Senhora da Corrente, Penedo/AL e Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, Coqueiro Seco/AL. Essa tipologia corresponde a cinco dos 11 bens tombados em Alagoas, indicando um quantitativo bem expressivo.

Destacam-se nesses bens duas edificações tombadas no início dos anos de 1960, de personalidades de Alagoas, sendo eles: Casa de Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios/AL e Casa Natal do Marechal Deodoro da Fonseca, Marechal Deodoro/AL; apontando o valor de “fatos memoráveis” a serem reconhecidos pelo país.

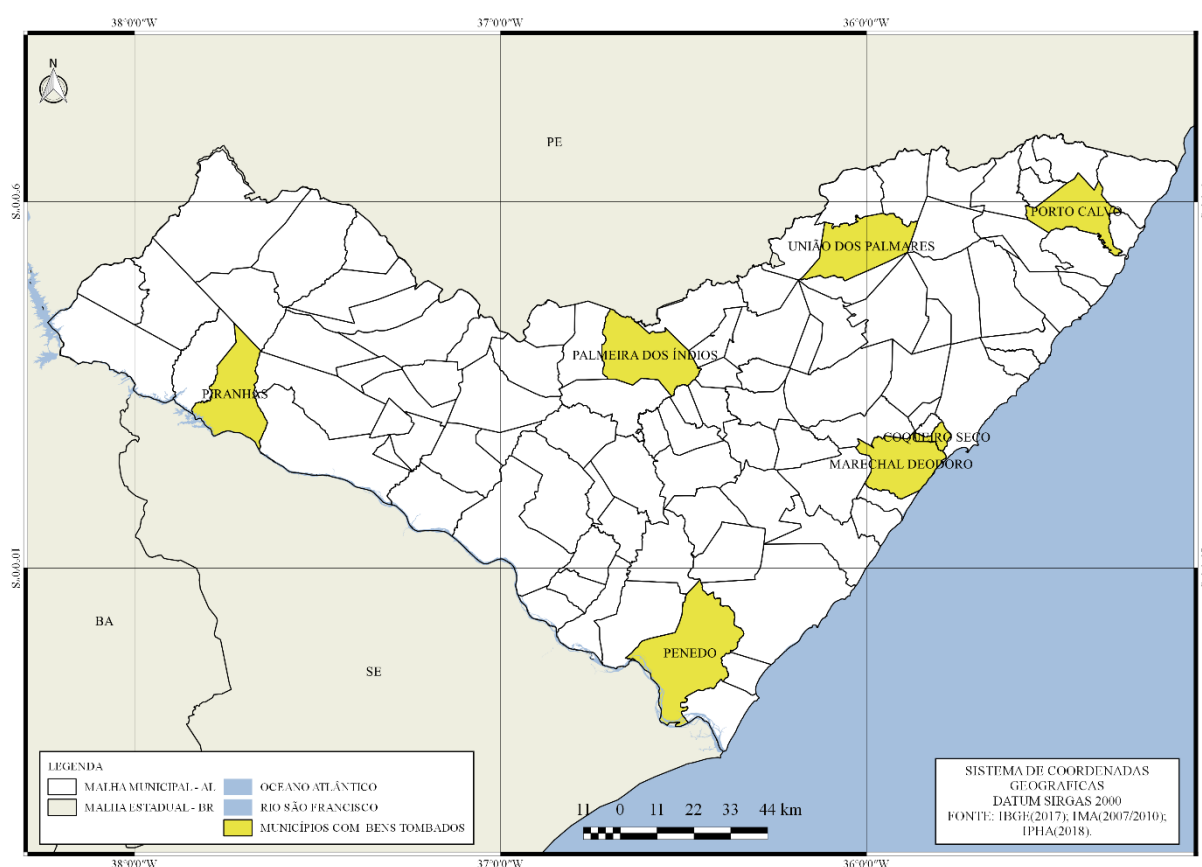
Outro fator a ser evidenciado são os três conjuntos urbanos tombados – Penedo, AL: Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico, Penedo/AL; Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Marechal Deodoro, Marechal Deodoro/AL; Piranhas, AL: Sítio histórico e paisagístico, Piranhas/AL. Apesar de terem sido acautelados em momentos distintos e por motivações diferentes, o conjunto urbano de Penedo e Marechal Deodoro, mantêm a mesma tipologia, sendo ambos sítios coloniais. Destaque diferenciado se atribui ao Sítio Histórico de Piranhas/AL, pois trata-se de um conjunto urbano com diversas fazes de ocupação, com uma urbanização que se consolidou entre o fim do século XIX e início do século XX, com a vinda da ferrovia para a região. Porém, o que se percebe é pouca variação na seleção

⁷⁷ Marechal Deodoro teve seu conjunto, no ano de 2006, protegido através do Tombamento Provisório, mas a inscrição nos Livros do Tombo apenas ocorreu em 2009.

⁷⁸ Apesar de estar intitulado como Vila Colonial de Porto Calvo, o único remanescente existente hoje deste bem é a Igreja Nossa Senhora da Apresentação.

dos bens ao longo do tempo, pois estes conjuntos foram protegidos mais recentemente, entre as décadas de 1990 e 2010.

Também é percebida a centralização das ações do IPHAN no estado. Dos 102 municípios de Alagoas, apenas sete deles foram contemplados com ações de reconhecimento pela instituição. Dentre estes municípios, há uma concentração de bens em dois deles: Marechal Deodoro e Penedo, que, além de terem seus conjuntos urbanos tombados, possuem monumentos com tombamentos individuais. Isto reforça a trajetória de escolha da Superintendência do IPHAN em Alagoas por tipologias consagradas institucionalmente, que seriam os tipos de bens religiosos e coloniais (Mapa 01).



Mapa 01: Mapa de Alagoas com municípios com bens tombados em destaque.

Fonte: MEDEIROS, 2018.

Além dos processos tombados, é válida a análise das tipologias que se encontram em instrução, sendo identificados 13 processos, conforme mostra o Quadro 06.

Cidade	Nome do bem	Tipo	Número processo T
Santa Luzia do Norte	Igreja Matriz Santa Luzia do Norte	Edificação e acervo	534-T-55
Delmiro Gouveia	Vila Operária em Delmiro Gouveia	Conjunto Urbano	1111-T-84
Maceió	Vila Operária em Fernão Velho	Conjunto Urbano	1242-T-87
Água Branca	Núcleo central da cidade de Água Branca	Conjunto Urbano	1587-T-10
Rio Largo	Vila industrial modernista, denominada Destilaria Central	Conjunto Urbano	1589-T-10

Mata Grande	Cadeia Pública do Município de Mata Grande	Edificação	1717-T-14
Belo Monte	Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres	Edificação e Acervo	1772-T-15
Maceió	Av. Sá e Albuquerque	Conjunto Urbano	1803-T-16
Delmiro Gouveia	Angiquinhos	-----	Sem número de processo T
Poxim	Igreja Matriz de Poxim	Edificação e Acervo	Sem número de processo T
Maceió	Conjunto de embrechados de igrejas da área central de Maceió	Bem móvel ou integrado	Sem número de processo T
Maceió	Coleção Perseverança e Auxílio	Coleção ou acervo	Sem número de processo T
Maceió	Conjunto de obras de Luigi Lucarini	-----	Sem número de processo T

Quadro 06: Lista de bens em instrução, pelo IPHAN, no estado de Alagoas.

Fonte: IPHAN/AL.

Já nos processos em instrução, há uma descentralização das ações abarcando outras cidades de Alagoas, além da diversificação na tipologia patrimonial: além dos bens de caráter religioso, colonial, há a inclusão de bens industriais e de habitação, bens móveis e coleções. Nota-se o que pode ser interpretado como uma tentativa do IPHAN/AL em ampliar e diversificar seu estoque patrimonial. O que se destaca, porém, dentre os processos em instrução em Alagoas, é o quantitativo de processos relacionado ao Patrimônio Industrial, além dos três sobre Vilas Operárias identificadas neste trabalho, sendo eles: Angiquinhos, Delmiro Gouveia/AL e Av. Sá e Albuquerque, Maceió/AL.

Os processos da Vila Operária em Delmiro Gouveia, Vila Operária em Fernão Velho e Vila industrial modernista denominada Destilaria Central foram os motivadores para a presente pesquisa e serão analisados na sequência deste capítulo.

3.2 Remanescentes da industrialização em Alagoas: um patrimônio não (re)conhecido.

Diante do acervo patrimonial de Alagoas, fica evidente a tendência a privilegiar tipologias consagradas, deixando de fora desse acervo bens resultantes do processo de industrialização. Até os dias atuais não houve nenhum tipo de medida que os reconhecesse como Patrimônio Cultural, apesar da existência de pedidos de tombamento, desde a década de 1980, que contemplam a tipologia industrial, como os casos das Vilas Operárias.

Mesmo sendo um estado pequeno, com 102 municípios, Alagoas destacou-se em seu desenvolvimento industrial, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Ao se considerar a pequena dimensão do estado – segundo o IBGE 2016 aproximadamente 28 mil km² – Alagoas teve uma quantidade considerável de indústrias, principalmente de açúcar e algodão, formadas em seu território.

Alagoas, em processo semelhante a outros descritos em diversas partes do mundo, teve seu processo de industrialização iniciado pelas fábricas têxteis, pois, conforme Hobsbawm (2016, p. 38), foi o algodão o primeiro produto a se industrializar, sendo ele um dos responsáveis pelo modelo “fábrica” de organização industrial, como afirma o mesmo autor:

No entanto, o algodão deu o tom da mudança industrial e foi o esteio das primeiras regiões que não teriam existido se não fosse a industrialização e que expressaram uma nova forma de sociedade, o capitalismo industrial, baseada numa nova forma de produção, a “fábrica”. (HOBSBAWM, 2016, p. 45)

Apesar de Hobsbawm referir-se então à Inglaterra, o contexto acima descrito valeria para os demais países que passaram pela Revolução Industrial. Processo semelhante ao que ocorreu no Brasil e consequentemente em Alagoas.

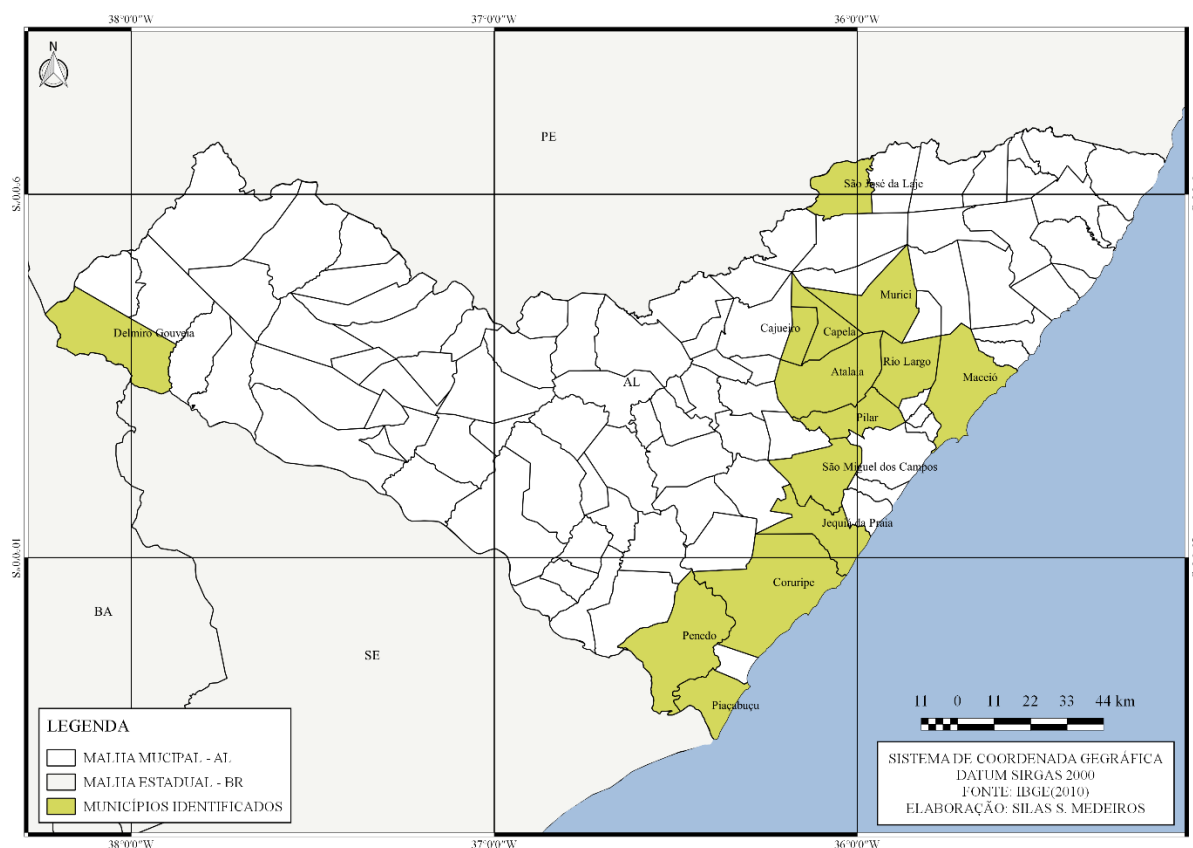
Conforme expõem Tenório e Lessa (2013), essa inserção de Alagoas no processo de industrialização teve início na segunda metade do século XIX com a criação da primeira fábrica têxtil do estado, em 1857, com a União Mercantil⁷⁹, localizada na capital Maceió, mas seu início de funcionamento só viria a ocorrer no ano de 1864. A partir deste ponto inicial, outras fábricas têxteis viriam a aparecer no estado. Porém, o surgimento efetivo das fábricas têxteis se deu após 1888, no qual nesse mesmo ano foi erigida a segunda fábrica têxtil, denominada Cachoeira, situada na cidade de Rio Largo, mas seus teares só iniciaram os trabalhos no ano de 1890. Em seguida, viria a ser construída em 1892, ainda em Rio Largo, a Fábrica Progresso, que teve seu funcionamento iniciado no ano de 1893. O complexo industrial formado em Rio Largo viria a se tornar a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Daí em diante, tem-se a instalação de dezenas de fábricas têxteis, sendo estas: Fábrica Pilarense, em Pilar, fundada em 1892 e com início de funcionamento um ano depois; Companhia Penedense Industrial, situada em Penedo, surgiu em 1895, operando em 1898; Fábrica de Rendas e Bordados, em Pilar fundada em 1909; Fábrica Alexandria, que foi estabelecida na capital em 1911; Fábrica São Miguel, assentada em São Miguel do Campos no ano de 1913; Companhia de Fiação e Tecidos Santa Margarida, inaugurada em 1914, em Maceió; Companhia Agro Fabril Mercantil⁸⁰, também tem sua atividade iniciada em 1914, no então povoado da Pedra atual Delmiro Gouveia; Fábrica Vera Cruz, estabelecida em São Miguel do Campos no ano de 1926; Fábrica Norte Alagoas, mais conhecida como Fábrica da Saúde, também construída na capital também em 1926; e Fábrica Marituba, construída em Piaçabuçu, com atividade iniciada em 1949. Segundo

⁷⁹ A União Mercantil refere-se a Fábrica Carmen da Vila Operária em Fernão Velho, objeto de estudo desta pesquisa, que será analisada mais adiante, neste capítulo.

⁸⁰ A Companhia Agro Fabril Mercantil, mais conhecida como Fábrica da Pedra, faz parte da Vila Operária em Delmiro Gouveia, objeto de estudo desta pesquisa, que será analisado mais adiante, neste capítulo.

Tenório e Lessa (2013) entre as décadas de 1930 e 1950, as fábricas têxteis alcançaram o auge, existindo cerca de 13 polos têxteis em todo o estado.

Além das fábricas têxteis, o final do século XIX e início do século XX iriam assistir a proliferação das usinas de açúcar, com a modernização da produção de açúcar, que até aquele momento era feita pelos engenhos. Deste modo, em 1892 inaugurou-se a primeira usina de açúcar do estado, Usina Brasileiro na cidade de Atalaia. No ano de 1894 viriam a ser fundadas mais três usinas: Central Leão construída em Rio Largo; Serra Grande, na cidade de São José da Laje; e Cansação Sinimbu em Jequiá da Praia; e até o ano de 1902 surgiriam as Usinas Apolinário em São José da Laje e Uruba, situada em Atalaia⁸¹. De acordo com Tenório e Lessa (2013), no ano de 1932, o estado de Alagoas alcançou o número de 27 usinas⁸², dentre elas são: Usina Coruripe, no município de mesmo nome; Usina São Simeão e Usina Alegria, ambas em Murici; Usina João de Deus, erigida na cidade de Capela; Usina Capricho, na localidade de Cajueiro⁸³ (Mapa 02).



Mapa 02: Municípios alagoanos com Fábricas Têxteis e Usinas de Açúcar.
Fonte: MEDEIROS, 2018.

⁸¹ **ALAGOAS 200 ANOS.** Maceió: Organização Arnon de Melo, n. 6, 25 jul. 2017.

⁸² Nas referências utilizadas para levantar a quantidade de Usinas em Alagoas, esse número varia demasiadamente, pois as Usinas de Açúcar operam no estado até os dias atuais.

⁸³ O site da Sindacúcar-AL traz uma lista das Usinas em funcionamento no estado, todavia, não há listagem das usinas que existiram no decorrer da história de Alagoas. Ver: <http://www.sindicucar-al.com.br/relacao-das-usinas>, acessado em 13 de fevereiro de 2018.

A instalação da malha ferroviária em Alagoas acompanhou – e por vezes possibilitou e estimulou – o surgimento dos primeiros complexos industriais; algumas linhas serviam para o escoamento de produção desses empreendimentos industriais. Os primeiros complexos industriais em Alagoas, teve seu surgimento praticamente simultâneo a instalação da malha ferroviária no estado, pois algumas linhas serviam para o escoamento de produção desses empreendimentos industriais. As primeiras linhas de Alagoas datam da segunda metade do século XIX com o território alagoano sendo em três ramais ferroviários (Mapa 03):

- 1) Linha Independente (trecho rosa), mais conhecida por Estrada de Ferro de Paulo Afonso, construída entre os anos de 1881 e 1883, composta pelos municípios de Piranhas, Olho d'Água do Casado e Delmiro Gouveia;
- 2) Linha Sul (trecho verde) ou Maceió-Recife, inaugurada em 1884 sendo sua última estação construída em 1894, compreendendo as cidades de Maceió, Satuba, Rio Largo, Murici, União dos Palmares e São José da Laje;
- 3) Ramal de Colégio (trecho laranja) ou Lourenço de Albuquerque – Porto Real do Colégio, sendo construída gradativamente entre os anos de 1891 a 1950, é formada pelas cidades de Atalaia, Capela, Cajueiro, Viçosa, Paulo Jacinto, Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Igaci, Arapiraca, Lagoa da Canoa, Campo Grande, Olho d'Água Grande e Porto Real do Colégio.⁸⁴

⁸⁴ IPHAN. **Inventário de conhecimento do Patrimônio Ferroviário da extinta RFFSA no Estado de Alagoas**. 2008. Vol I, II e III.



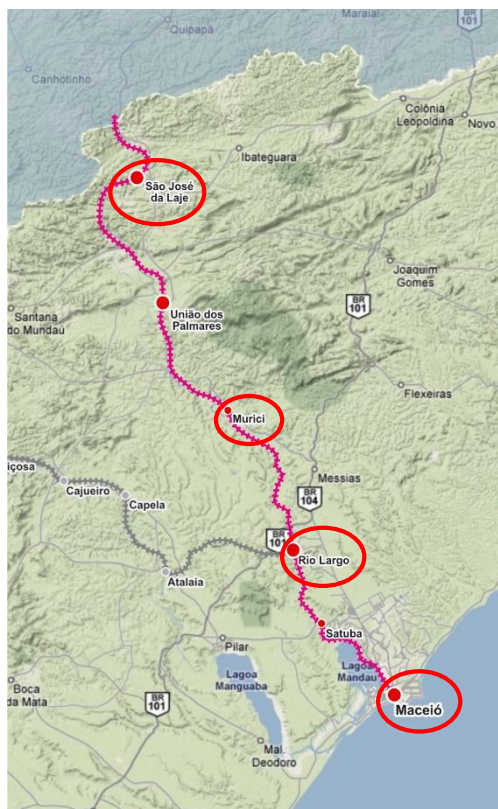
Mapa 04: Trecho da Linha Independente, em destaque a cidade que tinha complexos industriais.

Fonte: Inventário do Patrimônio Ferroviário da RFFSA, 2008. Adaptado pela autora, 2018.

No trecho da Linha Sul (Mapa 05), praticamente todas as cidades com malha ferroviária, possuíam algum tipo de atividade industrial. Na capital Maceió, para onde era escoada toda a produção, sua linha foi ativada em 1884⁸⁷, com a inauguração das Estações de Jaraguá⁸⁸, Centro, Bebedouro e Fernão Velho. Onde em Jaraguá estava localizava-se a Fábrica Santa Margarida (1914), em Bebedouro a Fábrica Alexandria (1911) e em Fernão Velho a União Mercantil (1857). Segue-se para o município de Rio Largo, que teve sua malha ferroviária inaugurada em 1884, contando com quatro estações: Estação Utinga, que atendia a Usina Central Leão (1894); Estação Cachoeira, atualmente denominada de Gustavo Paiva, nas imediações da Fábrica Cachoeira (1890); Estação Lourenço de Albuquerque e Estação de Rio Largo. A Estação de Murici também data de 1884 e localizava-se na cidade de mesmo nome, que contava com diversas usinas. E findando a Linha Sul, localizava-se duas estações em São José da Laje, as Estações de São José da Laje e Serra Grande, ambas de 1894, inauguradas no mesmo período da Usina Serra Grande, que compartilhava o nome com a estação.

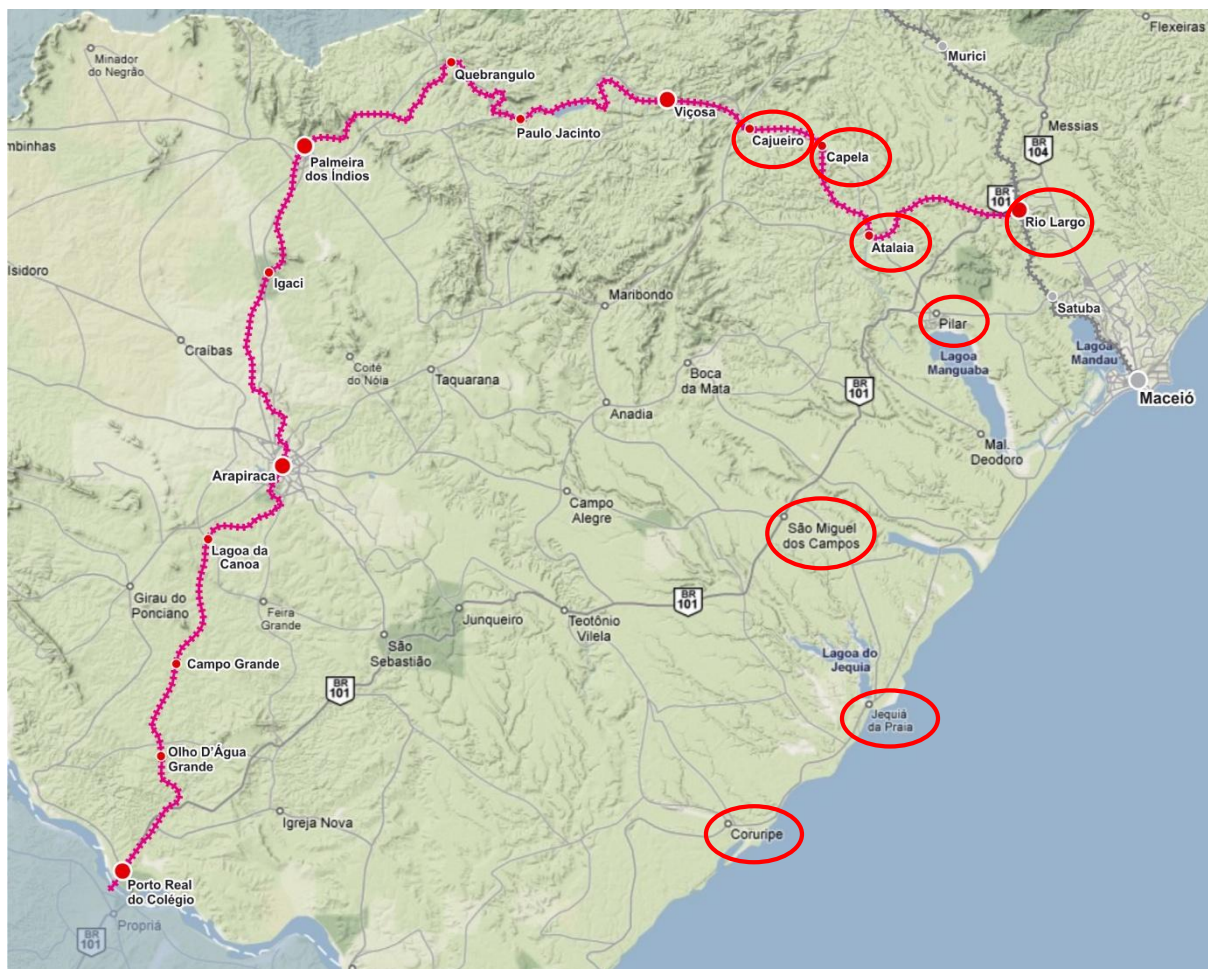
⁸⁷ IPHAN. **Inventário de conhecimento do Patrimônio Ferroviário da extinta RFFSA no Estado de Alagoas**. 2008. Vol I, II e III.

⁸⁸ Barrio portuário de Maceió, para onde toda produção era direcionada.



Mapa 05: Trecho da Linha Sul, em destaque as cidades que tinham complexos industriais.
Fonte: Inventário do Patrimônio Ferroviário da RFFSA, 2008. Adaptado pela autora, 2018.

O último trecho inaugurado, Ramal de Colégio (Mapa 06), partia de uma ramificação existente na cidade de Rio Largo, seguindo para Atalaia, onde no ano de 1891, foram inauguradas a Estação de Bittencourt e Atalaia, sendo neste mesmo município que se estabeleceu em 1892 a Usina Brasileiro. Esse ramal passa por cidades como Capela e Cajueiro que possuíam usinas, e – como destacado anteriormente – foi construído de forma gradativa até 1950.



Mapa 06: Trecho do Ramal de Colégio, em destaque as cidades que tinham complexos industriais.

Fonte: Inventário do Patrimônio Ferroviário da RFFSA, 2008. Adaptado pela autora, 2018

Além das proximidades com a linha férrea, um outro elemento foi comumente visto próximos aos complexos industriais: as bacias hidrográficas. Conforme Tenório e Lessa (2013), as quatro maiores fábricas de Alagoas eram banhadas pela Lagoa Mundáu.

Como ocorreu em outros estados brasileiros, as fábricas alagoanas foram instaladas próximas aos cursos d'água para que utilizassem a força motriz hidráulica e o transporte fluvial ou lacustre. Nas primeiras décadas de existência, essas empresas usavam a força hidráulica diretamente, ou seja, seus teares eram acionados por mecanismos cujo movimento provinha de uma roda d'água. (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 119)

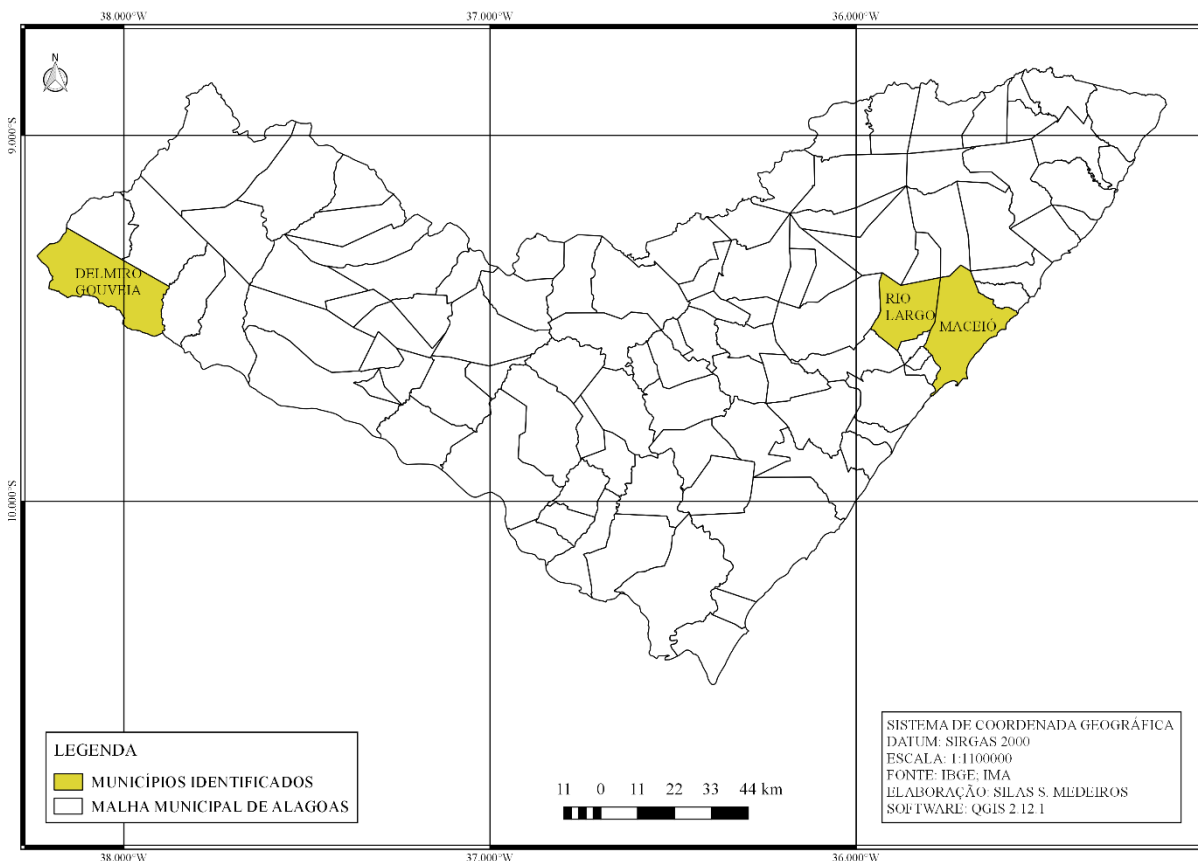
Esses autores afirmam que era comum à época a instalação de vilas operárias junto as fábricas e usinas. A partir da quantidade expressiva de indústrias, é portanto possível ter uma ideia da quantidade de vilas operárias existentes no estado, identificando-se para esses espaços importantes elementos das memórias da industrialização do estado, de formação e consolidação urbana, assim como formação da classe operária em Alagoas. Segundo Tenório e Lessa (2013, p. 47): “Essas inovações tecnológicas redundaram nos modernos parques fabris e no interesse

de empreendedores como o barão de Jaraguá, Delmiro Gouveia e outros, dando origem a companhias industriais com suas vilas operárias.”

Até este momento, buscou-se contextualizar neste capítulo dissertação os elementos industriais que marcam o território alagoano. A partir de desse panorama, serão analisadas as Vilas Operárias de Alagoas, com processos de tombamento em instrução no IPHAN/AL, trazendo à luz a discussão sobre a importância da história e memória desses complexos industriais, que aparecem em sua maioria em narrativas que enfatizam o grande feito dos industriais, deixando em segundo plano grande parcela responsável por esse desenvolvimento – os operários, e sendo estes os grandes protagonistas da história desses lugares e guardiões das memórias sobre as Vilas Operárias e suas fábricas.

3.3 Vilas Operárias de Alagoas: entre tombamento e perda.

No IPHAN/AL, dentre os seus processos em instrução para tombamento, foi destacado neste trabalho o fato de existir três pedidos de tombamento de Vilas Operárias em Alagoas, sendo eles: Vila Operária em Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia; Vila Operária em Fernão Velho, Maceió; e Vila industrial modernista, denominada Destilaria Central, em Rio Largo (Mapa 07).



Mapa 07: Mapa do estado de Alagoas, em destaque os municípios de: Maceió, Rio Largo e Delmiro Gouveia.
Fonte: MEDEIROS, 2017.

Segundo os documentos contidos em seus processos, notou-se que os pedidos para tombamento da Vila Operária em Fernão Velho e em Delmiro Gouveia foram solicitados juntos, por meio do mesmo documento enviado em 03 de abril de 1983, apresentando motivações semelhantes e com o mesmo solicitante, o então deputado estadual Albérico Cordeiro⁸⁹. A motivação constante no documento (ANEXO B) baseou-se na declaração feita pelo então Secretário de Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, e publicada pelo Jornal do Brasil o propósito da busca por Vilas Operárias para serem tombadas, como já se destacou anteriormente: “entrega-se, no momento, à tarefa de procurar, para Tombar uma Vila Operária representativa do início do processo de industrialização do Brasil.”⁹⁰

No caso da Vila Industrial Modernista de Rio Largo, houve motivação distinta dos processos das vilas anteriores e seu pedido de tombamento foi dos anos 2000, requerido pelo então superintendente do IPHAN em Alagoas, o arquiteto Mário Aloísio Barreto Melo⁹¹. No memorando nº. 587/2009 GAB. IPHAN/AL⁹² (ANEXO C), o arquiteto expõe:

Motiva-se o presente, pelo fato de a vila possuir conjunto considerável e ainda original de edifícios modernistas implantados seguindo uma proposta urbana bem definida com zoneamento típico de uma vila industrial, porém, sob o envoltório do pensamento Moderno, sendo exemplar raro e singular à história da arquitetura brasileira.

A vila operária situada no município do sertão alagoano de Delmiro Gouveia, segundo dados encontrados em seu processo, teve a fábrica inaugurada em 1914, nomeada por Companhia Agro Fabril Mercantil e fundada pelo empresário Delmiro Gouveia. Em 1916, existiam 256 casas de alvenaria de tijolo para seus operários. A vila operária em questão foi a última a ser visitada, e o que se tem hoje é um espaço totalmente modificado, ao ponto de não ser possível mais identificar a antiga vila operária.

A Vila Operária de Fernão Velho, situada no município de Maceió, encontrando-se um pouco mais isolado do núcleo da cidade, por sua topografia e por estar entre a lagoa Mundaú e uma zona de Mata Atlântica⁹³ (Mapa 08).

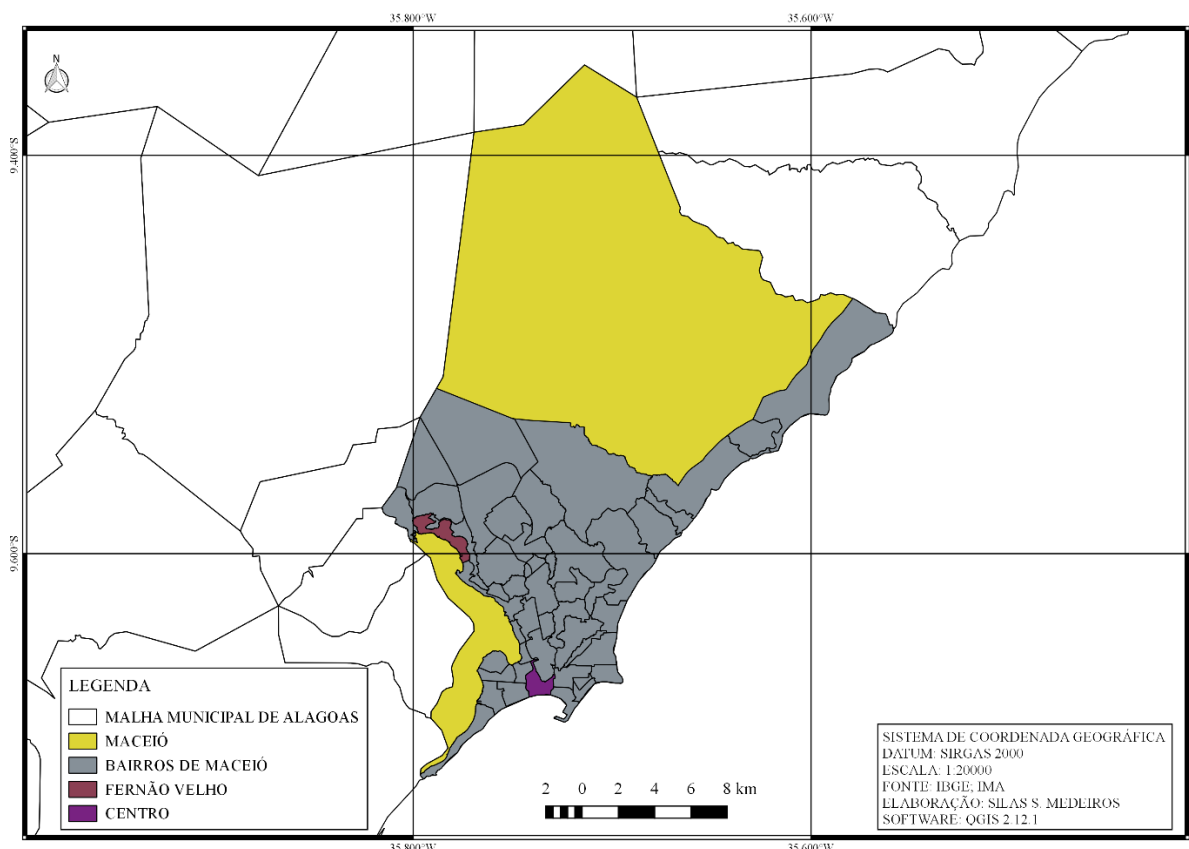
⁸⁹ Albérico Cordeiro, jornalista alagoano, foi deputado federal pelo estado de Alagoas, entre os anos: 1979 a 1987, 1987 a 1991 e 1995 a 2000. Faleceu em acidente de carro no ano de 2010. (Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberico-cordeiro-da-silva>)

⁹⁰ Informação contida nos processos T números: 1111-T-84 e 1242-T-87.

⁹¹ Arquiteto e Urbanista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, técnico do IPHAN desde a década de 1980 e é superintendente do IPHAN/AL desde...

⁹² Memorando contido no processo T número 1589-T-10, que solicita o tombamento Federal da Vila Industrial Modernista em Rio Largo/AL.

⁹³ O bairro de Fernão Velho está inserido, segundo o Plano Diretor de Maceió, em uma APA – Área de Preservação Ambiental e em uma ZEP – Zona Especial de Preservação. (Dados colhidos em mapas da Secretaria Municipal de Planejamento).



Mapa 08: Mapa da cidade de Maceió, em destaque os bairros de Fernão Velho e Centro.

Fonte: MEDEIROS, 2017.

Talvez esse isolamento espacial tenha sido um dos fatores de escolha para a implantação da fábrica têxtil com sua vila operária, uma vez que os industriais buscavam regiões afastadas dos centros urbanos para fixar suas fábricas, como afirma Telma de Barros Correia: “Nesse sentido, o isolamento espacial – das vilas operárias em subúrbios e, mais ainda, dos núcleos fabris no campo – coloca-se como um componente básico desse padrão de gestão do trabalho.” (CORREIA, 1998. p. 12).

Em seu processo de tombamento, consta que, no ano de 1857, foi construída a fábrica de tecidos e que, logo depois, foram erigidas as casas dos operários. Com o passar dos anos, houve diversos donos do estabelecimento industrial, até que, em 1948, o Dr. Othon Bezerra de Melo o adquiriu. Na visita realizada em janeiro de 2016 a Fernão Velho, soube-se, por meio de conversa com o historiador Ivo Farias⁹⁴, que a fábrica e a maioria dos imóveis ainda seriam da Família de Othon Bezerra. Diversos ex-operários conseguiram as posses das casas, como indenizações por questões trabalhistas, mas ainda existem os que estão com processos tramitando. Os espaços de área comum e igreja seriam, porém, da Família Bezerra. O bairro de

⁹⁴ Ivo Farias nasceu e se criou em Fernão Velho e é filho de ex-operário. É Doutor em Ciências Sociais pela UNESP – Marília e trabalhou em sua tese a memória do operariado de Fernão Velho.

Fernão Velho continua isolado em relação à Maceió, apesar do crescimento da cidade; a dominação da fábrica, mesmo desativada, ainda é sentida.

O complexo fabril, com pedido de tombamento mais recente, foi a Vila Industrial Modernista – Destilaria Central, localizado no município de Rio Largo. Nos dados contidos em seu processo de tombamento, consta que a mesma foi criada pelo Governo Federal, através Instituto do Açúcar e Alcool – IAA, para o incentivo da produção de álcool, sendo inaugurada em 1961. Contava, além do espaço fabril, com uma vila residencial que é dividida em Vila Operária, com 40 casas, e Vila dos Funcionários⁹⁵ com 10 casas, tendo sido projetadas pelo engenheiro Lourival Gouveia de Melo⁹⁶. A vila apresenta características modernistas, diferenciando-se das já existentes no estado, não sendo composta de casas geminadas, de porta e janela: trata-se de habitações com conceitos da arquitetura modernista, como *brises-soleils* em suas fachadas e recuos em todas as unidades (mesmo na dos operários). A destilaria encerrou suas atividades no ano de 1975 e, atualmente, o espaço da fábrica encontra-se em abandono; já a vila residencial continua em uso, sendo a União proprietária da Vila e do espaço fabril, cuja guarda das casas foi passada para a Universidade Federal de Alagoas e a da fábrica, para o Ministério da Saúde. Nesse núcleo fabril, percebe-se também o isolamento espacial, sendo ele afastado do centro urbano de Rio Largo⁹⁷. Como a fábrica se encontra mais distante das casas, sua presença é sentida de forma menos impactante do que no caso anterior, sugerindo, em tempos de funcionamento, uma dominação e controle industrial mais sutis.

Com relação aos processos das Vilas Operárias em Delmiro Gouveia e Fernão Velho, vale destacar pontos em comum existente entre elas, sendo estes: os pedidos possuem a mesma motivação de tombamento e foram solicitados pela mesma pessoa, o então Deputado Estadual Alberico Cordeiro; e seus processos de instrução para tombamento encontram-se inconclusos na Superintendência do IPHAN em Alagoas.

Partindo da premissa que esses processos estão há mais de trinta anos em instrução, surgem questionamentos sobre a viabilidade atual dos tombamentos, pelo fato de que as descaracterizações podem ter comprometido o estado de conservação e preservação dos conjuntos.

Já o processo da Destilaria Central em Rio Largo, teve sua solicitação muitos anos depois, no ano de 2009, feito pela então superintendente do IPHAN/AL Mário Aloísio Barreto

⁹⁵ A vila dos funcionários era para os mais graduados ou para cargos de chefia.

⁹⁶ Engenheiro Civil e funcionário do Departamento de Engenharia do IAA, em Pernambuco; foi gerente da Destilaria Central de Alagoas por 15 anos.

⁹⁷ No processo de tombamento, conta que a Destilaria Central de Alagoas foi construída a 4km da sede urbana de Rio Largo.

Melo, inserindo neste caso uma motivação distinta das demais, apesar de tratarem da mesma tipologia patrimonial. Entretanto, os quase nove anos passados da solicitação, levantam a mesma questão quando a viabilidade do tombamento atualmente por possíveis descaracterizações. Assim, na tentativa de entender o sentido do tombamento dessas vilas operárias, se fez necessário analisar os casos separadamente, como será exposto a seguir.

3.3.1 Vila Operária de Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia – Alagoas

O pedido de tombamento da Vila Operária em Delmiro Gouveia, parte do deputado estadual Albérico Cordeiro, que em abril de 1983, envia para o IPHAN a solicitação. A motivação constante no documento (ANEXO A), baseou-se na publicação feita pelo então Secretário de Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, no Jornal do Brasil. Publicação esta, que tinha como propósito a busca por Vilas Operárias para serem tombadas, como se depreende a seguir: “entrega-se, no momento, à tarefa de procurar, para Tombar uma Vila Operária representativa do início do processo de industrialização do Brasil.”⁹⁸

No decorrer da instrução do processo número 1111-T-84, referente a Vila Operária em Delmiro Gouveia, é notado o interesse em tomar o conjunto pelo técnico Antônio de Menezes e Cruz, que esteve em Delmiro Gouveia no ano de 1983. No Ofício nº. 87.83.F.⁹⁹ de 07 de julho de 1983, do Representante da 4ª. RR/FNPM/SEC ao Senhor Secretário de Cultura, é descrita a passagem do técnico na região:

Quanto à Vila de Delmiro Gouveia, cumpre-nos esclarecer que o técnico Antônio de Menezes e Cruz ali esteve em 1977, a convite da CHESF, que pretendia instalar um Museu Hidroelétrico. No caso de ser tombado o Conjunto de Delmiro Gouveia é aconselhável que ao mesmo se integre a Central Hidroelétrica, uma das primeiras do Brasil, que passará a constituir um Museu Hidroelétrico. (IPHAN, 1983).

Logo na sequência, no relatório do técnico, identifica-se a Informação nº. 15/AMC/1983 elaborada pelo mesmo Antônio de Menezes e Cruz, que conclui: “Sou, pois, de parecer que seria interessante tomar a Vila Operária Delmiro Gouveia, incluindo nesse tombamento a Central Hidroelétrica do mesmo nome que está situada no extremo daquele aglomerado populacional operário.”. A Central Hidroelétrica citada refere-se à Usina de Angiquinhos, também concebida por Delmiro Gouveia e implantada em 1913, para abastecer a Companhia Agro Fabril Mercantil e a Vila Operária, inauguradas em 1914. Vale ressaltar aqui, que atualmente no IPHAN/AL, existe um pedido de tombamento referente apenas a Usina de

⁹⁸ Informação contida nos processos T números: 1111-T-84 e 1242-T-87.

⁹⁹ O ofício em questão também vale para a Vila Operária em Fernão Velho, processo T número 1242-T-87.

Angiquinho, no qual o processo de instrução encontra-se se definição, devido à falta de pesquisas sobre o bem.

Mesmo sendo reconhecido o valor daquela formação urbana operária, como também a importância das atividades produzidas na Central Hidroelétrica, ainda se faziam necessárias informações para continuidade do estudo, como foi destacado no Ofício nº. 19/84 de 24 de Janeiro de 1984¹⁰⁰, da Coordenadora do Setor de Tombamento da DTC/SPHAN, da área central do órgão, para Diretor da então 4ª. DR/SPHAN: “Pediríamos, no entanto, que, na medida do possível, nos enviassem material complementar ilustrativo, tal como plantas, fotografias, etc. sobre essas vilas, bem como a respeito das que sejam mais representativas entre as existentes, no âmbito dessa D.R.” Foram também solicitados “(...) dados de natureza sociológica.”; expondo que não só as questões formais estariam sendo levadas em conta e sim todo contexto social em que se inseria a localidade.

Em 10 de fevereiro de 1987 foi construído relatório¹⁰¹ de visita à cidade de Delmiro Gouveia¹⁰², no qual salienta-se o fato de: “A vila e a hidroelétrica foram construídas em pleno sertão alagoano e, fins do século passado e impressionam pelo pioneirismo e arrojo da obra. ”

A opção em reunir a vila operária e a hidroelétrica no mesmo processo de tombamento destaca um ponto interessante, pois se era buscado como Patrimônio Cultural o que fosse de representativo para o país, nesse caso, tipologias de “obras modestas” estavam sendo colocadas no mesmo grau de importância para a região como a monumentalidade da implantação de uma Central Hidroelétrica, além de enaltecer as ações desenvolvimentistas de Delmiro Gouveia.

Para entender a história de criação da Vila Operária em Delmiro Gouveia/AL, é necessário conhecer um pouco da história de seu fundador e criador. Delmiro Augusto da Cruz Gouveia nasceu no dia 5 de junho de 1863, na cidade de Ipu, Ceará. Em 1868, em decorrência da morte de seu pai, a família de Delmiro se muda para a cidade de Goiana em Pernambuco e é nesse estado que ele inicia sua vida profissional, exercendo inicialmente cargos simples até chegar a condição de empresário com influências políticas em Recife. Mas, em virtude de desavenças políticas e do rapto de sua futura esposa, a menor Carmélia Eulina do Amaral¹⁰³, Delmiro foge de Recife em 1902, e é abrigado na cidade alagoana de Água Branca. No ano seguinte, Delmiro fixa residência no povoado pertencente a Água Branca chamado de Pedra. No momento da chegada de Delmiro Gouveia, em Pedra, a localidade era um pequeno povoado

¹⁰⁰ O ofício em questão também vale para a Vila Operária em Fernão Velho, processo T número 1242-T-87.

¹⁰¹ Neste documento não há menção de quem foi o autor.

¹⁰² Existem anexados no relatório em questão, fotos da visita, mas as mesmas estão como cópias em preto e branco dificultando assim a visibilidade da Vila Operária.

¹⁰³ Ela era filha de uma das desavenças políticas de Delmiro Gouveia.

que contava apenas com a Estação Ferroviária da Pedra e com seis casas edificadas próximas a estação. Assim, ele inicia sua vida na região, adquirindo terras que viriam a se tornar um dos maiores complexos industriais de Alagoas.

Em Alagoas, em 1903, Delmiro Gouveia comprou uma fazenda, que denominou Rio Branco, no município de Água Branca, perto de Pedra, um pequeno povoado às margens da Ferrovia Paulo Afonso. Na extremidade da fazenda próxima ao povoado e à ferrovia, construiu currais, açude, uma residência e prédios para abrigar um curtume. (CORREIA, 1998, p. 203)

Após se fixar e comprar fazenda no povoado de Pedra, no ano de 1912, Delmiro inicia a construção de uma fábrica de linhas e de uma vila operária, e no ano seguinte constrói uma usina hidrelétrica – Usina de Angiquinhos – para fornecer energia tanto a fábrica quanto a vila operária.

Em 1913, construiu uma usina hidrelétrica na cachoeira de Paulo Afonso, para fornecer energia à fábrica de linhas de costura que inaugurou no ano seguinte em Pedra. Com a fábrica, criou no interior da fazenda um núcleo fabril dotado de habitações, comércio, hotel, escolas e equipamentos de lazer. (CORREIA, 1998, p. 188)

Em 5 de junho de 1914, foi inaugurada a Companhia Agro Fabril Mercantil e sua Vila Operária, contando com o serviço de energia elétrica em toda vila, fosse em áreas comuns ou nas casas: “Todas as moradias eram abastecidas por energia elétrica gerada na usina construída por Delmiro na cachoeira de Paulo Afonso, a 24 quilômetros do núcleo.” (CORREIA, 1998, p. 216)

As grandes mudanças provocadas por Delmiro Gouveia seriam interrompidas com seu assassinato, aos 54 anos de idade, em 1917. Nesse ano de sua morte, Pedra já contava com cerca de quatro mil habitantes, o que demonstra as expressivas ações feitas por ele na localidade.

Após a morte de Delmiro Gouveia, seu sócio Lionelo Iona assume as atividades e em 1918 inaugura a Capela Nossa Senhora do Rosário, erigida na praça central da Vila Operária. Porém, Lionelo Iona é afastado de suas funções no ano de 1925, passando a administração para os herdeiros de Delmiro – no caso, para o seu único filho homem, Noé Augusto Gouveia. Em 1927, a Companhia Agro Fabril Mercantil é vendida para os Irmãos & Cia, que administram a fábrica somente por dois anos, vendendo-a para a Machine Cotton¹⁰⁴ que, teria destruído todo o maquinário deixado por Delmiro e os lançando no penhasco da Usina de Angiquinhos. Em

¹⁰⁴ Segundo as diversas bibliografias sobre Delmiro Gouveia, a *Machine Cotton* foi um dos maiores concorrentes de Delmiro, propondo diversas vezes a aquisição da fábrica antes de seu assassinato. Pela grande concorrência cravada e pelo interesse na fábrica, a *Machine Cotton* foi incluída na investigação do assassinato de Delmiro Gouveia, que nunca foi desvendado.

março de 1948, foi fundada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf, que ficou responsável pela administração da antiga Usina de Angiquinhos.

Em virtude do grande crescimento da região, foi criado em 1952 o município de Delmiro Gouveia, até então Vila da Pedra, onde nessa mesma lei passou da categoria de vila para cidade através da Lei nº. 1628 de 16 de junho de 1952. Até aquele momento, a antiga vila da Pedra, era território da cidade de Água Branca, sendo emancipado no ano de 1954. Seguindo da história da região, em 1986 o grupo Cataguases Leopoldina compra a Companhia. Agro Fabril Mercantil, mudando sua denominação para Multifábrica Nodertes S/A, sendo sua proprietária até o ano de 1992, em que a vende para o Grupo Carlos Lyra, que muda a denominação da firma para Fábrica da Pedra S/A – Fiação e Tecelagem, tendo essa nomenclatura até os dias atuais¹⁰⁵. O Grupo Carlos Lyra, que seguiu na administração da fábrica, encerrou as atividades da fábrica em 2017. Na bibliografia sobre Delmiro Gouveia, não há relatos sobre qual momento em que os operários passaram a ser proprietários das casas, nem em qual momento a fábrica deixou de administrar a vila.

No Ofício nº. 036/87, de 30 de março de 1987, da Coordenação de Proteção da Sphan para a 4ª DR, afirmou-se que: “(...) muito embora o conjunto de edificações, que permanece como documento daquela iniciativa pioneira, seja modesto em sua linguagem arquitetônica, parece-nos expressivo pela conjugação dos diferentes programas que atendiam às atividades daquele empreendimento. ”.

Mesmo que ainda em 1987 tais valores da Vila Operária em Delmiro Gouveia estivessem sendo apontados, no relatório¹⁰⁶ de março de 1988 do Arquiteto Mário Aloísio é afirmado que: “Sabemos da existência da solicitação de tombamento pelo SPHAN da fábrica e vila operária em Delmiro Gouveia mas a descaracterização que se observa hoje em dia naquela cidade desaconselha qualquer medida preservacionista.”, parece neste momento a descaracterização, ter sido a motivação para a negativa do tombamento.

No já citado relatório de fevereiro de 1987, existem em anexo fotos da visita, que parecem se contrapor, naquele momento, com a opinião do técnico. Ao analisar as fotos (Figuras 20 e 21), parece que o conjunto ainda conservava suas características arquitetônicas originais, não fazendo sentido a afirmativa de descaracterização, pois, entre a data das fotos e

¹⁰⁵ Todas as informações sobre a vida e feitos de Delmiro Gouveia foram encontrados em: **DELMIRO GOUVEIA: O empreendedor**. [Maceió]: Gráfica e Editora do Nordeste Ltda, out. 2001. 2ª Edição; e CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

¹⁰⁶ Relatório sobre os Monumentos tombados e atuação da Fundação Nacional Pró-Memória em Alagoas em março de 1988.

o parecer de Mário Aloísio há cerca de um ano de diferença, o que possivelmente não seria tempo suficiente para a perda de todas as características do conjunto.



Figura 20: Imagem do relatório de visita à Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.

Fonte: Processo nº 1111-T-84, IPHAN, 1987.



Figura 21: Imagem do relatório de visita à Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.

Fonte: Processo nº 1111-T-84, IPHAN, 1987.

Apesar de o documento de março de 1988 não aconselhar o tombamento, o processo não foi arquivado naquele momento, continuando sem definição e sem estudos, até o ano de 2016, quando foi iniciada a presente pesquisa. Após a retomada do processo, em 2016, foi feita uma visita ao conjunto da Vila Operária em Delmiro Gouveia, junto à supervisora da pesquisa e técnica do IPHAN/AL Thalianne Leal, durante a qual foi constatada a intensa descaracterização arquitetônica pelo qual o conjunto passou no decorrer desses mais de trintas anos após o pedido de tombamento. Como se pode notar abaixo, é difícil de identificar, em um primeiro olhar, qual casario fez parte da vila, com poucos remanescentes que resistiram ao tempo (Figuras 22 ,23, 24 e 25).



Figura 22: Remanescentes da antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.



Figura 23: Remanescentes da antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.



Figura 24: Remanescentes da antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.



Figura 25: Remanescentes da antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia – AL.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.

Além das descaracterizações arquitetônicas, que impedem de identificar quais os arruamentos que fizeram parte da Vila Operária, as alterações nos usos é um outro fator que dificulta. As ruas que eram compostas por residências tornaram-se ruas de comércios e serviços que abastecem a cidade. (Figuras 26 e 27).



Figura 26: Rua em que se localizava a antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia, hoje está totalmente modificada.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.



Figura 27: Rua em que se localizava a antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia, hoje está totalmente modificada.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.

Contudo, apesar das descaracterizações descritas, a memória do início dessa formação urbana é destacada em pequenos detalhes na paisagem urbana (Figuras 28, 29, 30 e 31):

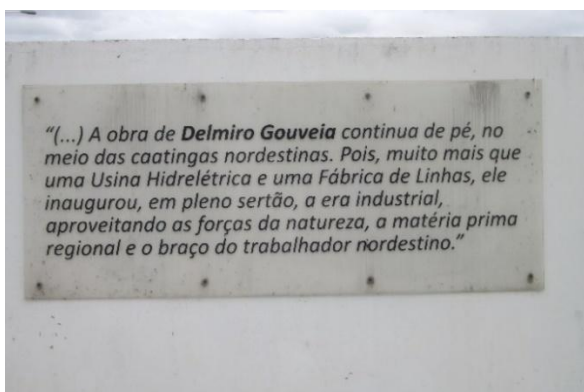


Figura 28: Placas existentes na praça situada entre as casas da antiga Vila Operária.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.

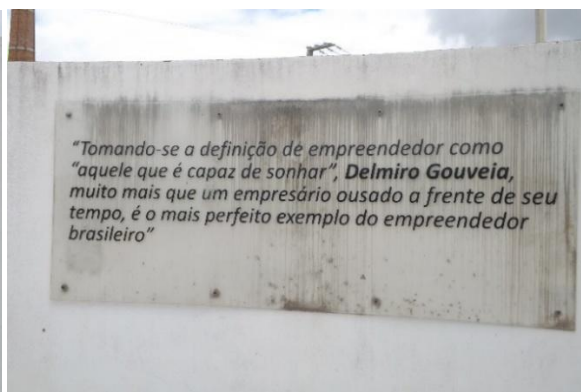


Figura 29: Placas existentes na praça situada entre as casas da antiga Vila Operária.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.

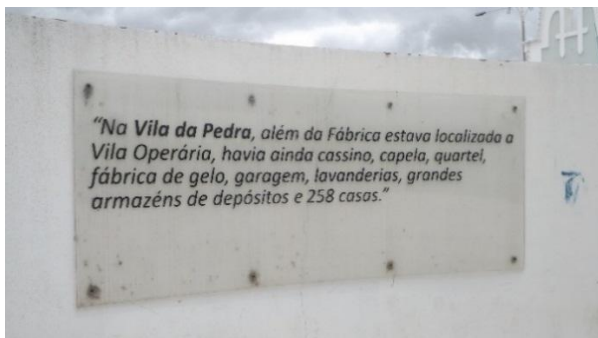


Figura 30: Placas existentes na praça situada entre as casas da antiga Vila Operária.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.

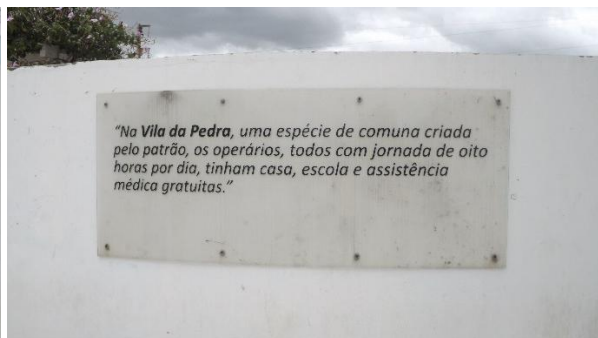


Figura 31: Placas existentes na praça situada entre as casas da antiga Vila Operária.

Fonte: IPHAN – AL, 2016.

As placas vistas acima, estão situadas na praça Nossa Senhora do Rosário, localizada no centro da antiga Vila Operária, em que ações como estas, possibilitam que a memória seja levada para as futuras gerações, mesmo que não haja medidas legais de preservação.

Apesar dos apelos memoriais existentes, em 2016, o indeferimento do processo foi indicado pela técnica Thalianne Leal em acordo com a pesquisa pesquisadora do presente trabalho em virtude das descaracterizações mencionadas sofridas pelo conjunto, através do Parecer Técnico nº. 78/2016. Porém, ao fim do parecer, a técnica indica que outras ações preservacionistas sejam realizadas em Delmiro Gouveia:

Uma reflexão sobre todo o processo aponta que, apesar das perdas físicas, ainda é muito forte a relação da sociedade com o contexto fabril/operário; os sujeitos reconhecem a história e desenvolvimento do lugar através da implantação da fábrica. **Poderia surgir então a possibilidade de preservação do Patrimônio Industrial não pelo viés do tombamento, devido às perdas dos bens como também pelo retorno de restrições tão fortemente vivenciadas pelos operários, mas sim pelo resgate e continuidade da Memória Operária.** (IPHAN, 2016, grifo nosso)

A partir do indeferimento do processo, surgiu uma inquietação sobre os sentidos do tombamento e os valores que aciona, pois além do Livro do Tombo de Belas Artes, que tende a relacionar os bens inscritos à alta arquitetura e à cultura erudita, há também os Livros do Tombo Histórico e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que mobilizaria outros valores atribuídos aos bens. Além do mais, o sentido atual do Patrimônio Cultural foi ampliado e inclui características e valores além de feições arquitetônicas e artísticas, além de fatos históricos e elementos etnográficos: inclui o cotidiano, o diverso, o modesto, as referências “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Deste modo, seria de fato a justificativa de descaracterização arquitetônica suficiente para uma negativa de tombamento? E os valores memoriais históricos contidos na Vila Operária em Delmiro Gouveia não teriam e valor cultural para justificar o tombamento?

Diante destas indagações, mesmo após o arquivamento do processo, a pesquisa foi continuada com o objetivo de identificar elementos que fossem além do que a arquitetura mostra.

Na busca por estes elementos, em 2017, foi realizada uma visita à antiga Vila Operária em Delmiro Gouveia, onde foi identificada, a partir do mapa dos primeiros arruamentos, existente no livro *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*, da arquiteta Telma de Barros Correia, as sete ruas que compõem o núcleo inicial da vila em questão. O mapa existente, na obra acima citada, é referente à conformação da vila operária em 1917, onde aparecem sete ruas, que abrigavam cerca de duzentas e cinquenta casas, localizadas no mapa atualizado da área (Figuras 32 e 33).

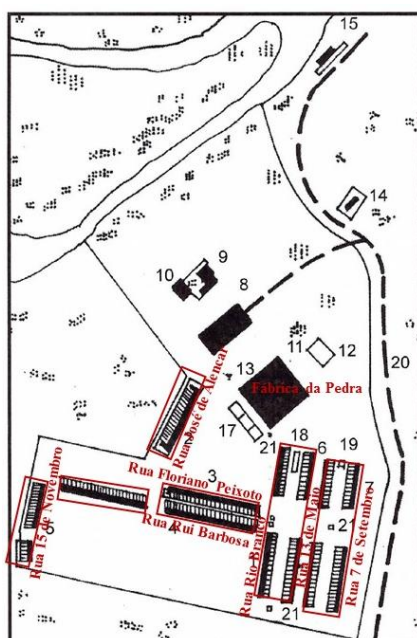


Figura 32: Núcleo inicial da vila operária.

Fonte: CORREIA, 1998 (Adaptado pela autora).



Figura 33: Imagem atual da cidade de Delmiro Gouveia.

Fonte: Google Maps, 2017 (Adaptado pela autora).

Através de uma análise comparativa das figuras 32 e 33, identificaram-se os seguintes arruamentos: Rua Rui Barbosa, Rua Floriano Peixoto, Rua Rio Branco, Rua José de Alencar, Rua 15 de Novembro, Rua 7 de Setembro e Rua 13 de Maio. Interessante destacar aqui que, segundo a revista *Delmiro Gouveia: o empreendedor*, tais nomes decorrem de uma iniciativa do próprio Delmiro Gouveia:

As sete ruas da Vila Operária foram batizadas por Delmiro Gouveia com nomes do calendário cívico e cultural: 7 de Setembro; 13 de Maio; 15 de Novembro; José de Alencar; Floriano Peixoto, Rio Branco e Rui Barbosa. A praça da Vila recebeu o nome de Joaquim Nabuco, em homenagem ao estadista do Império.

Também foi percebido o desenho ortogonal, dos primeiros arruamentos, destacando o fato de que a malha urbana original está preservada. Segundo Correia (1998, p. 215), os

primeiros arruamentos foram construídos próximos à linha férrea (linha tracejada do mapa de 1917), o que nos leva a notar que as primeiras ruas da Vila Operária foram as Ruas 7 de Setembro, 13 de Maio e Rio Branco. A autora expõe que, por questões topográficas, a Rua José de Alencar se destaca perante a ortogonalidade do conjunto, e que pelo mesmo motivo a Rua 15 de Novembro foi a última a ser construída (Figuras 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40).



Figura 34: Rua 7 de setembro.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 35: Rua 13 de maio.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 36: Rua Rio Branco.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 37: Rua José de Alencar.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

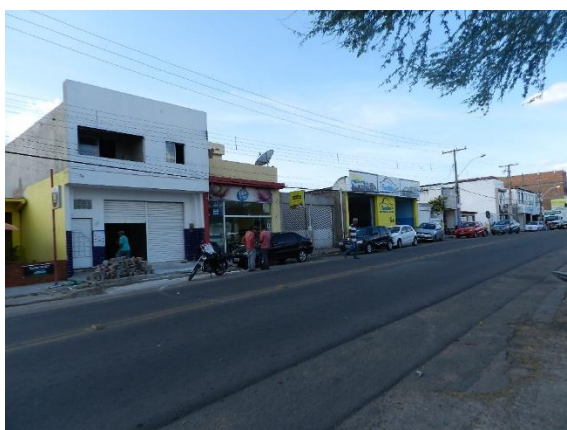


Figura 38: Rua Floriano Peixoto.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 39: Rua Rui Barbosa.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 40: Rua 15 de novembro.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Ao analisar os mapas, é perceptível que a cidade de Delmiro Gouveia se desenvolveu em volta do núcleo urbano formado pelas sete ruas acima identificadas. Apesar da quase total perda dos elementos arquitetônicos originais dos imóveis, impossibilitando, à primeira vista, a localização da antiga vila operária, ela conserva seu traçado urbano original, o que permitiu formar no município ruas largas e de trânsito movimentado, diferenciando-se de outras cidades do sertão alagoano. As ruas largas são uma das heranças deixadas pelo modelo inicial concebido por Delmiro Gouveia, conforme mostra Correia (1998, p. 207): “Os blocos de casas se espalhavam, dando lugar a ruas largas, generosas vias sanitárias e amplos quintais e vastas extensões de terras desocupadas.”

Como mencionado anteriormente, é intensa a modificação de uso na área, que a cada dia ganha novos usos comerciais, perdendo sua destinação inicial de residências. As ruas 13 de Maio, Floriano Peixoto, e 7 de Setembro (Figuras 41, 42, 43 e 44), por exemplo, são quase que em sua totalidade destinada a usos comerciais e de serviços, deixando mais nítido a modificação tipológica, perdendo o caráter de arruamento residencial.



Figura 41: Rua 13 de maio, sem data.
Fonte: Museu Delmiro Gouveia, in Correia, 1998.



Figura 42: Rua 13 de maio.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 43: Rua Floriano Peixoto, tornou-se uma das vias principais da cidade.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 44: Rua 7 de Setembro.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Realizando uma análise comparativa entre os antigos registros fotográficos e a situação atual das quadras do núcleo inicial da então vila da Pedra, é possível perceber a forma original do conjunto e entender que gradativamente as residências foram obtendo, além de novos usos, novas feições (Figuras 45, 46, 47, 48 e 49). Comparando as imagens acima, com as abaixo expostas, não se identifica com facilidade as primeiras ruas da antiga Vila Operária, essa identificação somente é possível pela legenda existente na iconografia (Figura 45). Todavia, somente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário é possível de ser reconhecida (Figura 49), pois a mesma mantém suas características originais íntegras.



Legenda: 1) Residência de Lionello Iona; 2) Rua 7 de Setembro; 3) Rua 13 de Maio; 4) detalhe das casas da vila operária; 5) cinema; 6) Rua Rio Branco; 7) Rua Rui Barbosa; 8) Rua Floriano Peixoto.

Figura 45: Vista panorâmica da Vila Operária.
Fonte: Museu Regional Delmiro Gouveia, 1929.



Figura 46: Detalhes da vista panorâmica da Vila Operária.

Fonte: Museu Regional Delmiro Gouveia, 1929.



Figura 47: Detalhes da vista panorâmica da Vila Operária.

Fonte: Museu Regional Delmiro Gouveia, 1929.



Figura 48: Detalhes da vista panorâmica da Vila Operária.

Fonte: Museu Regional Delmiro Gouveia, 1929.



Figura 49: Detalhes da vista panorâmica da Vila Operária.

Fonte: Museu Regional Delmiro Gouveia, 1929.

As casas, que em seu modelo original, possuíam como circulação comum, a área composta pelos alpendres (Figura 50), sustentados por colunas que marcavam a paisagem de toda a vila operária, proporcionando um ritmo peculiar aos arruamentos da vila de Pedra (Figura 51).



Figura 50: Planta baixa da casa dos operários da Vila Operária em Delmiro Gouveia, área dos alpendres com circulação comum entre as residências.

Fonte: CORREIA, 1998.

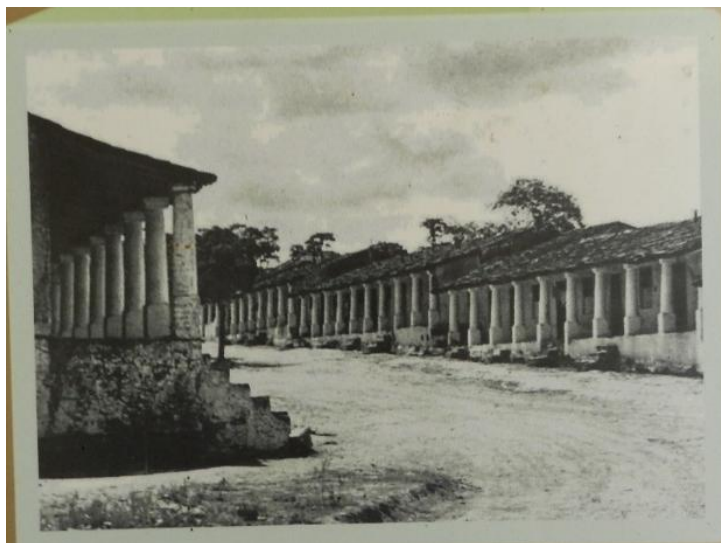


Figura 51: Rua 13 de maio.

Fonte: Museu Regional Delmiro Gouveia, 1929.

Com relação aos alpendres, Correia (1998, p. 207) salienta que este elemento remonta aos antigos modelos de senzalas muito comuns no Nordeste brasileiro (Figuras 51), como fica perceptível ao comparar as figuras 51 e 52.

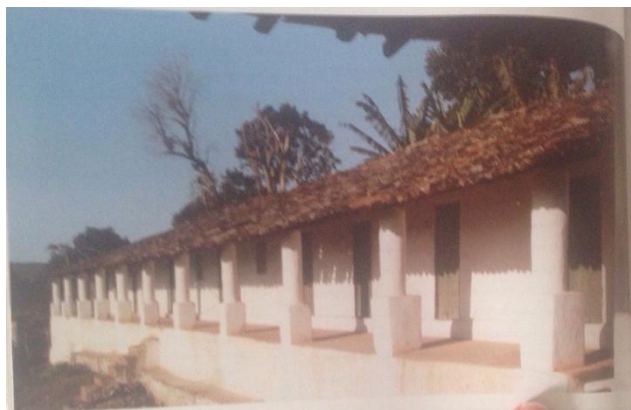


Figura 52: Antiga senzala do Engenho Coimbras.

Fonte: IPHAN, 2008.

Com o passar do tempo, são identificados acréscimos, que possivelmente tenham ocorrido de forma gradativa, e uma das primeiras intervenções percebidas foi a adição de guarda-corpos, com cobogós, entre as colunas, resultando em mais privacidade as casas. Embora essa adição não tenha comprometido, de modo imediato, o ritmo originado pelas colunas e a consequente identificação da feição original do conjunto, percebe-se que, pouco a pouco, a área de dos alpendres foram incorporados às áreas privativas das casas, tornando-se um terraço individual e não mais circulação em comum. E assim, as colunas, que tanto marcaram a paisagem da vila, foram desaparecendo (Figuras 53 e 54).

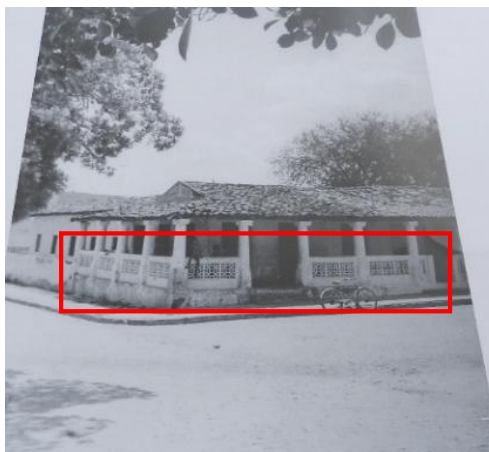


Figura 53: Casas com fechamento das colunas com cobogós, em destaque.
Fonte: SILVA, 2016.



Figura 54: Casas com fechamento das colunas com cobogós, em destaque.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Fora os acréscimos de elementos arquitetônicos, como os cobogós, é percebido na Rua Rio Branco edificações que possivelmente datam de períodos diferentes à implantação da Vila Operária no local. A primeira casa da quadra parece ter sido construída posteriormente à vila, dado seu partido arquitetônico distinto das demais casas. É especialmente interessante é que a casa em questão, como se vê nas figuras 55 e 56, mantém sua feição original, enquanto as demais que pertenciam à implantação inicial da vila foram bastante modificadas.



Figura 55: Quadras com acréscimos de lote, em destaque.
Fonte: Eduardo Bezerra, 1979, in SILVA, 2016.



Figura 56: Quadras com acréscimos de lote, em destaque.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Para além das mudanças descritas, o que se vê hoje é um alinhamento dos lotes que incorporou a área correspondente aos alpendres, havendo casos de lotes que estão inclusive avançando esse limite, rompendo com o alinhamento original, como na Rua José de Alencar (Figuras 57 e 58).



Figura 57: Rua José de Alencar, casas com avanços, em relação ao limite do lote.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 58: Rua José de Alencar, casas com avanços, em relação ao limite do lote.

Fonte: Acervo da autora, 2017.

Além, da modificação do alinhamento, também há alteração quanto à horizontalidade das quadras, existindo edificações com acréscimos de pavimentos em diversas ruas do núcleo inicial, conforme os exemplares existentes na Rua Rio Branco (Figuras 59 e 60).



Figura 59: Rua Rio Branco, casas com acréscimos de pavimento.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 60: Rua Rio Branco, casas com acréscimos de pavimento.

Fonte: Acervo da autora, 2017.

Em meio a tantas descaracterizações, são porém identificados alguns resquícios da feição original das casas que ali existiram, como o caso do bar situado na esquina da Rua 13 de Maio (Figuras 61 e 62), da residência de esquina da Rua Rio Branco (imagens 63 e 64) e dois imóveis da Rua José de Alencar (Figuras 65 e 66).



Figura 61: Rua 13 de Maio, remanescentes identificados.
Fonte: SILVA, 2016.



Figura 62: Rua 13 de Maio, remanescentes identificados.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 63: Rua Rio Branco, remanescentes identificados.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 64: Rua Rio Branco, remanescentes identificados.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 65: Rua José de Alencar, remanescentes identificados.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 66: Rua José de Alencar, remanescentes identificados.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

As edificações acima expostas são dos poucos remanescentes encontrados. Mesmo em um processo de descaracterização, é notada a presença das colunas que formavam os alpendres à frente das casas, assim como o triângulo de ventilação da coberta, que se mantém no formato original (no caso do remanescente da Rua José de Alencar).

Foram encontradas ocorrências de demolições e imóveis em processo de descaracterização, no quais foi possível perceber elementos da casa original, como marcações de antigas cumeeiras (Figura 67), vestígios das áreas formadas originalmente pelos alpendres (Figuras 68 e 69) e a proeminência das colunas originais que sustentavam a coberta dos alpendres. (Figuras 70 e 71)



Figura 67: Rua Rio Branco, lote demolido, ainda com a marcação da cumeeira.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 68: Rua Rui Barbosa, imóveis em processo de demolição, antiga área dos alpendres.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 69: Rua Rui Barbosa, imóveis em processo de demolição, antiga área dos alpendres.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 70: Rua Rui Barbosa, imóveis em processo de demolição, com as colunas em evidência.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 71: Rua Rui Barbosa, imóveis em processo de demolição, com as colunas em evidência.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Além dos elementos identificados, o mapa do arruamento original utilizado, encontrado em Correia (1998), possibilitou a identificação de antigos usos: tendo por base o mapa de 1917, é localizado o antigo cinema da Pedra, que hoje abriga a Rádios Delmiro AM e FM (Figuras 72 e 73).

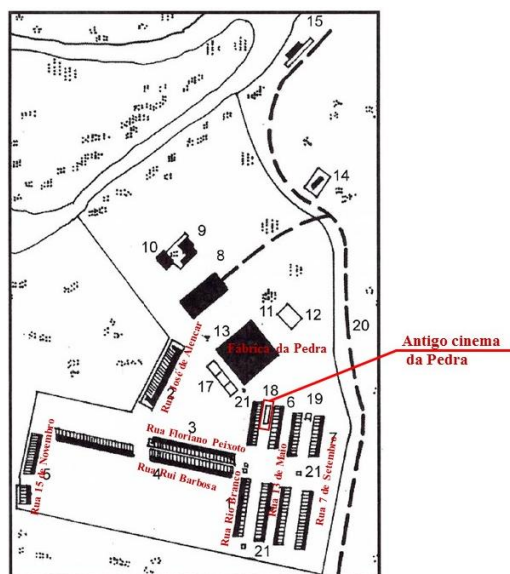


Figura 72: Localização do cinema em 1917.
Fonte: CORREIA, 1998 (Adaptado pela autora).



Figura 73: Localização atual do antigo cinema.
Fonte: Google Maps, 2017 (Adaptado pela autora).

Como pode ser visto nas imagens abaixo (Figuras 74 e 75), a edificação perdeu totalmente sua feição original, ganhando elementos como platibanda e esquadria de vidro e - a mais marcante de todas as mudanças - perdendo os alpendres, mudança que marcou a paisagem de todas as ruas da Vila de Delmiro Gouveia. Essa rua em que estava situado o antigo cinema não tem nome indicado no mapa de 1917, e não há no local placas com o atual nome dela, mas

no Google Maps aparece como Travessa Padre Anchieta. Pelos mapas é possível notar que essa rua não existia, pois ela era formada pela fachada principal da fábrica, pelo cinema e pelos lotes de esquina das ruas: 7 de Setembro, 13 de Maio e Rio Branco.



Figura 74: Antigo cinema da Pedra.
Fonte: Museu Delmiro Gouveia, sem data.



Figura 75: Atual feição do antigo cinema.
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Em conversa com uma moradora da cidade¹⁰⁷, a mesma contou que muitos dos que ali moram são “filhos da terra” (termo utilizado por ela para descrever os moradores das casas da antiga vila operária), e relatou que ela, sua mãe e irmão foram operários da fábrica e que moravam na Rua 13 de Maio. A casa em que a família morava foi comprada pelo seu irmão aos então donos da fábrica, sem precisar a data da compra, e o imóvel foi vendido por seu irmão após a morte da mãe de ambos.

Além disso, a mesma moradora contou que a casa da esquina da Rua Rio Branco pertencia ao proprietário do cinema e que até hoje pertence aos familiares dele (Figura 76). Possivelmente de fato essa seria a localização do proprietário do cinema, pois, além do fato de estar quase ao lado do antigo cinema (Figura 77); trata-se de uma casa situada em lote de esquina ocupando uma área maior, destacando-se dentre as demais casas. Esses lotes privilegiados eram destinados a funcionários de maior instrução¹⁰⁸.

¹⁰⁷ A conversa procedeu de maneira informal, pois a mesma me abordou em campo, e eu ao comentar sobre a pesquisa, ela relatou as informações expostas.

¹⁰⁸ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra:** Plano e cotidiano operário no sertão. Campinas, SP: Papirus, 1998.



Figura 76: Em destaque a casa do proprietário do cinema.

Fonte: Acervo da autora, 2017.

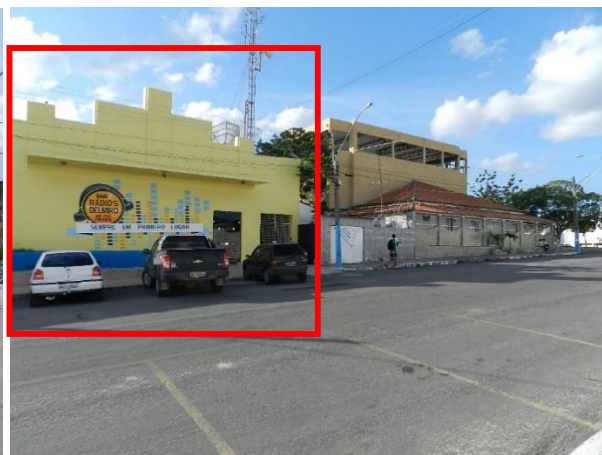


Figura 77: Em destaque, antigo cinema da Pedra, em relação a casa do proprietário.

Fonte: Acervo da autora, 2017.

Mais um remanescente identificado foi a Praça Nossa Senhora do Rosário situada no ponto central entre os arruamentos destacados anteriormente e a fábrica. Nessa praça, está implantada a Capela de Nossa Senhora do Rosário, que foi construída após a morte de Delmiro Gouveia: “Em Pedra, ao contrário, enquanto Delmiro foi vivo, a Igreja esteve ausente: não havia templo nem há referência a eventos religiosos no local.” (CORREIA, 1998, p. 226). De acordo com dados obtidos no Museu Regional Delmiro Gouveia, a Capela foi construída por Lionello Iona em 1918 (Figuras 78, 79, 80 e 81).



Figura 78: Capela Nossa Senhora do Rosário em 1922.
Fonte: Museu Regional Delmiro Gouveia, 1922.



Figura 79: Capela Nossa Senhora do Rosário em 2017.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 80: Vista lateral da Praça e Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 81: Vista posterior da Praça e Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: Acervo da autora, 2017.

Ainda em relação à Praça Nossa Senhora do Rosário, vale chamar atenção para os quadros com frases que remetem a vila operária que ali existiu e ao operariado que viveu e vive até os dias de hoje na atual cidade de Delmiro Gouveia. (Figuras 82 e 83). No qual, as frases salientam os feitos de Delmiro Gouveia, garantindo a preservação da memória da figura do empreendedor:

“(...) A obra de **Delmiro Gouveia** continua de pé, no meio das caatingas nordestinas. Pois, muito mais que uma Usina Hidrelétrica e uma Fábrica de Linhas, ele inaugurou, em pleno sertão, a era industrial, aproveitando as forças da natureza, a matéria prima regional e o braço do trabalhador nordestino.” (Grifo do autor)

“Na **Vila da Pedra**, uma espécie de comuna criada pelo patrão, os operários, todos com jornada de oito horas por dia, tinham casa, escola e assistência médica gratuitas.” (Grifo do autor)

“Na **Vila da Pedra**, além da Fábrica estava localizada a Vila Operária, havia ainda cassino, capela, quartel, fábrica de gelo, garagem, lavanderias, grandes armazéns de depósitos e 258 casas.” (Grifo do autor)

“Tomando-se a definição de empreendedor como “aquele que é capaz de sonhar”, **Delmiro Gouveia**, muito mais que um empresário ousado a frente de seu tempo, é o mais perfeito exemplo de empreendedor brasileiro.” (Grifo do autor)



Figura 82: Praça e Capela com as placas em seu entorno.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 83: Praça e Capela com as placas em seu entorno.

Fonte: Acervo da autora, 2017.

Além dos vestígios da Vila Operária detectados acima, também foi localizada a antiga Estação Ferroviária da Pedra, que sedia o Museu Regional Delmiro Gouveia¹⁰⁹ desde o ano de 1989 até os dias atuais, sendo possível perceber a intenção de manter viva a história de Delmiro Gouveia (Figuras 84, 85, 86 e 87).

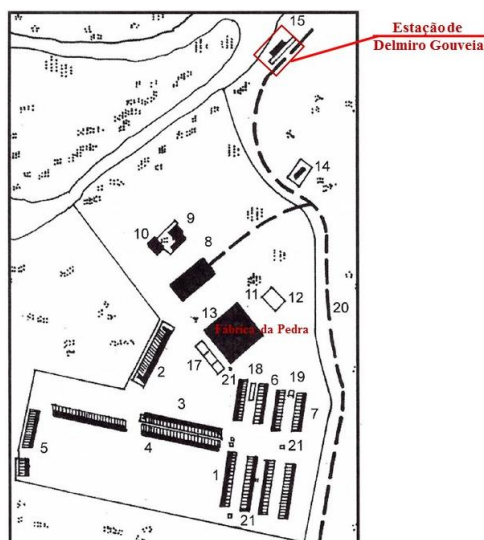


Figura 84: Localização da Estação da Pedra em 1917.

Fonte: CORREIA, 1998 (Adaptado pela autora).



Figura 85: Localização da antiga Estação da Pedra em 2017.

Fonte: Google Maps, 2017 (Adaptado pela autora).



Figura 86: Antiga Estação Ferroviária de Delmiro Gouveia, atual Museu Regional Delmiro Gouveia.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 87: Antiga Estação Ferroviária de Delmiro Gouveia, atual Museu Regional Delmiro Gouveia.

Fonte: Acervo da autora, 2017.

¹⁰⁹ Apesar de seu acervo ser direcionado à memória e história de Delmiro Gouveia e seus feitos (fábrica, vila operária e hidrelétrica), não foi possível ter acesso ao acervo fotográfico, pois, segundo o guia do museu, o acervo foi perdido após empréstimos, ficando limitada apenas aos informativos existentes no local, disponíveis em painéis e na bibliografia existente no local, que foi possível registrar através de fotos.

Além disto a edificação, preserva o acervo ferroviário da antiga estação, contendo bens móveis da antiga RFFSA, como locomotiva e mobiliário, garantindo assim a continuidade da memória ferroviária do país, além de ser um dos poucos exemplares de Estações Ferroviárias do estado, que encontra-se em uso e em um bom estado de conservação. (Figuras 88, 89, 90 e 91).



Figura 88: Locomotiva exposta no Museu Regional Delmiro Gouveia.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 89: Locomotiva exposta no Museu Regional Delmiro Gouveia.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 90: Relógio da antiga RFFSA exposta no Museu Regional Delmiro Gouveia.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 91: Placa da antiga RFFSA exposta no Museu Regional Delmiro Gouveia.

Fonte: Acervo da autora, 2017.

Identificou-se ainda a antiga casa de Delmiro Gouveia, sendo este o local de sua morte. Atualmente é a Praça Delmiro Gouveia e há um monumento marcando a localização de seu assassinato (Figuras 92, 93, 94 e 95).

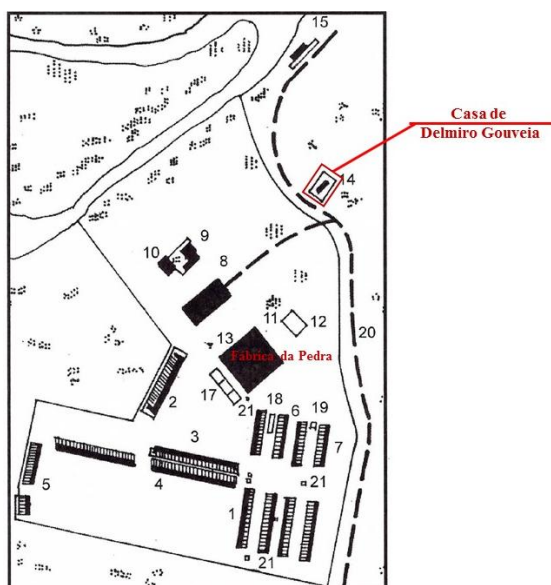


Figura 92: Localização da casa de Delmiro Gouveia em 1917.

Fonte: CORREIA, 1998 (Adaptado pela autora).



Figura 93: Localização da atual Praça Delmiro Gouveia em 2017.

Fonte: Google Maps, 2017 (Adaptado pela autora).



Figura 94: Monumento situado na Praça Delmiro Gouveia, reforçando local de sua morte.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 95: Detalhe da frase existente no monumento.

Fonte: Acervo da autora, 2017.

No monumento existente na Praça Delmiro Gouveia, seus feitos são enaltecidos, assim como a sua morte: “Aqui o evangelizador dos sertões e fundador da Pedra Delmiro Gouveia tombou mortalmente ferido pela bala homicida de sicários assalariados no dia 10 de outubro de 1917”.

Atualmente a praça está em obra e será transformada em um memorial a Delmiro Gouveia. De acordo com a descrição da placa de obra existente no local e de acordo com

reportagem de 2017¹¹⁰, o memorial faz parte da comemoração dos 200 anos de Alagoas: “No ano em que são comemorados os 200 anos de emancipação política do Estado, e também o centenário de morte do pioneirismo de Delmiro Gouveia, o Governo de Alagoas fará o memorial em homenagem ao desbravador do Sertão”. Nos dados de descrição da obra contidos na placa, a obra foi iniciada no dia 04 de maio de 2017, com previsão de término no dia 04 de novembro de 2017, mas pelo andamento da obra é percebido que esse prazo não será cumprido¹¹¹ (Figuras 96 e 97).



Figura 96: Praça Delmiro Gouveia.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 97: Placa da obra, com previsão de entrega para novembro de 2017
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Com base nas análises elaboradas, na região da antiga Vila Operária, é percebida a existência de remanescentes que contribuem para a manutenção da memória, não apenas da figura de Delmiro Gouveia, mas também da Vila Operária. Pois, apesar de as casas estarem comprometidas em suas feições arquitetônicas originais, através da pesquisa realizada podem ser percebidos elementos que remetem a antiga vila operária, como o Museu Regional Delmiro Gouveia, as placas na praça Nossa Senhora do Rosário e a nomenclatura das ruas.

Bem como a identificação da manutenção da malha urbana inicial, proposta por Delmiro, com linhas ortogonais bem como os nomes das ruas que foi mantido, mesmo após cerca de cem anos da morte de seu criador. Além disto, a localização de antigos equipamentos que serviam ao núcleo industrial, como o cinema, a Estação Ferroviária e a Igreja, rememoram o que um dia ali existiu. Fora esses equipamentos, foi notado o reforço à memória do que foi e o que fez Delmiro Gouveia, através de marcos celebram seus feitos, apresentando-os como significativos para a região e para a cidade.

¹¹⁰ Reportagem publicada no dia 09 de outubro de 2017 em:

<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/20363-historiador-frederico-pernambucano-de-mello-resgata-historia-de-delmiro-gouveia>

¹¹¹ Até fevereiro de 2018 a obra continuava sem conclusão.

Diante desses elementos que contribuem para uma narrativa da memória da cidade em torno da figura de Delmiro Gouveia – notadamente os elementos industriais e hidrelétrico –, questiona-se o porquê dos elementos associados a tal narrativa não terem sido reconhecidos como patrimônio. Seria interessante, por exemplo, reunir o processo da Vila Operária em Delmiro Gouveia com o da Usina de Angiquinho, sendo eles anexados ao mesmo processo, por comporem uma mesma narrativa industrial e biográfica e por representarem até hoje o progresso e o desenvolvimento do sertão alagoano.

3.3.2 Vila Operária de Fernão Velho, Maceió – Alagoas

Foi no momento inicial do desmonte, da Vila Operária em Fernão Velho, que o deputado estadual Albérico Cordeiro solicita seu tombamento, no ano de 1983. Seu desenvolvimento processual é bastante semelhante ao da Vila Operária em Delmiro Gouveia, pois os pedidos de tombamento de Fernão Velho e Delmiro Gouveia, foram feitos no mesmo documento pelo mesmo solicitante, o deputado estadual Albérico Cordeiro, com base na mesma motivação.

No Ofício nº. 87.83.F.¹¹² de 07 de julho de 1983, do Representante da 4ª. RR/FNPM/SEC, Ayrton de Almeida Carvalho, para o Secretário de Cultura Marcos Vinícios Vilaça, relata-se que o técnico José Ferrão Castelo Branco estivera em Fernão Velho naquele ano e informara que:

Quanto à Vila situada em Fernão Velho, verifica-se que as casas foram construídas em 1948, após a demolição de casas de taipa existentes no local. Sob o aspecto social, talvez a Vila merecesse o tombamento em nível Estadual, mesmo porque constitui um conjunto equilibrado de agradável aspecto. (IPHAN, 1983).

Com relação “relevância do conjunto para as histórias nacional ou estadual a Vila Operária em Fernão Velho, teria relevância em ambos os níveis, pois, cabe reforçar aqui, que ela foi a primeira fábrica têxtil do estado de Alagoas, sendo implantada em 1857. Também está entre as nove primeiras fábricas têxteis do Brasil¹¹³, o que inseriria a Vila Operária em Fernão Velho em narrativas históricas nacionais. Os aspectos arquitetônicos, por sua vez, que constituem o “conjunto equilibrado de agradável aspecto” mencionado assim e que pode ser visto nas fotografias anexadas ao relatório da visita, parecem aportar ainda mais importância ao sítio (Figuras 98 e 99).

¹¹² O ofício em questão também vale para a Vila Operária em Delmiro Gouveia, processo T número 1111-T-84.

¹¹³ Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, em *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil - 1889/1930*, traz a seguinte afirmativa: “Para se ter uma idéia, **até 1866, encontravam-se em todo país apenas nove fábricas têxteis**, com 13977 fusos produzindo quatro milhões de metros de tecidos. O setor têxtil, o mais importante da nascente indústria brasileira, é bem representativo do crescimento industrial do país.” (DECCA, 1991, p. 21, grifo nosso).



Figura 98: Imagens da Vila Operária de Fernão Velho existentes no processo.
Fonte: Processo nº. 1242-T-87, IPHAN, 1983.



Figura 99: Imagens da Vila Operária de Fernão Velho existentes no processo.
Fonte: Processo nº. 1242-T-87, IPHAN, 1983.

Assim como na Vila em Delmiro Gouveia, foram solicitadas para Fernão Velho, no Ofício nº. 19/84¹¹⁴, de 24 de janeiro de 1984, da Coordenadora do Setor de Tombamento da DTC/SPHAN, Dora Alcântara, para o Diretor da 4ª DR/SPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho, mais informações sobre o conjunto a ser protegido; da mesma forma, percebe-se que não houve retorno. Subsequente ao ofício citado acima, há mais uma solicitação de pedido de informações, feito por Dora Alcântara, para a 4ª DR/SPHAN, através do Ofício nº. 036/87 de 30 de março de 1987, além disto a coordenadora afirma que as pesquisas de tombamento foram divididas em áreas de estudos, e que o processo da Vila Operária em Fernão Velho fora incluído no grupo de “bens cuja preservação não seja tradicional na prática institucional ou cuja experiência revele-se insuficiente”. Apesar de interessante para esta pesquisa, na medida em que destaca exatamente a pouca familiaridade institucional com o tema e a necessidade de estudos mais aprofundados, este documento parece determinar uma pausa no processo: após esse Ofício, não há a inserção de nenhum documento relevante.

O processo continuou sem definição e estagnado por cerca de 30 anos, gerando dúvidas sobre a aceitação da temática na época do pedido de tombamento, e foi retomado em 2016 a partir das pesquisas elaboradas no presente trabalho. Nesse momento, porém, e após tantos anos sem haver qualquer estudo na área, foi questionada a viabilidade do tombamento do conjunto, pois, no tempo decorrido entre a abertura do processo e a volta da instrução do processo, ocorreram descaracterizações na Vila Operária, colocando o seu conjunto tão bem elogiado em perigo.

¹¹⁴ O Ofício em questão também vale para a Vila Operária em Delmiro Gouveia, processo T número 1111-T-84.

A Vila Operária em Fernão Velho, na época em foi iniciada a instrução do processo, no início da década de 1980, constituía um conjunto homogêneo, de uso residencial definido, com casas geminadas, simples e térreas, marcando a horizontalidade e ritmo do conjunto. Mesmo havendo descaracterizações no conjunto, com a perda de semelhança das fachadas, hoje ainda é possível reconhecer a implantação da malha urbana da Vila Operária, e também podem ser identificados edificações, praças e equipamentos que tiveram importantes funções dentro de Fernão Velho.

De acordo com a historiografia local, foi no pequeno povoado da então província alagoana, Fernão Velho, que José Antônio de Mendonça – o Barão de Jaraguá – escolheu para instalar uma fábrica têxtil no ano de 1857, sendo ela a primeira do estado, denominada de Companhia União Mercantil. Todavia, em virtude de dificuldade econômicas, a fábrica teria iniciado suas atividades somente em 1864, sendo este o local do ponto inicial de formação da Vila Operária que serviria para a Companhia União Mercantil, Segundo Blay (1985, p. 31), “[...]em 1866 a Fábrica de Fernão Velho, em Alagoas, além dos dormitórios, constrói pequena enfermaria e um refeitório [...]”, sendo construída de maneira gradativa, diante das necessidades de cada gestão do complexo fabril.

No ano de 1891, a Companhia União Mercantil é adquirida por José Teixeira Machado¹¹⁵, sendo uma administração que iria ampliar a pequena fábrica de oitenta teares para mil teares. Foi exatamente nesta gestão e no processo de tal ampliação que se desenvolveu a Vila Operária, multiplicando-se o número de casas e construindo-se equipamentos como cinema e igreja.

A administração da família Machado durou 47 anos: em 1938 o complexo industrial é vendido a uma família tradicional alagoana – família Leão – que passa apenas cinco anos à frente da Companhia União Mercantil. Apesar do pouco tempo, foi nesse período que se modificou o Estatuto da Fábrica e modernizou-se o maquinário, reformou-se o ambulatório e construiu-se uma creche.

Mas a gestão que viria marcar Fernão Velho, foi a de Othon Bezerra de Melo¹¹⁶, que compra Fábrica e Vila Operária, em 1943, e altera seu nome para Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem S/A, sendo esta nomenclatura encontrada até hoje em suas fachadas (Figuras 100 e 101).

¹¹⁵ De acordo com Cipriano apud Farias (2014, p. 47), José Teixeira Machado morreu no ano de 1911, assumindo a administração seu filho Dr. Antônio de Mello Machado.

¹¹⁶ Em Farias (2017, p. 80), conta que Othon Bezerra de Melo faleceu no ano de 1949, sendo administração do complexo industrial assumido por seus herdeiros.



Figura 100: Fachada da fábrica, com sua última denominação: “Fábrica Carmen”.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 101: Fachada da fábrica, com sua última denominação: “Fábrica Carmen”.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Foi nessa gestão que ocorreu o que Farias (2017, p. 97) denominou de “apogeu fabril”, quando a fábrica chegou a empregar cerca de cinco mil operários, entre fins da década de 1940 até o início dos anos de 1960. A literatura aponta esta gestão como a que teria deixado marcas mais fortes sobre os atuais moradores de Fernão Velho: “As marcas mais presentes na memória atual reportam-se com evidência a esse momento histórico.” (FARIAS, 2017, p. 97).

Bezerra de Melo promoveu poucas mudanças na estrutura urbana da Vila Operária, aproveitando a forma concebida pela família Machado. Quando adquirida a fábrica, sua Vila Operária já contava com igreja, cinema, casa para proprietário, praça e escola. O novo proprietário ampliou os equipamentos de lazer – construindo o Recreio Operário – ampliou e alterou a fachada da fábrica, reformou a casa utilizada por ele e construiu mais um arruamento de casas – a Rua da Lapinha –, além da construção de mais uma praça, nomeada e sua homenagem¹¹⁷.

Os dados históricos, acima apresentados, foram coletados do livro *Nossa casa é do patrão*, no qual o seu autor Ivo dos Santos Farias, possui relação direta com Fernão Velho, pois ele é filho do ex-operário Fábio Assis de Farias. Ivo foi autor do livro *Nossa casa é do patrão*, resultado de sua dissertação de mestrado, e trabalhou com a memória de Fernão Velho em sua tese defendida no ano de 2017. Tanto Ivo Farias quanto Fábio Farias foram referências utilizadas nesta pesquisa, por se tratar de uma fonte que viveu a memória relatada.

¹¹⁷ As informações expostas sobre a história da Fábrica e desenvolvimento da Vila Operaria foram encontradas em: FARIAS, Ivo dos Santos. **Nossa casa é do patrão:** dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho – Maceió/AL. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014. 159 p.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Os fios tecidos da memória:** a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió – AL): do início dos anos 1950 a 1962. 2017. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências - Ffc, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília, 2017.

Conforme relatou o ex-operário Fábio Assis de Farias¹¹⁸, que em fins da década de 1970 e no decorrer da década de 1980 a Fábrica Carmen começou a se desfazer de seus imóveis – como as casas dos operários – sendo este momento inicial do desmonte da Vila Operária. Fábio rememora que a prática de venda das casas viria a se intensificar na década de 1990, quando ocorreu diversos momentos de encerramento de atividades da Fábrica Carmen, até sua paralização definitiva no ano de 2010. Deste modo, em outubro de 1996, houve o primeiro fechamento da fábrica, que entra em negociação com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, que tinha Fábio Farias como presidente, para que, na venda das casas, os operários tivessem preferência na compra. Mas em diversos casos, os operários adquiriram as residências como forma de pagamento de multa rescisória de dívida trabalhista.

O ex-operário comenta que, quase um ano depois, em agosto de 1997, a fábrica retoma suas atividades, com um grupo formado por três sócios, porém tendo o Grupo Othon Bezerra de Melo ainda como um dos acionistas. Quando da volta das atividades, a Vila Operária não era mais controlada pela fábrica, pois muitos imóveis já haviam sido vendidos, mas ainda continuava sendo considerada como propriedade privada para a Prefeitura Municipal de Maceió. Farias (2017, p. 49) expõe, porém, que no ano de 1998, com a Lei Municipal 4.687/98, Fernão Velho foi transformado em bairro de Maceió, deixando em definitivo de ser um distrito fabril de propriedade particular.

A fábrica, porém, manteve seu funcionamento até janeiro de 2010. Durante esses anos, desde a retomada das atividades no final dos anos 1990, Fábio Farias narra que houve tentativa de constituir uma cooperativa para manter a fábrica em funcionamento, mas que, por falta de apoio, isso não foi viabilizado. Até hoje, o grupo empresarial à frente da antiga fábrica é formado por herdeiros de Othon Bezerra, com questões trabalhistas que se arrastam, com lutas por indenizações e, em alguns casos, pela propriedade das casas. De acordo com o ex-operário, a fábrica só teria passado um recibo de compra e venda, não fornecendo documentação para legalizar a situação da propriedade através das escrituras dos imóveis.

Fábio Farias conta ainda que boa parte dos bens da fábrica foram vendidos para a Prefeitura de Maceió ou para os ex-operários aposentados. Apesar disto, um serviço essencial

¹¹⁸ Fábio Assis de Farias trabalhou na Fábrica Carmen entre os anos de 1972 até 2010, quando a fábrica fechou definitivamente, e atualmente é aposentado pela fábrica. Foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, entre 1990 e 2009, e esteve à frente das negociações entre fábrica e operários, nos momentos em que a fábrica paralisou e depois encerrou suas atividades. Por tal envolvimento, ocorreu uma conversa com ele, em sua casa – situada em Fernão Velho – em fevereiro de 2018, no qual foi esclarecido como se deu o processo de desmonte tanto da Fábrica quanto da Vila Operária.

ainda depende dos atuais proprietários da antiga fábrica: o fornecimento de água para Fernão Velho, pois os açudes que abastecem o bairro estão situados dentro da propriedade da fábrica.

Atualmente, a maioria da comunidade que reside em Fernão Velho é composta por o que Ivo Farias, em sua tese, denominou de “herdeiros fabris” - ex-operários aposentados, bem como seus descendentes que nasceram e se criaram na Vila Operária.

Na imagem abaixo, que compreende o mapa atual de Fernão Velho, puderam ser localizados: Fábrica (1), Praça Othon Bezerra de Melo (2), Sede Othon (3), Estação Ferroviária de Fernão Velho (4), Praça Recreio (5), Recreio Operário (6), Casa do antigo proprietário, mais conhecido entre os populares como Casarão ou Casa-Grande¹¹⁹ (7), Praça São José (8), Praça Eduardo Santos (9) e Igreja de São José (10) (Figura 102).



Figura 102: Mapa de Fernão Velho, arruamentos, edificações importantes e praças da Vila Operária em destaque;
Fonte: Google Maps, 2017. Adaptado pela autora, 2018.

¹¹⁹ FARIAS, Ivo dos Santos. **Os fios tecidos da memória:** a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió-AL): do início dos anos 1950 a 1962. 2017. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências - Ffc, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília, 2017.

A Fábrica Carmen (1), com sua forma imponente, é um elemento de grande destaque na paisagem da antiga Vila Operária. A Fábrica foi implantada entre duas ruas de maior relevância para a movimentação na localidade, pois a fachada da Rua Dr. Manoel, tem vista para a Praça de São José, a principal e mais antiga de Fernão Velho (Figuras 103, 104, 105 e 106).



Figura 103: Rua Dr. Manoel Machado em 1983.
Fonte: Processo nº 1242-T-87, IPHAN, 1983.



Figura 104: Rua Dr. Manoel Machado em 2018.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 105: Vista da fachada voltada para a Rua Dr. Manoel Machado.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 106: Vista da Fábrica a partir da Praça São José.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

A fachada voltada para a Avenida Dr. Alberto, em sua lateral, tem vista para o trilho do trem, bem como para um grande conjunto de casas dos operários, o que sugere que essa localização possivelmente possibilitava maior controle do industrial sobre os seus trabalhadores (Figuras 107 e 108).



Figura 107: Vista da Fábrica a partir da fachada voltada para a Avenida Dr. Alberto.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 108: Vista da Fábrica a partir da fachada voltada para a Avenida Dr. Alberto.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Foram identificados nesse trecho da fachada elementos arquitetônicos presentes desde a década de 1920, a partir da disposição das aberturas e dos arcos plenos que emolduravam os vãos, além do detalhe da platibanda vista em imagens de datas diversas (Figuras 109 e 110).

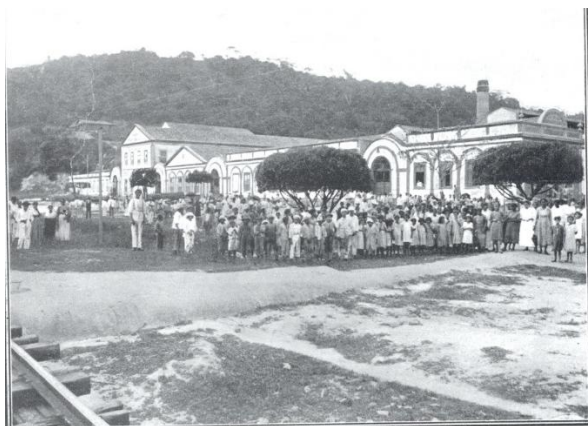


Figura 109: Fachadas da fábrica em diferentes momentos, semelhança ainda percebida.

Fonte: Marroquim, 1922.



Figura 110: Fachadas da fábrica em diferentes momentos, semelhança ainda percebida.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

De acordo com Farias (2017, p. 94), havia uma inscrição na platibanda em destaque nas imagens abaixo com ano de 1914, que foi retirada em 2014 pelos atuais proprietários da antiga fábrica, possivelmente uma ação de tentativa de apagar os elementos memoriais existentes na edificação (Figuras 111 e 112).



Figura 111: Destaque da platibanda em que existia a inscrição do ano “1914”.

Fonte: Documentário Memória de Fernão Velho, 1986.



Figura 112: Destaque da platibanda em que existia a inscrição do ano “1914”.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Em outras platibandas existentes na fachada da fábrica, porém, ainda podem ser encontradas inscrições de datas, como se vê abaixo (Figura 113).



Figura 113: Platibanda ainda existente com a inscrição do ano “1914”.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

A antiga sede da Fábrica Carmen encontra-se atualmente em gradual processo de arruinamento: pois boa parte de sua estrutura está sem coberta (Figura 114), com partes da platibanda destruídas (Figura 115) e com grande quantidade de vegetação em volta (Figura 116 e 117). Isto demonstra a falta de manutenção dessas edificações, denotando possivelmente pouco interesse dos herdeiros de Othon Bezerra na preservação da história da fábrica.



Figura 114: Trechos da edificação da fábrica sem coberta.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 115: Trechos da fachada com platibanda destruída.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 116: Área da antiga fábrica, com aspectos de abandono em meio a lixo e folhas secas.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

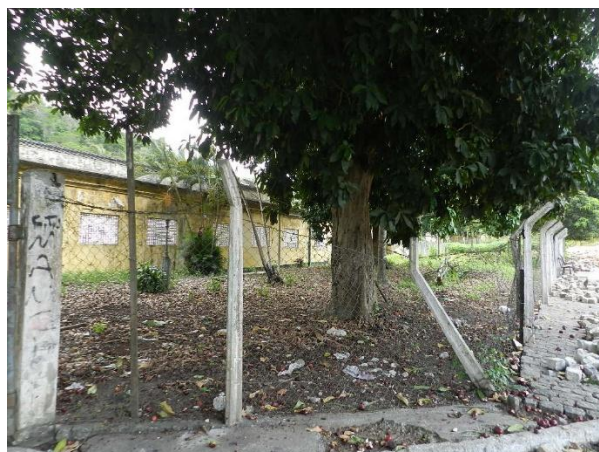


Figura 117: Área da antiga fábrica, com aspectos de abandono em meio a lixo e folhas secas.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Ainda em frente à fachada da Avenida Dr. Alberto, foi construída, na gestão de Othon Bezerra, uma praça nomeada em sua homenagem, a Praça Othon Bezerra de Melo (2), que fez parte do agenciamento da fábrica: antes de existir a cerca de arame (Figura 117), que isola a fábrica, ela era totalmente integrada ao casario dos operários (Figura 118).



Figura 118: Imagem aérea de Fernão Velho, em destaque a Praça Othon Bezerra de Melo.
Fonte: Acervo da Fábio Farias, 1999.

Próximo à Praça Othon Bezerra de Melo, foi construída a Sede Othon (3) que conforme Farias (2017, p.211), foi um dos equipamentos de lazer construído pela gestão de Othon Bezerra. Datando aproximadamente do início dos anos de 1950, a Sede conta com um salão de festa e uma quadra esportiva. O equipamento de lazer era destinado aos funcionários mais graduados e seus bailes eram frequentados pelos funcionários de cargo de chefia. Atualmente, a Sede Othon é de propriedade da Prefeitura de Maceió, que é utilizada como quadra esportiva (Figura 119).



Figura 119: Antiga Sede Othon.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Em frente à Sede Othon, existe desde 1884 a Estação Ferroviária de Fernão Velho (4), que se encontra em atividade até hoje, sendo o VLT um dos principais meios de transportes utilizados pelos moradores de Fernão Velho (Figuras 120, 121 e 122).



Figura 120: Estação Ferroviária de Fernão Velho, 2018.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 121: Estação Ferroviária de Fernão Velho, 2018.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 122: VLT em funcionamento.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Outros equipamentos de lazer podem ser identificados no espaço da antiga Vila Operária: trata-se da Praça do Recreio (5) e do Recreio Operário (6), que eram destinados ao lazer dos operários. De acordo com Farias (2017, p. 210), lá havia eventos como entrega de prêmios para “operários-padrão” (Figuras 123 e 124).



Figura 123: Recreio Operário, 1986.

Fonte: Documentário Memória de Fernão Velho, 1986.



Figura 124: Recreio Operário, 2018.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

O Recreio Operário também foi construído na gestão de Othon Bezerra, em 1948, e foi erigido em uma localização privilegiada, com uma escala que se destaca em meio as casas. O estilo arquitetônico utilizado se ressaltava junto das casas simples dos operários, sendo o Recreio um exemplar em *Art Déco*, muito utilizados pelos industriais entre as décadas de 1930 e 1940. Assim como a Sede Othon, o Recreio Operário hoje em dia é propriedade da Prefeitura de Maceió (Figuras 125, 126 e 127).



Figura 125: Praça do Recreio, 2018.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 126: Praça do Recreio, 2018.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 127: Terreno onde foi construído o Recreio Operário.
Fontes: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL, sem data.

Conhecida popularmente como “casarão” ou “casa-grande”, a antiga residência do proprietário da fábrica (7) está localizada em um ponto privilegiado da Vila Operária, tendo suas fachadas formada por três ruas – Rua e Praça São José, Rua Dr. Manoel Machado e Avenida Dr. Alberto, conseguindo deste ponto visualizar boa parte das casas dos operários, praças, Igreja, Estação Ferroviária e Recreio Operário. Ela foi construída na administração da família Machado, com elementos que remetem a arquitetura neoclássica. (Figura 128).

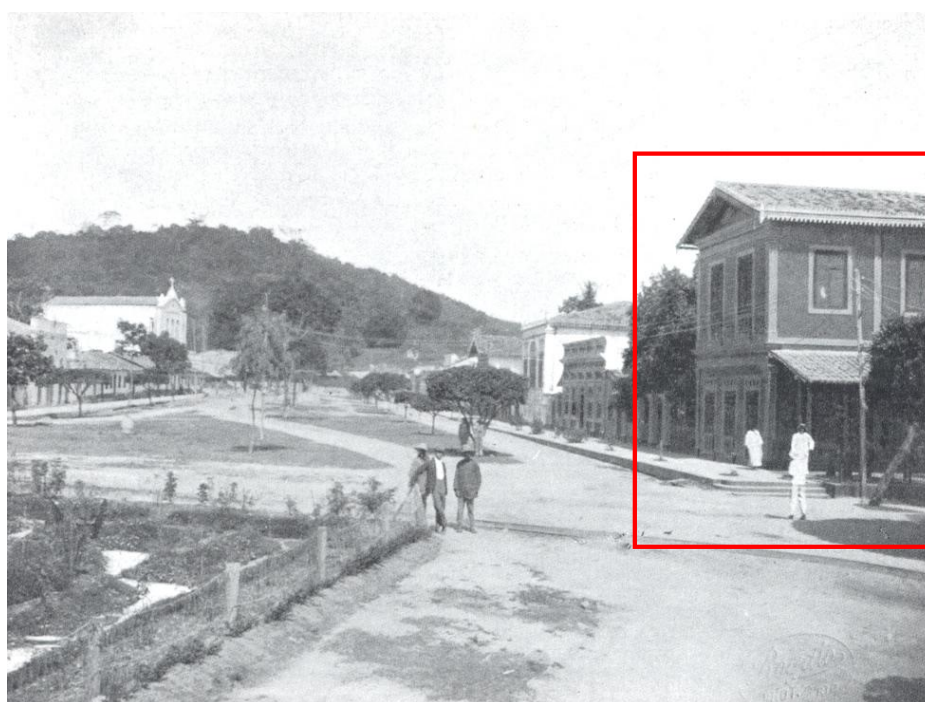


Figura 128: Casa dos proprietários, na gestão da família Machado, em destaque.
Fonte: Marroquim, 1922.

Possivelmente devido à sua boa localização, a edificação continuou sendo utilizada pelos proprietários de outras administrações, sendo reformada em 1955 pela gestão da família Othon Bezerra. Perdendo o frontão, acrescentando elementos que remetem a arquitetura do *Art Déco*, com uso de platibandas escalonadas. (Figuras 129, 130, 131 e 132).



Figura 129: Fachada da antiga casa do proprietário voltada para Praça São José.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 130: Fachada da antiga casa do proprietário voltada para Rua Dr. Manoel Machado.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 131: Fachada da antiga casa do proprietário voltada para Rua Dr. Alberto.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 132: Inscrição com ano da reforma.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Ao comparar com as figuras acima, as imagens de 1986, retirada do documentário *Memória de Fernão Velho*, percebe-se que a edificação atualmente está preservada, podendo ser reconhecida a manutenção das esquadrias originais (Figura 133).



Figura 133: Antiga residência do proprietário da fábrica em 1986.

Fontes: Documentário Memória de Fernão Velho, 1986.

A Praça São José (8), por sua vez, compõe um dos principais cenários da Vila Operária em Fernão Velho, e compreende, provavelmente, a mais antiga praça do conjunto industrial, pois, em fotos de 1922, é possível perceber o que seria forma embrionária da praça que é vista nos dias de hoje (Figura 134).

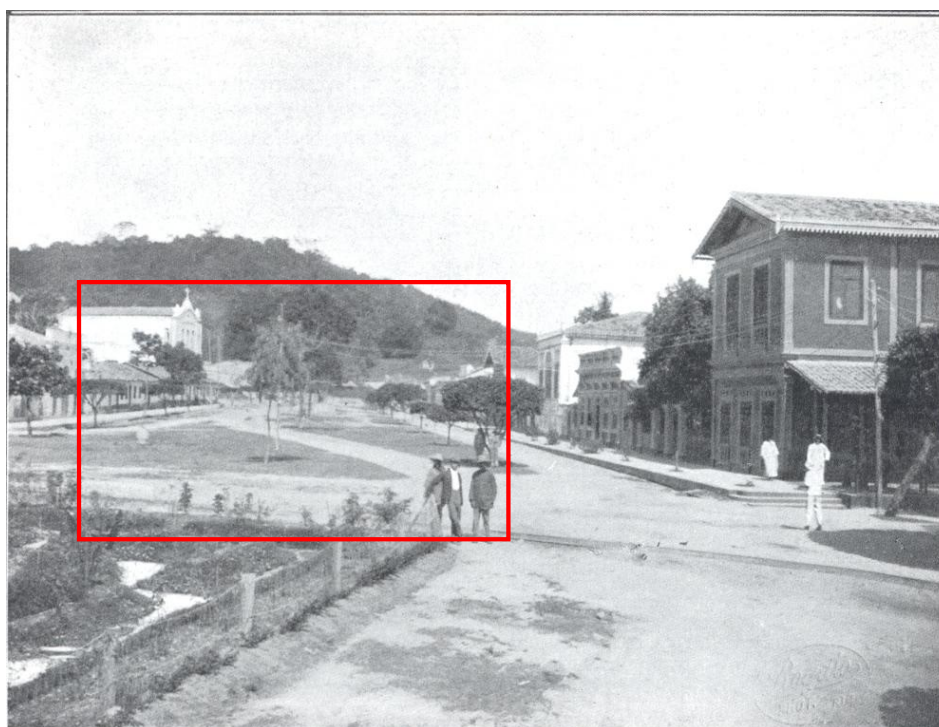


Figura 134: Praça São José em destaque.

Fonte: Marroquim, 1922.

Em seu entorno, pode ser vista, até os dias atuais, a Fábrica, a casa do antigo proprietário da fábrica, a Igreja São José, e era nesta praça que estava situado o cinema e ambulatório, formando um ponto central da Vila Operária (Figuras 135 e 136).



Figura 135: Praça São José.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 136: Praça São José.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Sobre o Cine Teatro São José, Farias (2017, p. 212) expõe que sua construção data de 1917, na administração da família Machado, e que ele funcionou até a década de 1980. Entretanto, em 1997, o Cine Teatro São José e o Ambulatório São José foram demolidos para a construção de um empreendimento comercial, que fechou cerca de sete anos depois desse fato. Atualmente, no espaço que um dia deu lugar ao cinema e ambulatório, funciona em parte do terreno um mercadinho local e a outra parte está aparentemente sem uso (Figuras 137, 138, 139 e 140).

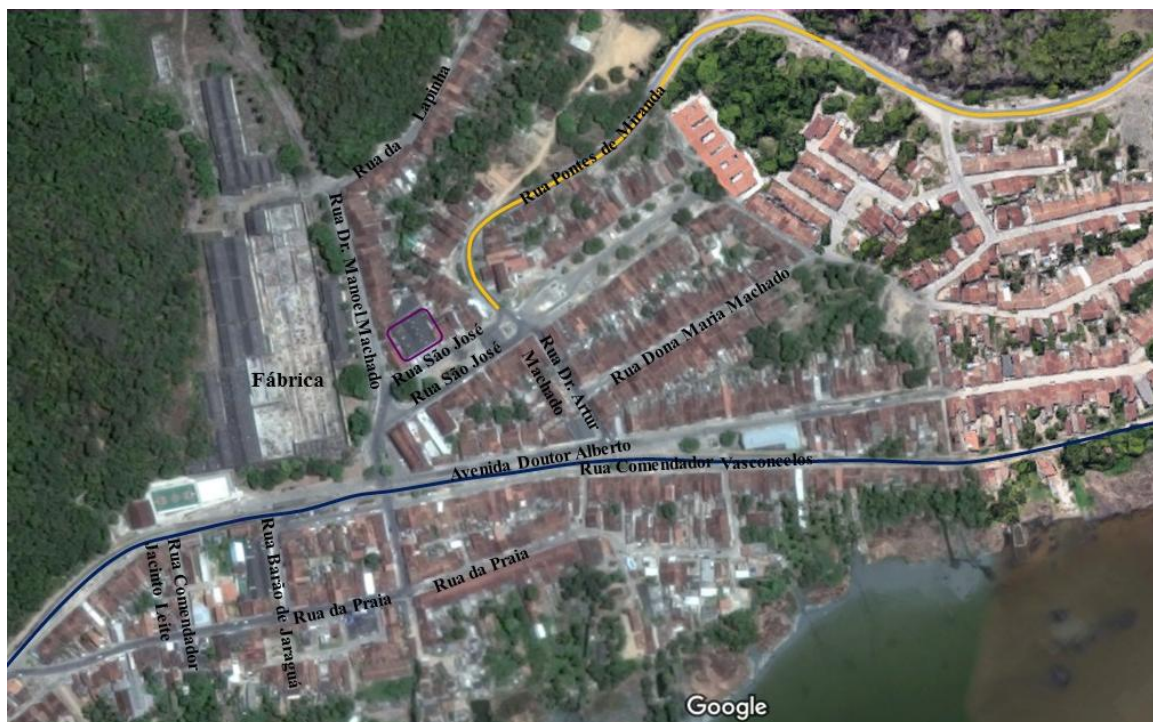


Figura 137: Mapa de Fernão Velho, em destaque localização do antigo cinema e ambulatório.

Fonte: Google Maps, 2017. Adaptado pela autora, 2018.



Figura 138: Cine Teatro São José.

Fonte: Documentário Memória de Fernão Velho, 1986.



Figura 139: Cine Teatro São José e Ambulatório.

Fonte: Acervo de Fábio Farias, sem data.



Figura 140: Antiga localização Cine Teatro São José e Ambulatório.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Além dessa praça, Fernão Velho conta com a Praça Eduardo Santos (9), mas não há registros do ano de sua fundação. Aparentemente ela seria a continuidade do arruamento que compreende a praça São José (Figuras 141 e 142).



Figura 141: Praça Eduardo Santos em 1983.

Fonte: Processo nº 1242-T-87, IPHAN, 1983.



Figura 142: Praça Eduardo Santos em 2018, atualmente há uma imagem de padre Cícero ao centro.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Bem próximo as praças, está edificada a Igreja de São José (10), situada em ponto topográfico mais elevado que as casas, o que possibilita que seja vista de diversos pontos de Fernão Velho, dominando a paisagem da área em que foi inserida. Ela pode ser vista por quem chega a Fernão Velho pela via de acesso – Rua Pontes de Miranda –, assim como a partir das Praças São José e Eduardo Santos, e também na intersecção das ruas Dr. Artur Machado e Avenida Dr. Alberto (Figuras 143, 144, 145, 146, 147 e 148)

Segundo informações da publicação de *O Jornal* do dia 17 de janeiro de 1999, a Igreja de São José, antes de 1890, era uma pequena capela, que na gestão da família Machado passou por uma reforma e ampliação, quando assumiu a forma que se tem hoje. A igreja é um dos pontos de destaque da paisagem de Fernão Velho.



Figura 143: Igreja de São José em 1983.
Fonte: Processo nº 1242-T-87, IPHAN, 1983.



Figura 144: Igreja de São José em 2018.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 145: Casario ao lado da Igreja.
Fonte: Processo nº 1242-T-87, IPHAN, 1983.



Figura 146: Casario ao lado da Igreja.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

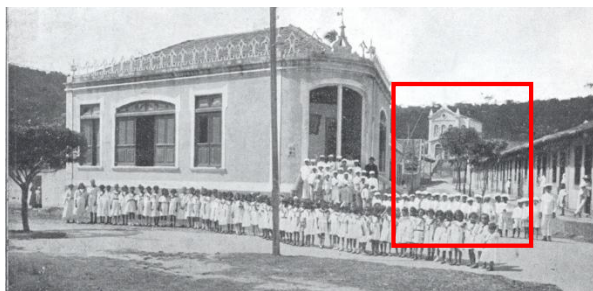


Figura 147: Edificação em primeiro plano (antigo Grupo Escolar), localizada na intersecção da Av. Dr. Alberto com a rua Dr. Artur Machado, e ao fundo visada da Igreja São José, em destaque.

Fonte: Marroquim, 1922.



Figura 148: Edificação em primeiro plano (antigo Grupo Escolar), localizada na intersecção da Av. Dr. Alberto com a rua Dr. Artur Machado, e ao fundo visada da Igreja São José, em destaque.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Além destes elementos identificados, outras edificações se destacam em Fernão Velho, devido a sua tipologia arquitetônica. Trata-se de construções que foram destinadas aos chamados funcionários de categoria, ou seja aos funcionários de maior qualificação, que ocupavam cargos importantes na fábrica. Assim, nessas casas são vistos elementos como: recuos, primeiros pavimentos, jardins, ou um maior tratamento de fachada. Através do mapa abaixo, percebe-se que a localização desses conjuntos parece ser estratégica, pois a partir delas se tem visão de diversos ângulos da Vila Operária, reforçando a vigilância dos operários. Segundo Farias (2017), essas casas foram construídas na gestão de Othon Bezerra, a partir da década de 1950, demolindo partes das casas para operários, para fornecer espaço aos funcionários mais graduados (Figura 149).



Figura 149: Mapa de Fernão Velho, em destaque edificações destinadas a funcionários de maior qualificação.

Fonte: Google Maps, 2017 (Adaptado pela autora, 2018).

O conjunto (a), situado na Rua São José, é um exemplar que chama atenção, pois conta com primeiro pavimento, algo incomum se comparado às casas dos operários que eram todas térreas. Destacam-se o uso de recuo frontais, bem como espaços para garagem, além ser perceptível em sua fachada que são espelhadas, o que reflete os padrões de economia aplicados em Vilas Operárias (Figuras 150 e 151).



Figura 150: Conjunto (a) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 151: Conjunto (a) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

No outro lado da Rua São José, foi identificado mais um conjunto (b), destinado a funcionários de maior qualificação. Este porém não apresenta recuos ou pavimentos, muito se aproximando da disposição das casas térreas e geminadas dos operários. O que se destaca nesse conjunto é o uso de platibanda, que, no entanto, só foi encontrada em um remanescente. Em todos os outros imóveis, deu-se a perda da platibanda (Figuras 152, 153 e 154).



Figura 152: Conjunto (b) destinado a funcionários mais graduados, em 1983.

Fonte: Processo nº 1242-T-87, IPHAN, 1983.



Figura 153: Conjunto (b) destinado a funcionários mais graduados, em 2018 apenas um trecho não foi demolido.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figuras 154: Único remanescente do conjunto (b) destinado a funcionários mais graduados.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

O conjunto (c), erigido na Rua Dr. Artur Machado, muito se assemelha ao conjunto (a), com partido arquitetônico bastante semelhante: nele também há recuos frontais, primeiros pavimentos e vãos destinados para garagem. Esse trecho tem uma localização estratégica: a partir dele se tem vista de toda a extensão da Rua Dona Maria Machado (Figuras 155, 156 e 157).



Figura 155: Conjunto (c) destinado a funcionários mais graduados, visto a partir da Rua Dona Maria Machado em 1986;

Fonte: Documentário Memória de Fernão Velho, 1986.



Figura 156: Conjunto (c) destinado a funcionários mais graduados, visto a partir da Rua Dona Maria Machado em 2018;

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 157: Destacando na paisagem de Fernão Velho os trechos (b) e (c).

Fonte: Documentário Memória de Fernão Velho, 1986.

Outro trecho diferenciado encontrado foi o conjunto (d), que compreende uma quadra inteira da Avenida Dr. Alberto. Mais uma vez, foram identificados recuos frontais, mas a existência de garagens na edificação original não pode ser confirmada, em virtude de não terem sido encontradas fotos antigas desse trecho e porque em algumas casas não há o espaço para carros (Figuras 158, 159, 160 e 161).



Figura 158: Alguns remanescentes do conjunto (d) destinado a funcionários mais graduados.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 159: Alguns remanescentes do conjunto (d) destinado a funcionários mais graduados.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 160: Alguns remanescentes do conjunto (d) destinado a funcionários mais graduados.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 161: Alguns remanescentes do conjunto (d) destinado a funcionários mais graduados, detalhe do muro que divide as casas.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Era também nessa quadra que estava instalado o Grupo Escolar, destinado aos filhos dos operários, sendo mais uma edificação de características formais que se sobressaia em relação à tipologia empregada nas casas dos operários. Atualmente, a construção possui feição totalmente diferente da original e abriga um templo religioso, e não é sabido se o antigo Grupo Escolar foi demolido ou se passou por reformas até assumir a feição atual (Figuras 162 e 163).

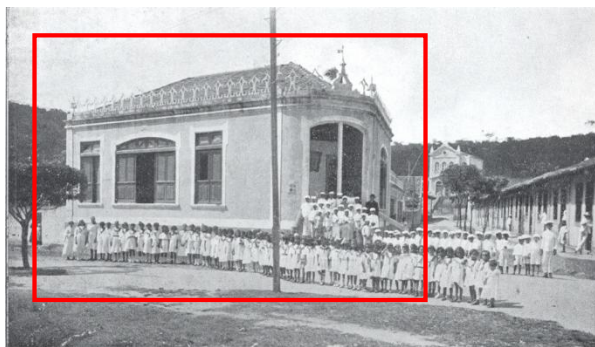


Figura 162: Antigo Grupo Escolar e atualmente templo religioso.
Fonte: Marroquim, 1922.



Figura 163: Antigo Grupo Escolar e atualmente templo religioso.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

O último trecho de casas diferenciadas é o conjunto (e), que, dentre as demais residências para funcionário de categoria, é uma das que mais se destaca por sua tipologia arquitetônica, denominada por Correia (2013) de “bangalô”, descrita como:

Símbolo de conforto e bem-estar, essas casas introduziram nesses lugares um padrão de moradia que estabelecia contrastes com as pequenas moradias operárias – muitas vezes, dispostas em renque e desprovidas de jardins –, demarcando o lugar dos segmentos superiores da hierarquia da empresa. (CORREIA, 2013, p. 192 e 193).

Nesse modelo de residência, é vista a utilização de recuos frontais e laterais, bem como jardim, e um tratamento diferenciado na cobertura. Hoje em dia, apesar da perda da unidade reconhecida pela cor branca com esquadrias verdes e pelo muro mais alto, é possível notar a solução de cobertura empregada nestes modelos (Figuras 164, 165, 166 e 167).



Figura 164: Conjunto (e) destinado a funcionários mais graduados, em 1986.
Fonte: Documentário Memória de Fernão Velho, 1986.



Figura 165: Conjunto (e) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 166: Conjunto (e) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 167: Conjunto (e) destinado a funcionários mais graduados, em 2018.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Na parte interna de um dos exemplares, foi encontrado um modelo íntegro com elementos originais, como piso de ladrilho hidráulico e porta de acesso principal à casa, além da arcada que compõe a fachada da casa (Figuras 168, 169, 170 e 171).



Figura 168: Vista interna de um dos imóveis, que mantém característica original preservada.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 169: Vista interna de um dos imóveis, que mantém característica original preservada.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 170: Detalhe do piso em ladrilho hidráulico original.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 171: Detalhe do piso em ladrilho hidráulico original e da porta em madeira.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Muito mais do que edificações e espaços que se destacam na paisagem, a Vila Operária em Fernão Velho é formada por diversos arruamentos que compreendem a alma desses lugares – as casas dos operários. O sentido de formação dessas ruas pode ser entendido através dos nomes dados a elas, que em sua maioria remetem a nomes de integrantes da família Machado, indicando que estas ruas teriam sido construídas na gestão desta família ou em homenagem a ela (Figuras 172).



Figuras 172: Arruamentos de Fernão Velho;

Fonte: Google Maps, 2017 (Adaptado pela autora, 2018).

Conforme Farias (2017), as últimas construções feitas na antiga Vila Operária foram a citada demolição de casas de operários e a construção das residências dos funcionários mais graduados, na administração de Othon Bezerra, sendo também deste período a formação da Rua da Lapinha. Ela foi construída possivelmente como uma sequência da quadra que compreende a Rua Dr. Manoel Machado, após a década de 1940. Nessa rua, é possível ver a adição de grades no fechamento dos vãos, além do avanço em relação ao alinhamento original, como pode ser visto em destaque na imagem abaixo (Figuras 173 e 174).



Figura 173: Rua da Lapinha, casas com grades.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 174: Rua da Lapinha, casas com alinhamento diferente da casa original.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

A Rua Barão de Jaraguá refere-se ao fundador da então União Mercantil, ainda no século XIX, segundo relatou o ex-operário Fábio Farias. Essa teria sido uma das primeiras ruas formadas pela Vila Operária, que através de sua nomenclatura rememora o feito do Barão de Jaraguá, José Antônio de Mendonça, fundador da Companhia União Mercantil (Figuras 175 e 176).



Figura 175: Rua Barão de Jaraguá.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 176: Rua Barão de Jaraguá.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

A rua Comendador Jacinto Leite, devido à sua localização próxima à rua Barão de Jaraguá, pode ter sido contemporânea a ela (Figura 177).



Figura 177: Rua Comendador Jacinto Leite;
Fonte: Acervo da autora, 2018.

As ruas nomeadas por membro da família Machado são maioria e formam as principais ruas da antiga Vila Operária. Na maior parte, ainda conservam a formação de casas térreas, geminadas, com relativa unidade na cobertura. As descaracterizações vistas são principalmente relativas ao tipo de material utilizado na fachada, os vãos das aberturas e o tipo de esquadrias utilizadas (Figuras 178 e 179).



Figura 178: Rua Dr. Manoel Machado, mesma rua da Fábrica.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 179: Rua Dr. Manoel Machado, mesma rua da Fábrica.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

No caso da rua Dr. Manoel Machado, foram identificados três remanescentes, que conservam as esquadrias, aparentemente originais, e uma delas mantém na porta e janela a cor verde utilizada desde a época de domínio da fábrica (Figuras 180 e 181).



Figura 180: Remanescentes encontrados, na rua Dr. Manoel Machado.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 181: Remanescentes encontrados, na rua Dr. Manoel Machado.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Em alguns trechos, como na Rua Comendador Vasconcelos e Avenida Dr. Alberto, podem-se ver acréscimos de pavimentos, mas que de modo geral não prejudicam a leitura do todo (Figuras 182, 183, 184 e 185).



Figura 182: Rua Comendador Vasconcelos.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 183: Rua Comendador Vasconcelos.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 184: Avenida Dr. Alberto.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 185: Avenida Dr. Alberto.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Algumas alterações podem ser notadas na rua Dr. Artur Machado, com construções recentes de primeiro pavimento. Esta rua está situada à frente da Rua Dona Maria Machado, que conserva edificações térreas (Figuras 186 e 187).



Figura 186: Rua Dr. Artur Machado.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 187: Rua Dona Maria Machado.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Os demais arruamentos provavelmente foram construídos depois da gestão da família Machado, como caso da Rua da Praia. Em sua formação original, esta tinha em um de seus lados edificações com fachadas formadas por alpendre (Figuras 188 e 189), e outro por figuras geométricas (Figuras 190 e 191). Porém, nessa rua alguns trechos de alpendres ainda podem ser vistos, mas as fachadas com formas geométricas, em sua maioria não são percebidas com clareza. (Figuras 192, 193, 194 e 195).



Figura 188: Rua da Praia, trecho com alpendre.
Fonte: Brandão, 1970 in Farias, 2014.



Figura 189: Rua da Praia, trecho com alpendre.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 190: Rua da Praia, trecho com formas geométricas na fachada.

Fonte: Documentário Memória de Fernão Velho, 1986.



Figura 191: Rua da Praia, trecho com formas geométricas na fachada.

Fonte: Documentário Memória de Fernão Velho, 1986.



Figura 192: Rua da Praia, trecho em que pode ser percebida as formas geométricas das fachadas.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 193: Rua da Praia, trecho em que pode ser percebida as formas geométricas das fachadas.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 194: Vista geral da rua da Praia.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 195: Vista geral da rua da Praia.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

As ruas formadas pela Praça São José – Rua São José –, como já explicado, eram compostas por construções de porte diferenciado e com usos mais mistos, pois além de residências, na rua São José, também havia instalado o Cine Teatro São José e o Ambulatório São José (Figuras 196 e 197).



Figura 196: Imóvel com porte diferenciado na Rua São José.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 197: Imóvel com porte diferenciado na Rua São José.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Nessa rua, foi localizado o processo de demolição parcial de uma edificação: nas imagens do Google Street View (Figuras 198 e 199), tem-se as fachadas originais. Porém, nas figuras 200 e 201, nota-se que parte dela recebeu elementos arquitetônicos modernos, que contrapôs-se às características neoclássicas da fachada original, gerando, neste caso, um desequilíbrio do conjunto original com o atual.



Figura 198: Edificação remanescente localizada na praça São José.

Fonte: Google Street View, 2011.

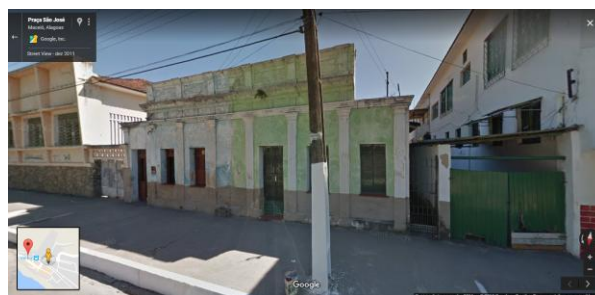


Figura 199: Edificação remanescente localizada na praça São José.

Fonte: Google Street View, 2011.



Figura 200: Edificação remanescente localizada na praça São José.

Fonte: Acervo da autora, 2016.



Figura 201: Edificação remanescente localizada na praça São José.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Por fim, tem-se os arruamentos formados pela Praça Eduardo Santos, que são situados na lateral da Igreja São de José e na lateral da praça. Neste trecho, foram encontrados remanescentes preservados em contraste com intervenção de acréscimo de pavimento (Figuras 202, 203, 204 e 205).



Figura 202: Arruamento existente no entorno da Praça Eduardo Santos.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 203: Arruamento existente no entorno da Praça Eduardo Santos.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 204: Arruamento existente no entorno da Praça Eduardo Santos.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 205: Arruamento existente no entorno da Praça Eduardo Santos.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Ao observar, nos dias de hoje, a antiga Vila Operária, é percebido que o uso predominante ainda é o residencial, salvo alguns comércios locais. Bem como se nota a manutenção das casas térreas e geminadas, com arruamentos seguindo a forma do terreno com disposição linear, características primárias dos arruamentos destinados aos operários.

Porém, as descaracterizações na feição arquitetônica original, ainda é utilizada como argumento contrário ao tombamento, vale tomar tal análise como perspectiva para discutir em que medida o reconhecimento de um bem ou sítio como Patrimônio Cultural está intimamente atrelado a características físicas dos edifícios.

Com base nas análises elaboradas, foram identificados diversos elementos que remetem ao valor patrimonial do conjunto. Foi possível entender a disposição urbana da antiga Vila Operária, assim como a análise de planta sugere que sua malha urbana está bem perto de sua integridade, pela forma de suas quadras, que acompanham a topografia do terreno, muito comum do primeiro período, conforme divisão elaborada por Correia no capítulo 1 deste trabalho. Para além da malha urbana, há ainda a questão da ocupação do sítio: grande parte dos moradores de Fernão Velho são ex-operários, o que daria um maior sentido para tombamento, pois a população que utiliza o espaço se relaciona diretamente com a história e memória do lugar.

Seria o argumento da descaracterização arquitetônica suficiente para um não tombamento? Qual o sentido do uso do Livro do Tombo Histórico, senão pelo tombamento da importância da história? Qual seria o peso de características arquitetônicas preservadas se o valor atribuído for histórico? No caso de se querer preservar a narrativa histórica a que tais edificações e tal malha urbana remetem, haveria outros instrumentos que poderiam ser utilizados? Seriam os inventários um bom instrumento para vilas operárias? O que os inventários produziram em termos de preservação desses bens?

Tanto no caso de Fernão Velho como Delmiro Gouveia, a aparente perda de valor pela descaracterização arquitetônica parecem ser fatores determinantes na argumentação contrária ao tombamento. Mas em que medida é possível afirmar que os valores históricos foram perdidos? Em que medida perdeu-se o que aquelas edificações e aquele traçado mantêm da história da industrialização, do urbanismo e dos operários? Considera-se importante problematizar eventuais expectativas de homogeneidade e integralidade para que sítios possam ser tombados, uma vez que a história e memória narradas a partir desses lugares vão além de feições arquitetônicas, que por vezes não são os únicos elementos a contar história de algum lugar.

3.3.3 Vila Industrial Modernista: Destilaria Central, Rio Largo – Alagoas

O processo da Vila Industrial Modernista: Destilaria Central, Rio Largo/AL, refere-se ao pedido de tombamento da Destilaria Central de Alagoas junto com a Vila Residencial da Destilaria Central de Alagoas, construída em meados da década de 1950, para abrigar seus funcionários.

A solicitação para tombamento do conjunto, foi realizado pelo então superintendente do IPHAN/AL, Mário Aloísio Barreto Melo, através do Memorando nº. 587/2009 GAB IPHAN/AL, enviado ao GPROT em dezembro de 2009, no qual se expôs a motivação para tal pedido:

Motiva-se o presente, pelo fato de a vila possuir conjunto considerável e ainda original de edifícios modernistas implantados seguindo uma proposta urbana bem definida com zoneamento típico de uma vila industrial, porém, sob o envoltório do pensamento Moderno, sendo exemplar raro e singular à história da arquitetura brasileira. (IPHAN, 2009)

Junto ao documento, foi enviado um estudo sobre o bem, elaborado pela Oficina de Projetos em 2008¹²⁰, em que consta um vasto estudo sobre a antiga Destilaria Central e sua Vila Residencial, com histórico, levantamento fotográfico e análise dos imóveis com fichas cadastrais e proposta de poligonal de tombamento (Figura 206). A instrução deste processo é formada apenas por esse estudo, que parece não ter sido suficiente para uma apreciação do DEPAM e do Conselho Consultivo, estando o processo parado até os dias de hoje.

¹²⁰ Oficina de Projetos foi a empresa contratada pela Superintendência do IPHAN/AL, para a elaboração de um estudo sobre a Destilaria Central de Rio Largo/AL. Esse estudo data de setembro de 2008 e foi utilizado nas análises elaboradas neste item.

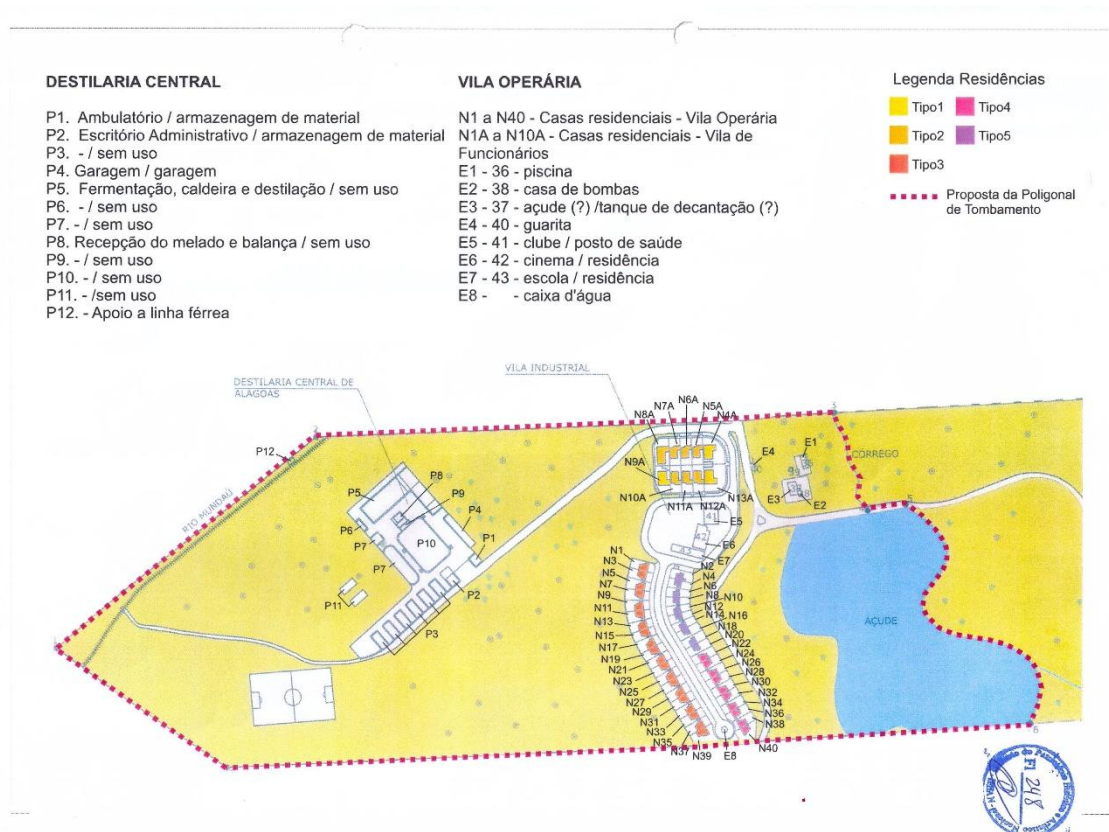


Figura 206: Poligonal de tombamento proposta da Destilaria Central de Alagoas.

Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.

De acordo com as informações coletadas pela Oficina de Projetos, a história da Destilaria Central de Alagoas inicia-se ainda na década de 1930, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em dezembro de 1933, pelo presidente Getúlio Vargas. Mesmo com o IAA, a produção de álcool não rende como o esperado, e no ano de 1952, o Instituto propõe ao governo federal incentivos ao setor privados para a produção de álcool, sendo a proposta aceita e assim dando início a uma nova era: “Inicia-se aí a história das destilarias centrais, tendo como objetivo a produção do álcool industrial em larga escala através de métodos altamente especializados.” (Oficina de Projetos 2008, apud IPHAN, 2009).

Deste modo, em 1953 foi autorizada a construção da Destilaria Central de Alagoas – DEC/AL, sendo o município de Rio Largo escolhido para sediar o empreendimento. No ano seguinte, o IAA adquire um vasto terreno localizado na zona rural da cidade, a quatro quilômetros da área urbana de Rio Largo, para a construção do complexo industrial.

A construção da Destilaria Central de Alagoas foi iniciada no ano de 1956, sendo inaugurada em 22 de janeiro de 1961, com a presença do então presidente do IAA, Gomes Maranhão, estando também presentes representantes do governo estadual e funcionários do IAA de Pernambuco (Figura 207).

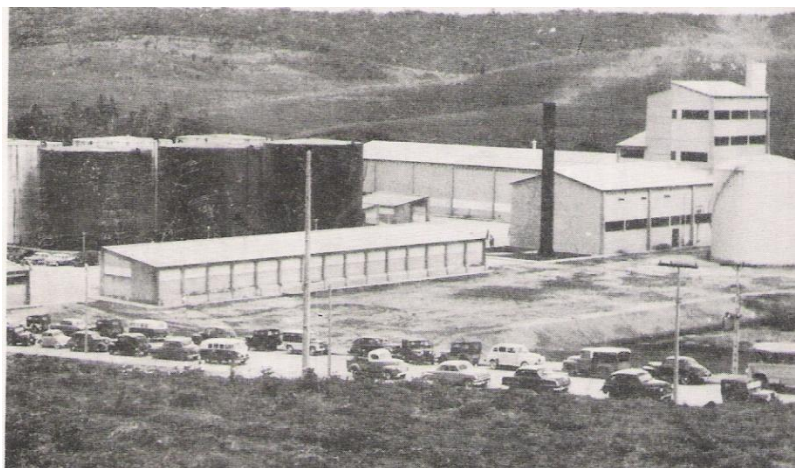


Figura 207: Destilaria Central de Alagoas no dia da sua inauguração, 1961.
Fonte: Revista do IAA, sem data in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.

A parte da destilaria contava com equipamentos como: escritório administrativo, ambulatório, tanques de melaço, fermentação, caldeira, destilação, tanque para óleo combustível, balança e recepção do melaço, como pode ser visto na imagem abaixo, existente no processo (Figuras 208, 209 e 210).

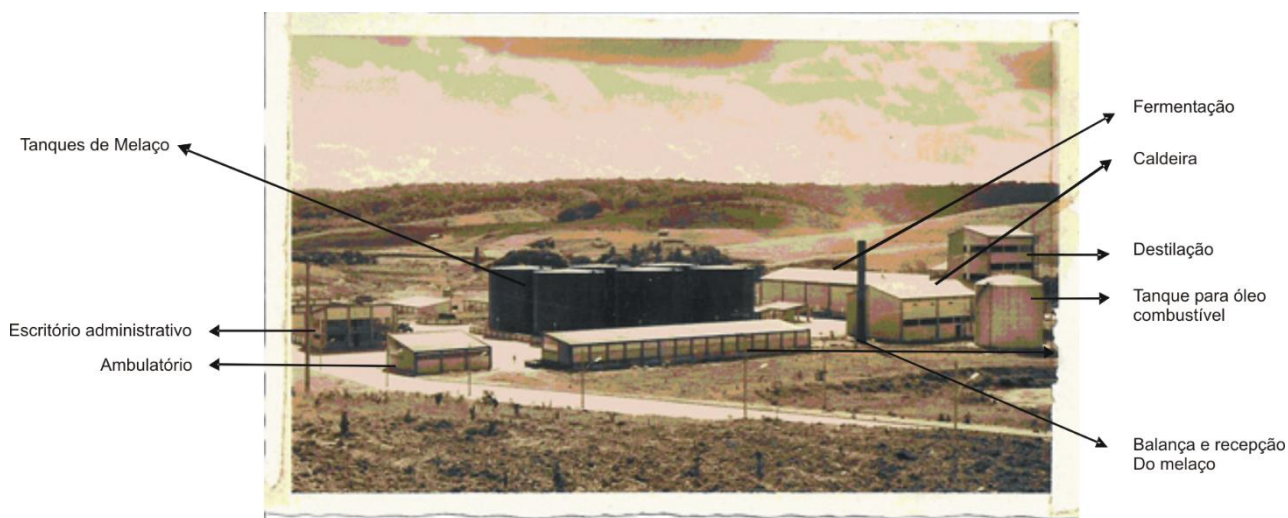


Figura 208: Destilaria Central de Alagoas em funcionamento.
Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.



Figura 209: Escritório administrativo.

Fonte: Ana Magalhães, 2008 in Processo nº 1589-T-10, IPHAN, 2009.



Figura 210: Garagem.

Fonte: Ana Magalhães, 2008 in Processo nº 1589-T-10, IPHAN, 2009.

Junto aos prédios da Destilaria, foi erigida a Vila Residencial da Destilaria Central de Alagoas, que contava com quarenta casas destinadas aos operários – a Vila Operária – e 10 casas para funcionários mais qualificados e de cargos administrativos – a Vila dos Funcionários (Figuras 211, 212 e 213). Na data da inauguração, o núcleo residencial ainda estava em obra e era destinado a abrigar os funcionários vindos de fora. Além das casas, a Vila Residencial tinha clube, cinema, escola (Grupo Escolar Leonardo Trutd) e ambulatório (instalado fora da Vila Residencial).



Figura 211: Mapa da Destilaria Central e da sua Vila Residencial.
Fonte: Google Maps, 2018 (Adaptado pela autora, 2018).



Figura 212: Divisão da Vila Residencial.
Fonte: Google Maps, 2018 (Adaptado pela autora, 2018).



Figura 213: Vila Residencial da Destilaria Central de Alagoas em obra.

Fonte: Acervo da família do Engº Lourival Gouveia de Melo, sem data in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.

Ainda de acordo com a pesquisa elaborada pela Oficina de Projetos, a Destilaria Central de Alagoas empregava 320 funcionários, e a Vila Residencial era destinada aos operários que não fossem de Rio Largo.

Após aproximadamente 15 anos de funcionamento, em 1975, a Destilaria Central de Alagoas encerrou suas atividades, tendo seu patrimônio ficado sob responsabilidade da Superintendência do IAA Alagoas, e seus funcionários transferidos para outras partes do IAA. Depois dessa época, o Instituto do Açúcar e Alcool sobreviveria por pouco tempo, sendo extinto no ano de 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello. Ainda no mesmo ano, as áreas que formavam o antigo complexo industrial e as casas foram passadas para a Universidade Federal de Alagoas, que possui a cessão de uso provisório até hoje e parece não intervir na posse das edificações. Segundo a pesquisa contida no processo, na parte industrial – que compreende as instalações da fábrica – funciona Fundação Nacional de Saúde, e na parte residencial muitas das casas foram ocupadas irregularmente.

Todo o projeto, da Destilaria e da Vila Residencial, foi concebido pelo engenheiro civil do IAA, Lourival Gouveia de Melo. As tipologias escolhidas pelo engenheiro foram de edificações em estilo modernista, seguindo as ideias disseminadas pelos CIAM'S desde a década de 1930. Nas edificações que compunham tanto as instalações industriais quanto residenciais, foram utilizados elementos como *brises-soleils*, janelas em fita, formas geométricas na platibanda, cobogós e laje plana. Já no traçado urbano da Vila Residencial, é vista a utilização de *cul-de-sac* no fechamento da Vila Operária onde foi instalada a caixa d'água, sendo essas características da arquitetura modernistas expressas no conjunto que motivou o pedido de tombamento dela.

Embora seja um processo mais recente se comparado aos de Delmiro Gouveia e Fernão Velho, do tempo do estudo elaborado – 2008 – até hoje já se passaram dez anos, tempo suficiente para comprometer as características estéticas do conjunto, que foram a motivação central do pedido de tombamento. Desde então, o processo continua sem uma definição, sendo retomado na presente pesquisa, na qual estão sendo levantadas novas indagações acerca desse tombamento.

Por base no estudo tipológico realizado pela Oficina de Projetos, foram elaborados croquis dos modelos originais de todas as tipologias arquitetônicas existentes na Destilaria Central e na Vila Residencial. Desse modo, foi possível identificar se os elementos estilísticos das edificações, que motivaram o pedido de tombamento, podem ser reconhecidos até o hoje.

No trecho que compreende a Destilaria, foi localizado o Escritório administrativo (1), que atualmente é utilizado pelo Ministério da Saúde; e o Ambulatório (2), cujo uso atual não foi identificado (Figura 214).



Figura 214: Mapa da Destilaria, com escritório administrativo (1) e ambulatório (2), em destaque.

Fonte: Google Maps, 2018 (Adaptado pela autora, 2018).

Ao comparar as edificações analisadas com os croquis, percebe-se que todos os elementos apontados, como a janela em fita e a inclinação dos pilares, ainda podem ser encontrados, salientando o caráter íntegro desses prédios (Figura 215, 216, 217, 218 e 219).

Destilaria Central de Alagoas
Ambulatório e
Escritório administrativo

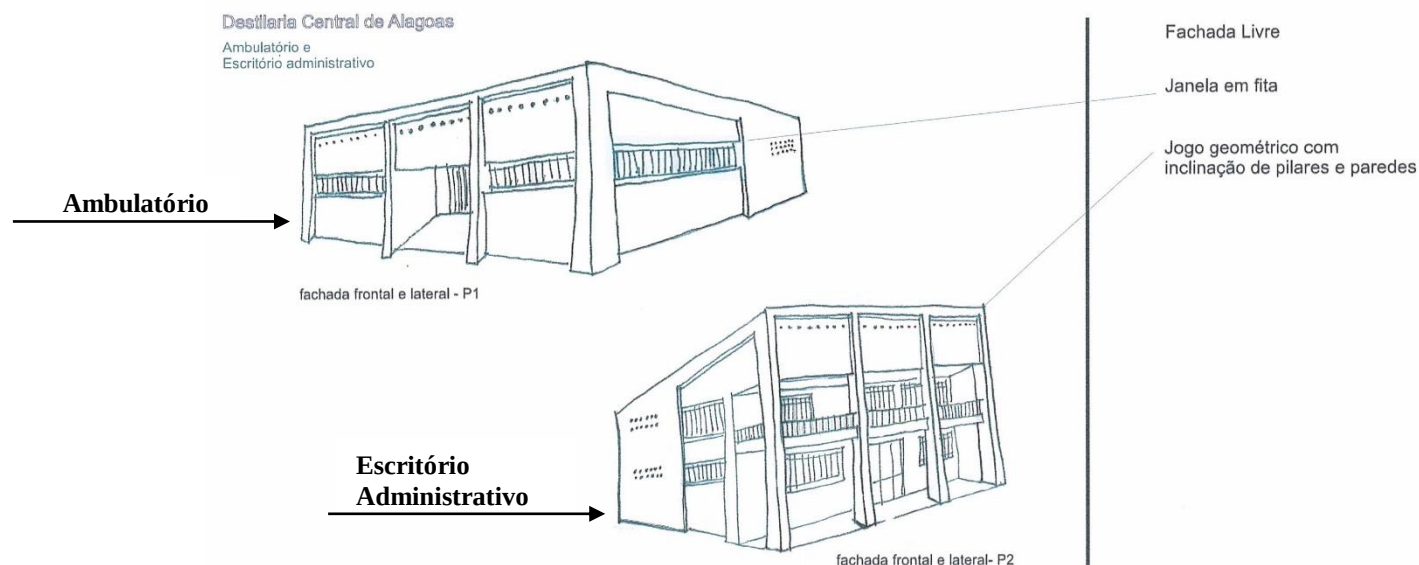


Figura 215: Tipologia do Ambulatório e Escritório administrativo;
Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.



Figura 216: Tipologia do antigo Escritório administrativo.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 217: Tipologia do antigo Escritório administrativo.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 218: Tipologia do antigo Ambulatório.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 219: Tipologia do antigo Ambulatório.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

Embora a parte da Destilaria fosse formada por outras edificações, não foi possível acessá-las, pois está em um trecho privado, e assim inviabilizou a análise das demais

construções. Mas de longe, nota-se o mal estado de conservação, com partes sem cobertas em um provável processo de arruinamento (Figuras 220, 221, 222 e 223).



Figura 220: Demais edificações que formam a antiga Destilaria Central, sem acesso.

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 221: Demais edificações que formam a antiga Destilaria Central, sem acesso.

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 222: Demais edificações que formam a antiga Destilaria Central, sem coberta e em arruinamento.

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 223: Demais edificações que formam a antiga Destilaria Central, sem coberta e em arruinamento.

Fonte: Paula Fernandes, 2018.

A Vila Residencial da Destilaria Central, como indicado acima, é constituída pela Vila dos Funcionários e pela Vila Operária. A primeira conta com 10 imóveis que eram destinados a funcionários de maior qualificação e apresentam três tipologias distintas, que se distinguem em termos de localização, dimensão e fachadas, conforme se vê abaixo. A Vila Operária, por sua vez, é formada por 40 imóveis destinadas aos operários, com três tipologias de residências, distintas entre si devido a utilização de mais de um tipo de solução de fachada.

Para além das residências, há também os equipamentos: Clube, Escola e Cinema, localizados na zona central da Vila Residencial (Figura 224).

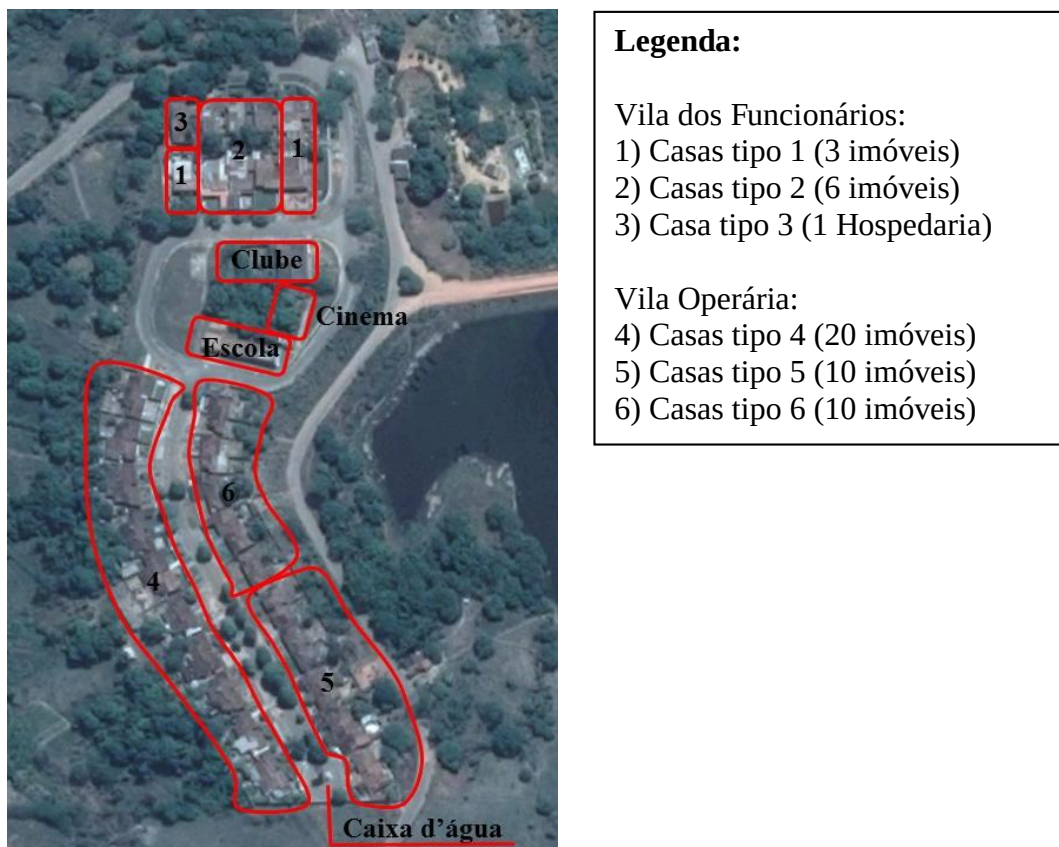


Figura 224: Mapa da Vila Residencial.

Fonte: Google Maps, 2018 (Adaptado pela autora, 2018).

Na Vila dos Funcionários, os imóveis de tipo (1) foram situados nos lotes de esquina: neles podem ser identificados os elementos geométricos da platibanda, os jogos de volumes e em alguns exemplares ainda pode ser visto o elemento vazado (Figuras 225, 226, 227 e 228).

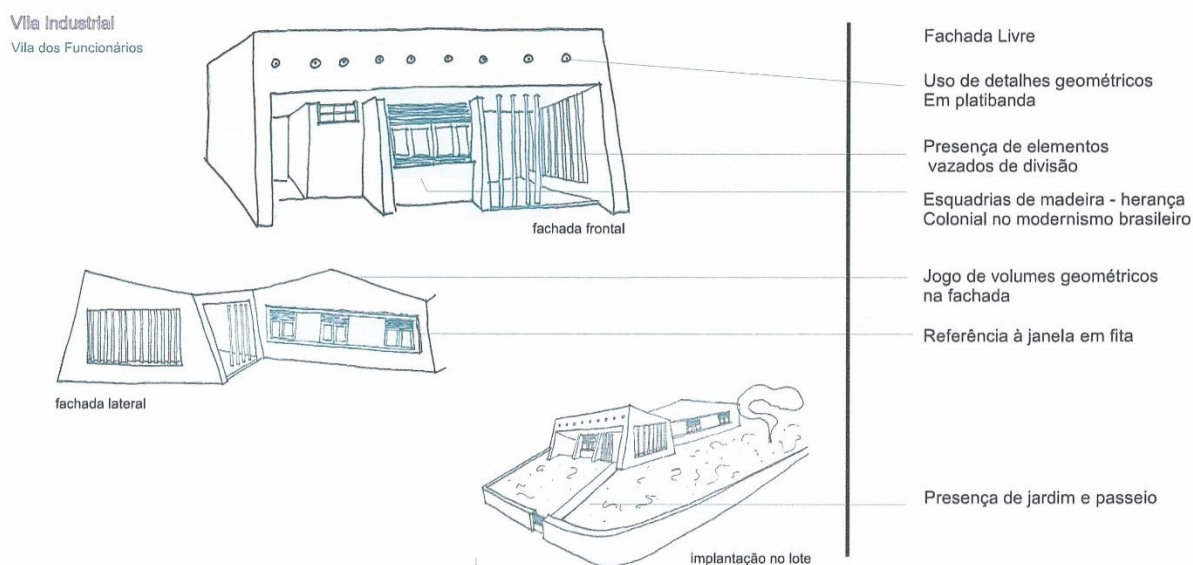


Figura 225: Vila dos Funcionários, casa tipo (1).

Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.



Figura 226: Vila dos Funcionários, casas tipo (1).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



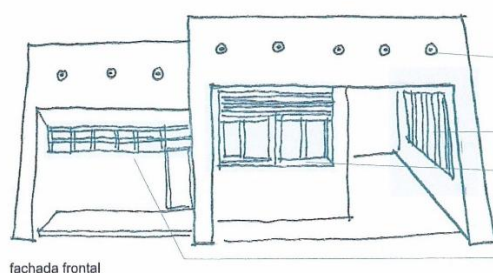
Figura 227: Vila dos Funcionários, casas tipo (1).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 228: Vila dos Funcionários, casa tipo (1).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

No segundo tipo (2), formado pelo conjunto de seis casas, situados no centro da quadra, mantendo a utilização de elementos como os elementos geométricos na platibanda, fachada livre, elementos vazados e janelas em fita, diferenciando-se da anterior pelo o jogo de volumes, assumindo uma forma distinta e menos imponente. (Figura 229).

Vila Industrial
Vila dos Funcionários



fachada frontal

implantação no lote

- Fachada Livre
- Uso de detalhes geométricos
Em platibanda
- Presença de elementos
vazados de divisão
- Esquadrias de madeira - herança
Colonial no modernismo brasileiro
- Janela em fita
- Jogo de volumes geométricos
Na fachada
- Presença de jardim e passeio

Figura 229: Vila dos Funcionários, casas tipo (2).
Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.

Neste tipo (2), verifica-se um lado com imóveis que mantêm as suas características originais (Figuras 230 e 231); entretanto, em outro trecho há elevação de muros, que comprometem a visibilidade do conjunto, não sendo possível perceber o volume original das casas (Figuras 232 e 233).



Figura 230: Vila dos Funcionários, casas tipo (2).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 231: Vila dos Funcionários, casas tipo (2).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 232: Vila dos Funcionários, casas tipo (2).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 233: Vila dos Funcionários, casas tipo (2).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

O tipo (3), sediava a antiga hospedaria, e nela pode ser identificada a utilização de elementos geométricos na platibanda, fachada livre, inclinação de pilastras e paredes, bem como esquadrias em madeira, sendo este modelo único. (Figura 234)

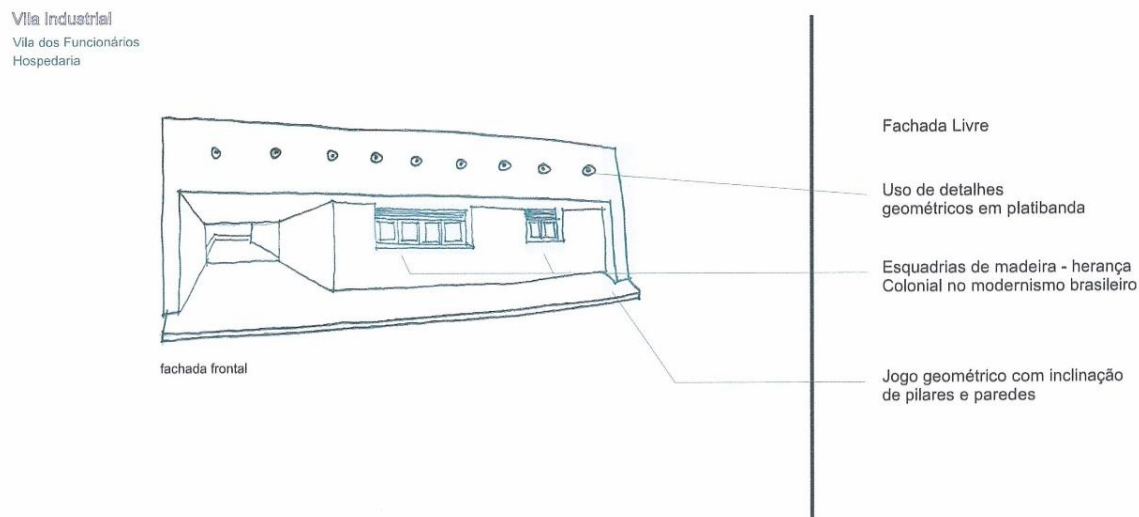


Figura 234: Vila dos Funcionários, casas tipo (3) – hospedaria.

Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.

A antiga hospedaria atualmente está íntegra conservando todos os elementos identificados nos estudos da Oficina de Projetos (Figuras 235 e 236).



Figura 235: Vila dos Funcionários, casas tipo (3) – hospedaria.

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 236: Vila dos Funcionários, casas tipo (3) – hospedaria.

Fonte: Paula Fernandes, 2018.

De maneira geral, a Vila dos Funcionários conserva as suas características originais, salvo a construção situada nos fundos dos lotes e a elevação dos muros que impedem visualizar a unidade do conjunto. Atualmente todas estão sendo utilizadas como residências, porém não foi investigado a regularidade deste uso (Figuras 237 e 238).



Figura 237: Aspecto geral da Vila dos Funcionários.

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 238: Aspecto geral da Vila dos Funcionários.

Fonte: Paula Fernandes, 2018.

O trecho que corresponde às residências da Vila Operária é formado por um total de quarenta casas, com três tipos distintos – (4), (5) e (6) –, porém neste tipo não foi utilizada a platibanda na cobertura e a cobertura em telha cerâmica aparece exposta, compondo as formas utilizadas neste tipo. Além disto, as casas foram implantadas conjugadas duas a duas e espelhadas. Elementos como *brises* e fachadas livres se mantêm neste tipo, se comparar as edificações da Vila Operária com a Vilas do Funcionários, entretanto são imóveis de menor imponência, devido a sua destinação.

No tipo (4), que corresponde a 20 imóveis, no qual formam conjuntos de duas a duas espelhadas, com destaque para o elemento da caixa d'água sobressaindo da cobertura, bem como a exposição da telha cerâmica (Figura 239).

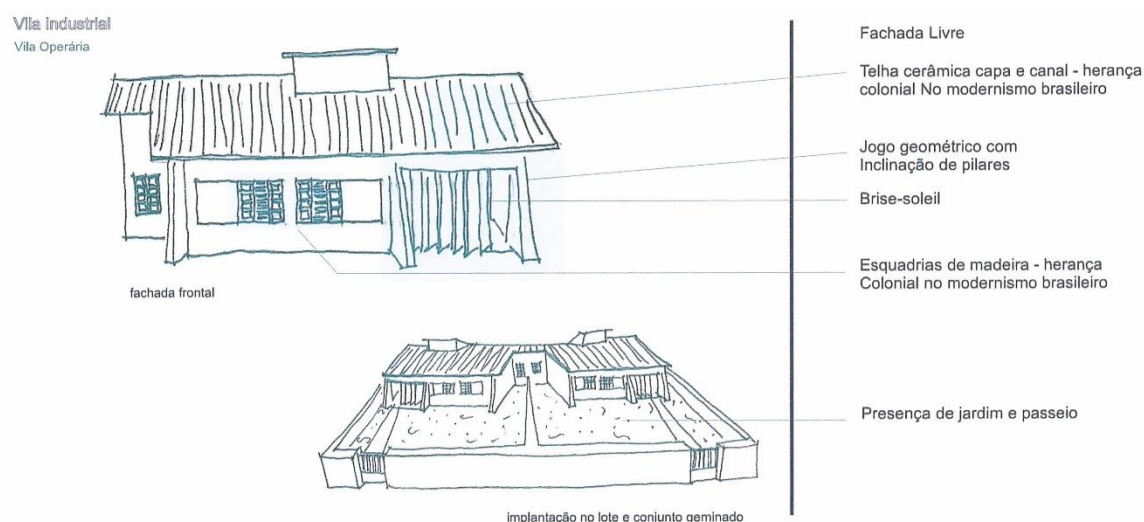


Figura 239: Vila Operária, casas tipo (4).

Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.

Em alguns casos, do tipo (4), ainda é visto nos dias de hoje a existência dos *brises*, jardins e das esquadrias de madeira originais. Porém, em uma boa parte há adições de cobertas para garagem e como na Vila dos Funcionários a elevação de muros que comprometem a unidade inicial das casas (Figuras 240, 241, 242 e 243).



Figura 240: Vila Operária, casas tipo (4).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 241: Vila Operária, casas tipo (4).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 242: Vila Operária, casas tipo (4).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 243: Vila Operária, casas tipo (4).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

Na parte das casas de tipo (5), que compreende dez imóveis, nesta são encontradas as mesmas características, com relação ao tipo (4), porém há uma distinção na volumetria com uma consequente diferença na solução de planta e fachada (Figura 244).

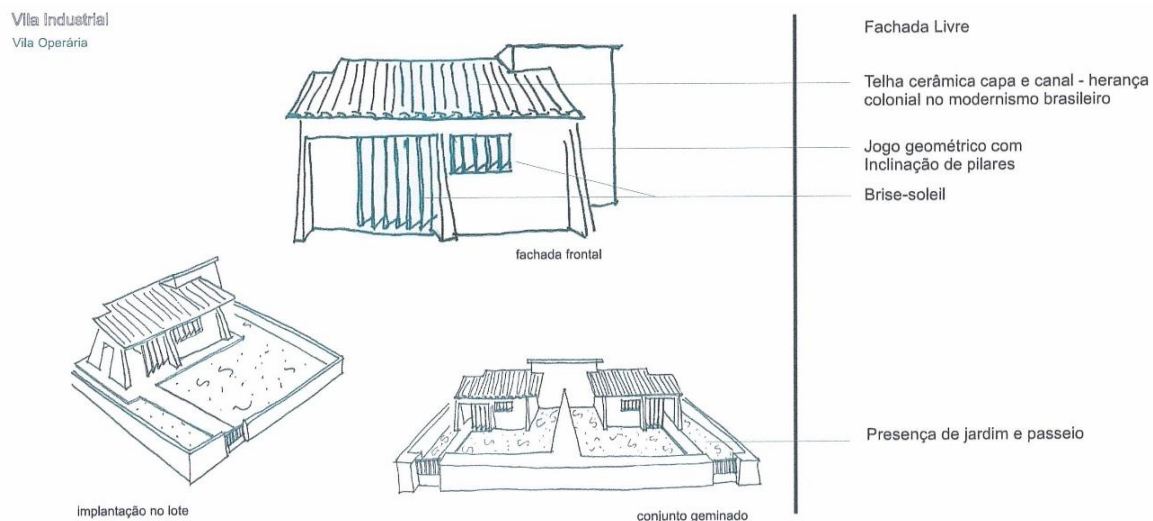


Figura 244: Vila Operária, casas tipo (5).

Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.

Neste modelo, poucas características originais estão preservadas, devido às adições de volumes nos recuos, além da altura dos muros mais uma vez (Figuras 245, 246, 247 e 248).



Figura 245: Vila Operária, casas tipo (5).

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 246: Vila Operária, casas tipo (5).

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 247: Vila Operária, casas tipo (5).

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 248: Vila Operária, casas tipo (5).

Fonte: Paula Fernandes, 2018.

As outras dez casas que formam a Vila Operária referem-se ao tipo (6), tal como os modelos anteriores, possui cobertura tipo cerâmica, fachada livre, *brises*, casas espelhas e conjugadas duas a duas e volume da caixa d'água sobressaindo na cobertura. O que a distingue em relação as demais, é a solução plástica da fachada. (Figura 249).

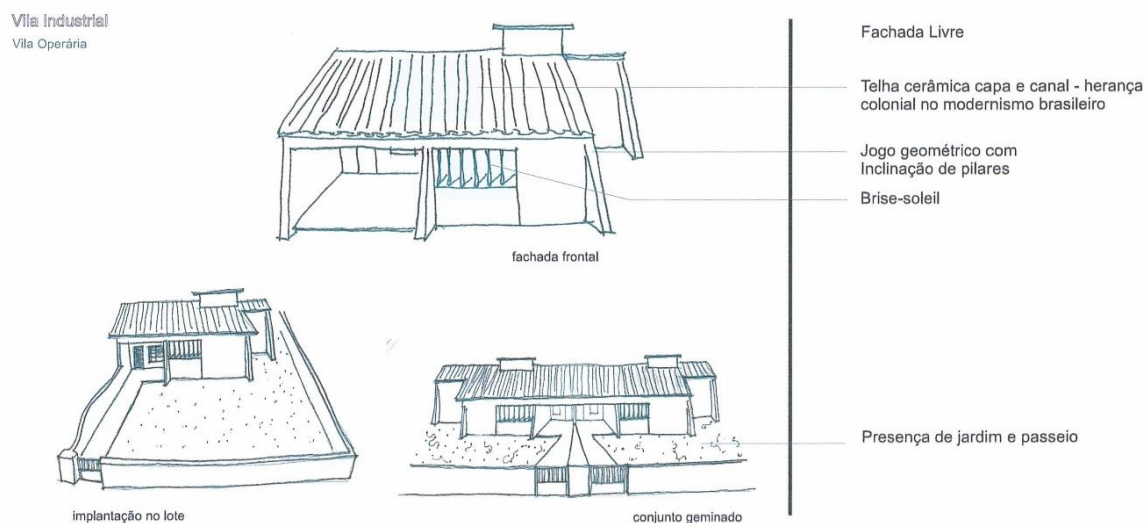


Figura 249: Vila Operária, casas tipo (6).

Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.

Tal como o modelo anterior, este tipo (6) encontra-se, atualmente, com muitas alterações, o que dificulta a leitura do conjunto original e de suas características estilísticas (Figuras 250, 251, 252 e 253).



Figura 250: Vila Operária, casas tipo (6).

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 251: Vila Operária, casas tipo (6).

Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 252: Vila Operária, casas tipo (6).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 253: Vila Operária, casas tipo (6).
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

De modo geral, as casas que formavam a Vila Operária, encontram-se bastante modificadas, seja pelos muros elevados que impedem a visibilidade das fachadas, seja por adições de volumes a suas formas, levando a perda da integridade do conjunto. Somente nas casas do trecho de tipo 4 que podem ser encontrados alguns remanescentes com elementos originais. Atualmente, os imóveis parecem estar todos sendo utilizados como residências, porém não foi possível verificar a regularidade deste uso.



Figura 254: Aspecto geral da Vila Operária.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 255: Aspecto geral da Vila Operária.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

Na Vila Residencial, foram também localizados os equipamentos que eram utilizados pelos moradores, como: Clube, Escola e Caixa d'água; todos com suas construções existentes no local. Neles, é percebido a continuidade na utilização de elementos, como: platibanda com formas geométricas, fachadas livres, janelas em fita e volumes geométricos nas fachadas. O volume composto pela caixa d'água, foi situado na extremidade do conjunto da Vila Operária, sendo ele utilizado ainda hoje para o abastecimento de água das residências (Figuras 256 e 257).

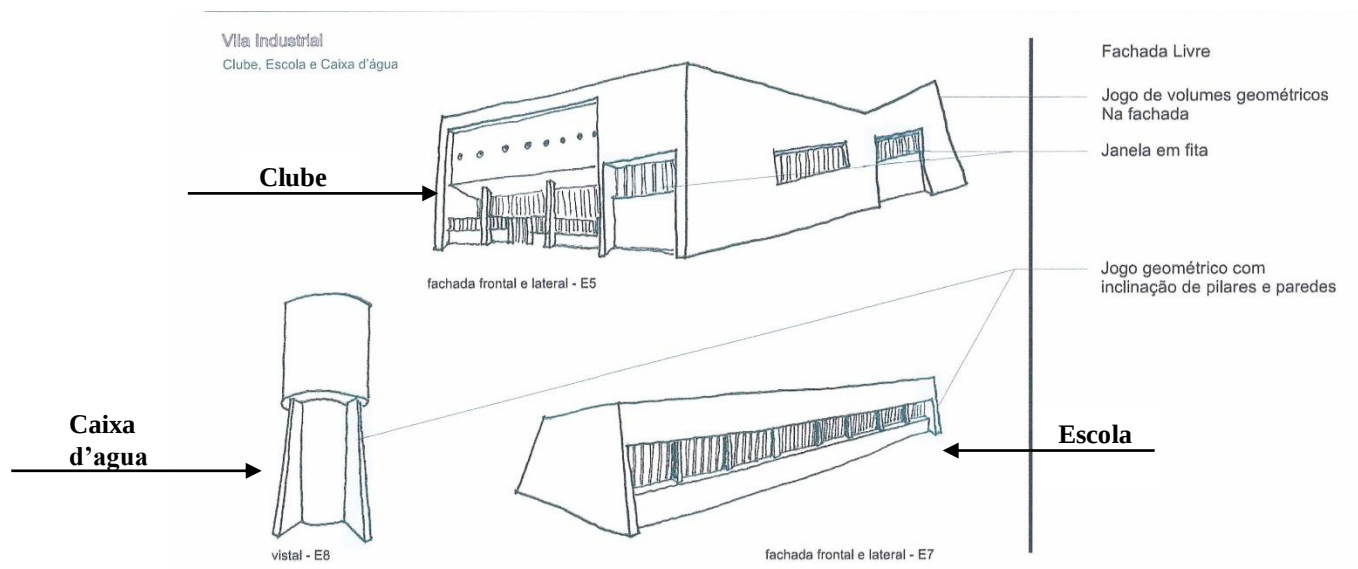


Figura 256: Equipamentos identificados: Clube, escola e caixa d'água.

Fonte: Oficina de Projetos, 2008 in Processo nº. 1589-T-10, IPHAN, 2009.



Figura 257: Caixa d'água;
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

O antigo Clube, que atualmente é utilizado como bar, localizado em uma área central entre as Vilas Operárias e dos Funcionários, que mesmo com o enegrecimento da fachada e de algumas esquadrias danificadas, é perceptível a integridade do imóvel (Figuras 258 e 259).



Figura 258: Antigo Clube, fachada principal.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 259: Antigo Clube, vista lateral.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

Na sede da antiga escola, também se nota o enegrecimento da fachada e as esquadrias avariadas. Além disso, em algumas aberturas os vãos foram entaipados e foram instalados outros tipos de janelas (Figuras 260 e 261).



Figura 260: Antiga Escola.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 261: Antiga Escola.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

Os equipamentos mantêm a integridade original, se comparados aos modelos apresentados nos croquis. Porém nas tipologias não foi considerado o antigo cinema, que não foi incorporado no documento da Oficina de Projetos de 2008, e atualmente está abandonado e em arruinamento (Figuras 262 e 263).



Figura 262: Antigo Cinema.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 263: Antigo Cinema.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

Apesar dos aspectos estilísticos apresentados, questionamentos a acerca do acervo patrimonial da cidade de Rio Largo surgem: qual narrativa da história de Rio Largo está presente no recorte proposto no processo de tombamento? Ela é suficiente para contar sobre o processo de industrialização da região? Ao privilegiar as edificações de feições modernistas, o recorte proposto ajuda a entender a história da região ou as categorias com que o IPHAN prefere lidar? No limite, o recorte proposto conta mais sobre Rio largo ou sobre as categorias acionadas pelo IPHAN?

Ao relembrar a formação do município, tem-se a construção de duas fábricas têxteis, que foram os agentes econômicos que motivaram a emancipação política de Rio Largo. Em 1888, foi instalada na cidade o que viria a ser um dos quatro maiores polos industriais do estado, com a construção da Fábrica Cachoeira (1888) e Fábrica Progresso (1892), que, em 1924, na administração de Gustavo Paiva, formariam a Companhia de Fiação e Tecidos¹²¹. Junto a elas foi construída sua vila operária e na ocasião já existiam as estações ferroviárias¹²², que atualmente formam a área central de Rio Largo¹²³. Este complexo industrial, está localizado no centro urbano o município, tendo Rio Largo se desenvolvido a partir destas duas indústrias. Atualmente, o conjunto de edificações que compunham a antiga Fábrica Cachoeira (Figuras 264, 265 e 266), encontram-se abandonados, contudo formam um belo conjunto de ruínas com grandes potenciais cenográficos. Com relação a edificação da Fábrica Progresso (Figuras 267 e 268), ela é utilizada como um centro de comércio e serviços, localizado em uma área central e de fácil acesso da população.



Figura 264: Antiga Fábrica Cachoeira.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 265: Antiga Fábrica Cachoeira.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

¹²¹ Conforme expõe Tenório e Lessa (2013), as fábricas Cachoeira e Progresso foram fundadas por Teixeira Bastos, que faleceu no ano de 1918, ficando as fábricas sob responsabilidade de seu genro Gustavo Paiva, que viria a se tornar um grande industrial e realizou várias obras na Companhia de Fiação e Tecidos e em sua Vila Operária.

¹²² Como dito anteriormente, em Rio Largo há quatro estações, a Utinga, Gustavo Paiva, Rio Largo e Lourenço de Albuquerque. Todas elas funcionam até hoje sob a administração da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

¹²³ Como o foco do processo é sobre a Destilaria Central de Alagoas, não foi realizado uma pesquisa aprofunda sobre as Fábricas Têxteis, sendo apenas um indicativo das possibilidades existentes em Rio Largo.



Figura 266: Remanescentes de edificações da Companhia de Fiação e Tecidos;
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 267: Antiga Fábrica Progresso.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 268: Antiga Fábrica Progresso.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

Além das edificações utilizadas pelas fábricas, ainda pode ser encontrado em Rio Largo, a casa da família do proprietário – Gustavo Paiva – que ainda a utiliza (Figura 269) e o antigo posto médico que parece está abandonado e não foi encontrado quem seria o atual proprietário do imóvel (Figura 270). Também, convive na paisagem de Rio Largo, outras edificações que rememoram esse passado não tão distante, como o antigo



Figura 269: Casa do Gustavo Paiva.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 270: Antigo posto médico.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Também, convive na paisagem de Rio Largo, outras edificações que rememoram esse passado não tão distante, como o antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva (Figura 271) e o antigo Cinema (Figura 272).



Figura 271: Antigo Grupo Escolar Gustavo Paiva.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 272: Antigo Cinema.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

Outros importantes imóveis ainda podem ser identificados, como o acervo ferroviário da cidade, que é utilizado atualmente, deslocando a população de Rio Largo até a capital Maceió. Tais bens, reforçam a importância do Patrimônio Industrial da localidade, sendo um dos poucos exemplares do estado que mantém o uso e a conservação de suas feições originais (Figuras 273 e 274).



Figura 273: Estação Ferroviária de Gustavo Paiva.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.



Figura 274: Estação Ferroviária de Rio Largo.
Fonte: Paula Fernandes, 2018.

Apesar do estado de conservação dos remanescentes das fábricas têxteis, ainda pode ser notada a manutenção das características originais. Mas, com um olhar mais apurado, percebe-se que o conjunto, mantém mais do que feições arquitetônicas, preserva a história de consolidação da cidade e o mais importante preservar a memória da população de Rio Largo.

Diante do exposto, foi pensado se a narrativa institucional seria mais relevante que a narrativa histórica? Ou melhor, porque não juntar as duas narrativas e propor um tombamento

em conjunto do Patrimônio Industrial de Rio Largo, pois levaria em consideração tanto a qualidade estética da Destilaria (que por sua motivação inicial, só faz sentido se conjunto mantiver suas características originais, pois se isso não ocorrer, faria mais sentido colocá-lo em motivação histórica), quanto a importância histórica, econômica e social que a Companhia de Fiação e Tecidos e a vinda da ferrovia teve para Rio Largo. Além das motivações históricas, é possível propor valores paisagísticos à região central de Rio Largo, que está localizada às margens da lagoa Mundaú, proporcionando uma bela vista (Figuras 275 e 276).



Figura 275: Vista da lagoa Mundaú a partir de Rio Largo.

Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 276: Vista da lagoa Mundaú a partir de Rio Largo.

Fonte: Acervo da autora, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos questionamentos realizados durante a presente pesquisa foi se Vilas Operárias são Patrimônio Cultural, e se elas têm aspectos que articulam a materialidade das vilas a histórias e memórias relevantes para o discurso patrimonial. Além disto, em que medida o IPHAN vem atuando em relação a esses sítios. Porém, o que foi notado é o não reconhecimento institucional sobre o Patrimônio Industrial e menos ainda sobre Habitação Social, temáticas abarcadas pela tipologia das Vilas Operárias.

Ao refletir sobre as narrativas históricas relacionadas à história da industrialização e do operariado, chega-se a lugares de representatividade e referência popular, algo ainda pouco incorporado pelo instrumento do tombamento. Se por um lado pode-se relacionar a pouca incorporação de bens marcados pela história da indústria e dos trabalhadores à dificuldade, nos processos de atribuição de valor, de identificar valores estéticos nesses bens, por outro questiona-se a pouca ênfase em seus valores históricos.

Reconhecer Vilas Operárias como Patrimônio Cultural é observá-las não somente como espaços de casas simples e geralmente habitadas por pessoas simples; é tentar entender e ver pela ótica de espaços históricos, que em sua maioria foram lugares de lutas e resistência das classes trabalhadoras do século XIX e principalmente do século XX. É tentar ver não unicamente pela estética mas enxergar pela atribuição de valor da importância histórica, por sua relação com narrativas históricas relevantes, como a história do urbanismo brasileiro e principalmente a história dos trabalhadores do país.

O caráter heterogêneo atual desses espaços, que motivam as negativas de tombamento, representam as conquistas dos atores que constituem a história contada pelas Vilas Operárias, pois foi no momento em que os operários adquirem as casas que eles se libertam dos controles do industriais e passam a ter autonomia sobre as modificações realizadas. O que institucionalmente é visto como descaracterizações, com a perda da unidade e homogeneidade, para os moradores é a representação de sua conquista.

A partir dos processos de tombamento analisados, no presente trabalho, foi possível identificar a maneira pela qual as Vilas Operárias vêm sendo trabalhadas dentro do IPHAN. Assim, as análises elaboradas a partir dos processos de tombamento foram divididas em três momentos. O primeiro se refere aos processos que datam de momentos anteriores à década de 1980. Neste momento, os dois processos analisados foram solicitados pela sociedade civil, tendo praticamente o mesmo solicitante, e se destacaram na instrução a ação pioneira empregada pelas fábricas no Brasil. Significativamente, ambos os bens foram inscritos no Livro do Tombo Histórico. Apesar de a bibliografia apontar a existência de espaços de habitações

para os trabalhadores, como o caso da Fábrica de Ferro de Ipanema, esses tombamentos não destacaram essas áreas, ressaltando o modelo institucional utilizado, naquele momento.

No segundo momento, trata-se dos processos identificados exclusivamente no período dos anos de 1980. Foi percebido então esforço por parte do IPHAN de entender novas tipologias, especificamente espaços de habitação popular. Tal esforço foi notado já na ampliação do processo T número 0662-T-62 referente ao conjunto de Petrópolis/RJ, em que foram inseridas as Vilas Operárias ao conjunto tombado. A inserção teve origem em pedido da sociedade civil e o bem foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Apesar de nesse processo a habitação não ter sido foco central, vale destacar essa ação pioneira da instituição em atribuir valor e reconhecer Vilas Operárias. Na sequência, tem-se o processo da Avenida Modelo, que desencadeou a criação de grupo de estudos “Vilas e Congêneres”, inserindo naquela ocasião a habitação na discussão do campo patrimonial. Além deste, também foi analisado o Conjunto Habitacional Operário de Goiana, reforçando ainda mais a relevância do estudo dessa tipologia. Observa-se que nos exemplos acima os pedidos de tombamento partiram do próprio IPHAN. No entanto, apenas a Avenida Modelo foi tombada, sendo inserida no Livro do Tombo das Belas Artes, enquanto que o processo de Goiana passou 26 anos aberto e sem uma definição, sendo anexado, em 2010, a outro processo, e estando atualmente em tombamento provisório.

A partir destes, foram analisados outros processos abertos na década de 1980, mas que não tiveram relação direta com Vilas e Congêneres. Desta maneira, foram encontrados quatro processos de tombamento. Dentre eles, só o da Vila Ferroviária de Paranapiacaba tratou de um conjunto urbano, do qual fazia parte a Vila Operária. Os demais abarcaram especificamente o conjunto arquitetônico – nesse caso, a fábrica – como motivação dos pedidos de tombamento. Os trabalhos realizados naquele momento sobre o tema das Habitações Populares e os esforços no sentido de ampliar a forma como a instituição entendia patrimônio parecem não ter influenciado esses processos em estender seus estudos aos entornos das fábricas. Nesse período, foram analisados dois processos: o da Fábrica Santa Amélia, que teve como solicitante o IPHAN; e a Vila Ferroviária de Paranapiacaba, que resultou de uma solicitação da sociedade civil, sendo os dois tombados e inscritos no Livro do Tombo Histórico.

No terceiro e último momento, foram analisados os processos abertos após a década de 1980, sendo localizados então seis processos dos quais três tratavam do tombamento que incluía Vilas Operárias. Nesse período é destacado o fato de existir maior volume de indeferimentos - três processos indeferidos, dois tombados e um em instrução. Esta pesquisa debruçou-se sobre três processos, um tombado e dois indeferidos, dois dos quais tiveram como solicitantes a

sociedade civil. Apesar do bem tombado se referir a “locais de trabalho” – Vila Serra do Navio –, as motivações expostas no tombamento parecem não incluir a questão da habitação operária como maior foco, antes destacando o caráter pioneiro do industrial ali realizado, assim como a boa qualidade de projeto elaborado pelo arquiteto Oswaldo Bratke. A função da Vila Operária teria, portanto, ficado em segundo plano, como sugere inclusive o fato de terem sido inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Com relação aos processos indeferidos, estes sugerem que o esforço institucional empreendido na década de 1980 não teria alcançado as Superintendências, posto que os processos, mesmo com considerável volume de informações, parecem não terem sido analisados pelo corpo técnico da instituição.

Ao todo foram analisados 13 processos, dos quais sete resultaram em tombamento. Entre eles, há predominância do Livro do Tombo Histórico, pois quatro inscrições foram feitas neste livro, uma no Livro das Belas Artes, uma no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e uma inscrição feita nos três Livros. A predominância do uso do Livro do Tombo Histórico para o tombamento das fábricas revela as preferências tipológicas do IPHAN em sua trajetória, não sendo atribuídos valores estéticos aos espaços industriais. Os espaços industriais tendem a ser considerados em sua funcionalidade e relacionados a uma dada narrativa histórica, sem haver necessariamente uma apreciação estética pela economia empregada em suas construções.

Através dos casos estudados em Alagoas, foi possível perceber que características materiais se sobressaem pela história e memória contidas nas Vilas Operárias. Os casos estudados mostram que o IPHAN parece não levar em conta nas instruções de processos de tombamento o fator histórico, nos quais aspectos arquitetônicos são priorizados, mesmo que seja para a inscrição no Livro do Tombo Histórico, para o qual se esperaria ver acionados argumentos que mobilizassem a relevância histórica do bem, independentemente de suas feições arquitetônicas, ao passo que a valorização de aspectos estilísticos motivaria a inserção dos bens no Livro do Tombo das Belas Artes.

Porém, apesar de todos os elementos materiais e históricos contidos nessas antigas Vilas Operárias, buscando conjuntos íntegros e homogêneos, mesmo que os valores atribuídos sejam relacionados a importância histórica existente na materialidade desses espaços. Ao analisar as Vilas Operárias em Delmiro Gouveia e Fernão Velho e seus respectivos processos de tombamento abertos junto ao IPHAN, percebe-se que o argumento da descaracterização, utilizada para justificar ou motiva o não tombamento, torna-se insuficiente diante de tantos elementos identificados nesses espaços. Apesar de na vila de Delmiro Gouveia haver uma grande perda de características materiais em seus arruamentos, elementos de destaque

rememoram a origem deste lugar, através da Igreja, Fábrica, Museu Regional Delmiro Gouveia e da própria cidade. No caso de Fernão Velho, mesmo não havendo uma unidade estética em seu casario, a antiga vila operária pode ser identificada em sua maior parte, conservando ainda relações entre a casa, fábrica, trem e ex-operários, além da preservação das características urbanas.

Com relação à Destilaria de Rio Largo, a motivação da descaracterização teria mais força, pois a motivação do pedido do tombamento foi em virtude de seus elementos estilísticos, com indicação ao Livro do Tombo de Belas Artes. Contudo, ao agrupar as narrativas institucionais e históricas de Rio Largo, reforça-se o valor histórico atribuído ao Patrimônio Industrial de Rio Largo, que juntos somam um grande acervo de importância histórica e – caso se incorpore ao complexo industrial o Rio Mundaú – paisagística.

Em uma outra perspectiva, que enfoque os sentidos da patrimonialização das vilas para os moradores no presente, é preciso atentar que se trata de uma formação urbana operária, na qual os proprietários da fábrica tinham total poder sobre as casas dos trabalhadores, interferindo diretamente na sua manutenção. Isso implicava que as mesmas não poderiam ter características pessoais e sim o aspecto escolhido pela fábrica. Então, se for posto em questão quem são os moradores dessas vilas hoje (no caso de serem ex-operários ou familiares) vale pensar se o ato do tombamento seria bem aceito, pois ao decretá-lo, os moradores estariam novamente limitados a interferir nos imóveis, podendo assim suscitar memórias negativas daqueles que viveram o controle das fábricas.

Os argumentos acionados para justificar o não tombamento das Vilas Operárias – seja a descaracterização dos conjuntos, seja a incerteza quanto aos impactos da patrimonialização dos bens sobre a população – parecem agir no sentido de manter restrita a seleção de bens a tipologias consagradas, mesmo frente a uma forte representatividade e importância social dos bens.

Além de lugares que preservam a história da arquitetura e do urbanismo de diversas cidades brasileiras, as Vilas Operárias representam lugares de resistência e de conquistas que se relacionam a marcos importantes da história de toda sociedade brasileira, como caso da história da industrialização, das memórias operárias, dos direitos trabalhistas, que se relacionam a esses lugares de vidas e experiências dos trabalhadores no século XX. Desta maneira, a representatividade das Vilas Operárias vai além dos seus aspectos urbanos e arquitetônicos: são lugares que representam a luta e memória das classes trabalhadoras brasileiras e da industrialização do país.

Então, para a patrimonialização desses espaços por meio do tombamento, não seria suficiente nem possível serem buscados apenas espaços íntegros, homogêneos e de valores estilísticos excepcionais; antes, o enfoque deveria recair sobre seu caráter histórico e memorial, sobre elementos que acionem e mobilizem as narrativas operárias e industriais, que são de grande valia para a história do país. História esta que não está suficientemente representada nos processos de tombamento, ainda muito marcados por questões estéticas. Além disto, para o tombamento das Vilas Operárias, há que se acionar as referências culturais dos moradores, considerando-se principalmente a população que ocupa os lugares que abrigavam essas vilas, como tal população se relaciona com o lugar, que memórias e experiências articula aos conjuntos, apresentando os ex-operários e/ou seus descendentes como narradores legítimos dos valores e das relações afetivas com esses espaços, sendo estes os melhores guardiões do patrimônio em questão.

Tais lugares foram importantes expressões da conversão do Brasil em uma sociedade industrial não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, como também pelas características formais que muitos deles assumiram ao remeterem a valores, materiais e símbolos do mundo fabril. Na arquitetura de algumas destas vilas e núcleos fabris emergiu uma estética tipicamente industrial, fundamentada em noções de economia, eficiência, utilidade e funcionalidade. (CORREIA, 2011, p. 286)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**/ Rodrigo Melo Franco de Andrade; [com contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles e outros; organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

ALAGOAS 200 ANOS. Maceió: Organização Arnon de Melo, n. 6, 25 jul. 2017.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho de onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985. 332 p.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social: cem anos de construção de políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Unesp: Edições Sesc, 2014. (Volume 1).

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 2017. 352 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 30 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, Capital Federal: 1937.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2012. 367 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**; tradução de Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006. 288 p.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C.. **Dicionário da arquitetura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Romano Guerra, 2017. 512 p

CORREIA, Telma de Barros. A moradia na paisagem industrial: a forma de vilas operárias e núcleos fabris. In: CORREIA, Telma de Barros (Org.). **Forma urbana e arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2011. p. 273-301.

CORREIA, Telma de Barros. **Art déco e indústria, Brasil décadas de 1930 e 1940**. Anais do Museu Paulista, v. 16 N 2, p. 47-104, 2008.

CORREIA, Telma de Barros. **De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais nº 4/ Maio 2001. p. 83 a 97.

CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. **Brasil, suas fábricas e vilas operárias**. Pós: Revista do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP, São Paulo, n. 20, p.10-32, dez. 2006.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998. 320 p.

CORREIA, Telma de Barros. Patrimônio industrial e agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. In: CORREIA, Telma de Barros; BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. (Org.). **Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio**. São Paulo: Annablume, 2013. p. 183-206.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo - 1889/1940**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 80 p.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil - 1889/1930**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1991. 96 p.

DELMIRO GOUVEIA: **O empreendedor**. [Maceió]: Gráfica e Editora do Nordeste Ltda, out. 2001. 2ª Edição.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Nossa casa é do patrão: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho – Maceió/AL**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014. 159 p.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Os fios tecidos da memória: a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió-AL): do início dos anos 1950 a 1962**. 2017. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências - Ffc, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ufrj: Iphan, 1997. 316 p.

FOUCALT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 304 p.

HOBBSAWM, Eric J.. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**; tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. 352 p.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza: 1964.

IPHAN. **Inventário de conhecimento do Patrimônio Ferroviário da extinta RFFSA no Estado de Alagoas**. 2008. Vol I, II e III.

IPHAN. **Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas**, Brasília. 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: Reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Sesc/Fapesp/Ateliê Editorial, 1998. 438 p.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. 328 p.

MOTTA, Lia; THOMPSON, A. **Entorno de Bens Tombados**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. v. 1. 174p.

MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Resende. **Inventários de Identificação**. Rio de Janeiro, IPHAN, 1998.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias**: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016. 480 p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 216 p.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990/ Márcia Sant'Anna. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SANTOS, Helena Mendes dos. **Um tipo de habitação popular no centro do Rio de Janeiro**: a "Avenida Modelo". In: XI Encontro Regional de História, 2004, Rio de Janeiro.

SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **Vila da Pedra**: fotografia e história. Maceió: Edição do Autor, 2016.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Edufal, 2013.

THOMPSON, Analucia. **Campo cultural e contexto histórico**: nomes do IPHAN. In: MOTTA, Lia. (Org.). Um panorama do campo da preservação do patrimônio cultural. 1ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015, v., p. 9-86.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das Letras, p.267-305, 1998.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil**. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial. Nizhny Tagil: 2003.

Fontes Documentais:

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 31-T-38**, Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas, Ouro Preto – MG.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 727-T-64**, Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, Iperó – SP.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 1084-T-83**, Conjunto Habitacional Operário, Goiana – PE.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 1085-T-83**, Conjunto de Habitação Coletiva denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó, nº 55, Rio de Janeiro – RJ.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 1111-T-84**, Vila Operária em Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia – AL.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 1242-T-87**, Vila Operária em Fernão Velho, Maceió – AL.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 1589-T-10**, Vila industrial modernista, denominada Destilaria Central, Rio Largo – AL.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 727-T-64**, Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, Iperó – SP.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 114-T-85**, Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia localizado na Rua Cândido Ribeiro, 250, São Luís – MA.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 1252-T-87**, Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André – SP.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 1567-T-08**, Vila Serra do Navio, Serra do Navio – AM.

IPHAN, **Processo de Tombamento nº 1681-T13**, Santa Maria – RS.

IPHAN, **Vilas Brasileiras, Primeiras Etapas do Trabalho**, Volume I. Outubro de 1984. Rio de Janeiro – RJ, 1984.

IPHAN. **Inventário de conhecimento do Patrimônio Ferroviário da extinta RFFSA no Estado de Alagoas**. 2008. Vol I, II e III.

ANEXO A – Modelo de ficha utilizado para a leitura e análise dos processos.

Título e número do processo:
Quem abriu o processo ou fez pedido do tombamento?
Qual ano de abertura do processo?
Qual motivo do pedido?
O pedido foi aceito ou não? Qual a justificativa da decisão?
Se aceito, em qual Livro do Tombo foi inserido?
Quanto tempo passou para finalizar o processo?
Informações históricas, sobre a localidade, existentes no processo:
Complementações extras:

ANEXO B – Documento contido nos processos das Vilas Operárias em Delmiro Gouveia e Fernão Velho.

3

IPHAN
Fl. 03
Rubrica

J. Agostinho Cavallero

193

612743FNPM PT
611773CDEP BR

PGR-DF TLX NR 168 050483-VIEIRA

DE MARCOS VINÍCIOS RODRIGUES VILLACA
FUNDACAO PPO-MEMORIA
BRASILIA DF

LI ESTA NOTICIA NO "JORNAL DO BRASIL" DE DOMINGO VG 3-4-1983:
"MEMORIA NACIONAL- O SECRETARIO DE CULTURA DO MEC VG MARCUS
VILLACA VG ENTREGA-SE NO MOMENTO AA TAREFA DE PROCURAR VG PARA TOM-
BAR VG UMA VILA OPERARIA REPRESENTATIVA DO INICIO DO PROCESSO DE
INDUSTRIALIZACAO DO BRASIL PT A PRIMEIRA COM QUE LHE ACENARAM FOI A
VILA OPERARIA DE BANGU VG MAS VILLACA TEME QUE ELA JAH ESTEJA DE-
MASIADAMENTE DESCARACTERIZADA PT A IDEIA DE VILLACA EH TOMEAR
NAO SOH MONUMENTOS ET PREDIOS ANTIGOS MAS TUDO VG ATEH OBRAS VIARIAS
VG QUE CONTRIBUA PARA A PRESERVACAO DA MEMORIA NACIONAL PT"
GOSTARIA QUE VOCE DETERMINASSE ESTUDOS ET OBSERVACOES SOBRE AS VILAS
OPERARIAS DE DELMIRO GOUVEIA ET FERNAO VELHO VG EM ALAGOAS PT
SUPONHO - SEM SER EXPERT- QUE UMA DAS DUAS OU AMBAS ATENDEM AOS
OBJETIVOS DE SEU PROJETO PT ATENCIOSAMENTE
ALBERICO CORDEIRO - DEPUTADO FEDERAL - PDS ALAGOAS

612743FNPM BR
611773CDEP BR

0.13

3

ANEXO C – Pedido de tombamento da Vila Industrial Modernista de Rio Largo/AL, processo T número.

 MINISTÉRIO DA CULTURA IPHAN INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	Memorando nº 587/2009 GAB. IPHAN/AL	Data: 02/12/2009
---	---	---------------------



A Senhora
JUREMA KOPKE EIS ARNAUT
 Gerente de Proteção/ DEPAM/IPHAN
 Palácio Gustavo Capanema – Rio de Janeiro

Assunto: Solicita Tombamento Federal de uma Vila Industrial Modernista em Rio Largo/AL

Prezada Senhora,

De ciência do GPROT, considerando que a senhora e o Sr. José Aguilera estiveram em Alagoas e conheceram intenção de pedido para Tombamento Federal de uma vila industrial modernista, denominada Destilaria Central, na área rural do município de Rio Largo/AL, encaminhamos anexo dossiê que o justifica e ao qual endossamos nesse momento solicitando, nos termos do Decreto-Lei Federal nº 25/1937, que seja encaminhado ao Conselho Consultivo para apreciação.

Motiva-se o presente, pelo fato de a vila possuir conjunto considerável e ainda original de edifícios modernistas implantados seguindo uma proposta urbana bem definida com zoneamento típico de uma vila industrial, porém, sob o envoltório do pensamento Moderno, sendo exemplar raro e singular à história da arquitetura brasileira.

O dossiê esclarece e demonstra melhor essas questões e nele constam: pesquisa histórica; levantamentos físicos e inventário; proposta poligonal de tombamento; e anexos documentais.

Desde já grato pela atenção,


Mário Aloísio Barreto Melo
 Superintendente Estadual
 Superintendência do Iphan em Alagoas

Prot. 140/09
 09.12.2009
 DEPAM / Reg
